

BEATRIZ GOAVEIA GARCIA PARRA

**UMA INVESTIGAÇÃO DISCURSIVO-FUNCIONAL DAS ORAÇÕES
CONCESSIVAS INTRODUZIDAS POR *AUNQUE* EM DADOS DO
ESPANHOL PENINSULAR**

São José do Rio Preto
2016

BEATRIZ GOAVEIA GARCIA PARRA

**UMA INVESTIGAÇÃO DISCURSIVO-FUNCIONAL DAS ORAÇÕES
CONCESSIVAS INTRODUZIDAS POR *AUNQUE* EM DADOS DO
ESPAÑHOL PENINSULAR**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise Funcional de Língua Falada e Escrita

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos

Co-orientadora: Profa. Dra. Hella Olbertz

São José do Rio Preto
2016

Parra, Beatriz Goaveia Garcia.

Uma investigação discursivo-funcional das orações concessivas introduzidas por aunque em dados do espanhol peninsular / Beatriz Goaveia Garcia Parra. -- São José do Rio Preto, 2016
169 f. : il., tabs.

Orientador: Sandra Denise Gasparini Bastos

Coorientador: Hella Olbertz

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Gramática discursivo funcional. 4. Língua espanhola - Conjunções. 5. Gramática comparada e geral – Orações concessivas. I. Gasparini-Bastos, Sandra Denise. II. Olbertz, Hella. III. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. IV. Título.

CDU – 41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

BEATRIZ GOAVEIA GARCIA PARRA

Uma investigação discursivo-funcional das orações concessivas introduzidas por
aunque em dados do espanhol peninsular

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antônio
UEM – Universidade Estadual de Maringá

Suplentes

Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Profa. Dra. Flávia Bezerra Hirata Vale
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

São José do Rio Preto
26 de fevereiro de 2016

Aos meus pais, José e Lourdes,
que dedicaram suas vidas a minha
criação e educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me iluminado com seu Espírito Santo, proporcionando a sabedoria, a força e a fé necessárias para que eu concluísse mais esta etapa da minha vida, e por ter colocado em meu caminho todas as pessoas que cito a seguir.

À Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos, minha orientadora, por ter aceitado aventurar-se comigo no estudo das orações concessivas. Obrigada pela confiança, pela atenção sempre dedicada ao meu trabalho e por seu exemplo profissional, que despertou ainda mais meu amor pelos estudos, pelo ensino e pela língua espanhola.

À Profa. Dra. Hella Olbertz, minha co-orientadora, por ter compartilhado comigo seu vasto conhecimento e por ter me apoiado em cada etapa desta pesquisa. Obrigada por ter visto em meu trabalho mais potencial do que eu mesma poderia imaginar.

À Profa. Dra. Talita Storti Garcia, a quem nunca poderei deixar de agradecer por ter sido a primeira a me guiar nos estudos científicos. Obrigada por ter despertado o meu interesse pelo tema deste trabalho e por ter permanecido ao meu lado, ajudando-me nos momentos difíceis e comemorando comigo cada conquista.

À Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat, por suas valiosas contribuições no debate do VII Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP (SELin). Obrigada por ter oferecido um novo olhar a este trabalho.

À Profa. Dra. Erotilde Goretti Pezatti e à Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa, que compuseram a banca do Exame de Qualificação. Obrigada pelas palavras motivadoras e pelas inovações sugeridas, que foram responsáveis pelo significativo amadurecimento científico do meu trabalho.

Aos membros do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), por terem me acolhido de forma tão carinhosa e por terem compreendido minhas dificuldades. Obrigada pelos momentos de aprendizado ao longo das reuniões e por terem me motivado a seguir nos estudos acadêmicos.

Aos meus pais, José Garcia Parra e Lourdes Goaveia Garcia, por terem lutado a vida toda para me oferecer o que eles mesmos não tiveram. Foi no abraço de vocês que encontrei o conforto nas dificuldades e o prêmio nas alegrias. A conclusão deste trabalho é uma forma, ainda que insuficiente, de demonstrar-lhes a minha gratidão e o meu amor.

Ao meu namorado, Robson Ricardo de Araujo, por ter sido o meu refúgio em todos os momentos. Obrigada por ter me devolvido a paz e a esperança sempre que eu lhe procurava com o espírito tomado pelas incertezas, e por ter me incentivado, com seu amor e carinho, em minhas decisões.

As minhas amigas de mestrado, Flavia Cambi Alves, Ana Paula Garcia e Milena de Paula Molinari, com quem dividi essa longa caminhada. As nossas conversas, nossos desabafos e

nossas risadas permitiam que eu aliviasse o peso da responsabilidade de concluir este trabalho e renovavam minhas forças para seguir com esta pesquisa.

A todos os meus familiares, amigos e professores, cujos nomes não mencionei, mas que de alguma forma contribuíram para que eu concluísse meu mestrado. Recebam meus sinceros agradecimentos.

À CAPES, por ter financiado esta pesquisa, possibilitando minha dedicação exclusiva à produção deste trabalho.

“Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ela o oceano seria menor.”

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

O presente trabalho investiga as propriedades pragmáticas e semânticas das orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* e verifica se e como tais propriedades determinam a estrutura morfossintática dessas orações. Para tanto, descrevemos à luz da teoria da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), as orações concessivas iniciadas por *aunque* encontradas em textos orais e escritos do espanhol peninsular atual produzidos em contextos reais de comunicação. O corpus utilizado inclui as entrevistas semidirigidas das cidades de Alcalá de Henares, Granada, Madri e Valência, pertencentes ao projeto PRESEEA, como representantes da modalidade falada, e uma coletânea de editoriais publicados em meio *on-line* pelo jornal espanhol *El País*, como representante da modalidade escrita. Os fatores que nos guiaram na descrição e análise das orações introduzidas por *aunque* foram: (i) a camada da oração concessiva, considerando o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional; (ii) a factualidade; (iii) a pressuposição; (iv) o modo verbal; (v) a referência temporal expressos pela concessiva; e (vi) a posição por ela ocupada, tendo por base o verbo da oração principal. Não compõem o objeto de estudo desta pesquisa as ocorrências sintagmáticas ou não-finitas iniciadas por *aunque*, visto que essas construções não permitem a descrição de alguns aspectos morfossintáticos, tais como a conjugação modo-temporal, de interesse para este trabalho. Como este estudo volta-se para o uso concessivo de *aunque*, também foram desconsideradas as ocorrências adversativas e as de condição mínima introduzidas por essa conjunção. Os resultados da análise comprovam a atuação das orações concessivas introduzidas por *aunque* na camada do Conteúdo Proposicional, pertencente ao Nível Representacional, e nas camadas do Ato Discursivo e do Movimento, pertencentes ao Nível Interpessoal, como já havia sido verificado por Garcia (2010) e por Garcia e Pezatti (2013) em orações concessivas do português. Além disso, observamos que a factualidade e a pressuposição da oração concessiva influenciam em sua codificação modo-temporal, e que todos esses fatores (factualidade, pressuposição, modo verbal e referência temporal) juntamente com a posição, correspondem a estratégias linguísticas condicionadas pela função que a oração introduzida por *aunque* desempenha. Outro fator semântico que pode determinar o modo verbal da oração concessiva é o grau de compromisso do falante com a verdade da proposição expressa. Além dos aspectos do uso linguístico que fazem parte do domínio da gramática propriamente dita, consideramos também o gênero textual.

Palavras-chave: *Gramática Discursivo-Funcional*; orações concessivas; conjunção *aunque*; espanhol peninsular.

ABSTRACT

The present study investigates the pragmatic and semantic properties of concessive clauses introduced by the *aunque* conjunction and seeks to find out if and how these properties determine the morphosyntactic structure of these clauses. In order to accomplish this goal, we use the theory of Functional Discourse Grammar (Hengeveld & Mackenzie 2008) for the description of concessive clauses introduced by *aunque* found in written and oral texts in current Peninsular Spanish, which were produced in actual communication contexts. The corpus includes the semi-structured interviews from the PRESEEA Project, conducted in the cities of Alcalá de Henares, Granada, Madrid and Valencia, representing the oral mode, and a collection of editorials published on-line by the Spanish newspaper *El País*, representing the written mode. The factors which guided the description and analysis of clauses introduced by *aunque* were: (i) the layer of the concessive clause, according to the theoretical model of Functional Discourse Grammar; (ii) factuality; (iii) presupposition; (iv) verbal mood; (v) temporal reference expressed by the concessive; and (vi) the position occupied by the clause, considering the verb in the main clause. Phrasal or non-finite occurrences initiated by *aunque* were not considered objects of this study, since these constructions do not allow for the description of some morphosyntactic aspects, such as the mood-tense inflection, which is one of the factors to be taken into account, as stated before. As the present study concerns the concessive use of *aunque*, occurrences with this conjunction expressing adversative and minimal condition meanings were not taken into account either. The results of our analysis show that concessive clauses introduced by *aunque* operate at the layer of the Propositional Content, in the Representational Level, and at the Move and Discourse Act layers, in the Interpersonal Level, in the same way as do the concessive clauses in Portuguese, as described by Garcia (2010) and Garcia and Pezatti (2013). Furthermore, we observed that factuality and presupposition of concessive clauses influence their mood-tense codification, and that all these factors (factuality, presupposition, verbal mood and temporal reference), along with the position of the clause, correspond to linguistic strategies conditioned by the function performed by the clause introduced by *aunque*. An additional semantic factor that can influence the mood of the verb in the concessive clause is the speaker's evaluation of the truth of the propositional content. Apart from the aspects of language use that belong to grammar proper, we will also consider the genre of the text.

Key-words: Functional Discourse Grammar; concessive clauses; conjunction *aunque*; Peninsular Spanish.

RESUMEN

El presente estudio investiga las propiedades pragmáticas y semánticas de las oraciones concesivas introducidas por la conjunción *aunque* y analiza si y cómo estas propiedades determinan la estructura morfosintáctica de estas oraciones. Para alcanzar nuestros objetivos, describimos, en base a la teoría de la Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld y Mackenzie (2008), las oraciones concesivas iniciadas por *aunque* encontradas en un corpus de textos orales y escritos del español peninsular actual producidos en contextos reales de comunicación. El corpus utilizado incluye las entrevistas sociolingüísticas de las ciudades de Alcalá de Henares, Granada, Madrid y Valencia, pertenecientes al proyecto PRESEEA, como representantes de la modalidad hablada, y una colección de editoriales publicados en línea por el periódico español *El País*, como representante de la modalidad escrita. Los siguientes factores guiaron la descripción y el análisis de las oraciones introducidas por *aunque*: (i) el estrato de la oración concesiva, considerando el modelo teórico de la Gramática Discursivo-Funcional; (ii) la factualidad; (iii) la presuposición; (iv) el modo verbal, (v) la referencia temporal expresados; y (vi) la posición que ocupan respecto al verbo de la oración principal. No forman parte del objeto de estudio las ocurrencias no finitas iniciadas por *aunque*, puesto que estas construcciones no permiten describir algunos aspectos morfosintácticos, como la conjugación modo-temporal, relevantes para este trabajo. Como este estudio trata el uso concesivo de *aunque*, tampoco consideramos las ocurrencias adversativas ni las de condición mínima introducidas por esta conjunción. Los resultados de nuestro análisis señalan la existencia de oraciones introducidas por *aunque* en el estrato del Contenido Proposicional, perteneciente al Nivel Representacional, y en los estratos del Acto Discursivo y del Movimiento, pertenecientes al Nivel Interpersonal, tal como queda descrita por Garcia (2010) y Garcia y Pezatti (2013) en las oraciones concesivas del portugués. Observamos además que la factualidad y la presuposición de la oración concesiva influyen en su codificación modo-temporal, y que todos estos factores (factualidad, presuposición, modo verbal y referencia temporal), junto con su posición, configuran las estrategias lingüísticas condicionadas por la función que la oración introducida por *aunque* expresa. Otro factor semántico que puede determinar el modo verbal en la oración concesiva es el grado de compromiso del hablante con la verdad de la proposición. Aparte de los aspectos del uso lingüístico que forman parte del dominio de la gramática propiamente dicha, consideramos también el tipo de género textual.

Palabras clave: *Gramática Discursivo-Funcional; oraciones concesivas; conjunción aunque; español peninsular.*

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1.	Rede semântica entre causais, condicionais e concessivas.....	29
Figura 2.	A GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal.....	50
Figura 3.	Contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita.....	71

QUADROS

Quadro 1.	Tipos de entidades designadas pelas camadas da estrutura oracional subjacente.....	43
Quadro 2.	As propriedades predominantes dos tipos de oração concessiva introduzida por <i>aunque</i> na modalidade falada.....	131

TABELAS

Tabela 1.	As orações concessivas introduzidas por <i>aunque</i> em relação à camada de atuação.....	95
Tabela 2.	A factualidade das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por <i>aunque</i>	97
Tabela 3.	A pressuposição das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por <i>aunque</i>	101
Tabela 4.	A pressuposição em relação à factualidade das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por <i>aunque</i>	102
Tabela 5.	O modo verbal das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por <i>aunque</i>	102
Tabela 6.	A referência temporal das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por <i>aunque</i>	104
Tabela 7.	A posição das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por <i>aunque</i>	105
Tabela 8.	A posição em relação à factualidade das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por <i>aunque</i>	105
Tabela 9.	A pressuposição das orações concessivas de Ato Discursivo introduzidas por <i>aunque</i>	110
Tabela 10.	O modo verbal das orações concessivas de Ato Discursivo introduzidas por <i>aunque</i>	110
Tabela 11.	A referência temporal das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por <i>aunque</i>	112
Tabela 12.	A pressuposição das orações concessivas de Movimento introduzidas por <i>aunque</i>	119
Tabela 13.	O modo verbal das orações concessivas de Movimento introduzidas por <i>aunque</i>	120
Tabela 14.	A referência temporal das orações concessivas de Movimento introduzidas por <i>aunque</i>	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A: Ato Discursivo

ant: anterior

C: Conteúdo Comunicado

CONC: função concessiva

DECL: declarativo

dub: dubitativo

e: Estado-de-Coisas

ep: Episódio

F: Ilocução

f: propriedade

GDF: Gramática Discursivo-Funcional

GF: Gramática Funcional

hip: hipotético

HORT: exortativo

IMPER: imperativo

irr: irreal

l: localização

M: Movimento

(P₁)_S: Falante

(P₂)_A: Ouvinte

(P^{pre}): posição pré-oracional

p: Conteúdo Proposicional

p: primeiro membro oracional da construção contrastiva

past: passado

pres: presente

PRESEEA: *Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América* (Projeto para o estudo sociolingüístico do espanhol da Espanha e da América)

q: segundo membro oracional da construção contrastiva

R: Subato de Referência

RAE: *Real Academia Española*

sim: simultâneo

T: Subato de Atribuição

t: tempo

x: indivíduo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: AS ORAÇÕES CONCESSIVAS INTRODUZIDAS POR AUNQUE.....	19
1.1 A relação concessiva.....	19
1.1.1 As orações concessivas e as adversativas.....	25
1.1.2 As orações concessivas e as causais.....	29
1.1.3 As orações concessivas e as condicionais.....	30
1.1.3.1 As construções concessivo-condicionais.....	31
1.2 A origem da conjunção <i>aunque</i>	36
CAPÍTULO II: AS ORAÇÕES CONCESSIVAS DENTRO DE UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA.....	40
2.1 O funcionalismo.....	40
2.2 Antecedentes funcionalistas na investigação de <i>aunque</i> concessivo.....	42
2.2.1 Orações concessivas predicativas.....	44
2.2.2 Orações concessivas proposicionais.....	44
2.2.3 Orações concessivas ilocutivas.....	45
2.2.4 Orações concessivas textuais.....	46
2.3 A Gramática Discursivo-Funcional.....	48
2.3.1 Propriedades gerais dos níveis e camadas da GDF.....	52
2.3.2 O Nível Interpessoal.....	53
2.3.3 O Nível Representacional.....	56
2.4 As orações concessivas dentro da GDF.....	58
2.4.1 As orações concessivas no Nível Representacional.....	59
2.4.2 As orações concessivas no Nível Interpessoal.....	60
CAPÍTULO III: ASPECTOS METODOLÓGICOS NA INVESTIGAÇÃO DAS ORAÇÕES CONCESSIVAS COM AUNQUE.....	64
3.1 Os objetivos da investigação.....	64
3.2 O corpus: entrevistas semidirigidas e editoriais jornalísticos.....	65
3.2.1 As modalidades linguísticas: noção de fala e de escrita.....	70
3.3 Os fatores de análise adotados para o estudo de <i>aunque</i> concessivo.....	73
3.3.1 As camadas em que ocorre a oração concessiva na Gramática Discursivo-Funcional.....	73
3.3.2 A factualidade das orações concessivas introduzidas por <i>aunque</i>	74
3.3.3 A pressuposição das orações concessivas introduzidas por <i>aunque</i>	77
3.3.4 O modo verbal das orações concessivas introduzidas por <i>aunque</i>	79
3.3.5 A referência temporal das orações concessivas introduzidas por <i>aunque</i>	80
3.3.6 A posição ocupada pelas orações concessivas em relação ao verbo da	

oração principal.....	82
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS DE ORAÇÕES CONCESSIVAS INTRODUZIDAS POR AUNQUE.....	86
4.1 Aspectos gerais da análise.....	86
4.2 Outros usos de <i>aunque</i>	87
4.2.1 A conjunção <i>aunque</i> em orações adversativas.....	88
4.2.2 A conjunção <i>aunque</i> em orações de condição mínima.....	91
4.3 As propriedades das orações concessivas nas diferentes camadas da Gramática Discursivo-Funcional.....	94
4.3.1 As orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional.....	95
4.3.2 As orações concessivas da camada do Ato Discursivo.....	106
4.3.3 As orações concessivas da camada do Movimento.....	113
4.3.4 As orações concessivas como modificadores interpessoais: a camada da Ilocução.....	122
4.4 Outros aspectos referentes às orações concessivas introduzidas por <i>aunque</i>	127
4.5 Conclusões parciais.....	129
CONCLUSÕES.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136

INTRODUÇÃO

Uma definição amplamente aceita pelos gramáticos da língua espanhola – tais como Gili Gaya (1943-2000, p. 322) e Alarcos Llorach (1999, p. 466) –, e também compartilhada pelos gramáticos da língua portuguesa – dentre os quais citamos Cunha e Cintra (2008, p. 600) e Bechara (1999, p. 496) – apresenta a oração concessiva como sendo aquela que configura um obstáculo ou uma dificuldade ineficaz ao cumprimento do que é dito na oração principal.

Tais gramáticas classificam a relação concessiva como um caso de **subordinação**, entendido como um fenômeno de dependência estritamente sintática entre duas orações, em que a oração subordinada desempenha, no período composto, a função exercida pelos complementos verbais e nominais no período simples, pois como afirma Gili Gaya (1943-2000, p. 216), “toda oração subordinada encontra-se incorporada à principal, e guarda com ela a mesma relação que guarda com o verbo e os elementos sintáticos do período simples.”¹ (GILI GAYA, 1943-2000, p. 216).

Diversos autores voltados para o estudo das orações concessivas a partir do uso, dentre os quais citamos Neves (1999), Garcia (2010), Rosário (2012) e Garcia e Pezatti (2013), demonstram que a visão de concessão apresentada pelas gramáticas tradicionais é restritiva, uma vez que exclui do fenômeno da concessão outras estruturas que, apesar de não serem dependentes sintaticamente de uma oração principal, podem ser consideradas representantes de uma relação concessiva.

Os trabalhos sobre concessão dentro do paradigma funcionalista comprovam que a relação concessiva não se limita a uma relação semântico-sintática estabelecida entre orações hierarquicamente dispostas, mas pode atuar em domínios mais amplos do que o interoracional. Nesses novos domínios, a concessão configura-se como uma estratégia interativa, voltada para o jogo argumentativo empreendido pelos participantes da comunicação, e a oração considerada como concessiva encontra-se independente semântica e sintaticamente da oração principal.

Em estudo anterior realizado em caráter de Iniciação Científica (PARRA, 2013),² foram analisadas, sob o aparato teórico da Gramática Funcional de Dik (1997a, 1997b), as

¹ Toda oración subordinada se halla incorporada a la principal, y guarda con ella la misma relación que guardan con el verbo los elementos sintácticos de la oración simple.

² Trabalho intitulado “Uma investigação funcional da conjunção *aunque* em dados do espanhol falado peninsular”, realizado em nível de Iniciação Científica no período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2013,

orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* em textos orais do espanhol peninsular. Como resultado, comprovamos que as orações concessivas principiadas por essa conjunção podem atuar na camada do estado-de-coisas (17,06% das ocorrências), do conteúdo proposicional (47,4% das ocorrências) e do ato de fala (9,95% das ocorrências), segundo o modelo de estrutura em camadas proposto por Dik (1997a).

Na análise, foram identificadas também 54 ocorrências (25,59% do total analisado) que não se enquadravam em nenhuma das camadas propostas pelo autor, uma vez que correspondiam a usos textual-discursivos da conjunção *aunque*. Resultado similar havia sido verificado por Crevels (1998), que estudou a concessão em língua espanhola. Para abranger os casos de orações concessivas que não apresentavam uma relação de subordinação semântico-sintática com uma oração principal, a autora propôs o acréscimo de uma nova camada, a da unidade textual, ao modelo original de Dik (1997a). Ao aplicarmos a proposta de acréscimo da autora em nossos dados, verificamos que a camada da unidade textual ainda era insuficiente para descrever todos os casos em que a concessão se dava em unidades textuais maiores do que a oração.³ Essa nova camada não auxiliava na descrição dos casos em que *aunque* exercia o papel de operador discursivo, acompanhando um novo tópico a ser discutido.

Em vista dessas observações, concluímos que, para uma investigação adequada sobre as propriedades das orações concessivas, em especial daquelas iniciadas pela conjunção *aunque*, seria necessário recorrer a um modelo teórico que considerasse níveis de análise mais amplos. Dessa forma, adotamos para este estudo o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), que, por partir da intenção comunicativa para a codificação das estruturas linguísticas e por adotar o Ato Discursivo como unidade básica de análise, oferece uma base de descrição sistemática para os diferentes usos de *aunque* concessivo.

Assim, a partir do arcabouço teórico apresentado, objetivamos neste trabalho investigar as propriedades pragmáticas e semânticas das orações concessivas introduzidas por *aunque* no espanhol peninsular atual, tanto em sua modalidade falada como em sua modalidade escrita, além de observar se existe uma relação entre as propriedades pragmáticas e semânticas das orações concessivas e sua codificação morfossintática, e, assim, descrever os aspectos formais que ilustram essa relação.

sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos e com apoio financeiro da FAPESP (Processo 2012/20765-9).

³ Para mais detalhes sobre a análise de *aunque* sob o aparato teórico da Gramática Funcional de Dik (1997a, 1997b), ver Gasparini-Bastos e Parra (2015).

Embora reconheçamos que a codificação fonológica também seja determinada por fatores de ordem pragmática e semântica e que a sua observação pode revelar aspectos importantes sobre o caráter dependente ou independente⁴ da oração concessiva, o recorte assumido por este trabalho se detém às propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das orações concessivas com *aunque*, não contemplando uma análise fonológica. Dessa forma, as perguntas norteadoras desta pesquisa podem ser expressas da seguinte maneira:

- I) Quais propriedades pragmáticas e semânticas determinam os diferentes tipos de orações concessivas introduzidas por *aunque*?
- II) Tais propriedades pragmáticas e semânticas determinam a codificação morfossintática dessas orações concessivas?
- III) Como as propriedades pragmáticas e semânticas das orações concessivas introduzidas por *aunque* se manifestam morfossintaticamente?

Nossa opção pela conjunção *aunque* justifica-se por ser a conjunção concessiva mais usual do espanhol, afirmação encontrada tanto em gramáticas como a da *Real Academia Espanhola* (2009), de Alarcos Llorach (1999) e de Gili Gaya (1943-2000), como no estudo funcionalista de Crevels (1998). Conforme descrito anteriormente, já havíamos comprovado em estudo prévio (GASPARINI-BASTOS; PARRA, 2015) que *aunque* apresenta um uso muito variado, podendo introduzir orações concessivas com propriedades diversas.

Nossa primeira hipótese de trabalho é a de que a alta produtividade da conjunção *aunque* esteja relacionada à possibilidade de as orações concessivas por ela introduzidas ocorrerem pelo menos na camada do Conteúdo Proposicional (Nível Representacional), do Ato Discursivo e do Movimento (ambas do Nível Interpessoal), conforme definido pela GDF e comprovado por algumas pesquisas anteriores que se voltaram ao estudo da concessão dentro desse modelo teórico. Tendo em vista que, para a GDF, diferenças semânticas e pragmáticas podem gerar diferenças morfossintáticas, nossa segunda hipótese é de que, a depender da camada e do nível de atuação, as orações concessivas apresentam propriedades

⁴ Ao falarmos de independência da oração introduzida por *aunque* estamos nos referindo à independência no nível semântico-sintático.

distintas no que diz respeito à facticidade, à pressuposição, à codificação modo-temporal e à posição, fatores considerados na análise.

O corpus adotado é composto por um conjunto de entrevistas semidirigidas, (modalidade falada), e por um conjunto de editoriais jornalísticos (modalidade escrita). As entrevistas semidirigidas foram extraídas dos inquéritos das cidades espanholas de Alcalá de Henares, Granada, Madri e Valência pertencentes ao Projeto PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*). Já os editoriais jornalísticos correspondem a um total de 667 textos publicados em meio *on-line* pelo jornal *El País* em sua versão espanhola.

Partindo da concepção de que fala e escrita são modalidades de uso de uma mesma língua dotadas de propriedades singulares (MARCUSCHI, 2006, p. 25), propomos neste trabalho investigar o uso de *aunque* concessivo nessas duas modalidades. Tendo em vista que a concessão é um fenômeno utilizado principalmente na modalidade escrita formal (ALGEO, 1973, p. 543), esperamos que as orações concessivas sejam mais frequentes nos editoriais, gênero tipicamente escrito, do que nas entrevistas semidirigidas, gênero tipicamente falado.

O interesse pelo espanhol peninsular deve-se à maior facilidade de acesso aos textos produzidos nessa variedade, uma vez que parte das entrevistas orais pertencentes ao Projeto PRESEEA (cidades espanholas de Alcalá de Henares e de Granada) já havia sido analisada em trabalho anterior, em nível de Iniciação Científica. Além disso, são ainda pouco encontrados estudos da concessão em língua espanhola que associam o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional a um corpus que representa as duas modalidades linguísticas.

Visando oferecer uma descrição mais abrangente sobre as orações concessivas iniciadas por *aunque*, o presente trabalho organiza-se em quatro capítulos. O Capítulo I dedica-se a conceituar o fenômeno da concessão. Nele apresentamos os aspectos que definem uma oração concessiva e que as diferenciam de outras orações, tais como as adversativas, as causais e as condicionais. Também nesse capítulo oferecemos uma visão geral sobre a conjunção *aunque* e o processo evolutivo que a originou.

No Capítulo II, apresentamos a fundamentação teórica desta pesquisa: primeiramente são discutidos os conceitos básicos do funcionalismo e o estudo pioneiro de Crevels (1998, 2000a, 2000b) no âmbito da concessão; em seguida, descrevemos o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional, enfocando principalmente os níveis e camadas que julgamos relevantes a este estudo.

O Capítulo III está dedicado aos aspectos metodológicos da investigação. Nele definimos os objetivos, as perguntas de pesquisa e as hipóteses que norteiam nossas análises.

Também oferecemos nesse capítulo a descrição do *cópus* e discutimos as noções de fala e de escrita que caracterizam nosso trabalho. Ao final, apresentamos os fatores a serem investigados na análise das ocorrências.

O Capítulo IV apresenta a análise dos dados. Primeiramente oferecemos uma visão geral das ocorrências em termos de sua frequência nas modalidades falada e escrita. Em seguida, abordamos brevemente os casos em que a conjunção *aunque* não apresenta valor concessivo. Já as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das orações introduzidas por *aunque* concessivo são apresentadas a partir da camada dessas orações no modelo de estruturação da GDF. Na sequência discutimos alguns aspectos da análise que não se relacionam à camada da oração concessiva. Encerramos o capítulo com uma conclusão prévia a respeito das principais propriedades das orações concessivas identificadas.

Nas Conclusões, retomamos os principais aspectos discutidos ao longo deste trabalho e enfocamos os resultados da análise que melhor contribuíram para definir os diferentes tipos de orações concessivas encontrados. Por fim, apresentamos os possíveis desdobramentos deste trabalho para a pesquisa acadêmica.

CAPÍTULO I

AS ORAÇÕES CONCESSIVAS INTRODUZIDAS POR *AUNQUE*

Neste primeiro capítulo, definiremos o conceito de concessão que norteia a constituição das chamadas orações concessivas (1.1) e compararemos as orações concessivas com outras orações com as quais compartilham alguns traços semânticos, são elas: as orações adversativas (1.1.1), as causais (1.1.2) e as condicionais (1.1.3). Feitas as considerações sobre as propriedades gerais de uma oração concessiva, focalizaremos na seção 1.2 a conjunção *aunque*, oferecendo uma breve descrição de sua evolução histórica, para que possamos abordar ao longo deste trabalho as propriedades das orações que essa conjunção introduz.

Neste estudo, assumimos o fenômeno da subordinação adverbial com base no conceito de hipotaxe de Mathiessen e Thompson (1988), isto é, como sendo uma relação de dependência entre duas orações de uma mesma construção, sem que haja o encaixamento da oração dependente na estrutura da oração principal. Consideramos que, no caso da subordinação concessiva, tal relação de dependência não ocorre essencialmente no nível semântico-sintático, como propõem as gramáticas tradicionais, mas pode manifestar-se tão somente no nível pragmático.

Por adotarmos um conceito mais amplo de subordinação, manteremos a distinção *oração subordinada* e *oração principal* sempre que houver uma relação de dependência, seja no nível semântico-sintático, seja no nível pragmático, entre as duas orações que compõem uma única construção. Os termos *oração concessiva* e *oração subordinada* são utilizados para fazer referência à oração introduzida pela conjunção concessiva *aunque*. Já o termo *oração principal* refere-se à oração relacionada pragmática, semântica ou sintaticamente à oração concessiva. O termo *construção concessiva*, por sua vez, é utilizado para fazer referência ao conjunto composto pela oração subordinada e pela oração principal.

1.1 A RELAÇÃO CONCESSIVA

Segundo Bechara (1954, p. 8), a elaboração de uma construção concessiva reflete uma complexa situação psicológica do falante,⁵ pois, como defende Neves (1999, p. 547), a

⁵ Os termos *falante* e *ouvinte* são utilizados neste trabalho para designar os usuários de língua natural envolvidos no processo de interação, seja por meio da modalidade falada, seja por meio da modalidade escrita.

formulação de uma relação concessiva emprega uma série de conhecimentos, tais como: o tipo de relacionamento entre falante e ouvinte, as noções de compartilhamento de conhecimentos, o uso de estratégias argumentativas e o adiantamento de objeções. A fim de compreendermos como esses conhecimentos se relacionam em uma construção concessiva, consideremos o seguinte enunciado:

(01) **Embora chova**, irei à festa.

Segundo definição da *Real Academia Española* (2009, p. 3599) (doravante RAE), uma construção concessiva é aquela na qual a oração subordinada e a oração principal apresentam conclusões opostas, de tal forma que a oração concessiva indica um obstáculo ou condição ineficaz que não altera a realização do que é expresso na oração principal. Sendo assim, no caso do exemplo anterior, são combinadas duas situações conflitantes – “chover” e “ir à festa” –, pois é do conhecimento de mundo dos interlocutores que, quando chove, as pessoas evitam sair de suas casas. Ao relacionar essas duas situações, o falante busca demonstrar que, embora reconheça a chuva como um obstáculo, ela não impede a ação de sair.

Para Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008, p. 973), a principal propriedade de uma construção concessiva é contrariar uma expectativa, isto é, romper com a causalidade lógica presente no conhecimento de mundo dos participantes da interação. Assim, uma situação lógica esperada é a de que quando está chovendo, não se vai a uma festa; mas como (01) retrata uma construção concessiva, essa relação usualmente reconhecida é negada explicitamente.

Como afirma Crevels (2000a, p. 16), o vínculo existente entre as duas orações que constituem a construção concessiva não corresponde a um acarretamento,⁶ pois entre a oração subordinada e a principal não existe uma relação de causa-consequência, isto é, não se aceita primeiramente a validade da oração subordinada para depois aceitar a validade da oração principal. Tendo em vista que a relação existente entre o conteúdo da subordinada e o da principal é de incompatibilidade, só é possível garantir a validade de ambas as orações mediante a ruptura de um pressuposto lógico.

Utilizando o esquema lógico-semântico “Embora *p*, *q*” para representar uma construção concessiva, Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008, p. 973) defendem que, na

⁶ Como apresentado por Ilari e Gerdali (2001, p. 51), acarretamento, ou consequência, é a relação de significação que se estabelece entre duas orações de forma que, ao aceitar a verdade de uma oração, o falante necessariamente aceita a verdade da outra oração.

relação de concessão, o evento ou a proposição expressos na subordinada (representada por *p*) não impedem o evento ou a proposição expressos na principal (representada por *q*). Dessa forma, *p* não ocasiona *não-q*, sendo possível afirmar *q* independentemente do que é expresso em *p*. Para melhor ilustrar essa representação, tomemos como base os seguintes enunciados:

Enunciado *p*: João estuda muito.

Enunciado *q*: João reprovou na escola.

Observando a relação existente entre os dois enunciados anteriores, é possível dizer que eles são conflituosos, pois existe um conhecimento de mundo pressuposto em nossa cultura de que quem estuda muito é aprovado sem dificuldade. Assim, espera-se que *p* conduza a *não-q*, pressuposto esse que poderia ser esquematizado pela estrutura condicional “Se *p*, então *não-q*”, representada pelo exemplo (02):

(02) **Se** João estuda muito, **então** não deveria ter reprovado na escola.

Esse pressuposto, entretanto, é rompido em uma relação concessiva, pois se afirma a ocorrência de *q* (“João reprovou na escola”) independentemente da ocorrência de *p* (“João estuda muito”), que se torna um argumento insuficiente para gerar *não-q*. Nesse caso, a relação entre os enunciados pode ser apresentada da seguinte forma:

(03) **Embora** João estude muito, reprovou na escola.

Bechara (1954, p. 8) afirma que todo raciocínio concessivo é formulado a partir de dois processos: um deles, de caráter antecipativo,⁷ consiste no adiantamento de uma possível objeção da parte do ouvinte; e o outro, de caráter opositivo, refere-se à declaração de que tal objeção, ainda que verdadeira, não impedirá o cumprimento do que se expressa na oração principal. No exemplo (03), o primeiro processo é ilustrado pela antecipação que o falante faz de um possível contra-argumento do ouvinte – dizer que João estuda muito – ao que será enunciado posteriormente. Já o segundo processo se manifesta quando o falante comunica que

⁷ Bechara (1954) utiliza o termo hipotético para caracterizar o que aqui denominamos processo antecipativo. A mudança na terminologia foi realizada para que não se confunda o termo hipotético relacionado à antecipação de possíveis objeções, com o termo hipotético, referente à avaliação não-factual da oração concessiva.

João reprovou na escola, apesar da possível objeção expressa na oração anterior, que é sentida, portanto, como inválida.

Bechara (1954, p. 9) defende que o termo *concessiva*, utilizado para classificar essas relações ao mesmo tempo antecipativas e opositivas, abrange com propriedade o primeiro aspecto, porque, ao admitir uma possível objeção do ouvinte, o falante faz uma concessão a essa contra-argumentação, reconhecendo sua validade; porém, o autor considera que tal termo não contempla o aspecto opositivo dessas relações, pois não sugere a ineficácia da objeção descrita.

Também Neves (1999, p. 546) considera que o termo *concessiva* está intimamente vinculado à noção de “ceder”, “conceder”, representada pelo substantivo “concessão”, e, portanto, não reflete a propriedade que essas orações têm de anular uma relação causal. Assim, baseada nas ideias de Hermodsson (1994), a autora propõe como alternativa o termo *não-causal* por transmitir a ideia de ruptura lógica estabelecida nas construções concessivas.⁸

Como se torna evidente na proposta de terminologia de Neves (1999), para definir adequadamente as orações concessivas, é necessário compreendê-las em sua relação com outros domínios semânticos.

Sobre os aspectos formais que caracterizam as orações concessivas, König (1994, p. 679) afirma que elas podem ocupar todas as posições permitidas a uma oração adverbial em determinada língua, mas diferem de outras orações adverbiais nos seguintes aspectos:

- I. Não existe um advérbio interrogativo que possa representar a concessão, ao contrário de outras relações adverbiais, como as temporais, as modais e as causais, que podem ser representadas, respectivamente, pelos advérbios *quando*, *como* e *por que*. Os exemplos que propomos a seguir foram criados para ilustrar tal propriedade:

(04) **Quando** você chegou de viagem? (relação temporal)

(05) **Por que** você foi viajar? (relação causal)

(06) ***Embora** você tenha ido viajar? (relação concessiva)

- II. As orações concessivas não podem ser salientadas por partículas focalizadoras, diferentemente de algumas orações causais e condicionais. Os exemplos a seguir,

⁸ Embora este trabalho não tenha o objetivo de discutir qual seria uma terminologia mais adequada para tratar da relação que a tradição gramatical denomina *concessão*, apresentamos brevemente tal problemática para ilustrar a complexidade que envolve essas construções.

oferecidos por Crevels (2000a), demonstram em (07a) a possibilidade de focalizar uma oração causal por meio do advérbio *only*, o que não acontece com a oração concessiva apresentada em (07b):

(07) a. **Only because** it was raining... (CREVELS, 2000a, p. 24)
(Só porque estava chovendo...)⁹

b. ***Only although** it was raining... (CREVELS, 2000a, p. 24)
(*Só embora estivesse chovendo...)

III. As concessivas não podem ser o foco de uma sentença clivada, como vemos em (08b), em contraste com a causal, que permite a clivagem, conforme demonstra o exemplo (08a):

(08) a. **It was because** it was raining **that**... (CREVELS, 2000a, p. 24)
(É porque estava chovendo que...)

b. ***It was although** it was raining **that**... (CREVELS, 2000a, p. 24)
(É embora estivesse chovendo que...)

IV. As orações concessivas não podem ser foco de uma negação ou de uma interrogativa polar. O exemplo (09a) apresenta uma oração causal como foco de uma interrogação, o que não se dá com a oração concessiva representada em (09b):

(09) a. Was he harassed **because** he was a boxer? (CREVELS, 2000a, p. 24)
(Ele foi assediado porque era um boxeador?)

b. (?) Was he harassed **although** was a boxer? (CREVELS, 2000a, p. 24)
(?) (Ele foi assediado embora tenha sido um boxeador?)

Segundo König (1994, p. 679), essas propriedades demonstram uma singularidade na construção sintática das concessivas: elas não podem ser focalizadas. Para o autor, tal propriedade justifica o fato de as concessivas serem menos integradas a uma oração principal do que os demais tipos de subordinadas adverbiais.

Tendo em vista que algumas das propriedades utilizadas por König (1994) para caracterizar as concessivas não são exclusivas dessas orações, como é o caso das propriedades

⁹ As traduções que oferecemos neste trabalho são de nossa autoria e visam atuar apenas como um auxílio ao leitor; não devem, portanto, ser interpretadas como uma correspondência exata em português do enunciado apresentado na língua estrangeira.

I e III, também verificadas nas condicionais, estamos conscientes de que uma efetiva diferenciação das orações concessivas só será possível se considerarmos suas propriedades semânticas.

Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008, p. 974) enfatizam a relação que as orações concessivas mantêm com as coordenadas adversativas, bem como com as subordinadas adverbiais condicionais e causais. Especificamente no caso das subordinadas, as autoras afirmam a possibilidade de se traçar um espectro semântico desde as causais, passando pelas condicionais até as concessivas. Para Neves (2012, p. 174), o que há de comum em todas essas orações é o fato de compartilharem relações de condicionalidade e de causalidade, embora essas relações se manifestem de formas distintas nos três tipos oracionais.

Flamenco García (1999, p. 3011) também considera a existência de uma rede conceitual que, partindo da noção de temporalidade, estende-se pela causalidade, condicionalidade e concessão, na qual é possível afirmar (no caso das construções causais), supor (no caso das condicionais) ou negar (no caso das concessivas) a relação implicativa que se estabelece entre as orações pertencentes a tais construções. Para o autor, a existência dessa rede semântica deve-se ao caráter derivado das orações concessivas em relação aos outros domínios nocionais.

Em seu estudo tipológico, König (1994) identificou cinco principais fontes de desenvolvimento de conectivos¹⁰ concessivos: (i) expressões utilizadas para demonstrar desprezo; (ii) quantificadores de livre escolha; (iii) expressões utilizadas em afirmações enfáticas; (iv) expressões utilizadas para demonstrar co-ocorrência e; (v) conectivos condicionais e temporais. Aplicando as fontes encontradas pelo autor aos conectivos que atualmente expressam concessão em espanhol, podemos apontar a conjunção *aunque* como originada de (v), conforme veremos na seção 1.2.

Como todo processo de mudança linguística, a derivação entre domínios nocionais é um fenômeno gradativo. Dessa forma, como defende König (1986, p. 229), é possível verificar o surgimento de construções híbridas em pontos intermediários desse processo, ou seja, construções não-discretas que mantêm propriedades dos dois domínios nocionais em progressão. Na progressão semântica estabelecida entre a condicionalidade e a concessão, por exemplo, König (1986) identificou a existência de construções denominadas concessivo-condicionais, referendando a hipótese de que o desenvolvimento de conectivos concessivos pode surgir de estruturas originalmente condicionais.

¹⁰ O termo *conectivo* é aqui utilizado para designar expressões de várias categorias sintáticas que exercem a função de relacionar proposições ou fatos, de acordo com Van Dijk (1997, p. 52).

Tendo em vista, portanto, que a concessão se define pelos aspectos que a particularizam ou que a aproximam de outras relações semânticas, uma caracterização adequada das orações concessivas deve observar as interfaces que essas orações mantêm com as orações pertencentes aos outros domínios semânticos. Por esse motivo descreveremos em 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3, a relação que as orações concessivas estabelecem com as adversativas, com as causais e com as condicionais, respectivamente.

1.1.1 As orações concessivas e as adversativas

Neves (2012, p. 171) afirma haver uma correspondência entre a coordenação adversativa e a subordinação concessiva, uma vez que ambas as relações marcam uma quebra de expectativa sobre o funcionamento normal do mundo. Em Van Dijk (1977, p. 81-82), os conectivos concessivos e os adversativos são agrupados como **conectivos contrastivos**, pois tanto nas construções concessivas como nas adversativas, o conectivo introduz uma oração cujo conteúdo contrasta com o conteúdo da oração principal.

A fim de evidenciar as semelhanças e diferenças entre concessivas e adversativas, observemos as construções correspondentes em (10a-b):

(10) a. **Embora** eu goste muito de doces, evito comê-los.

b. Eu gosto muito de doces, **mas** evito comê-los.

Tanto na construção concessiva (10a) como na adversativa (10b) se afirma que o falante gosta de comer doces. Logo, espera-se que o falante coma com frequência os alimentos de que gosta e evite aqueles de que não gosta. No entanto, a segunda oração de cada uma das construções analisadas contrasta com o que havia sido enunciado anteriormente, pois nela o falante afirma que evita comer doces.

Segundo Van Dijk (1977, p. 81-82), além de contrariarem o curso esperado dos eventos do mundo, as orações concessivas e as adversativas compartilham a propriedade de marcar um evento inesperado ou indesejado, como ilustram os exemplos em (11a-b):

(11) a. I went fishing, **but** I didn't catch anything. (VAN DIJK, 1977, p. 81)
(Eu fui pescar, mas não peguei nada)

b. **Although** Peter is very clever, he is not very kind. (VAN DIJK, 1977, p. 81)
(Embora Peter seja muito inteligente, ele não é muito gentil)

contém o obstáculo ineficaz, enquanto na construção adversativa em (12b), a conjunção “mas” introduz a oração q – “evito comê-los”.

Já para Lavacchi e Nicolás Martínez (1994, p. 272), a diferença no processamento inferencial das adversativas e das concessivas está no valor de verdade da inferência por elas produzida. Segundo os autores, em uma construção adversativa, como (13), a informação contida na primeira oração (p) gera uma inferência falsa, sendo a inferência verdadeira expressa na segunda oração (q):

- (13) Llueve **pero** salgo (LAVACCHI; NICOLÁS MARTÍNEZ, 1994, p. 270)
(Está chovendo, mas vou sair)

Nesse exemplo, a oração p – *llueve* – faz com que o ouvinte infira que o falante não irá sair. Essa inferência, contudo, é negada pela oração q – *salgo* – introduzida pela conjunção adversativa *pero*. Nas construções concessivas, por outro lado, a inferência falsa é produzida pela oração introduzida pela conjunção, como observamos em (14):

- (14) **Aunque** llueve salgo (LAVACCHI; NICOLÁS MARTÍNEZ, 1994, p. 272)
(Apesar de estar chovendo, vou sair)¹²

Como é possível notar, em (14), a conjunção concessiva *aunque* introduz a oração p – *llueve* –, que leva o ouvinte a inferir que seu interlocutor não vai sair. Esta inferência é negada por meio da oração q , que contém a informação realizada – *salgo*.

Para Crevels (2000a, p. 19), as denominadas oração p e oração q se diferenciam quanto à força argumentativa que desempenham dentro de uma construção contrastiva. Segundo a autora, a oração q é argumentativamente mais forte do que a oração p , uma vez que afirma uma conclusão oposta à conclusão esperada a partir da oração p . Observemos os exemplos oferecidos pela autora:

- (15) **Aunque** me duelen los pies, puedo andar. (CREVELS, 2000a, p. 19)
(oração p) (oração q)
(Embora eu esteja com dor nos pés, posso andar)

¹² Uma tradução literal da conjunção *aunque* para o português seria a locução concessiva “ainda que”. No entanto, observamos que a semântica de *aunque* é mais abrangente do que sua correspondente literal, podendo ser, traduzida por “embora”, “apesar de (que)” e “mesmo que” a depender do contexto de uso. Assim, em nossas traduções, optamos pelo conectivo em português que melhor representa o fenômeno ilustrado em cada exemplo. Em (14), utilizamos a locução “apesar de” para marcar a avaliação factual da oração subordinada em espanhol.

- (16) Me duelen los pies, **pero** puedo andar. (CREVELS, 2000a, p. 19)
 (oración *p*) (oración *q*)
 (Os meus pés doem, mas posso andar)

Tanto na construção concessiva em (15) como na construção adversativa em (16) a informação afirmada na oração *q* – *puedo andar* – contraria a conclusão *no puedo andar*, esperada a partir da informação representada pela oração *p* – *me duelen los pies*. Apesar de Crevels (2000a, p. 39) também assumir que as construções concessivas se diferenciam das adversativas pelo fato de que naquelas o conectivo acompanha a oração *p*, como vemos em (15), enquanto nestas o conectivo acompanha a oração *q*, como vemos em (16), a autora observa que em algumas construções do espanhol é possível encontrar a conjunção *aunque* introduzindo a oração *q*. Vejamos o exemplo a seguir:

- (17) Me duelen los pies, **aunque** puedo andar. (CREVELS, 2000a, p. 19)
 (oración *p*) (oración *q*)
 (Os meus pés doem, embora eu possa andar/mas eu posso andar)

Em (17), observamos que a conjunção *aunque* ocupa a mesma posição da conjunção adversativa *pero*. Segundo Crevels (1998, 2000a), em tais contextos *aunque* adquire valor adversativo, sendo as orações denominadas **concessivas restritivas** por Flamenca García (1999, p. 3819). Para o autor, essas orações não representam um tipo semântico distinto das orações concessivas, pois o valor adversativo é, nesses casos, um efeito de sentido produzido pela combinação das seguintes propriedades estruturais, sempre presentes em construções adversativas: a posposição da oração introduzida por *aunque*, o verbo da subordinada no modo indicativo e a presença de pausa entre as duas orações da construção.

Flamenca García (1999, p. 3814-3816) apresenta como principal diferença entre as concessivas e as adversativas o fato de que as orações concessivas podem mudar de posição com relação a sua oração principal. Como as orações concessivas introduzem conteúdos dados ou novos, elas tendem, segundo o autor, a vir em posição anteposta no primeiro caso, e em posição posposta no segundo. Considerando que as orações adversativas, por sua vez, sempre introduzem um conteúdo novo, elas sempre ocuparão a segunda posição da construção adversativa.

A reversibilidade da posição ocupada pela oração concessiva não implica, contudo, a construção de enunciados simétricos,¹³ pois a mudança na ordem em que a concessiva aparece pode ocasionar alterações pragmáticas na oração, (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3817), como discutiremos mais detalhadamente no capítulo III.

Tendo em vista os elementos que aproximam e que distanciam as orações concessivas das adversativas, é possível concebê-las como estratégias complementárias disponíveis ao falante, cada uma apresentando configurações pragmáticas próprias, como defende Flamenco García (1999, p. 3810). Como procuramos demonstrar, a relação entre a concessão e a adversidade deve ser vista não só nos campos semântico e sintático, mas também no campo pragmático.

1.1.2 As orações concessivas e as causais

Como anteriormente mencionado, diversos autores, dentre eles Flamenco Garcia (1999), Neves (1999) e Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008), propõem a existência de uma rede abarcando as orações causais, as condicionais e as concessivas, uma vez que todas elas lidam, ainda que de formas distintas, com expressões de causalidade e com a satisfação de condições. Para representar a rede semântica idealizada pelos autores, propomos o esquema a seguir:

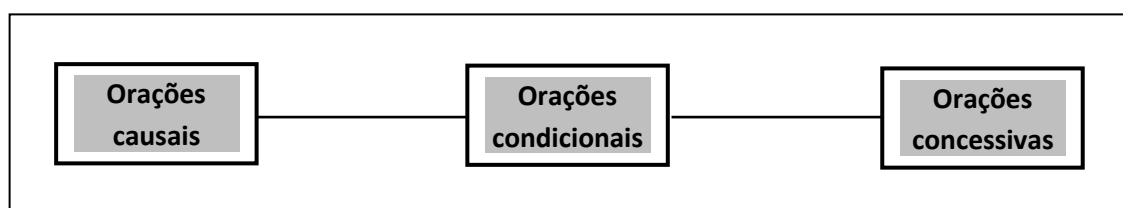


Figura 1 - Rede semântica entre causais, condicionais e concessivas

Na figura 1, observamos que as orações causais e as concessivas ocupam posições opostas. Tal disposição deve-se ao fato de que, nas construções causais, o vínculo implicativo entre a subordinada e a principal é afirmado, enquanto nas construções concessivas, a relação implicativa esperada a partir do conhecimento de mundo dos interlocutores é negada. Já as orações condicionais ocupam a posição intermediária, pois o vínculo entre o conteúdo da

¹³ A propriedade da simetria diz respeito à possibilidade de alterar a ordem dos membros de uma construção sem que ocorra perda de aceitabilidade ou mudança de interpretação. (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3817)

oração subordinada condicional e o conteúdo da oração principal não é afirmado, nem negado, mas apenas conjecturado.

Como conclui Hermodsson (1994, p. 93 apud Neves, 1999, p. 546), um conectivo concessivo exerce a função de anular a causalidade prevista na relação entre o que se enuncia na subordinada e o que se enuncia na principal, por isso, as construções que apresentam conectivos concessivos oferecem um sentido oposto ao de uma construção causal. Vejamos como a negação de uma relação causal se estabelece com base nos exemplos a seguir:

(18) Não comprei um carro novo **porque** não tinha dinheiro.

(19) **Embora** não tivesse dinheiro, comprei um carro novo.

Na construção causal em (18), a relação estabelecida entre o conteúdo das duas orações corresponde à implicação esperada com base no conhecimento extralinguístico compartilhado por falante e ouvinte de que uma pessoa sem dinheiro não tem condições de comprar um carro novo. Já na construção concessiva em (19), a relação implicativa entre o conteúdo das duas orações não ocorre, pois a oração concessiva apresenta uma causa – “eu não tinha dinheiro” - que não condiz com o resultado descrito na oração principal – “comprei um carro novo”.

1.1.3 As orações concessivas e as condicionais

Segundo a RAE (2009, p. 3529) as orações concessivas e as condicionais caracterizam-se tanto pela complexidade de sua estrutura formal quanto pela heterogeneidade de seus significados: embora sejam classificadas pela tradição gramatical como orações subordinadas adverbiais, as orações concessivas e as condicionais não atuam como advérbios, mas desempenham uma conexão lógico-argumentativa entre premissas e conclusões. Além disso, as duas orações que compõem tanto as construções condicionais como as concessivas estabelecem uma relação de interdependência, de tal forma que a supressão de uma delas compromete a gramaticalidade e o sentido de toda a construção.

Quanto às distinções entre as construções concessivas e as condicionais, Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattnher (2008, p. 974) afirmam que, enquanto as construções condicionais expressam o curso esperado dos eventos relatados em cada uma das orações, nas construções concessivas o curso assumido pelos eventos é inesperado. Assim, segundo as autoras:

[...] nas condicionais, espera-se que a escolha de um dos elementos disjuntos implícitos na prótase influa nos resultados expressos na apódose, enquanto nas concessivas o resultado codificado pela sentença nuclear não é afetado pelo que se afirma na sentença concessiva. (NEVES; BRAGA; DALL'AGLIO-HATTNER, 2008, p. 975).¹⁴

Uma oração condicional, portanto, estabelece implicitamente a alternância entre duas situações possíveis de ocorrer, sendo que a escolha de uma delas determinará o resultado apresentado na oração principal. Já nas construções concessivas, a oração subordinada não interfere na realização da oração principal. Vejamos essa diferença entre as construções condicionais e as concessivas por meio dos exemplos a seguir:

(20) Aqui, **se** você não fala, o motorista dorme. (NEVES, 2012, p. 163)

(21) Aqui, **ainda que** você fale, o motorista dorme.

Observa-se que, na construção condicional em (20), é dada ao interlocutor a opção de falar ou não falar; porém os efeitos resultantes serão distintos a depender de escolha feita pelo interlocutor: se optar por falar, o motorista não irá dormir; se optar por não falar, o motorista irá dormir. Em construções condicionais, portanto, como afirma Neves (2012, p. 175), o vínculo causal é hipotético e a relação condicional é declarada.

Na construção concessiva (21), por sua vez, a opção realizada pelo interlocutor não modificará o que se realiza na oração principal: falar ou não falar é irrelevante, pois o motorista irá dormir independentemente da opção escolhida. Logo, como defende Neves (2012, p. 175), nas construções concessivas, além de a relação causal ser negada, a relação condicional é dispensada.

1.1.3.1 As construções concessivo-condicionais

Ao estudarem a relação entre concessão e condição no que diz respeito ao surgimento de conectivos concessivos resultantes da evolução de conectivos condicionais, König (1986) e Haspelmath e König (1998) reconhecem a existência de construções híbridas denominadas **concessivo-condicionais** (*concessive condicional*), que, por se encontrarem entre as concessivas e as condicionais prototípicas, compartilham traços com ambas.

¹⁴ Os termos *prótase* e *apódose* referem-se, respectivamente, à oração subordinada e à oração principal de uma construção condicional.

Segundo König (1986) e Rodríguez Rosique (2012 p. 94), as construções concessivo-condicionais assemelham-se às condicionais prototípicas por suspenderem a factualidade da oração subordinada, isto é, por expressarem uma oração de conteúdo hipotético, bem como por estabelecerem uma relação implicativa entre a subordinada e a principal.

Contudo, os autores afirmam que as construções concessivo-condicionais se diferenciam das condicionais prototípicas por expressarem na subordinada não apenas uma condição, mas sim um conjunto de condições aplicáveis à oração principal. Em seu estudo tipológico, Haspelmath e König (1998) verificaram que esse conjunto de condições pode se apresentar de três formas distintas, caracterizando, portanto, três tipos de construções concessivo-condicionais:

- I. **Concessivo-Condicionais escalares:** são introduzidas por partículas focalizadoras, tais como *even*, em inglês, e *incluso*, *aun* e *ni siquiera*, em espanhol. Para König (1986, p. 231) e Haspelmath e König (1998, p. 566), essas orações caracterizam-se por focalizarem o extremo de uma escala de condições, isto é, por introduzirem a situação menos provável de ocorrer ou a mais forte para impedir a ocorrência do que se afirma na oração principal, como podemos observar nos exemplos oferecidos em (22) e (23):

(22) The match will be on **even if it is raining**. (KÖNIG, 1986, p. 232)
(O jogo ocorrerá mesmo se estiver chovendo)

(23) **Incluso si hay temporal**, Antonio sale a pescar. (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3843)
(Mesmo se há temporal, Antonio sai para pescar)

Nos exemplos anteriores, a problematização expressa na oração subordinada é posta em uma escala graças às locuções *even if*, em (22) e *incluso si*, em (23), sendo ambas resultantes da combinação de uma partícula focalizadora – *even* e *incluso* – com uma conjunção condicional – *if* e *si*, respectivamente. Nesses exemplos, dentre uma série de obstáculos que poderiam impedir a ocorrência do que se afirma na oração principal, isto é, impedir que o jogo ocorra, em (22), e que Antonio pesque, em (23), a chuva é vista como o mais eficaz. Porém, o que é admitido na oração principal contraria a expectativa criada na oração subordinada, pois nem mesmo com a chuva, o jogo deixará de ocorrer e Antonio, de pescar.

Ao focalizarem o ponto extremo de uma escala de condições, as concessivo-condicionais escalares englobam, por implicação, os valores menores presentes nessa escala,

que também são vistos como insuficientes para impedir a ocorrência do que se comunica na oração principal. Assim, nos exemplos anteriores, se o jogo e a pesca ocorrem apesar do pior obstáculo, que é a chuva, também ocorrerão diante de obstáculos menos desfavoráveis.

- II. **Concessivo-condicionais alternativos:** para Haspelmath e König (1998, p. 231), essas orações caracterizam-se por apresentarem uma disjunção, isto é, a subordinada indica duas situações alternativas e excludentes que conduzem a uma mesma implicação na principal, o que pode ser representado pelo esquema “tanto se *p* como se não *p*, *q*”, como ilustra Flamenco García (1999, p. 3846). As orações concessivo-condicionais alternativos em inglês são compostas por fórmulas reduplicativas ou correlativas como *whether...or not*, conforme vemos no exemplo (24); enquanto em espanhol, encontramos estruturas como *(tanto/lo mismo) si... como si; ya... ya; bien... bien; ni que... ni que; que... (o) que*, ilustradas pelo exemplo (25):

(24) **Whether he is right or not**, we must support him. (KÖNIG, 1986, p. 231)
(Estando ele certo ou não, nós devemos apoiá-lo)

(25) **Si le agrada como si no le agrada**, pienso comprarme este abrigo. (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3847)
(Se lhe agrada ou se não lhe agrada, penso em comprar este casaco para mim)

Podemos notar que, nesses exemplos, a oração subordinada apresenta uma correlação de duas situações contrárias para demonstrar que não importa qual das alternativas venha a ocorrer, pois nenhuma delas fará com que o conteúdo expresso na oração principal deixe de se realizar. Assim, em (24), ele pode estar certo ou errado, mas será apoiado em todas as situações; e em (25), ele pode gostar do casaco ou não, mas isso não importa, pois o casaco será comprado de qualquer maneira.

Se as orações subordinadas apresentadas em (24) e em (25) contivessem somente o primeiro elemento da correlação, elas representariam uma construção condicional prototípica – *Whether he is right, we must support him* e *Si le agrada, pienso comprarme este abrigo* –, mas é justamente o fato de haver mais de uma condição expressa na oração subordinada que faz com que tais construções sejam agrupadas como concessivo-condicionais.

- III. **Concessivo-condicionais universais:** são introduzidas por um quantificador universal, ou também chamado quantificador de livre escolha, tais como *however*,

wherever e *whoever* em inglês, e *comoquiera*, *dondequiera*, *quienquiera*, e similares, em espanhol. Segundo Haspelmath e König (1998, p. 335), as construções concessivo-condicionais universais, assim como os demais tipos de construções concessivo-condicionais, apresentam na oração subordinada mais de uma possibilidade de ocorrência, porém, ao contrário dos outros tipos, essas possibilidades não se restringem aos elementos disponíveis no universo discursivo, como vemos nos exemplos a seguir, referentes ao inglês e ao espanhol:

- (26) **Whatever they offer her**, she won't accept it. (HASPELMATH; KÖNIG, 1998, p. 567)
(O que quer que eles lhe ofereçam, ela não aceitará)
- (27) Este chico, **dondequiera que vaya**, siempre hará amistades. (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3848)
(Este menino, aonde quer que vá, sempre fará amizades)

Em (26) existe uma infinidade de elementos que podem ser oferecidos, e em (27), uma infinidade de lugares onde o menino pode ir, mas não importa o que seja oferecido, ou a qual lugar ele vá, pois nenhuma dessas opções impedirá que se realize o evento da principal, ou seja, que os elementos oferecidos sejam negados, em (26), e que o menino faça amizades, em (27).

A respeito do vínculo entre as construções concessivo-condicionais e as concessivas prototípicas, König (1986, p. 231) e Haspelmath e König (1998, p. 567) afirmam que as construções concessivo-condicionais estão relacionadas às construções concessivas porque também ilustram um contraste entre duas situações: ao relatarem, na oração subordinada, uma série de condições, pelo menos uma delas será conflitante com o que se expressa na oração principal.

Outra propriedade comum entre as construções concessivo-condicionais e as concessivas, apontada pelos autores, é que, apesar de apresentarem uma oração subordinada de conteúdo hipotético, como as condicionais, o conteúdo da oração principal mantém-se factual, como nas concessivas. As semelhanças e diferenças entre as construções condicionais, concessivas e concessivo-condicionais no que diz respeito à factualidade são apresentadas abaixo por meio dos exemplos adaptados de Haspelmath e König (1998, p. 335):

- (28) a. Se não conseguirmos apoio financeiro, não continuaremos com o projeto.
Hipotética *Hipotética*

b. Mesmo se não conseguirmos apoio financeiro, continuaremos com o projeto.

Hipotética

Factual

c. Embora não tenhamos conseguido apoio financeiro, continuaremos com o projeto.

Factual

Factual

O exemplo (28a) apresenta uma construção condicional, pois a oração subordinada expressa um conteúdo possível de ocorrer e que implica a realização do que se enuncia na oração principal. Isso significa que o conteúdo da principal só ocorrerá se antes ocorrer a condição enunciada na subordinada. Portanto, as duas orações da construção apresentam conteúdos hipotéticos.

Em (28c), por sua vez, temos um exemplo de construção concessiva, pois, na oração subordinada, o falante reconhece a existência de um obstáculo, mas esse obstáculo não interfere no que se enuncia na oração principal. Assim, tanto a subordinada como a principal têm um conteúdo factual. O termo factual é utilizado para designar uma proposição assumida como verdadeira tendo em vista o conhecimento dos interlocutores sobre o mundo em que vivem.

Já a construção intermediária, em (28b), retrata uma construção concessivo-condicional. Assim como a oração condicional em (28a), a oração subordinada em (28b) traz um conteúdo hipotético, pois não se sabe se haverá apoio financeiro; porém, assim como na construção concessiva em (28c), em (28b) o conteúdo da oração principal se afirma independentemente de a situação expressa na subordinada ser factual ou não. Por apresentarem um conteúdo hipotético na oração subordinada e um conteúdo factual na oração principal, as construções concessivo-condicionais são denominadas **semifactuais**.

O vínculo entre as construções concessivo-condicionais e as concessivas propriamente ditas também se verifica diacronicamente, pois, como postulado por König (1986, p. 232) e ratificado por Haspelmath e König (1998, p. 567-568), os conectivos concessivo-condicionais podem se desenvolver em conectivos concessivos. Esse fenômeno é evidenciado nas construções concessivo-condicionais escalares: como afirma König (1986, p. 232), os conectivos que marcam essa relação surgem, geralmente, da união de uma partícula focalizadora com uma conjunção condicional. Já em um estágio mais adiantado de seu

processo de gramaticalização,¹⁵ esse conectivo concessivo-condicional pode especializar-se para atuar em contextos concessivos.

A teoria sobre a evolução dos conectivos concessivos apresentada em König (1986) e em Haspelmath e König (1998) é de interesse aos estudos que se voltam para a conjunção *aunque*, pois, como detalharemos na próxima seção, acredita-se que essa conjunção tenha se originado a partir de um uso concessivo-condicional, o que, sincronicamente, justifica a presença de *aunque* em contextos hipotéticos e factuais.

1.2 A ORIGEM DA CONJUNÇÃO AUNQUE

A afirmação de que a conjunção *aunque* é a mais utilizada para introduzir orações de sentido concessivo na língua espanhola atual pode ser encontrada tanto em gramáticas como a da RAE (2009), de Alarcos Llorach (1999) e de Gili Gaya (1943-2000), como no estudo funcionalista de Crevels (1998).

Segundo Ibba (2007, p. 496), ao contrário da maioria das conjunções concessivas do espanhol, que se originaram de uma forma proveniente do latim, a conjunção *aunque* resulta de um processo de gramaticalização, que, nas palavras de Hernández Alonso (1996, p. 157) culminou na junção fonética e gráfica de dois elementos linguísticos – o advérbio *aun* (“ainda”) e a conjunção *que*. Em seu estudo sobre a origem de *aunque*, Elvira (2005) apresenta três hipóteses sobre os possíveis antecedentes dessa conjunção. Reproduziremos na sequência as hipóteses oferecidas pelo autor, pois julgamos que conhecer os aspectos referentes à origem de *aunque* pode auxiliar no estudo dos usos atuais dessa conjunção.

A primeira hipótese quanto ao surgimento de *aunque*, discutida por Elvira (2005) e também exposta por Ibba (2007), considera que essa conjunção e o seu valor concessivo estão relacionados com a evolução do advérbio *aun*, que, em um primeiro estágio da língua, seria o responsável por representar o valor concessivo quando ocorresse diante de verbos no modo subjuntivo. Em um segundo momento, a partícula *que* se uniria com a estrutura *aun* + *subjuntivo*, formando a estrutura concessiva atual *aunque*.

A segunda hipótese, predominante nos estudos recentes, como afirmam Elvira (2005, p. 74) e Ibba (2007, p. 497), parte da ideia de que o valor concessivo tenha surgido da combinação de *que* + *subjuntivo*, estrutura à qual se uniria posteriormente o advérbio *aun* como simples elemento de reforço. Esta hipótese tem como base o fato de que, no espanhol

¹⁵ Segundo Kurylowicz (1965), denomina-se *gramaticalização* o processo pelo qual um item lexical se torna um item gramatical, ou pelo qual um item gramatical se torna ainda mais gramatical.

medieval, a partícula *que* podia assumir diversos valores subordinativos, dentre eles o concessivo, a depender de seu contexto de uso, conforme ilustra o exemplo (29), oferecido por Elvira (2005, p. 75):

- (29) **Que** clamemos merçed, oýdos non seremos (ELVIRA, 2005, p. 75)
(Ainda que clamemos benevolência, não seremos ouvidos)

Elvira (2005, p. 81), no entanto, defende que o surgimento da conjunção *aunque* a partir de um *que* universal não é um fato constatável, pois, no conjunto de textos históricos analisados pelo autor, foram encontrados escassos exemplos de *que* com natureza concessiva.

A partir desse resultado, Elvira (2005, p. 75) propõe uma terceira hipótese para o surgimento de *aunque*, segundo a qual essa conjunção se derivaria de uma estrutura concessivo-condicional. Conforme explica Elvira (2005, p.74-75), para alcançar esse valor concessivo-condicional, a conjunção *aunque* passa por algumas etapas de evolução, cuja origem está no advérbio temporal *aun*, proveniente do latim *adhuc* (“até agora”, “ainda”), utilizado para fazer referência a eventos do passado cuja duração atingia o momento presente. Com o tempo, *aun* teria sofrido uma ampliação desse sentido originário, passando a indicar não só o limite de uma sequência temporal, como observamos em (30), mas também o ponto extremo de uma sucessão de ações, eventos ou estados. Nesse último caso, *aun* atua como uma partícula focalizadora, conforme demonstrado em (31):

- (30) **Aun** no recuerdo tu nombre. (ELVIRA, 2005, p. 75)
(Ainda não lembro o seu nome)

- (31) Juan enmudeció, palideció y **aun** lloró de rabia. (ELVIRA, 2005, p. 75)
(João emudeceu, empalideceu e até chorou de raiva)

Elvira (2005, p. 76) afirma que, a partir desse ponto evolutivo, o focalizador *aun* estende seu uso a três domínios nocionais. No primeiro domínio, ilustrado anteriormente pelo exemplo (31), *aun* adquire sentido aditivo ao ressaltar o último elemento de uma série de eventos, assumindo valor similar a *incluso*.

Em um segundo domínio, o advérbio *aun* passa a relacionar-se com noções de quantidade, qualidade ou número, aparecendo combinado a modificadores como *más* e *mejor*. Com esse sentido, *aun* converte-se em um marcador de posição extrema no campo da comparação e da gradação, originando expressões como *aun mejor*, *aun peor* e *aun mayor*, como exemplifica (32):

- (32) E despues fizo **aun mayor** cosa. (ELVIRA, 2005, p. 78)
(E depois fiz coisa ainda maior)

No exemplo anterior, o uso do advérbio *aun* combinado com o modificador *mayor* estabelece uma gradação qualitativa, ao expressar que, de todas as atitudes praticadas pelo falante, a ação a ser narrada tem maior valor do que as apresentadas anteriormente.

Já no terceiro domínio, o uso de *aun* como partícula focalizadora amplia suas possibilidades combinatórias e passa a focalizar não só o último elemento de uma série, como visto em (31), mas também um conjunto de categorias sintáticas, dentre elas sujeitos, objetos diretos, complementos preposicionais, complementos adverbiais e predicativos. Os novos usos de *aun* enquanto partícula focalizadora são representados pelos exemplos a seguir:

- (33) Y enriqueciola tanto que todas las otras tierras que eran en affrica tremien antel so nombre e **aun** las de asia e de europa. (ELVIRA, 2005, p. 78)
(E a enriqueceu tanto que todas as outras terras que estavam na África tremiam ante seu nome e até as terras da Ásia e da Europa)
- (34) e mataron de noche todos los caualleros que estauan por guardas de las cibdades assi que **aun** los ninnos pequennos que eran sin culpa no dexaron auida. (ELVIRA, 2005, p. 78)
(e mataram de noite todos os cavaleiros que estavam de guarda nas cidades, desse modo até as crianças pequenas que não tinham culpa não deixaram vivas)

Em (33), observamos o uso de *aun* focalizando o sujeito “as terras da Ásia e da Europa”, e em (34), o objeto direto “as crianças pequenas”. Em todos os casos, o uso da partícula focalizadora cria um aspecto gradativo, em que o termo focalizado corresponde ao elemento mais difícil de ser atingido ou o menos provável de ocorrer.

Elvira (2005, p. 79) argumenta que, em seu processo evolutivo, *aun* não se limitou ao vínculo entre sintagmas, mas acompanhou também frases adverbiais que incorporavam a mesma ideia de limite, sendo um exemplo a combinação de *aun* com as subordinadas introduzidas por *cuando*, formando a estrutura *aun cuando*. Além disso, tornou-se possível o vínculo de *aun* com estruturas propriamente condicionais, como os casos de *aun si*, resultando na formação das estruturas concessivo-condicionais, que deveriam ser lidas com sentido equivalente às orações que, atualmente, são introduzidas por *incluso si*. O uso medieval de *aunque* pode ser verificado no seguinte exemplo:

- (35) **aun que** la començassen que la non acabarien. (ELVIRA, 2005, p. 80)
(mesmo que a comessem, não a acabariam)

O enunciado apresentado em (35) ilustra o uso da forma *aun que* com valor concessivo-condicional, pois o conteúdo da oração subordinada não é factual, uma vez que o falante assume que não se começou uma dada ação no passado, mas supõe que mesmo que a tivessem começado, não a teriam terminado. O sentido hipotético dessas construções concessivo-condicionais é atribuído também pelo uso do subjuntivo no verbo da oração subordinada.

Do trajeto histórico que realizamos, foi possível observar a intrínseca relação entre o domínio das orações concessivas e o das condicionais, como já apontado ao longo da seção 1.1. Assim, acreditamos que a possibilidade de *aunque* introduzir, além de orações factuais, orações não-factuais no espanhol atual pode ter surgido do processo originário dessa conjunção a partir de seu uso concessivo-condicional no espanhol medieval.

No capítulo II, descreveremos os pressupostos teóricos do funcionalismo e o modo de organização da Gramática Discursivo-Funcional, por meio da qual buscaremos classificar os diferentes tipos de orações concessivas iniciadas por *aunque* a depender de suas propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas.

CAPÍTULO II

AS ORAÇÕES CONCESSIVAS DENTRO DE UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Este capítulo discorre sobre as bases teóricas que fundamentam nossa investigação científica. Como este trabalho segue uma visão funcionalista da linguagem, apresentaremos, na seção 2.1, os principais aspectos da abordagem funcionalista, conferindo destaque ao modelo teórico proposto por Dik (1997a, 1997b), que norteou os estudos sobre as orações concessivas realizados por Crevels (1998, 2000a, 2000b), a serem descritos em 2.2. Já na seção 2.3 ofereceremos uma visão geral dos princípios básicos e do modo de estruturação da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), modelo teórico adotado neste trabalho. Por fim, na seção 2.4, apresentaremos os tipos de oração concessiva definidos pela GDF ou propostos por trabalhos anteriores que também se valeram dessa teoria.

2.1 O FUNCIONALISMO

O **funcionalismo**, enquanto corrente linguística, caracteriza-se por investigar os fenômenos linguísticos como motivados pelas funções que desempenham em contextos reais de comunicação. Cunha (2008, p. 157) defende que a investigação linguística exercida pelo funcionalismo vai além da análise da estrutura gramatical. Isso ocorre porque essa abordagem vê a estrutura de uma expressão linguística como determinada pela situação comunicativa em que é enunciada, isto é, a forma assumida por tais expressões reflete a relação entre os interlocutores, seus propósitos comunicativos e os comportamentos sociais exigidos pelo contexto em que ocorre a interação.

Uma vez que este trabalho lida com dados reais de comunicação em suas modalidades falada e escrita, optamos pela abordagem funcionalista, pois, ao voltar-se para o uso efetivo da língua no processo de interação, acreditamos que essa abordagem sustentará os questionamentos sobre as estratégias comunicativas que condicionam o uso das orações concessivas no espanhol peninsular.

O funcionalismo, enquanto paradigma teórico, não é constituído por uma única teoria homogênea, mas sim por um conjunto de teorias particulares que compartilham alguns princípios básicos, dentre os quais se destaca a concepção da linguagem como instrumento de

comunicação entre os seres humanos, conforme defendido por Dik (1997a). Isso significa que, para as teorias de perspectiva funcionalista, não há sentido em estudar a linguagem sem antes considerar a função que ela desempenha no processo comunicativo. (GARCÍA VELASCO, 2003, p. 21).

Qualquer teoria que se enquadre no paradigma funcionalista também defende a integração de componentes diversos, isto é, reconhece que a capacidade linguística está integrada tanto às atividades sócio-comunicativas de um indivíduo como aos demais processos cognitivos realizados em sua mente (NEVES, 1997, p. 24).

Para as teorias funcionalistas, o sistema linguístico – que inclui os aspectos morfológicos, sintáticos e fonológicos de uma língua – não só é moldado, como também modificado por influência de fatores cognitivos, socioculturais e históricos (BUTLER; HENGEVELD, 2012). Assim, como defende Cunha (2008, p. 158), ao mesmo tempo em que a língua desempenha funções externas ao sistema linguístico, são essas funções as responsáveis por moldarem a organização do próprio sistema.

Para o funcionalismo, a língua é concebida como um instrumento de interação social entre seres humanos, cuja principal função é estabelecer a comunicação entre seus usuários. Assim, Dik (1997a) propõe um modelo de Gramática Funcional (doravante GF) cujo objetivo é reconstruir parte da capacidade linguística do usuário de língua natural, visando compreender como esses usuários obtêm sucesso na comunicação linguística, isto é, como eles se fazem entender.

Na visão de Dik (1997a, p. 12-15), para que uma gramática seja considerada funcionalista, ela deve corresponder a um modelo de análise linguística que ofereça uma explicação completa e adequada sobre o modo como uma língua se organiza, sendo que, para atingir esse objetivo, tal gramática precisa estar adequada pragmática, psicológica e tipologicamente.

Segundo Dik (1997a, p. 13), uma gramática com adequação pragmática configura um modelo de análise que pode ser inserido dentro de qualquer teoria pragmática mais ampla, pois explica as propriedades das expressões linguísticas tendo em vista o modo como essas expressões são utilizadas na situação comunicativa. Uma gramática funcionalista deve, portanto, relacionar a forma das expressões linguísticas com as regras e princípios que norteiam a interação verbal.

Para que um modelo gramatical atinja adequação psicológica, Dik (1997a, p. 13-14) argumenta que esse modelo precisa refletir o mais diretamente possível o comportamento linguístico dos usuários de uma língua natural e a forma como esses usuários exercem sua

competência linguística para produzir e interpretar expressões em sua língua. Assim, para o autor, uma gramática funcionalista deve constituir-se em um modelo de produção e interpretação dos enunciados linguísticos, bem como armazenar os elementos e as regras necessárias para ambos os processos.

Por fim, Dik (1997a, p. 14-15) propõe que uma gramática funcionalista se desenvolva a partir da observação dos dados de uma ampla variedade de línguas, pois somente uma gramática com adequação tipológica poderá abranger os fenômenos das mais diversas línguas, bem como explicar de um modo sistemático as semelhanças e diferenças entre elas.

2.2 ANTECEDENTES FUNCIONALISTAS NA INVESTIGAÇÃO DE *AUNQUE* CONCESSIVO

Com base nos princípios funcionalistas definidos por Dik (1997a, 1997b), Crevels (1998, 2000a, 2000b), volta seus estudos para a análise das orações concessivas utilizando o modelo de estruturação da Gramática Funcional.

De acordo com Dik (1997a, p. 49), o modelo de estruturação da GF analisa todos os textos de uma língua natural como possíveis de serem divididos em constituintes oracionais e extraoracionais. Os elementos oracionais devem ser descritos em termos de uma estrutura oracional subjacente abstrata, que será representada na forma real de uma expressão linguística correspondente por meio de um sistema de regras de expressão, que determinam a forma, a ordem e o padrão prosódico dos constituintes da estrutura subjacente.

Para a construção de uma estrutura subjacente, Dik (1997a, p. 50-55) explica que primeiramente é necessário que um predicado, isto é, uma propriedade ou relação, seja aplicado a um número adequado de termos, isto é, entidades existentes no mundo real ou no mundo imaginário e que podem ser localizadas no espaço. O resultado da aplicação de um predicado aos termos adequados consiste na predicação, que designa um estado-de-coisas. Assim, um estado-de-coisas é definido como algo que acontece no mundo real ou que é criado no mundo mental do falante ou do ouvinte, podendo ser percebido de alguma maneira e localizado no tempo e no espaço.

Uma predicação pode ser construída em uma estrutura de ordem mais alta, a proposição, que designa um conteúdo proposicional ou um fato possível. Segundo o autor, nesse nível são expressos crenças e conhecimentos avaliados quanto ao seu valor de verdade, ou seja, o conteúdo da proposição é algo em que se acredita ou não.

A proposição também pode ser construída em um nível mais elevado, dentro de um esquema ilocucionário, resultando em um ato de fala, ou, nos termos de Dik (1997a, p. 53), uma estrutura oracional subjacente completa, dotada de uma força ilocucionária que determinará os tipos de sentenças.

Considerando as definições trazidas até o momento, a organização das expressões linguísticas em camadas configura-se, como indica Dik (1997a, p. 55), da seguinte forma ascendente:

Unidade estrutural	Designação	Variável
Oração	Ato de fala	E
Proposição	Conteúdo proposicional	X
Predicação	Estado-de-coisas	e
Predicado	Propriedade/relação	f

Quadro 1 – Tipos de entidades designadas pelas camadas da estrutura oracional subjacente (DIK, 1997a, p. 55)¹⁶

Os trabalhos desenvolvidos por Crevels (1998, 2000a, 2000b) representam uma contribuição inédita aos estudos voltados para a concessão dentro do aparato funcionalista. Interessada em relacionar as orações concessivas com as camadas propostas por Dik (1997a), a autora observa os diferentes usos das principais conjunções concessivas sob um ponto de vista tipológico, conferindo uma atenção especial à conjunção *aunque*, foco do nosso trabalho, por ser “[...] de longe a mais frequente conjunção concessiva em espanhol”¹⁷ (CREVELS, 1998, p. 131).

Em seus resultados, Crevels (1998, p. 133) observa que as orações concessivas podem atuar em todas as camadas definidas por Dik (1997a) a partir da camada da predicação, pois em níveis mais baixos a expressão de concessão só se realiza por meio de elementos não-oracionais. A afirmação da autora toma por base as pesquisas de Sweetser (1990), que, a partir de dados do inglês, revelou a ocorrência de conjunções causais e concessivas em três domínios distintos: o domínio do conteúdo, o epistêmico e o dos atos de fala, correspondentes com as camadas superiores à do predicado no modelo de estruturação da GF. Tendo em vista que a função desempenhada pelas orações concessivas varia de acordo com sua camada, Crevels (1998, 2000a, 2000b) divide essas orações em quatro tipos que serão apresentados de forma mais detalhada na sequência.

¹⁶ Entity types designates by layers of underlying clause structure.

¹⁷ [...] which is by far the most frequent concessive conjunction in Spanish.

2.2.1 Orações concessivas predicativas

Segundo Crevels (1998, 2000a, 2000b), as orações concessivas predicativas, que atuam no domínio do conteúdo (SWEETSER, 1990), alojam-se na camada da predicação ao descreverem um evento ou estado-de-coisas que configura um obstáculo à realização do evento ou estado-de-coisas descrito na oração principal, mas que não consegue impedi-lo.

Para Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008, p. 976), que também apresentam uma classificação em tipos para as concessivas em português, as concessivas predicativas frustram uma expectativa causal que se estabelece entre o evento expresso pela oração concessiva e o evento expresso pela oração principal. Observemos o exemplo a seguir, oferecido por Crevels (1998):

- (36) Saldremos **aunque llueve**. (CREVELS, 1998, p.133)
(Sairemos ainda que chova)

Em (36), o estado-de-coisas expresso na oração subordinada (*llueve*) atua como um obstáculo ao estado-de-coisas expresso na oração principal (*saldremos*), pois, segundo nossa concepção de mundo, as pessoas evitam sair de suas casas quando está chovendo. No entanto, essa expectativa lógica é quebrada ao se confirmar a realização do conteúdo expresso na oração principal apesar do que vem enunciado na oração concessiva.

2.2.2 Orações concessivas proposicionais

As orações concessivas proposicionais ocupam a camada da proposição ao combinarem dois itens do conhecimento: uma premissa (expressa na oração subordinada) e uma conclusão conflitante (expressa na oração principal). Essas orações atuam, portanto, no domínio epistêmico (cf. Sweetser, 1990).

Como afirma Crevels (1998, 2000a, 2000b), as construções concessivas proposicionais expressam a ideia de que o falante obtém, na oração principal, uma conclusão oposta ao que se espera a partir do que se enuncia na oração subordinada. Em outras palavras, nas concessivas proposicionais, a conjunção marca o impedimento de uma crença ou de uma conclusão, como demonstra o exemplo (37):

- (37) **Aunque no compartimos la ideología del PSOE**, preferimos que estén ellos a que haya un gobierno de derechas. (CREVELS, 1998, p. 136)
 (Apesar de não compartilharmos a ideologia do PSOE, preferimos que eles estejam [no poder] do que um governo de direita)

Observamos que, em (37), a oração subordinada traz uma premissa (*no compartimos la ideologia del PSOE*) a partir da qual poderíamos concluir que o falante é contrário a um governo assumido por esse partido. No entanto, a conjunção concessiva marca o impedimento dessa conclusão pressuposta, e a conclusão afirmada na oração principal (*preferimos que estén ellos a que haya un gobierno de derechas*) rompe com a conclusão esperada a partir da premissa inicial.

2.2.3 Orações concessivas ilocutivas

Por pertencerem o domínio dos atos de fala (SWEETSER, 1990), as construções concessivas ilocutivas, que atuam na camada da oração, marcam uma relação entre dois atos de fala independentes, estando um representado na oração principal e o outro expresso na oração subordinada. Nesse tipo de construção, Crevels (2000a, p. 34) afirma que a oração concessiva ainda faz parte de uma construção única com a sua principal, podendo especificar ou modificar um único ato de fala anterior ou posterior. Assim, para a autora, o conteúdo das orações concessivas ilocutivas não forma um obstáculo à realização do evento descrito na oração principal, mas oferece um obstáculo à realização do ato de fala expresso nessa última, como ilustra (38):

- (38) **Aunque te llamo un poco tarde**, ¿qué vas a hacer esta noche? (CREVELS, 1998, p. 133)
 (Embora eu esteja te ligando um pouco tarde, o que você vai fazer esta noite?)

Nesse exemplo, ao enunciar por meio da oração concessiva que não deveria perguntar ao interlocutor se ele teria planos para aquela noite porque já estava tarde, o falante problematiza o ato de enunciar a oração posterior, mas isso não evita que a interrogação sobre os planos do interlocutor seja realizada. Logo, é possível perceber que, como afirma Crevels (2000a, p. 27) as construções concessivas ilocutivas rompem com os princípios comunicativos defendidos por Grice (1975). A fim de observarmos como essa ruptura ocorre, analisemos o exemplo a seguir:

- (39) María, la carta se encuentra en el cajón – **aunque estoy convencida de que ya lo sabes.**
 (CREVELS, 1998, p. 137)
 (Maria, a carta está na gaveta – embora eu esteja convencida de que você já sabe disso)

É possível depreender do exemplo (39) que o falante reconhece que Maria sabe que a carta está na gaveta, por isso, Crevels (2000a, p. 27) apresenta o seguinte raciocínio como sendo o esperado pelas circunstâncias comunicativas: se eu sei que meu interlocutor já sabe que a carta está na gaveta, então normalmente eu não deveria realizar um ato de fala que fizesse tal afirmação; porém, a afirmação é feita na oração principal apesar da falta de informatividade desse Ato.

Dentre as máximas comunicativas propostas por Grice (1975), as construções concessivas ilocutivas violariam, principalmente, a primeira máxima da Quantidade – tornar nossa contribuição tão informativa quanto for exigida para os propósitos da interação¹⁸ – e a máxima da Relação – ser relevante¹⁹ –, pois na oração principal o falante realiza um ato de fala cuja enunciação ele sabe ser desnecessária ou inviável nas circunstâncias em que acontece a interação, comentando tal violação na própria oração subordinada concessiva.

Contudo, ao produzir uma construção concessiva ilocutiva, o falante não tem a intenção de ser pouco cooperativo em sua comunicação, pois a informatividade de tais construções pode ser percebida com base nos sentidos por elas implicados: o falante assume o obstáculo que o inviabilizaria de enunciar o ato de fala principal para mostrar que esse obstáculo não é suficiente para impedir sua enunciação, e, assim, o falante evita contra-argumentos do ouvinte que comprometeriam o progresso da interação. A função comunicativa das orações concessivas ilocucionárias é, portanto, garantir que a intenção comunicativa do falante seja atingida.

2.2.4 Orações concessivas textuais

As orações concessivas desse tipo correspondem a unidades textuais e representam um acréscimo realizado por Crevels (1998, 2000a, 2000b) ao modelo de estruturação em camadas elaborado por Dik (1997a, 1997b) e aos domínios de atuação das conjunções propostos por Sweetser (1990).

¹⁸ Make your contribution as informative as is required (for the current purposes of the exchange). (GRICE, 1975, p. 45)

¹⁹ Be relevant. (GRICE, 1975, p. 46)

Segundo Crevels (1998, 2000a, 2000b), as orações concessivas textuais não formam um obstáculo à realização de uma situação descrita na oração principal, mas modificam uma unidade textual precedente, composta por mais de uma oração, ao excluir certa interpretação que poderia ter sido elaborada pelo ouvinte no decorrer da interação. Não há, portanto, uma relação de dependência semântico-sintática entre a oração concessiva textual e a porção textual que a acompanha, mas apenas uma relação de dependência pragmática.

Como afirma Crevels (2000a, p. 35; 2000b, p. 318), as concessivas textuais também se caracterizam por sinalizarem um turno inesperado no desenvolvimento textual e por auxiliarem em sua organização, atuando frequentemente como adendos. Vejamos o exemplo (40):

(40) A: La suya es una vida muy intensa y dicen que es un incorregible conquistador...

B: He vivido la vida mucho, me gusta así. Y en cuanto a eso de conquistador, tal vez lo era, pero ya... **aunque la verdad es que los hombres no ligan**. Y eso me pasa a mí, que no soy un conquistador, aunque me dejo conquistar (CREVELS, 1998, p. 133)

(A: A sua vida é muito intensa e dizem que você é um incorrigível conquistador...

B: Vivi muito a vida, eu gosto assim. E quanto a isso de conquistador, talvez fosse, mas agora... apesar de que a verdade é que os homens não se relacionam. E isso acontece comigo, que não sou um conquistador, embora me deixe conquistar.)

Com base nas descrições apresentadas, podemos perceber que a oração concessiva destacada no exemplo (40) atua como um turno inesperado e modifica uma série de enunciados anteriores, pois ao afirmar que os homens não são os responsáveis pela conquista, o falante contrapõe a ideia de que era um grande conquistador, apresentada ao longo da comunicação.

Dentro do domínio das orações concessivas textuais, é possível reconhecer a existência de um subtipo oracional definido por König (1994, p. 681) como **concessivas de retificação** (*rectifying concessive*). Segundo o autor, ao contrário do que acontece nos demais casos de orações concessivas, em que o acréscimo da oração subordinada destaca o conteúdo do precedente textual, no caso das concessivas de retificação, seu uso levará ao enfraquecimento do conteúdo textual anteriormente apresentado. König (1994, p. 682) afirma, ainda, que esse subtipo de oração concessiva é o que está relacionado de maneira mais livre com a porção textual anterior, como observamos no exemplo (41), em que a afirmação de ser amigo de uma pessoa é relativizada pela enunciação da oração concessiva em destaque:

(41) A: Volviendo al libro, ¿sabes si Rainiero de Mónaco lo ha leído?

B: Sí, sí lo ha leído. Y no le ha gustado. Prefirieron no darse por aludidos.

A: ¿Y qué pasó con su amistad?

B: Más que amigo de él era de su mujer, Grace. **Aunque amigo, amigo, nunca se puede decir de esa gente** (CREVELS, 1998, p. 140)

(A: Voltando ao livro, você sabe se Rainiero de Mônaco o leu?

B: Sim, sim leu. E não gostou. Preferiram não se iludir.

A: E o que aconteceu com a amizade de vocês?

B: Mais do que amigo dele eu era amigo de sua mulher, Grace. Embora amigo, amigo, nunca se pode dizer dessa gente)

Da proposta de classificação das orações concessivas segundo a estrutura em camadas da GF adotada por Crevels (1998) para o espanhol, por Crevels (2000a, 2000b) em sua investigação tipológica, e por Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattnher (2008) para o português, depreendemos o fato de que não existe um único tipo de oração concessiva, mas sim que essas orações serão classificadas tendo em vista quais elementos linguísticos são postos em contraste: eventos, proposições, atos de fala ou porções textuais.

Os estudos de Crevels (1998, 2000a, 2000b) foram de grande valia para a descrição das orações concessivas, em especial, para aquelas introduzidas por *aunque* no espanhol. Entretanto, mesmo com o acréscimo da camada textual, determinados empregos de *aunque* não podem ser descritos adequadamente dentro do modelo teórico da GF por tomar a oração (*clause*) como unidade básica de análise. Como este trabalho busca descrever os usos de *aunque* concessivo, é necessário recorrer a um modelo teórico mais amplo, que considere níveis de análise mais abrangentes. Portanto, fazemos uso do modelo da Gramática Discursivo-Funcional, que apresentaremos na próxima seção.

2.3 A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

A Gramática Discursivo-Funcional, desenvolvida por Kees Hengeveld e John Lachlan Mackenzie (2008), tem por objetivo explicar os fenômenos linguísticos codificados morfossintática e fonologicamente, assumindo a possibilidade de esses fenômenos serem motivados por aspectos pragmáticos e/ou semânticos, ou codificados arbitrariamente segundo as propriedades estruturais de cada língua.

A GDF pertence ao polo funcionalista denominado estrutural-funcional. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 26-27), ela é formal porque busca descrever o conhecimento que faz com que os usuários de uma língua se comuniquem; e é também funcional, porque considera que esse conhecimento linguístico é instrumental para a comunicação interpessoal. A GDF ocupa, portanto, uma posição intermediária entre as

abordagens formais e as funcionalistas radicais, porque “[...] não oferece apenas um inventário de formas, mas também busca esclarecer como essas formas são combinadas na interação verbal”²⁰ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 27). Em outras palavras, a GDF não se limita à descrição das estruturas que compõem um sistema linguístico, como fazem as teorias formais; mas tampouco nega a constituição de um sistema morfossintaticamente organizado, como fazem as teorias funcionais radicais; essa teoria busca correlacionar as estruturas de tal sistema com as funções que desempenham no ato comunicativo.

A GDF distingue-se das demais teorias estrutural-funcionais nos seguintes aspectos:

- I. Apresenta uma arquitetura descendente (*top-down*);
- II. Assume o Ato Discursivo como unidade básica de análise;
- III. Engloba em seu modelo representações pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas;
- IV. Interage com outros componentes do processo de interação verbal.

Afirmar que a arquitetura da GDF é descendente, como fazemos em (I), significa assumir que seu modelo teórico parte da intenção comunicativa do falante para a articulação das formas linguísticas. Esse modo de organização é motivado pela busca de adequação psicológica, isto é, pela tentativa de assemelhar o modelo teórico tanto quanto possível ao modo como o processamento linguístico se realiza nos seres humanos, uma vez que estudos psicolinguísticos, como, por exemplo, o de Levelt (1989), demonstram que a produção da linguagem é feita de uma maneira descendente.

Como defende Hengeveld (2004, p. 366-367), a GDF não visa constituir-se em um modelo do processo comunicativo. O objetivo de tal teoria é antes ser um modelo de padrões linguísticos, isto é, oferecer representações para os fenômenos linguísticos por meio de variáveis que simbolizem as funções representacionais e interpessoais assumidas por esses fenômenos ao longo da interação.

A GDF recebe o título de gramática discursiva porque, ao adotar o Ato Discursivo²¹ como unidade básica de análise, – característica (II) – torna-se capaz de abarcar não só a oração, mas também unidades maiores e menores do que ela.

²⁰ FDG thus offers not only an inventory of forms but also seeks to clarify how these are combined in verbal interaction.

²¹ Os nomes das unidades pertencentes à GDF são grafados com a primeira letra de cada palavra em maiúscula, como consta em Hengeveld e Mackenzie (2008).

Outra característica da GDF é que ela distingue quatro módulos linguísticos independentes, mas em constante interação. Esses módulos são: a pragmática, a semântica, a morfossintaxe e a fonologia. Seguindo a proposta de uma arquitetura descendente, a GDF assume uma hierarquia entre esses módulos, de forma que a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe; e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe, juntas, governam a fonologia.

Por fim, a GDF apresenta-se como sendo o Componente Gramatical de um processo de interação verbal mais amplo, do qual também fazem parte o Componente Conceitual, o Componente Contextual e o Componente de Saída. A interação entre esses componentes durante o processo de comunicação é ilustrada na figura 2:

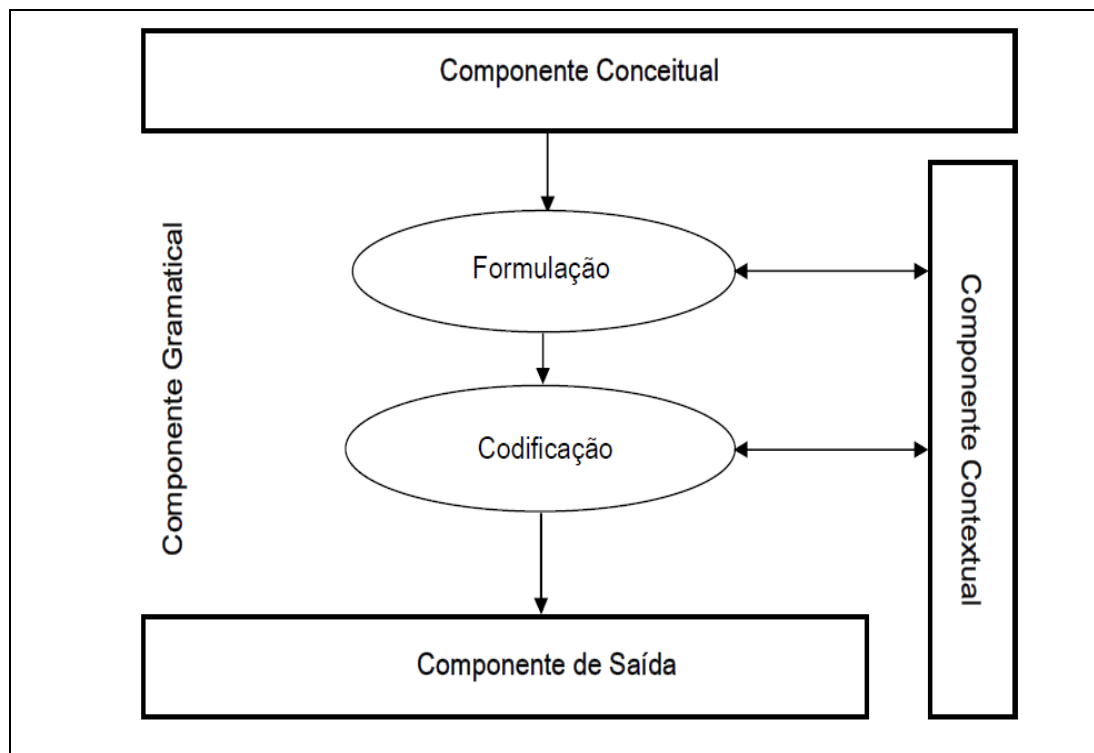


Figura 2 - A GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal (adaptado de HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 6).

O **Componente Conceitual** é o responsável por impulsionar as operações que se desenvolvem dentro do Componente Gramatical, uma vez que dele advém a intenção comunicativa responsável por gerar o processo de comunicação, bem como as conceitualizações que estão associadas aos eventos extralinguísticos relevantes a esse processo. O Componente Conceitual não abarca todos os aspectos da cognição, mas apenas aqueles que afetam a intenção comunicativa.

É no **Componente Gramatical** que a intenção comunicativa do falante e as representações mentais relevantes são convertidas em enunciados linguísticos. Para tanto, o material cognitivo advindo do Componente Conceitual é, em um primeiro momento, traduzido em representações pragmáticas e semânticas por meio da operação de **Formulação**. Tal processo de tradução ocorre em dois níveis diferentes: as representações pragmáticas são produzidas no **Nível Interpessoal**, enquanto as representações semânticas são feitas no **Nível Representacional**.

Em um segundo momento de produção dos enunciados dentro do Componente Gramatical, as representações pragmáticas e semânticas advindas dos níveis anteriores são, por meio da operação de **Codificação**, convertidas em estruturas morfossintáticas no **Nível Morfossintático** e em estruturas fonológicas no **Nível Fonológico**, de acordo com as regras estruturais de cada língua.

Conforme afirmam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 39), a GDF é um modelo linguístico orientado pela forma, pois lida apenas com os fenômenos pragmáticos e semânticos que possuem representação morfossintática e/ou fonológica; além de ser também um modelo que vai da função à forma, uma vez que os processos de Formulação e de Codificação refletem a intenção comunicativa do falante.

Os níveis de Formulação e de Codificação, pertencentes ao Componente Gramatical, estabelecem uma relação bidirecional com o **Componente Contextual**, responsável por armazenar as informações referentes aos enunciados precedentes, aos aspectos da situação comunicativa onde a interação ocorre e à relação social entre os participantes do ato comunicativo. Isso significa que, além de utilizarem as informações disponíveis no Componente Contextual para a construção dos Atos Discursivos subsequentes, os níveis do Componente Gramatical também alimentam o Componente Contextual, permitindo que sejam feitas referências às entidades relevantes em cada nível assim que elas são introduzidas na comunicação. Vejamos como se estabelece a relação entre esses dois componentes a partir do exemplo (42), adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 10):

(42) Como **você** está pálida!

O exemplo (42) ilustra o modo como o Componente Contextual influencia a produção dos enunciados dentro do Componente Gramatical, pois as informações referentes ao grau de formalidade entre os participantes da conversação - que motivam a seleção de um pronome de tratamento informal (“você”) ao invés de um pronome de tratamento formal (como, por

exemplo, “a senhora”) – e aos aspectos da situação comunicativa – que obrigam o uso da desinência feminina {-a} no adjetivo “pálida”, ao invés da vogal temática {-o} – advêm do Componente Contextual.

Após passarem por todos os níveis de Formulação e de Codificação, as representações produzidas no Componente Gramatical são convertidas em expressões acústicas, ortográficas ou gestuais no **Componente de Saída**. Logo, esse componente tem a propriedade de transformar as informações digitais da gramática em informações analógicas, isto é, de transformar codificações abstratas em sinais que podem ser percebidos no mundo real, seja na forma de sons, de símbolos gráficos ou de gestos.

2.3.1 Propriedades gerais dos níveis e camadas da GDF

Como anteriormente discutido, as operações que se realizam no componente gramatical ocorrem em quatro níveis dispostos de modo descendente: o Nível Interpessoal, o Nível Representacional, o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico. Embora tenham uma estrutura própria, todos esses níveis são compostos por uma série de camadas organizadas hierarquicamente, sendo a organização interna de todas elas representada da seguinte forma:

$$(\pi \ v_1: [\text{núcleo } (v_1)_\Phi]: [\sigma \ (v_1)_\Phi])_\Phi$$

Tal representação indica que toda camada é identificada por uma variável (v_1) e possui um núcleo. A camada pode ser ainda especificada por um ou mais operadores (π), restringida por um ou mais modificadores (σ), bem como carregar uma função (Φ). O núcleo e os possíveis modificadores são unidades lexicais, enquanto os possíveis operadores e as funções são unidades gramaticais. A diferença entre operadores e funções é que a informação gramatical expressa pelos operadores se aplica à camada como um todo, enquanto a informação gramatical expressa pelas funções se aplica à relação entre duas unidades de uma mesma camada. Quando as unidades que compõem uma camada não estiverem dispostas de forma hierárquica, e sim equipolente, elas serão representadas entre colchetes.

A partir da visão geral da arquitetura da GDF aqui oferecida, podemos compreender que o fenômeno da concessão, ao revelar uma estratégia de ordem semântica ou, em alguns contextos, pragmática, é representado nos níveis de Formulação. Por isso, destacaremos a estruturação interna do Nível Interpessoal em 2.3.2, e do Nível Representacional em 2.3.3. Os

aspectos que julgamos relevantes quanto à codificação morfosintática das concessivas serão apresentados ao longo do capítulo III.

2.3.2 O Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal, o mais alto da arquitetura hierárquica proposta pela GDF, trata de todos os aspectos formais de uma unidade linguística que refletem seu papel na interação entre falante e ouvinte (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46). Assim, como defendido por Keizer (2015, p. 49), esse nível não se preocupa com o conteúdo das mensagens transmitidas ao longo de uma interação, mas ilustra as atitudes do falante na construção de um enunciado linguístico, isto é, demonstra quais os passos tomados pelo falante para atingir sua intenção comunicativa.

A camada mais alta do Nível Interpessoal é a do **Movimento (M)**, definido como a maior unidade interacional relevante para a análise linguística ou, nos termos de Kroon (1997, p. 20), a menor unidade livre do discurso capaz de entrar em uma estrutura de troca. Em termos de seu estatuto interpessoal, o Movimento é definido como uma contribuição autônoma para uma interação em andamento. Sua principal propriedade é o fato de exigir uma reação comunicativa ou ser ele mesmo essa reação. Vejamos o exemplo a seguir, oferecido por Hengeveld e Mackenzie (2008):

- (43) A: What is the capital of Latvia?
 B: Riga. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50)
 (A: Qual é a capital da Letônia?
 B: Riga)

Observando o exemplo anterior, é possível afirmar que tanto o turno de A como o turno de B correspondem, cada um, a um Movimento, pois a pergunta de A exige uma reação, isto é, uma contribuição nova para a interação, que se dá por meio da resposta de B.

Segundo Kroon (1997, p. 20), além de apresentar unidade comunicativa, um Movimento também apresenta unidade temática. Assim, além de ocorrerem separados uns dos outros, os Movimentos também podem ocorrer inseridos dentro de outros Movimentos, constituindo um parêntese a um Movimento principal. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 52), essas interrupções, aqui denominadas **Movimentos Parentéticos**, exercem a função de acrescentar uma informação ou comentário pessoal que o falante julga relevante para a correta interpretação do Movimento interrompido.

A GDF prevê que a digressão contida em um Movimento Parentético é introduzida por um operador ou modificador do tipo *push*, enquanto a regressão ao Movimento interrompido é geralmente marcada por um operador ou modificador do tipo *pop*, como podemos observar no exemplo (44):

- (44) [...] we had a seamstress and we were calling her Mietje. **But** I think we were calling everyone Mietje back then you know, I don't know why, but anyway, **so** that was also a Mietje. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 52).
 ([...] Nós tínhamos uma costureira e nós a chamávamos de Mariquinha. Mas eu acho que nós chamávamos todo mundo de Mariquinha naquela época você sabe, eu não sei por que, mas tanto faz, então era também uma Mariquinha)

Em (44), observamos que o desenvolvimento de um Movimento principal no qual o falante descrevia o fato de ter uma costureira chamada Mariquinha é interrompido pela inserção de um comentário – “eu acho que nós chamávamos todo mundo de Mariquinha naquela época” – que, do ponto de vista do enunciador, é relevante para compreender por que a costureira era chamada por esse nome. O operador *but* (“mas”), de tipo *push*, exerce a função de introduzir o Movimento Parentético, que contém a informação adicional. Já o operador *so* (“então”), de tipo *pop*, retoma o tópico desenvolvido dentro do Movimento Principal, fechando, com isso, a digressão trazida pelo Movimento Parentético.

Um Movimento é composto por um ou mais **Atos Discursivos (A)**, definidos por Kroon (1997, p. 20) como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo. Uma diferença crucial entre o Ato Discursivo e o Movimento é o fato de que o Ato Discursivo não tem o compromisso de promover a comunicação, pois, enquanto o Movimento provoca uma reação do interlocutor ou é ele mesmo essa reação, o Ato Discursivo, por outro lado, pode, em um contexto de interação face a face, encorajar o falante a continuar com o seu turno, atuando como um *backchannel*, isto é, uma voz de fundo, vazia de conteúdo informativo e que não gera progresso na comunicação. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50)

Um Ato Discursivo pode ser constituído de quatro elementos – uma Ilocução (F), um Falante (P₁)_S, um Ouvinte (P₂)_A e um Conteúdo Comunicado (C) –, dos quais apenas os dois primeiros são obrigatórios. Vejamos por meio da representação do exemplo (45), oferecida em (45a) o modo como esses elementos estão organizados dentro de um Ato Discursivo:

- (45) Jogue essa roupa velha no lixo!

(45) a. (A_I: [(F_I: IMPER (F_I)) (P_I)_S (P_J)_A (C_I: - jogue essa roupa velha no lixo - (C_I))] (A_I))

Keizer (2015, p. 66) define **Ilocução (F)** como uma forma convencional de expressar a intenção comunicativa por trás do Ato Discursivo. Assim, ao Ato Discursivo em (45) é conferida uma Ilocução imperativa (IMPER), pois, ao proferi-lo, o Falante (P_I)_S tem por objetivo fazer com que seu Ouvinte (P_J)_A realize uma ação, determinada, por sua vez, no Conteúdo Comunicado (C_I).

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 69), a camada da Ilocução pode apresentar em seu núcleo um ato performativo, uma interjeição ou uma Ilocução abstrata, como no caso de (45). As Ilocuções abstratas representam tipos de sentenças, resultantes da combinação de uma estrutura gramatical com um uso conversacional, (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 70). Com base em análises tipológicas, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 71-72) identificam as seguintes Ilocuções abstratas: imperativa (IMPER), declarativa (DECL), interrogativa (INTER), proibitiva (PROH), optativa (OPT), imprecativa (IMPR), exortativa (HORT), desexortativa (DISHORT), admoestativa (ADMON), compromissiva (COMM) e suplicativa (SUPPL).

Como toda camada estabelecida pela GDF, a Ilocução pode receber um modificador de natureza lexical. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 82-83), modificadores de Ilocução caracterizam-se por restringirem o predicado ilocucionário, isto é, por indicarem o modo pelo qual a Ilocução é executada. A fim de ilustrar a atuação dos modificadores ilocucionários, observemos o Ato Discursivo (46) e sua representação em (46a):

(46) Sincerely, this is not a trick. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 81)
(Sinceramente, isto não é um truque)

(46) a. (A_I: [(F_I: DECL (F_I): sincerely (F_I)) (P_I)_S (P_J)_A (C_I)_Φ] (A_I))

O Ato Discursivo apresentado em (46) apresenta uma Ilocução declarativa que, conforme vemos na representação dada em (46a), é modificada pelo advérbio *sincerely* (“sinceramente”). A função desse modificador ilocucionário é indicar ao ouvinte que a declaração está sendo feita de uma forma sincera, e, com isso, excluir qualquer interpretação equivocada sobre a intencionalidade do falante ao proferir o Ato *this is not a trick* (“isto não é um truque”).

No caso de um Ato Discursivo com Ilocução interrogativa, Hengeveld e Mackenzie (2008, p.81-82) afirmam que o uso de um modificador de Ilocução pode incidir tanto sobre a

pergunta a ser feita pelo falante, como sobre a resposta do ouvinte, antecipando o modo como este deverá produzi-la. Observemos o seguinte exemplo, oferecido pelos autores:

(47) Frankly, why did you do it? (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 82)
(Francamente, por que você fez isso?)

No exemplo (47), o advérbio *frankly* (“francamente”) pode ser analisado como modificando a pergunta que antecede, ao informar que tal pergunta está sendo feita de um modo franco; como pode também estar relacionado à resposta que será dada pelo ouvinte. Nesse caso, *frankly* condiciona o modo como o ouvinte deve produzir seu enunciado, indicando que o falante espera uma resposta franca à pergunta *why did you do it?* (“por que você fez isso?”).

Além da Ilocução e dos participantes da interação, a outra camada que se integra ao Ato Discursivo é a do Conteúdo Comunicado. O **Conteúdo Comunicado (C_I)** volta-se para a mensagem transmitida e pode conter um número variável de Subatos, divididos em dois tipos: os **Subatos de atribuição (T)**, responsáveis por evocar uma propriedade, como “jogar”; e os **Subatos de referência (R)**, responsáveis por evocar um referente, como “essa roupa velha” e “lixo”. Em (48) oferecemos a representação da camada do Conteúdo Comunicado expresso no Ato Discursivo visto em (45), na qual é possível observar a segmentação desse Conteúdo Comunicado em unidades menores:

(48) (C_I: [(T_I: –jogue– (T_I)) (R_I: –essa roupa velha– (R_I)) (R_J: –no lixo– (R_J))] (C_I))

2.3.3 O Nível Representacional

O Nível Representacional lida com os aspectos semânticos das unidades linguísticas. Isso significa que ele é responsável por conferir conteúdo semântico às representações advindas do Nível Interpessoal, de modo que, enquanto o Nível Interpessoal preocupa-se em descrever as unidades linguísticas que representam uma dada intenção comunicativa, o Nível Representacional preocupa-se em designar as entidades linguísticas a partir da categoria ontológica a que pertencem, isto é, a depender do papel que essas entidades desempenham no mundo não-linguístico (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 130).

A camada mais alta desse nível é a do **Conteúdo Proposicional (p)**, que, nos termos de Lyons (1977, p. 443), corresponde a uma entidade de terceira ordem, ou seja, um

constructo mental que não pode ser localizado nem no espaço, nem no tempo, mas apenas na mente daqueles que compartilham desse conhecimento. Como não são entidades físicas, os Conteúdos Proposicionais não podem ser percebidos por meio dos sentidos; e como também não são eventos, não se localizam no mundo real.

Em razão de sua natureza conceitual, os Conteúdos Proposicionais podem ser avaliados quanto a seu estatuto de verdade, sendo factuais aqueles que revelam conhecimentos ou crenças sobre o mundo atual, e não-factuais os que revelam esperanças e desejos acerca de um mundo imaginário, conforme apontam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 144). Os autores também afirmam que os Conteúdos Proposicionais podem ser caracterizados em termos de atitudes proposicionais – tais como certeza, dúvida e descrença – e em termos de sua fonte de origem – tais como conhecimento compartilhado, evidências sensoriais e inferência. Observemos o exemplo a seguir:

- (49) Apparently he is probably living in lanarkshire. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 152).
(Diz-se que ele provavelmente está morando em Lanarkshire)

No Conteúdo Proposicional (49), oferecido como exemplo pelos autores, é possível notar que o Estado-de-Coisas *he is living in lanarkshire* (“ele está morando em Lanarkshire”) é modificado pela expressão lexical *apparently* (“diz-se que”), responsável por indicar o modo pelo qual o falante teve acesso à informação comunicada, e pela expressão *probably* (“provavelmente”), que indica dúvida quanto à verdade dessa informação.

Conteúdos Proposicionais podem apresentar núcleos configuracionais, isto é, podem estar compostos por um ou mais **Episódios (ep)**. O Episódio, por sua vez, contém um ou mais Estados-de-Coisas, sendo estes tematicamente coerentes e mantendo uma unidade de tempo, de localização e de indivíduos (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 157).

Segundo Lyons (1977, p. 443), **Estados-de-Coisas (e)** representam entidades de segunda ordem, isto é, que podem ser localizadas no espaço e no tempo. Essas entidades são avaliadas quanto a seu estatuto de realidade, o que significa que um Estado-de-Coisas pode ser real ou não, acontecer ou não, ocorrer ou não em um lugar e em um intervalo de tempo determinados.

Tanto o Episódio como o Estado-de-Coisas apresentam a propriedade de serem localizados no tempo; porém Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 164) postulam como diferença entre uma camada e outra o fato de que os Episódios são localizados em um tempo absoluto,

isto é, apresentam uma marcação temporal que engloba todos os Estados-de-Coisas a ele pertencentes; enquanto os Estado-de-Coisas são localizados em um tempo relativo, isto é, recebem uma marcação temporal própria, estabelecida a partir de sua relação com os outros Estados-de-Coisas, como podemos observar no exemplo (50), adaptado de Keizer (2015, p. 152):

- (50) It happened that mighty black clouds had threatened Marakesh, but as soon as someone began ringing the bells, the dark clouds broke as if by miracle.
(Aconteceu que poderosas nuvens negras tinham ameaçado Marakesh, mas assim que alguém começou a tocar os sinos, as nuvens escuras se romperam como por milagre)

Para auxiliar no entendimento da diferença entre tempo absoluto e tempo relativo, oferecemos em (50a) a representação exemplo (50), também adaptada de Keizer (2015, p.153):

- (50) a. (past ep_i : [(ant e_i : –mighty black clouds had threatened Marakesh– (e_i)) (sim e_j : –someone began ringing the bells– (e_j)) (sim e_k : –the dark clouds broke as if by miracle– (e_k))] (ep_i))

Como mostra a representação, o Episódio apresentado em (50) é marcado por um operador de tempo absoluto passado (*past*), representado morfossintaticamente pela desinência de passado {-ed} no verbo *happen* (“acontecer”), responsável por abrir a sucessão de Estados-de-Coisas narrados. O primeiro Estado-de-Coisas (e_i), por sua vez, apresenta um tempo relativo de anterioridade (*ant*), quando comparado com os demais, enquanto o segundo (e_j) e o terceiro (e_k) Estado-de-Coisas apresentam o mesmo tempo relativo, sendo, portanto, eventos simultâneos (*sim*). A combinação do tempo absoluto com o tempo relativo de cada Estado-de-Coisas é marcada morfossintaticamente pelo uso da forma verbal do *past perfect* (“passado perfeito”) no (e_i) e pelas formas do *simple past* (“passado simples”) em (e_j) e (e_k).

Estado-de-Coisas também podem apresentar um núcleo configuracional, isto é, conter uma Propriedade (f) relacionada a um ou mais Indivíduos (x) e a outras entidades opcionais tais como Locação (l) e Tempo (t).

2.4 AS ORAÇÕES CONCESSIVAS DENTRO DA GDF

Abordaremos nesta seção os tipos de oração concessiva até o momento definidos com base no modelo de estruturação da GDF, seja porque constam na explicação dada pela Gramática, seja porque foram identificados por outros estudos de base discursivo-funcional. Embora reconheçamos que, na estrutura hierárquica proposta pela teoria, o Nível Interpessoal é anterior ao Representacional, iniciaremos nossa exposição a partir deste último, pois representam os casos de concessão reconhecidos pelas gramáticas tradicionais, em que a oração concessiva é dependente semântico-sintaticamente da oração principal, apresentando comportamento similar às definições apresentadas na seção 1.1, no capítulo I. Assim, discutiremos em 2.4.1 as relações concessivas do Nível Representacional e, em 2.4.2, as relações concessivas que se estabelecem no Nível Interpessoal.

2.4.1 As orações concessivas no Nível Representacional

A GDF assume a possibilidade de dois Conteúdos Proposicionais estabelecerem entre si uma relação de concessão (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 54-55). Nesse caso, a relação concessiva marca uma quebra de expectativa entre o que se acredita ou se sabe e aquilo que verdadeiramente ocorre.

Nas construções concessivas da camada do Conteúdo Proposicional, a oração subordinada expressa um conhecimento ou uma crença que levaria a uma dada conclusão; já a oração principal revela uma conclusão contrária àquela esperada a partir da subordinada.²² Vejamos o exemplo de Hengeveld e Mackenzie (2008):

(51) **Although the work took longer than expected** it was easy. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 55)

(Embora o trabalho tenha levado mais tempo do que o esperado, ele foi fácil)

O exemplo (51) apresenta uma premissa inicial (“o trabalho levou mais tempo do que o esperado”), que conduz a uma conclusão implícita (“o trabalho foi difícil”). Contudo, esse raciocínio é negado por meio da conclusão afirmada na oração principal (“o trabalho foi fácil”), que é contrária à conclusão esperada a partir daquilo que havia sido enunciado na oração subordinada. A representação que oferecemos em (51a) visa demonstrar como a GDF concebe a relação concessiva que se estabelece na camada do Conteúdo Proposicional, indicada por (p_i):

²² Esse tipo de oração concessiva, na GDF, corresponde às concessivas proposicionais, identificadas por Crevels (1998, p. 136).

(51) a. $(p_i: \text{--the work was easy--} : (p_j: \text{--the work took longer than expected--} (p_j))_{\text{CONC}} (p_i))$

Nessa representação, a conclusão expressa na oração principal – *the work was easy* – constitui o Conteúdo Proposicional principal, marcado pela variante (p_i) , enquanto o conhecimento expresso na oração subordinada – *the work took longer than expected* –, representada pela variante (p_j) , corresponde ao Conteúdo Proposicional que atua como modificador de (p_i) , exercendo a função semântica de concessão (CONC).

2.4.2 As orações concessivas no Nível Interpessoal

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 52), os Atos Discursivos que fazem parte de um mesmo Movimento podem estabelecer entre si uma relação de equipolência ou de dependência. No primeiro caso, os Atos apresentam o mesmo estatuto comunicativo; no segundo há um Ato Nuclear, isto é, principal, e um ou mais Atos Subsidiários, também chamados dependentes, que exercerão uma função com relação ao Ato Nuclear.

As funções estabelecidas entre Atos Discursivos em uma relação de dependência são chamadas de **funções retóricas**, pois refletem a estratégia do falante de organizar as unidades textuais de modo que seu ouvinte possa compreender os propósitos comunicativos por trás dos enunciados. As funções retóricas caracterizadas pela GDF são as de Motivação, de Orientação, de Correção e de Concessão.

Conforme aponta Keizer (2015, p. 61), a função retórica de concessão ocorre quando o falante utiliza o Ato Subsidiário para admitir que o conteúdo do Ato Nuclear não é algo esperado. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 54) demonstram que os Atos Discursivos com função retórica de concessão podem conter expressões performativas como “eu admito que” ou “eu concedo que”. A possibilidade de inserir tais expressões evidencia o estatuto interacional da oração concessiva e ressalta o fato de que cada oração pertencente à construção concessiva apresenta sua própria Ilocução. Vejamos o exemplo a seguir oferecido pelos autores:

(52) The work was fairly easy, **although (I concede that) it took me longer than expected.**
(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 54)
(O trabalho foi bastante fácil, embora (eu admito) que ele me tenha tomado mais tempo do que o esperado)

No exemplo (52), observamos que tanto a oração principal como a oração subordinada apresentam locução declarativa, porém esta última permite a inserção da expressão performativa *I concede that* (“eu admito que”). Portanto, em uma construção concessiva da camada do Ato Discursivo, tanto a subordinada como a principal correspondem, cada uma, a um Ato dentro de um mesmo Movimento, como vemos na representação proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008):

- (52) a. (M_I: [(A_I: –the work was fairly easy– (A_I)) (A_J: –it took me longer than expected– (A_J))_{CONC}] (M_I)) (HENGEVELD; MACKENZIE; 2008, p. 54)

Em (52a) é possível observar que o Movimento (M_I) é composto por dois Atos Discursivos em uma relação de dependência. O Ato Subsidiário (A_J) exerce a função retórica de concessão (CONC) sobre o Ato Nuclear (A_I), que introduz um comentário ou uma ressalva do falante ao Ato enunciado anteriormente, a fim de evitar uma interpretação equivocada do ouvinte ou uma contra-argumentação da parte deste. No caso de (52), portanto, o falante realiza uma ressalva por meio da oração concessiva para evitar que seu ouvinte pense que, por ter sido fácil, o trabalho levou pouco tempo para ser realizado.

Embora a GDF não mencione a possibilidade de orações concessivas ocorrerem em outras camadas do Nível Interpessoal, Garcia (2010), ao analisar as orações concessivas no português, identificou conectivos concessivos introduzindo um Movimento independente. Vejamos o exemplo a seguir, oferecido pela autora:

- (53) Inf.: também mas eu acho que daí acho que professor é também... ele pode contornar isso porque o professor sabe dando a matéria onde que o aluno vai ter dúvida lógico que nem todo aluno vai ter a mesma dúvida mas ele pode dar ênfase em alguma coisa em determinado assunto né?

Doc.: uhum ((concordando))

Inf.: então então esse aluno chega lá com a gente ele ele tá inibido né? Então às vezes até é um problema que ele tem mais psicológico do que ne? **apesar de que a escola que eu dou aula é uma escola de éh reforço noventa e nove por cento dos alunos não tem problema nenhum de capacidade a maioria é falta de estudo é que não está se adaptando à escola** então na verdade a gente quando dá aula particular a gente tem que ser... o mais próximo da realidade do aluno possível e ver o que ele mais tem dúvida o que é a sua defasagem e às vezes nem é uma defasagem é um aprimoramento é prá ele ser melhor por exemplo aluno de cursinho não basta ser bom tem que ser o melhor (AC-81-RP,237, citado por GARCIA, 2010, p. 152)

Segundo Garcia (2010), a oração em destaque representa uma unidade de informação à parte, porque não mantém uma relação de dependência nem com o Ato anterior, nem com o posterior, mas apenas expressa um comentário do falante sobre um conteúdo que estava sendo discutido. Da mesma forma como o exemplo de Movimento parentético oferecido pela GDF, representado anteriormente em (44), o conteúdo introduzido pela locução concessiva “apesar de que”, em (53), acrescenta uma informação ao discurso em andamento e logo em seguida retoma o fio discursivo do Movimento interrompido graças ao uso do operador “então”.

A existência de orações concessivas parentéticas também foi observada por Stassi-Sé (2012), que as define como “[...] porções textuais que constituem Movimentos, e que, apesar de apresentarem a forma de uma oração subordinada, não dependem de nenhuma oração anterior ou posterior a elas [...]” (STASSI-SÉ, 2012, p. 14). Isso significa que as orações concessivas de Movimento não correspondem aos casos de subordinação adverbial definidos pelas gramáticas tradicionais, pois o Movimento parentético é independente semântico-sintaticamente do Movimento que interrompe.

Como proposto pela GDF, Movimentos que atuam como parênteses de outro Movimento exercem a função **Adendo** (*afterthought*). Quando esses Movimentos parentéticos correspondem a orações concessivas, eles acrescentam uma informação nova e contrastiva ao Movimento principal. Para Stassi-Sé (2012, p. 125), tais orações concessivas atuam na organização textual ao revelarem estratégias de seleção de informação a partir do que se imagina que o ouvinte conheça sobre o assunto abordado e o que ele poderá deduzir a partir dos enunciados produzidos pelo falante no ato comunicativo.

Em síntese às discussões apresentadas neste capítulo, concluímos que os estudos voltados para a descrição da concessão na GDF reconhecem três tipos de orações concessivas: o primeiro tipo corresponde às orações concessivas localizadas na camada do Conteúdo Proposicional, pertencente ao Nível Representacional. Nessas orações, a concessão é uma função semântica que se aplica a uma oração dependente semântica e sintaticamente de sua oração principal. Já o segundo e o terceiro tipo de oração concessiva correspondem, respectivamente, às orações localizadas na camada do Ato Discursivo e na do Movimento, ambas pertencentes ao Nível Interpessoal. Nesses casos, a relação concessiva exerce uma função interativa e a oração introduzida pela conjunção concessiva corresponde a uma unidade linguística com independência semântico-sintática.

Tendo em vista que, no Nível Morfossintático, a função concessiva advinda dos níveis anteriores poderá ser codificada na forma sintagmática ou oracional, tendo esta última verbos finitos ou não-finitos, interessa-nos analisar neste trabalho se há motivação pragmática e

semântica por trás do uso de orações concessivas finitas introduzidas por *aunque* e como essas motivações se manifestam formalmente. Para tanto, apresentaremos no próximo capítulo os aspectos metodológicos que norteiam a investigação aqui desenvolvida.

CAPÍTULO III

ASPECTOS METODOLÓGICOS NA INVESTIGAÇÃO DAS ORAÇÕES CONCESSIVAS COM *AUNQUE*

Este capítulo traz os aspectos metodológicos envolvidos neste trabalho. Assim, apresentaremos, na seção 3.1, os objetivos e as perguntas de pesquisa que motivam nossa investigação. Em seguida, na seção 3.2, descreveremos o corpus adotado e as noções de fala e de escrita aqui assumidas. Por fim, na seção 3.3, descreveremos os fatores de análise que julgamos relevantes para determinar as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das orações concessivas introduzidas por *aunque* encontradas, oferecendo também as hipóteses que guiam a escolha desses fatores.

3.1 OS OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Conforme discutido no capítulo II, estudar o modo de organização de uma língua sob o ponto de vista funcionalista só é possível se antes for compreendido que a forma de uma expressão linguística é motivada pelas funções que essa expressão desempenha no processo comunicativo. Sendo a língua um instrumento de interação social, as propriedades formais das expressões linguísticas não existem por si mesmas, mas são codeterminadas pelas informações contextuais e situacionais disponíveis aos participantes da interação.

O princípio funcionalista de que a função motiva a forma é refletido na arquitetura da GDF, pois seus níveis de Codificação estrutural – Nível Morfossintático e Nível Fonológico – traduzem morfossintática e fonologicamente os aspectos pragmáticos e semânticos das expressões linguísticas advindos dos níveis de Formulação – Nível Interpessoal e Nível Representacional.

A partir do modelo de construção dos enunciados linguísticos proposto pela GDF, compreende-se que, no caso das orações concessivas introduzidas por *aunque*, a forma oracional e a presença de tal conjunção são estratégias de codificação da relação de concessão, que se estabelece em níveis mais altos.

Tendo em vista que, em uma análise funcionalista, é necessário considerar as motivações funcionais que desencadeiam o uso da oração concessiva, este trabalho assume o objetivo de investigar as propriedades pragmáticas e semânticas das orações concessivas introduzidas por *aunque*, bem como verificar se essas propriedades são refletidas morfossintaticamente nas orações concessivas introduzidas por tal conjunção, descrevendo o modo pelo qual a motivação pragmática e semântica interfere no aspecto formal das orações concessivas analisadas. Para nortear nossa investigação, retomamos aqui as perguntas de pesquisa apresentadas na introdução:

- I) Quais são as propriedades pragmáticas e semânticas que regem os diferentes usos das orações concessivas introduzidas por *aunque*?
- II) As propriedades pragmáticas e semânticas das orações concessivas determinam as propriedades morfossintáticas dessas orações?

Caso a resposta para a pergunta II seja afirmativa, este trabalho será conduzido por um terceiro questionamento:

- III) Como as propriedades pragmáticas e semânticas das orações concessivas se refletem nas propriedades morfossintáticas dessas orações?

A fim de responder a esses questionamentos, analisaremos as orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* provenientes de textos falados e escritos do espanhol peninsular atual a partir da teoria da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), apresentada no capítulo II. Na sequência descrevemos mais detalhadamente o corpus utilizado.

3.2 O CORPUS: ENTREVISTAS SEMIDIRIGIDAS E EDITORIAIS JORNALÍSTICOS

O corpus adotado para esta pesquisa compõe-se de dois gêneros textuais, a saber: entrevista semidirigida (modalidade falada) e editorial jornalístico (modalidade escrita). A fim de que as duas modalidades linguísticas fossem tratadas de forma semelhante, os textos orais

e os textos escritos foram equiparados em número de palavras, resultando em uma amostra de 304.763 palavras no conjunto de textos orais e de 304.764 no conjunto de textos escritos.

O conceito de gênero assumido por este trabalho está baseado em Marcuschi (2008), que o classifica como uma prática social operante entre o discurso e o texto. Segundo o autor, cada gênero condiciona uma atividade discursiva culturalmente codificada e sua escolha implica uma série de consequências formais e funcionais no texto a ser produzido (MARCUSCHI, 2008, p. 85).

No corpus utilizado, adotamos o gênero entrevista sociolinguística como representante da modalidade falada. O conjunto de textos orais utilizados está composto pelas amostras de língua espanhola extraídas do Projeto PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*), coordenado pelo professor Francisco Moreno Fernández, da Universidade de Alcalá de Henares (Espanha). O Projeto PRESEEA tem por objetivo criar um banco de dados da língua espanhola falada que represente o mundo hispânico em sua variedade geográfica e social, a fim de possibilitar o estudo da variação geolinguística e sociolinguística dessa língua, a aplicação de teorias de variação e mudança para os fenômenos do espanhol, bem como a troca de informações sobre esse idioma.

Por se tratar de um projeto sociolinguístico, as amostras do PRESEEA são agrupadas mediante três variáveis sociais: sexo, idade e nível de escolarização dos entrevistados.²³ Com relação à idade, os participantes são divididos em três gerações: de 20 a 34 anos; de 35 a 54 anos; e de 55 anos em diante. Já com relação ao grau de instrução, que leva em consideração o tempo e o grau de escolarização dos informantes, estes são agrupados nos seguintes níveis: instrução primária, secundária e superior.

Em razão da amplitude do projeto PRESEEA, o recolhimento de suas amostras ainda não foi concluído em todos os países integrantes. Dessa forma, para o presente estudo, limitamo-nos às amostras correspondentes às cidades espanholas de Alcalá de Henares, Granada, Madri e Valência, que estão na fase mais avançada do projeto, com dados já transcritos e publicados. Embora exista variação dialetal entre os falantes das cidades escolhidas, principalmente no âmbito lexical e fonológico, essa dialetologia não invalida a constituição de nosso corpus, restrito ao espanhol peninsular, pois, em uma análise prévia, o fenômeno da concessão apresentou o mesmo emprego nos inquéritos das quatro cidades.

A coleta dos dados para o projeto é feita por meio de gravações da conversação que ocorre entre o documentador e seus informantes. Chamadas de entrevistas semidirigidas, essas

²³ O estudo aqui desenvolvido não faz uso dessas variáveis como fatores de análise.

conversações estimulam o aparecimento de diferentes tipos textuais,²⁴ tais como o narrativo, o descritivo, o argumentativo, o expositivo e o instrutivo, embora nem sempre seja possível identificar isoladamente todos os tipos textuais envolvidos.

Os excertos da conversação identificados como pertencentes ao tipo narrativo caracterizam-se por narrarem um fato envolvendo personagens localizados no tempo e no espaço, como ilustra o segmento (54), em que o informante relata suas atividades durante o verão:

- (54) Este verano/ pues este verano ha sido relajado relajado porque fue a hasta mayo estuve en el Juan XXIII trabajando/ luego continué con las clases particulares/ que le doy a una niña/ de Secundaria// y a otro muchacho más/ que era antiguo alumno de allí del Zaidín// y entonces estuve hasta mediados de junio// con las clases particulares// y luego ya el verano lo he pasado en la hípica [...] (PRESEEA GRANADA_H31_01)²⁵
(Este verão foi tranquilo porque até maio estive trabalhando no Juan XXIII, depois continuei com as aulas particulares que dou a uma menina do Ensino Secundário e a outro menino que era aluno antigo dali do Zaidín e então estive até meados de junho com as aulas particulares, e depois o verão passei na hípica [...])

Os trechos descritivos são aqueles que apresentam as observações acerca de algum elemento, como um objeto, um lugar ou uma pessoa, apresentando suas características físicas e/ou psicológicas. No excerto (55), por exemplo, o informante descreve a estrutura de sua casa:

- (55) E: Y bueno ¿cómo/ cómo es tu casa?// ¿podrías describirla?
I: Mi casa/ sí// bueno mi casa// ee vivo en un segundo// mm// interior/ más bien interior/// y bueno pues tú abres la puerta principal de la casa y.../ y ahí está la entrada/ ¿no?// que es...// grandecilla/ ¿no?// mm a mano derecha/ hay una puerta// así con cristales/// ts así rugosos que no/ no son transparentes// y ese es mi cuarto/// ts/ ee o sea está la entrada/ y mi cuarto luego hay como una... un pasillo/ por el que se llega al salón/// y/ del salón se pasa/ a otra habitación que es un taller que tiene mi madre donde pinta hace cerámica y tal// y luego hay otro pasillo [...] (PRESEEA GRANADA_H31_03)
(E: E bom como é a sua casa? Você poderia descrevê-la?
I: Minha casa, bom, minha casa, moro no segundo andar com vistas para dentro do prédio. Você abre a porta principal da casa e é a entrada, né?, que é grandinha, né? À direita tem uma porta com vidrilhos granulados que não são transparentes e esse é o meu quarto, ou seja, é a entrada e meu quarto tem como se fosse um corredor por meio do qual se chega à sala e

²⁴ Entendemos tipos textuais como as diferentes formas pelas quais um texto pode se apresentar, sendo a escolha desses tipos autorizadas pelo gênero ao qual pertencem, conforme Marcuschi (2008, p. 85).

²⁵ As referências que acompanham as ocorrências orais são compostas pelo nome do projeto do qual fazem parte, seguido pelo nome da cidade onde foi realizada a coleta de dados, o sexo e número do informante e, por fim, o número do inquérito a que correspondem.

da sala se chega a outro cômodo que é um ateliê que a minha mãe tem onde ela pinta, faz cerâmica e tal e depois tem outro corredor [...])

Já nos textos de tipo argumentativo, há a defesa de um ponto de vista sobre um assunto polêmico, como no excerto oferecido em (56), em que o informante expressa sua opinião a respeito da eutanásia:

(56) E: Ya pasando a otra cuestión// un tanto más polémica// ee/ como lo es la eutanasia// ¿qué podrías decir// al respecto?

I: Bueno la eutanasia/ es que pues que es un tema muy/ conflictivo/ porque/ bueno/// es un tema muy de ac(palabra cortada)// de actualidad ¿no?// ee/ y yo creo que está a un cicuen(palabra cortada)// bueno quizá un/// a un sesenta y un cincuenta por ciento sesenta que no quiere la eutanasia un/// cuaren(palabra cortada)/ un/ cin(palabra cortada)/ ¿qué he dicho?/ un sesenta y un ci(palabra cortada)/ un cuarenta por ciento/ un cuarenta por ciento que sí/// bueno/ es un tema de actualidad/ yo me sitúo en el// en el bando de los que// sí están a favor de la eutanasia pero claro// ee// no de// no de la eutanasia/ sin límites ¿no?// sino de/ bueno/// estoy a favor de la filosofía de que una persona// en una situación de muerte segura en una situación de dolor// mm inhumano insoportable/ ee que le aboga a una muerte segura pues// pienso que está en el derecho// de/ ee/ decidir sobre su vida ¿no?/ (PRESEEA_GRANADA_H31_03)

(E: Já passando para outra pergunta um pouco mais polêmica como a eutanásia, o que você poderia dizer a respeito?

I: Bom, a eutanásia é um tema muito conflituoso porque é um tema muito da atualidade não é? E eu acho que uns talvez uns sessenta e cinco por cento setenta não querem a eutanásia [...] eu me situo no grupo dos que estão a favor da eutanásia mas claro não da eutanásia sem limites né? e sim sou a favor da filosofia de que uma pessoa em uma situação de morte certa, em uma situação de dor desumana insuportável que lhe garante uma morte certa penso que está no direito de decidir sobre sua vida, né? [...])

Os excertos de tipo expositivo apresentam a explicação de um tema, isto é, fornecem informações a respeito de um assunto. No trecho (57) observamos que, ao ser questionado sobre as atividades que sua irmã realiza, o informante oferece os dados necessários para desenvolver o tema proposto pela entrevistadora:

(57) E: y tu hermana aparte del trabajo ¿qué aficiones tiene?

I: Mi hermana/ bueno la lectura/ es su mayor afición// si eso es... las semanas cada semana se trae tres libros. (PRESEEA_GRANADA_H31_01)

(E: e sua irmã, além do trabalho, o que ela gosta de fazer?

I: Minha irmã, bom, a leitura é o seu maior hobby, ou seja, a cada semana ela traz três livros)

Os excertos do tipo instrutivo, por fim, caracterizam-se por indicarem como o ouvinte deve proceder na realização de alguma tarefa, como demonstra o fragmento (58), em que o entrevistado instrui como preparar um prato culinário:

(58) I: ¿Te gusta la pechuga al curry?

E: Sí sí.

I: Se pone a rehogar en una sartén/ cebolla/ con aceite// bien picada// después se se trocea la pechuga// de pollo/ se añade// y se deja rehogar un poco/ hasta que se dora/ el pollo// se le añade/ nata y la especia/ lo que es el curry (PRESEEA_GRANADA_H31_01)

(I: Você gosta de peito ao curry?

E: Sim sim.

I: Se coloca para refogar em uma frigideira cebola bem picada com óleo, depois se desfia o peito de frango se acrescenta e deixa refogar um pouco até que fique dourado; se acrescenta o creme de leite e a especiaria, o curry)

Além da coexistência de tipos textuais diferentes em um mesmo trecho, a interação em andamento também permite a formação de tipos híbridos como o expositivo-argumentativo, que oferece informações para a defesa de um ponto de vista, e o expositivo-descritivo, que levanta uma série de características visando ao desenvolvimento de um tema.

No estudo desenvolvido por Barth (2000) sobre o inglês falado, o autor identificou orações concessivas em tipos textuais similares aos encontrados nos inquéritos do PRESEEA, especialmente no tipo expositivo-descritivo. Tal resultado leva-nos a concluir que as amostras do Projeto constituem uma fonte de dados relevante para nossa investigação, pois os tipos textuais presentes favorecem a ocorrência de orações concessivas.

A modalidade escrita do espanhol peninsular é aqui representada pelo gênero editorial jornalístico. O corpus está composto por 667 textos, publicados em meio *on-line* pelo jornal *El País* em sua versão espanhola no período de 02 de janeiro a 27 de novembro de 2013, nos quais se discutem, principalmente, temas relacionados à economia e à política espanhola, europeia e mundial.

Os editoriais enquadram-se entre os gêneros textuais argumentativos ao discutirem assuntos de interesse público segundo as ideologias do veículo de informação em que se inserem (jornal, revista, etc.). Assim, os assuntos abordados nesses editoriais são apresentados de tal modo que possa persuadir o leitor quanto ao ponto de vista assumido pela equipe editorial.

Em seu estudo, Chaves (2014, p. 293-294) demonstra a importância dos conectivos (conjunções e locuções, por exemplo) na construção da argumentação no gênero editorial, uma vez que os conectivos empregados refletem as estratégias argumentativas do autor e conduzem o leitor a uma interpretação adequada do texto. O autor também defende que, além de atuarem como marcas reveladoras da intencionalidade e como guias da compreensão textual, os conectivos contribuem para a coesão textual ao garantirem o encadeamento das ideias e a sequencialidade dos assuntos abordados no texto.

Dessa forma, consideramos que os editoriais jornalísticos, gênero assumido para compor o corpus deste trabalho, constituem uma fonte produtiva para a análise das orações concessivas introduzidas por *aunque*, podendo revelar usos dessa conjunção que ultrapassem seu valor de conjunção oracional subordinante.

3.2.1 As modalidades linguísticas: noção de fala e de escrita

Tendo em vista que, neste trabalho, analisamos as orações concessivas iniciadas por *aunque* presentes tanto em textos falados como em textos escritos do espanhol peninsular, julgamos necessário explicitar as noções de fala e de escrita que norteiam esta pesquisa, pois nossa opção de trabalhar com as modalidades falada e escrita da língua não tem por objetivo estabelecer algum tipo de dicotomia valorativa entre essas duas modalidades.

Com base no trabalho de Marcuschi (2006, p. 25), consideramos que fala e escrita são modalidades de uso de uma mesma língua dotadas de características próprias, sendo a fala uma forma de produção textual-discursiva que visa à comunicação por meio da modalidade oral, definida pelo uso da língua enquanto conjunto de sons articulados sistemática e significativamente de acordo com padrões prosódicos; e a escrita, um modo de produção textual-discursivo voltado para a comunicação que se realiza por meio de especificidades materiais e que se constitui graficamente.

Defendemos que tanto a modalidade falada como a escrita possibilitam a criação de textos altamente abstratos, de realização bastante concreta e de fácil compreensão. Segundo Koch (2006, p. 40), tanto os textos escritos como os falados são fruto da interação entre os participantes da comunicação, mas o que difere um do outro é a participação do ouvinte na produção, pois, enquanto no texto escrito o leitor é idealizado pelo escritor, isto é, o leitor não atua diretamente na produção textual, no texto falado, falante e ouvinte são coprodutores, isto é, os dois interagem ativamente e compartilham a responsabilidade pela criação textual.

Embora pertençam à mesma gramática, a modalidade falada, assim como a escrita, apresentam particularidades que não podem ser representadas pela outra modalidade. No caso da modalidade falada, além do som e do contorno prosódico dado ao enunciado, o falante pode valer-se de expressões corporais, quando a conversa é presencial, que não encontram um correspondente na escrita. Já no caso da modalidade escrita, o escritor pode recorrer a outros recursos gráficos além do alfabeto - tais como o tipo de fonte, o tamanho e a cor da letra - que não se manifestam na fala. Dessa última observação, é possível defender que tanto a modalidade falada como a escrita são práticas multissistêmicas, isto é, que elas não atuam em

uma única dimensão expressiva, mas podem valer-se de outros recursos além da oralidade e da grafia.

Em uma análise funcionalista, as semelhanças e as diferenças entre fala e escrita não podem ser investigadas sem considerar o uso dos textos produzidos nessas modalidades em contextos reais de comunicação, ou, nas palavras de Marcuschi (2006, p. 15), sem considerar que a modalidade falada e a escrita abrigam conjuntos de práticas sociais. Assim, Marcuschi (2006, p. 39) propõe classificar os diferentes gêneros textuais a partir do modo como eles são concebidos discursivamente (oral ou escrito) e do meio em que são veiculados (sonoro ou gráfico). O inter cruzamento desses dois eixos resulta no seguinte contínuo dos gêneros textuais:

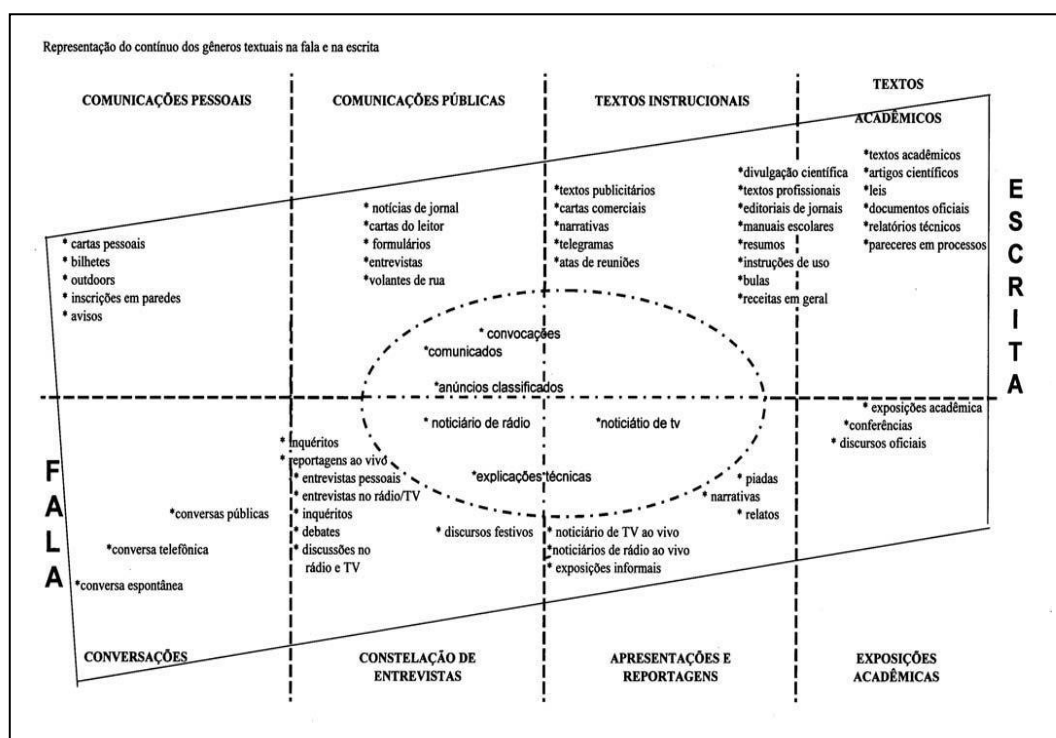


Figura 3 - Contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita (MARCUSCHI, 2006, p. 41)

Da discussão apresentada, ressaltamos a ideia de que fala e escrita constituem modalidades distintas e as diferenças entre elas não são exclusivas nem categóricas, mas sim graduais e contínuas, como afirma Marchuschi (2006, p. 46), pois não existe uma propriedade que seja encontrada unicamente em uma dessas modalidades e que se faça presente em todos os gêneros textuais nela produzidos, autorizando uma oposição completa entre fala e escrita.

Em nossa análise, consideramos, portanto, que as especificidades nos usos da conjunção *unque* não se justificam por uma polarização entre texto falado e texto escrito;

mas são explicadas com base nas propriedades dos gêneros textuais abordados nesta pesquisa quanto ao inter cruzamento dos eixos da concepção discursiva e do meio de produção.

A entrevista sociolinguística, gênero a ser trabalhado dentro da modalidade falada, encontra-se no intervalo destinado à constelação de entrevistas, como demonstra a figura 3. Por ser de concepção e produção oral, esse gênero localiza-se no contínuo das tipologias textuais da fala, estando mais próxima de uma conversação espontânea do que dos gêneros falados mais formais, como as exposições acadêmicas.

Já os editoriais jornalísticos, gênero textual utilizado para a análise das concessivas na modalidade escrita, encontram-se na fronteira entre os textos instrucionais e os textos acadêmicos no contínuo de Marcuschi (2006). Os editoriais são gêneros tipicamente escritos, uma vez que sua concepção é escrita e sua produção é gráfica. Além disso, o grau de formalidade exigido pelos editoriais é maior do que o exigido na produção de textos escritos destinados à comunicação pessoal, tais como as cartas pessoais e os bilhetes.

Estudos anteriores voltados para o fenômeno da concessão também envolvendo modalidades linguísticas distintas observaram que a frequência de estruturas concessivas pode variar entre uma modalidade e outra. Neves (2002, p. 148), por exemplo, ao analisar a ocorrência de orações adverbiais no português falado e escrito, observou uma maior frequência das orações concessivas na modalidade escrita do que na falada. O uso menos recorrente de subordinadas concessivas em textos orais também foi verificado no inglês por Barth (2000). Os resultados obtidos levaram o autor a concluir que a estratégia mais utilizada para marcar oposição na modalidade falada não é o uso de orações concessivas, mas sim o de adversativas.

Ao investigar o desenvolvimento histórico das conjunções concessivas do espanhol e do português medieval, Algeo (1973, p. 543) observa a existência de formas cognatas, isto é, com correspondência nas duas línguas. Dentre as hipóteses que justificam a origem das conjunções cognatas, o autor defende como principal fator o intercâmbio literário e não a proximidade geográfica entre Espanha e Portugal, pois, para ele o uso de conjunções concessivas é mais característico da escrita culta formal do que da expressão coloquial espontânea.

Como os resultados advindos das pesquisas de Neves (2002) e de Barth (2000) estão em consonância com a afirmação de Algeo (1973, p. 543) sobre o caráter formal das orações concessivas, a princípio esperamos que as orações concessivas introduzidas por *aunque* sejam mais usuais nos editoriais jornalísticos, por serem textos escritos de alto grau de formalidade, do que nas entrevistas semidirigidas, que são textos orais de menor grau de formalidade.

3.3 OS FATORES DE ANÁLISE ADOTADOS PARA O ESTUDO DE *AUNQUE* CONCESSIVO

Como mencionado na seção 3.1, este trabalho apresenta dois objetivos principais: investigar (i) quais são as motivações pragmáticas e semânticas das orações concessivas introduzidas por *aunque* e (ii) se essas propriedades pragmáticas e semânticas influenciam a manifestação formal dessas orações. Caso haja uma motivação pragmática ou semântica nas propriedades morfossintáticas das orações concessivas analisadas, este trabalho assume também o propósito de descrever o modo como essas motivações se realizam na estrutura formal das orações analisadas.

Para atingir os objetivos propostos, utilizamos o modelo teórico da GDF, pois julgamos que o objetivo (i) pode ser atingido a partir da análise das funções concessivas dentro dos níveis Interpessoal e Representacional, enquanto o objetivo (ii) pode ser alcançado ao observar-se o modo como as orações concessivas pertencentes a diferentes níveis e camadas são representadas no Nível Morfossintático.

Juntamente com o aparato teórico, definimos também alguns fatores de análise que serão analisados para alcançarmos os objetivos propostos. São eles:

- As camadas em que ocorre a oração concessiva na Gramática Discursivo-Funcional (3.3.1);
- A factualidade das orações concessivas introduzidas por *aunque* (3.3.2);
- A pressuposição das orações concessivas introduzidas por *aunque* (3.3.3);
- O modo verbal das orações concessivas introduzidas por *aunque* (3.3.4);
- A referência temporal das orações concessivas introduzidas por *aunque* (3.3.5)
- A posição ocupada pelas orações concessivas introduzidas por *aunque* em relação ao verbo da oração principal (3.3.6).

Os critérios a serem apresentados em 3.3.1; 3.3.2; e 3.3.3 são de ordem pragmática e/ou semântica, enquanto os demais dizem respeito à realização formal dos três primeiros critérios no plano morfossintático.

3.3.1 As camadas em que ocorre a oração concessiva na Gramática Discursivo-Funcional

Tendo em vista a estruturação em níveis e camadas proposta pela GDF, os estudos de Garcia (2010) e de Stassi-Sé (2012), voltados para a análise das orações concessivas em português, defendem que uma oração concessiva pode ser encontrada na camada do Conteúdo Proposicional, dentro do Nível Representacional, e nas camadas do Ato Discursivo e do Movimento, no Nível Interpessoal.

A relação concessiva estabelecida na camada do Conteúdo Proposicional caracteriza-se por expressar na oração principal uma conclusão oposta ao que se poderia esperar a partir da premissa contida na oração subordinada. Assim, a concessão é uma função semântica que marca a oposição entre crenças ou aspectos do conhecimento.

Dentro do Nível Interpessoal, a relação concessiva que ocorre na camada do Ato Discursivo caracteriza-se por apresentar, na oração subordinada, um Ato que poderia impedir a realização do Ato presente na oração principal, mas que não o faz. As orações concessivas dessa camada apresentam uma Ilocução própria e permitem a inserção de uma expressão performativa como “eu admito que”.

Já as orações concessivas da camada do Movimento são responsáveis por inserirem uma informação a um Movimento principal em andamento, expressando um parêntese ou uma digressão ao Movimento anterior, que pode ou não ser retomado.

Ao observarmos que a conjunção *aunque* é o conector mais utilizado para marcar concessão dentre os apontados pelas gramáticas espanholas, como descrito no capítulo I, consideramos como hipótese deste trabalho que a alta produtividade de *aunque* se deva à possibilidade de essa conjunção introduzir orações de diferentes funções em níveis também diversos, isto é, à possibilidade de que as orações concessivas por ela iniciadas possam, pelo menos, ocupar as camadas do Conteúdo Proposicional (Nível Representacional), do Ato Discursivo e do Movimento (ambas do Nível Interpessoal), já definidas pela GDF e por alguns trabalhos anteriores que se voltaram ao estudo da concessão com base nessa teoria.

Considerando que, para uma abordagem funcionalista, a forma como os enunciados se manifestam reflete as funções que eles desempenham, analisaremos os demais fatores em relação à camada da oração concessiva.

3.3.2 A factualidade das orações concessivas introduzidas por *aunque*

Este segundo fator avalia uma propriedade semântica das orações concessivas. De acordo com Pérez Quintero (2002, p. 53), a factualidade representa um parâmetro independente, aplicável a todos os tipos de entidades linguísticas, e que distingue as orações

em factuais e não-factuais. Segundo a autora, orações factuais apresentam uma Propriedade aplicável, um Estado-de-Coisas real, um Conteúdo Proposicional verdadeiro ou um Ato Discursivo assertivo, enquanto as orações não-factuais descrevem uma Propriedade não aplicável, um Estado-de-Coisas não real, um Conteúdo Proposicional não verdadeiro ou um Ato Discursivo não assertivo. Para este trabalho, interessam-nos as propriedades dos Conteúdos Proposicionais e dos Atos Discursivos.

Considerando sua natureza mental, Conteúdos Proposicionais podem ser avaliados em termos de verdade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 144), são chamados **factuais** os Conteúdos Proposicionais que revelam conhecimentos ou crenças assumidos como verdadeiros em relação ao mundo em que vivemos; e **não-factuais** os Conteúdos Proposicionais que expressam esperanças ou desejos em relação a um mundo imaginário.

No caso das orações concessivas, a RAE (2009, p. 3607) prevê que, quando factuais, representam uma proposição avaliada como verdadeira, mas que, ainda assim, não anula a validade da oração principal, como vemos em (59):

(59) **Aunque es italiano**, no le gusta la pasta. (RAE, 2009, p. 3599)
(Apesar de ser italiano, não gosta de macarrão)

A oração concessiva em destaque relata um Conteúdo Proposicional verdadeiro, pois o falante sabe que a pessoa de quem se fala é italiana. Além disso, o Conteúdo Proposicional enunciado na oração principal também é verdadeiro, pois se afirma que tal pessoa não gosta de macarrão. A união desses dois Conteúdos Proposicionais rompe com a crença de que todo italiano aprecia a comida típica de seu país. Tendo em vista o exemplo (59), definimos uma construção concessiva como factual quando tanto o Conteúdo Proposicional descrito pela oração subordinada como o Conteúdo Proposicional descrito pela principal são factuais.

No caso das orações concessivas não-factuais, Flamenco García (1999, p. 3826) observa que essas orações expressam a incerteza do falante em relação à verdade da proposição representada. Assim, diferentemente das orações concessivas factuais, que apresentam um Conteúdo Proposicional assumido como verdadeiro, as orações concessivas não-factuais apresentam um Conteúdo Proposicional que não é nem verdadeiro, nem falso. Como afirma Flamenco García (1999, p. 3830), ao realizar uma oração concessiva não-factual, o falante não se expressa abertamente quanto à verdade da proposição, mas estabelece a possibilidade de que seja ou se torne verdadeira, como vemos em (60):

- (60) **Aunque me ofrezcan una buena indemnización**, no tengo intención de dejar el trabajo.
 (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3831).
 (Mesmo que me ofereçam uma boa indenização, não tenho a intenção de deixar o trabalho)²⁶

No exemplo (60), notamos que o Conteúdo Proposicional introduzido por *aunque* refere-se a um fato possível que não pode ser avaliado nem como verdadeiro, nem como falso, porque, apesar de a empresa não ter oferecido uma indenização para o(a) funcionário(a) deixar o trabalho, não é impossível que essa suposição venha a se realizar. A oração concessiva abre, portanto, duas possibilidades excludentes: a empresa pode oferecer ou não uma boa indenização, mas independentemente de qual situação se torne verdadeira, o conteúdo da oração principal não será afetado, pois o(a) funcionário(a) não sairá do emprego. Logo, construções concessivas como (60), apesar de apresentarem uma oração subordinada de conteúdo não-factual, mantêm sua oração principal factual.

Alguns autores, tais como Pérez Quintero (2002) e Hengeveld (1998), assumem apenas os casos factuais como representantes de uma relação concessiva propriamente dita, visto que os casos não-factuais podem compartilhar propriedades com outros domínios semânticos. As construções concessivo-condicionais, discutidas no capítulo I, representam um caso específico de não-factuality. Essas construções são classificadas como **semifactuais** por apresentarem um conteúdo hipotético na oração subordinada e um conteúdo factual na oração principal.

Visto que tanto as orações factuais como as não-factuais compartilham duas propriedades fundamentais da concessão - estabelecem contraste com a oração principal e não afetam o valor de verdade do conteúdo da oração principal independentemente do que se manifesta na subordinada – trataremos ambos os casos como representantes legítimos de uma relação concessiva.

Como mencionado anteriormente, avaliar a factualidade da oração concessiva configura um critério de natureza semântica, pois investiga a atitude proposicional do falante em relação ao Conteúdo Proposicional expresso, tendo em vista o conhecimento que esse falante tem do funcionamento do mundo em que vive.

Embora o modelo da GDF se organize em níveis delimitados, a teoria prevê uma interação contínua entre eles, de modo que uma informação referente a um nível inferior é especificada assim que os níveis superiores fornecerem as condições necessárias para

²⁶ De acordo com Mira Mateus et al (1989, p. 308-309), os conectivos “mesmo que” e “mesmo se” são tipicamente utilizados em português para introduzir orações concessivas não-factuais, por isso optamos por utilizá-los em nossas traduções das orações concessivas não-factuais introduzidas por *aunque*.

desencadear esse processo. Sendo assim, as orações introduzidas por *aunque* atuantes nas camadas do Nível Interpessoal, são, no Nível Representacional, dotadas de conteúdo semântico, que, por sua vez, pode ser avaliado quanto à factualidade. Logo, são considerados factuais os Atos Discursivos Assertivos, isto é, aqueles nos quais o falante manifesta segurança em relação à verdade do conteúdo exposto. Atos Discursivos Interrogativos, por sua vez, são não-factuais, visto que neles o falante não se compromete com a verdade da informação que enuncia. Já os Atos Imperativos não podem ser avaliados em termos de verdade, pois, no Nível Representacional, não configuram um Conteúdo Proposicional, mas sim um Estado-de-Coisas. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 148).

3.3.3 A pressuposição das orações concessivas introduzidas por *aunque*

Neste trabalho, assumimos um tratamento pragmático da pressuposição, conforme descrito por Ying (2013, p. 197) e por Pérez Quintero (2002, p. 55), pois consideramos que a pressuposição é uma propriedade dos enunciados linguísticos, e que estes, por sua vez, não podem ser analisados de forma isolada, mas devem ser vistos em sua relação com os elementos da situação comunicativa, com os participantes do ato comunicativo e com os demais enunciados produzidos.

Com base em Pérez Quintero (2002, p. 55), definimos pressuposição como as estratégias que um falante assume para a codificação de sua mensagem, tendo em vista o que ele imagina compor o conhecimento de seu ouvinte. Assim, o contexto textual e o situacional, bem como o conhecimento de mundo e as crenças dos participantes são aspectos que definem o caráter pressuposto ou não-pressuposto da oração concessiva.

Consideramos **pressuposta** a informação que o falante expressa como sendo dada, isto é, como já sendo conhecida pelo ouvinte por ter sido enunciada anteriormente na interação, por fazer parte do contexto situacional, ou porque o falante supõe que tal informação já faça parte do conhecimento de mundo do seu interlocutor. Já a informação **não-pressuposta** é aquela que o falante apresenta como sendo nova para o ouvinte por não ter sido enunciada anteriormente, por não ser recuperável no contexto situacional ou porque o falante imagina que tal informação ainda não faça parte do conhecimento de mundo do seu interlocutor. A fim de distinguir o que consideramos uma informação pressuposta de uma informação não-pressuposta, observemos os exemplos a seguir:

(61) A: No acudas a esa reunión

B: Pero es que me lo ha pedido el director.

A: Bueno, pues **aunque te lo haya pedido él**. (FLAMENCO GARCÍA, 1999, 3826)

(A: Não vá a essa reunião)

B: Mas é que foi meu diretor quem me pediu

A: Bom, mesmo que ele tenha te pedido)

(62) Despertó del coma con una voz completamente diferente y, lo que es aún más raro, con un marcado acento australiano, **aunque jamás ha estado en ese continente** (RAE, 2009, p. 3605)

(Despertou do coma com uma voz completamente diferente e, o que é ainda mais estranho, com um marcado sotaque australiano, embora jamais tivesse estado nesse continente)

No exemplo (61), a oração concessiva em destaque apresenta um conteúdo pressuposto pelos interlocutores, visto que a informação de que o diretor havia solicitado o comparecimento do falante B na reunião já havia sido comunicada ao longo da interação. Já em (62), o conteúdo da oração concessiva é apresentado como novo, ou seja, o falante imagina que seu ouvinte não saiba que a pessoa de quem está falando jamais esteve na Austrália. Portanto, a oração concessiva em (62) é classificada como não-suposta.

A gramática da RAE (2009, p. 3602) ressalta o fato de que a informação contida na oração concessiva pode ser apresentada como dada mesmo sem ter sido introduzida no contexto textual precedente. Nesses casos o falante considera que tal informação faz parte do conhecimento implícito de seu interlocutor. A RAE (2009, p. 3602) também prevê que, a depender das intenções comunicativas do falante, este pode apresentar uma informação recuperável pelo ouvinte como sendo uma informação nova para um determinado momento da interação.

Observando o papel da pressuposição nas orações adverbiais, Hengeveld (1998, p. 353) e Pérez Quintero (2002, p. 57) destacam a relação desse fator com a factualidade. Para a autora, a pressuposição dentro do domínio factual implica reconhecer que uma proposição é verdadeira, como vimos anteriormente em (61); já quando a pressuposição atua no domínio não-factual, os participantes da interação reconhecem a falsidade da proposição expressa pela oração subordinada, conforme podemos observar no exemplo a seguir:

(63) **Aunque me lo hubieses señalado**, no me habría dado cuenta de mi error. (RAE, 2009, p. 3607)

(Mesmo que você tivesse me avisado, eu não teria percebido meu erro)

Em (63), a oração concessiva apresenta uma informação que ambos, falante e ouvinte, sabem que não se realizou no passado, pois faz parte do conhecimento dos interlocutores o

fato de que o falante não havia sido alertado sobre o seu erro. Assim, a falsidade da proposição representada pela oração concessiva é pressuposta.

3.3.4 O modo verbal das orações concessivas introduzidas por *aunque*

As orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* podem apresentar o verbo no modo indicativo ou no modo subjuntivo. Para as gramáticas tradicionais, a alternância entre indicativo e subjuntivo é motivada apenas pela factuality da oração. Gili Gaya (1943-2000, p. 323), por exemplo, afirma que o modo indicativo é utilizado quando a oração concessiva expressa um conteúdo factual, enquanto o modo subjuntivo é utilizado para representar um conteúdo não-factual.

Já para Flamenco García (1999, p. 3827), o modo verbal a ser utilizado com *aunque* é determinado não só pela factuality da oração subordinada, mas também pela pressuposição de seu conteúdo.²⁷ Assim, orações concessivas factuais podem ocorrer no indicativo ou no subjuntivo, como vemos nos exemplos a seguir:

(64) [...] te aseguro que salió a caminar **aunque llovía a cántaros**. (RAE, 2009, p. 3606)
(te garanto que ele saiu para caminhar embora chovesse intensamente)

(65) **Aunque hayas tenido buenas calificaciones en los estudios hasta ahora**, en adelante deberás esforzarte más. (RAE, 2009, p. 3606)
(Embora você tenha conseguido boas notas nos estudos até agora, a partir desse momento deverá se esforçar mais)

A RAE (2009, p. 3609) propõe que o uso do indicativo em contextos factuais está relacionado à transmissão de informação não-pressuposta. Assim, em (64), embora o falante soubesse que estava chovendo quando a ação descrita na oração principal foi praticada, ele supõe que seu ouvinte desconheça tal informação e sente a necessidade de comunicá-la.

Já o uso do subjuntivo em contextos factuais está vinculado a uma informação pressuposta. Dessa forma, em (65), o uso do subjuntivo deve-se ao fato de que os participantes da interação já sabiam previamente que o ouvinte tinha boas notas.

Flamenco García (1999, p. 3829) classifica o subjuntivo em contextos factuais como casos de **subjuntivo temático** ou **subjuntivo polêmico**, pois revelam que a estratégia argumentativa do falante não é a de informar o interlocutor, mas sim de refutar um argumento

²⁷ Essa visão é defendida por De Kock (1995) e pela gramática da RAE (2009).

já conhecido, colocando em dúvida a sua validade como obstáculo ao que se enuncia na oração principal. Essa estratégia pode ser observada no seguinte diálogo:

(66) A: No debería salir la niña, estos días ha estado muy enferma.

B: Ya, pero **aunque haya estado muy enferma**, ¿no crees que le conviene moverse un poco? (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3830)

(A: A menina não deveria sair, ficou muito doente estes dias.

B: Sim, mas embora tenha ficado muito doente, você não acha que é bom para ela movimentar-se um pouco?)

Em (66), o uso do subjuntivo na oração concessiva em destaque não se deve a um conteúdo não-factual, pois a informação de que a menina estava doente é afirmada no turno de A. Em sua estratégia argumentativa, B faz uso de uma informação compartilhada para invalidá-la, demonstrando que o fato de a menina ter ficado doente não deve impedir seu passeio.

Como afirma Rodríguez Rosique (2012, p. 112), o uso do subjuntivo faz com que o conteúdo da oração concessiva adquira um sentido de irrelevância frente ao conteúdo da oração principal, o que não se verifica nas orações com indicativo. Ao apresentar o conteúdo da concessiva como irrelevante, o conteúdo da principal adquire maior força argumentativa.

Rodríguez Rosique (2012, p. 112) também apresenta o subjuntivo como sendo o modo verbal prototípico das orações não-factuais em razão de seu aspecto não-assertivo, impedindo que a informação transmitida seja avaliada como verdadeira ou falsa. Observemos a oração concessiva não-factual no exemplo a seguir:

(67) **Aunque esté mañana borracho**, no lo estará en el día del examen. (RAE, 2009, p. 3608)

(Mesmo que ele esteja bêbado amanhã, não estará no dia da prova)

A oração concessiva em (67) é avaliada como não-factual, pois nela cria-se a possibilidade de que alguém venha a estar bêbado no dia seguinte para, assim, negar a possibilidade de que esteja bêbado no dia da prova. Quanto ao verbo da oração concessiva, observamos que ele está conjugado no modo subjuntivo, marcando, portanto, o caráter não verdadeiro da proposição.

3.3.5 A referência temporal das orações concessivas introduzidas por *aunque*

Segundo Flamenco García (1999, p. 3826), a conjunção *aunque* acompanha todas as formas verbais do sistema modo-temporal do espanhol, podendo, assim, ocorrer com qualquer tempo verbal do modo indicativo ou do modo subjuntivo. Observamos, porém, que tanto Flamenco García (1999) como a gramática da RAE (2009) condicionam o tempo verbal com a factualidade e a pressuposição da oração concessiva.

Flamenco García (1999, p. 3826) considera que, para expressar uma informação factual e não-pressuposta, a oração concessiva pode utilizar todas as formas temporais do modo indicativo. Já quanto se trata de uma informação factual e pressuposta, Flamenco García (1999, p. 3829) e a gramática da RAE (2009, p. 3609) consideram que as formas verbais preferencialmente empregadas nas orações concessivas são as do presente e do passado do modo subjuntivo. Tais formas verbais também são apontadas como sendo as mais comuns para representar a não-factualidade das orações concessivas.

Tendo por base os estudos de Coan (2000) e de Sebastián (1991), consideramos, porém, que a categoria de tempo não deve ser analisada apenas com base na classificação gramatical da forma verbal utilizada, pois, segundo Sebastián (1991, p. 183), os contrastes morfológicos que distinguem um tempo gramatical de outro nem sempre são regulares, de modo que uma mesma forma verbal pode codificar relações temporais distintas. Vejamos o exemplo a seguir discutido pela autora:

(68) Mañana **vuelo** a Murcia (SEBASTIÁN, 1991, p. 183)
(Amanhã eu voo para Múrcia)

O exemplo (68) demonstra que não existe uma correspondência entre o tempo gramatical do verbo e a referência temporal por ele expressa: observamos que o verbo *volar* (“voar”) está conjugado no presente do indicativo, mas faz referência a uma ação futura. Dessa forma, a informação expressa em (68) poderia ser codificada pelo futuro do indicativo *volaré* (“voarei”), conforme a paráfrase em (68’):

(68’) Mañana **volaré** a Murcia.

Por meio dos exemplos discutidos, concluímos que a forma verbal não é o único elemento que permite interpretar a referência temporal da oração, pois, como afirma Coan (2000, p. 15), o tempo é uma categoria discursiva e sua referência só pode ser descrita se considerados os aspectos pragmáticos e semânticos envolvidos na oração.

Dessa forma, este estudo assume a análise do tempo como sendo a análise da referência temporal expressa pela forma verbal codificada na oração concessiva. Consideramos que as formas verbais empregadas nas orações concessivas podem fazer referência temporal de **passado**, **presente** ou **futuro** a depender do contexto de uso dessa oração.

Tendo em vista a relação entre factualidade, pressuposição e codificação modo-temporal, pretendemos investigar como esses fatores interagem na constituição das orações concessivas introduzidas por *aunque* produzidas em contextos reais de comunicação. Esperamos que a codificação verbal das orações concessivas levantadas manifeste os padrões apresentados ao longo desta seção, de tal forma que as possíveis diferenças modo-temporais estejam motivadas pelo caráter pressuposto ou não-pressuposto da oração concessiva e pela factualidade expressa.

3.3.6 A posição ocupada pelas orações concessivas em relação ao verbo da oração principal

Flamenco García (1999, p. 3815) considera que a posição ocupada pelas orações concessivas também pode relacionar-se com a pressuposição de seu conteúdo. Nesses casos, a posição assume um papel fundamental na organização interna das construções concessivas, ao refletir o caráter informativo das orações que as constituem.

Flamenco García (1999, p. 3815) observa que a oração concessiva, quando anteposta à principal, geralmente apresenta uma informação pressuposta, isto é, já conhecida pelos interlocutores. A anteposição da oração concessiva, segundo a RAE (2009, p. 3602), revela a estratégia do falante de polemizar uma informação anteriormente enunciada ou compartilhada implicitamente pelos participantes. Assim, nessa posição, a oração concessiva exerce a função tópico, como vemos no seguinte exemplo:

(69) **Aunque solo tenga cuatro años**, ya sabe leer y escribir. (RAE, 2009, p. 3602)
(Apesar de só ter quatro anos, já sabe ler e escrever)

No exemplo (69), a informação de que a criança tem apenas quatro anos já é conhecida pelos interlocutores. Assim, na construção da argumentação, o falante primeiramente retoma a informação compartilhada para, em seguida, invalidá-la como

obstáculo ao que se afirma na principal, pois apesar da pouca idade, a criança já sabe ler e escrever.

Para a RAE (2009, p. 3602), quando as orações concessivas aparecem pospostas, o falante introduz uma informação nova a fim de evitar uma possível objeção do interlocutor. Nesses casos, as orações concessivas exercem a função foco, como ilustra o exemplo (69):

- (70) También se estudió esta posibilidad, **aunque pronto fue descartada**. (RAE, 2009, p. 3602)
(Esta possibilidade também foi estudada, apesar de ter sido descartada logo)

Ao enunciar a oração principal em (70), o falante sente a necessidade de informar seu ouvinte de que a possibilidade mencionada anteriormente, apesar de ter sido estudada, não foi aceita. O conteúdo da oração concessiva não é pressuposto pelo interlocutor, e, ao ser enunciado, adiciona uma informação ao conhecimento de mundo do ouvinte.

As funções tópico e foco, exercidas pelas orações concessivas a depender de sua posição, são funções de ordem pragmática, pois revelam as estratégias de organização do texto com base no que o falante imagina que faça parte do conhecimento de seu ouvinte. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46-47).

Neves (1999, p. 566) defende que a posposição da oração concessiva, além de marcar a oração que contém uma informação nova em uma construção subordinada, também serve para marcar a função adendo. Segundo a autora, o falante pode inserir, por meio da oração concessiva, conteúdos ou argumentos novos a um enunciado aparentemente concluído, o que gera uma quebra no andamento da fala. É o que acontece no exemplo do espanhol que apresentamos a seguir:

- (71) Los sindicatos exigen una negociación, **aunque quizás no sea esta la palabra más apropiada**. (RAE, 2009, p. 3605).
(Os sindicatos exigem uma negociação, embora talvez esta não seja a palavra mais apropriada)

Notamos que, em (71), após enunciar o Ato Discursivo presente na oração principal, o falante avalia o sentido da palavra *negociación* e, por isso, efetua uma ressalva por meio da oração concessiva posposta, comentando a inadequação presente no Ato anterior.

Outro critério que motiva a posição assumida pela oração concessiva é a sua dependência com relação à oração principal. Ao investigar o uso das orações consideradas como subordinadas em português, Decat (1999, p. 33-34) observou que quando dependentes

semântica e sintaticamente da principal as orações adverbiais tendem a ocorrer antepostas a ela. Já as adverbiais independentes aparecem frequentemente pospostas, pois, segundo a autora, essa posição favorece a independência semântico-sintática da oração ao enfatizar o conteúdo por ela descrito.

Considerando o modelo da GDF, é possível observar que os níveis de dependência entre a oração concessiva e a principal variam de acordo com a camada em que a relação concessiva se estabelece: as orações pertencentes às camadas mais altas são independentes semântica e sintaticamente de uma oração principal, ao contrário das concessivas localizadas nas camadas mais baixas.

Com base nas observações de Decat (1999) para o português, esperamos que haja uma relação entre a camada da oração concessiva e a posição sintática por elas ocupada, de tal modo que quanto mais alta for a camada em que se estabelece a relação concessiva, maior será a tendência de a oração concessiva ocorrer em posição posposta. E, quanto mais baixa for a camada, maior a probabilidade de a oração concessiva ocorrer em posição anteposta.

Em nossa análise tomamos o verbo da oração principal como ponto de referência para determinar a posição anteposta ou posposta da oração concessiva, uma vez que o verbo constitui o elemento nuclear da oração principal.

Ainda com relação à posição ocupada pela oração concessiva, Flamenco García (1999, p. 3815-3816) afirma que a possibilidade de a concessiva ocorrer anteposta ou posposta à principal é uma propriedade que a diferencia das orações coordenadas adversativas, sendo também estas orações responsáveis por estabelecer relações de contraste, mas localizadas apenas na posição de segundo membro oracional.

Flamenco García (1999, p. 3817-3818) defende que, apesar de as orações concessivas terem a propriedade da reversibilidade, essa propriedade não garante que a troca da posição da oração concessiva com a oração principal produza construções simétricas em todos os contextos de uso. Segundo o autor, é possível que, ao inverter a posição da oração concessiva, a construção resultante não mantenha o mesmo grau de aceitabilidade da construção original, pois, como vimos, a ordem da concessiva em relação a sua principal pode estar intrinsecamente vinculada às funções pragmáticas desempenhadas pela subordinada.

Com base nas discussões apresentadas nesta seção, consideramos que os fatores aqui definidos são relevantes para a análise das orações concessivas introduzidas por *aunque* uma vez que nos permitem observar não só a função concessiva dentro das camadas do Nível Interpessoal e do Nível Representacional, mas também demonstram a relação entre os Níveis de Formulação e o primeiro Nível do processo de Codificação: o Nível Morfossintático.

Assim, relacionando os fatores discutidos ao longo das seções (3.3.2), (3.3.3), (3.3.4), (3.3.5) e (3.3.6) com a hipótese apresentada em (3.3.1) de que as orações concessivas introduzidas por *aunque* podem atuar em níveis e camadas diversos dentro do modelo teórico da GDF, assumimos como hipótese secundária a possibilidade de que a análise da factualidade, da pressuposição, do modo verbal, da referência temporal e da posição da oração concessiva apresente padrões que caracterizem cada um dos tipos de orações concessivas a serem encontrados. Tal hipótese é assegurada pelo modelo da GDF, o qual propõe que diferenças pragmáticas e semânticas podem resultar em diferenças morfossintáticas. Nossas hipóteses serão averiguadas no capítulo a seguir, em que apresentamos a análise das ocorrências das orações concessivas introduzidas por *aunque* a partir dos fatores aqui discutidos.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS DE ORAÇÕES CONCESSIVAS INTRODUZIDAS POR *AUNQUE*

Este capítulo apresenta a análise das orações concessivas introduzidas por *aunque* identificadas no corpus. Inicialmente, na seção 4.1, abordaremos a frequência das orações concessivas nos dois gêneros textuais analisados. Na sequência – seção 4.2 –, observaremos os usos da conjunção *aunque* em orações adversativas (4.2.1) e em orações de condição mínima (4.2.2). Na seção 4.3, apresentaremos a análise dos critérios definidos ao longo do capítulo III, tendo por referência a camada da oração concessiva. Primeiramente descreveremos as propriedades das orações concessivas pertencentes aos tipos oracionais definidos por estudos anteriores: em 4.3.1 trataremos das orações concessivas de Conteúdo Proposicional; em 4.3.2, das concessivas de Ato Discursivo; e em 4.3.3, das concessivas de Movimento. Já em 4.3.4 apresentaremos um novo tipo de oração concessiva introduzida por *aunque* até então não tratado em trabalhos sobre orações concessivas que usam o aparato teórico da GDF. Na seção 4.4, abordaremos as propriedades gerais das orações concessivas que não são motivadas pela camada a que pertencem. Por fim, na seção 4.5, exporemos as conclusões parciais sobre as propriedades dos tipos de orações concessivas que são introduzidos por *aunque* no espanhol peninsular.

4.1 ASPECTOS GERAIS DA ANÁLISE

Visando a cumprir com os objetivos propostos no capítulo III, foram levantadas e analisadas 343 ocorrências de *aunque* introduzindo orações concessivas finitas, sendo 205 ocorrências provenientes dos editoriais jornalísticos e 138 ocorrências das entrevistas semidirigidas.²⁸

Os números obtidos confirmam nossa expectativa de que as orações concessivas introduzidas por *aunque* são mais frequentes nos editoriais jornalísticos do que nas entrevistas semidirigidas. A diferença quanto ao uso da concessão na modalidade falada e na escrita em nossa análise justifica-se pelas propriedades dos gêneros analisados, tais como o grau de

²⁸ Os inquéritos orais utilizados em nosso corpus estão compostos pelo áudio da entrevista e sua transcrição. Embora este trabalho não realize uma análise fonológica das ocorrências encontradas, as gravações foram ouvidas para uma descrição mais rigorosa.

formalidade exigido em cada um deles e o modo pelo qual esses gêneros são concebidos e transmitidos.

Como já discutido neste trabalho, as entrevistas semidirigidas, de concepção e veiculação oral, enquadram-se entre os gêneros mais informais do paradigma da fala apresentado por Marcuschi (2006, p. 41). Nesse tipo de gênero, que se aproxima da fala coloquial, falante e ouvinte são dotados de uma alta carga comunicativa que deve ser processada e produzida simultaneamente. Para facilitar a produção, o processamento e a retomada dos enunciados linguísticos, os participantes da entrevista semidirigida tendem a fazer uso de mecanismos cognitivos mais simples, como a coordenação, em detrimento de outros mais complexos, como a subordinação (BARTH, 2000, p. 419).

Os editoriais jornalísticos, por sua vez, são textos altamente formais, o que caracteriza o uso de uma linguagem mais polida e de enunciados mais complexos. Além disso, o fato de os editoriais jornalísticos serem de concepção e veiculação escrita justifica o emprego mais frequente de orações subordinadas nesse gênero do que nas entrevistas semidirigidas. A existência de um intervalo entre a formulação mental do enunciado e sua articulação, bem como a materialidade do texto escrito são propriedades que auxiliam na retomada e na formulação dos textos que compõem o editorial jornalístico e que propiciam a ocorrência das orações concessivas.

4.2 OUTROS USOS DE *AUNQUE*

Além dos casos em que *aunque* ocorre em uma oração concessiva de verbo finito, identificamos em nosso corpus algumas construções introduzidas por essa conjunção que não se enquadram no objeto de estudo proposto por esta pesquisa. Dentre as ocorrências introduzidas por *aunque* não contempladas neste trabalho estão as ocorrências de estruturas sintagmáticas e de estruturas não-finitas, como ilustram, respectivamente, (72) e (73):

- (72) luego volví a bajarme a Santa Catalina / **aunque no al mismo piso** porque primero lo vendí y volví a comprar otro (PRESEEA_AICALA_H33_51)
(depois voltei a descer para Santa Catalina, embora não para o mesmo apartamento, porque primeiro o vendi e voltei a comprar outro)

(73) En apenas unos años, la implantación de la jornada intensiva en los centros escolares de infantil y primaria se ha extendido en España hasta alcanzar el 62%, **aunque distribuida de forma muy desigual**. (ED238-30/04/2013)²⁹

(Em apenas alguns anos, a implantação da jornada intensiva nos centros escolares infantis e primários se estendeu na Espanha até alcançar 62%, embora distribuída de forma muito desigual)

Observamos que nessas ocorrências a conjunção *aunque* não introduz um elemento oracional, mas sim um sintagma preposicionado em (72) – *no al mismo piso* e uma forma reduzida de particípio em (73) – *distribuida de forma muy desigual*. As construções como (72) e (73) não se enquadram entre os objetos de estudo desta pesquisa por impedirem que sejam observados alguns aspectos da codificação morfossintática das orações concessivas, tais como a conjugação modo-temporal, que refletem propriedades pragmáticas e semânticas de interesse para este trabalho.

Também foram desconsiderados da análise os casos em que a conjunção *aunque* estabelece uma relação adversativa e aqueles em que essa conjunção introduz uma oração de condição mínima. Apresentaremos brevemente esses dois empregos de *aunque* a fim de demonstrar em quais aspectos esses outros usos se diferenciam do valor concessivo prototipicamente relacionado a essa conjunção.

4.2.1 A conjunção *aunque* em orações adversativas

Retomando os aspectos discutidos no capítulo I, é possível dizer que tanto a concessão como a adversatividade são relações que contrastam dois membros oracionais de uma mesma construção.

A concessão é, em princípio, uma relação de subordinação pragmática, semântica e sintática e, por isso, uma oração concessiva tende a apresentar propriedades que refletem sua dependência da oração principal. No âmbito sintático, uma oração concessiva pode apresentar verbo no modo subjuntivo e pode antepor-se ou pospor-se a sua oração principal. Já no âmbito semântico, a representação de uma construção concessiva por meio do esquema *aunque p, q* indica que a oração concessiva contém um obstáculo que, em uma situação esperada, poderia impedir a ocorrência do que se afirma na oração principal. No plano pragmático, a oração concessiva, em geral, exerce a função de fundo, isto é, seu conteúdo

²⁹ As referências que acompanham as ocorrências escritas são compostas pela abreviação “ED”, que indica o gênero editorial, seguido pelo número que identifica o editorial no conjunto de textos coletados e pela data de publicação do editorial no *site* de origem.

retoma uma informação já conhecida pelos interlocutores e serve como base para o que será comunicado na oração principal.

A adversatividade, por sua vez, é uma relação de coordenação que se representa pelo esquema *p, pero q*. As duas orações que constituem a construção adversativa são sintaticamente independentes – o que justifica a oração adversativa sempre vir no modo indicativo – e apresentam uma ordem fixa – o conectivo adversativo sempre introduz o segundo membro oracional. Semanticamente, a oração denominada adversativa caracteriza-se por conter a informação que se afirma apesar dos obstáculos enunciados na oração anterior. Já do ponto de vista pragmático, a oração adversativa é comunicativamente mais relevante do que a oração anterior, pois introduz um conteúdo novo para o ouvinte.

Como discutido no capítulo I, autores como Lavacchi e Nicolás Martínez (1994), Crevels (1998) e Flamenco García (2000), além da gramática da RAE (2009), reconhecem que *aunque*, apesar de ser a conjunção concessiva prototípica do espanhol atual, pode, em alguns contextos, encabeçar uma oração adversativa assim como a conjunção *pero*. Em nosso corpus, encontramos 23 ocorrências de *aunque* como conjunção adversativa, sendo a maioria extraída da modalidade escrita – 19 ocorrências – e apenas 4 da modalidade falada. Tal uso adversativo da conjunção é representado pelas ocorrências (74) e (75):

- (74) me gusta hacer aeróbic/ **aunque no tengo mucho tiempo** (PRESEEA_VALENCIA_MB121_99)

(eu gosto de fazer aeróbica, mas não tenho muito tempo)

[nas eleições em Israel, o primeiro ministro Netanyahu é reeleito com um número de votos inferior ao estimado por seu partido]

- (75) Netanyahu tiene todas las cartas para repetir como primer ministro, **aunque debe entender el mensaje**: la sociedad israelí no quiere más de lo mismo, pide renovación de políticos (ED48-25/01/2013)

(Netanyahu tem todas as cartas para repetir como primeiro ministro, mas deve entender a mensagem: a sociedade israelita não quer mais do mesmo, pede renovação de políticos)

Vemos que, nessas ocorrências, a informação introduzida por *aunque* é factual, isto é, verdadeira, e até então desconhecida pelo ouvinte, o que justifica o emprego do verbo no modo indicativo – *tengo* (“tenho”) em (74) e *debe* (“deve”) em (75) – e a posposição da oração. Tais propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas são sempre verificadas em orações adversativas, como as introduzidas pela conjunção *pero*; no entanto, também podem ser encontradas em orações de valor concessivo. Assim, o principal critério que

justifica classificar as ocorrências (74) e (75) como adversativas é o fato de a oração introduzida por *aunque* não conter um obstáculo, mas sim a informação afirmada, apesar do que se comunica na oração anterior. Recordando os esquemas lógico-semânticos *aunque p, q* e *p, pero q* utilizados para representar as construções concessivas e adversativas, respectivamente, observamos que, nos casos de (74) e (75), a conjunção *aunque* acompanha a oração *q*, isto é, aquela que contém a informação de maior peso informativo, e não a oração *p*, como fazem as conjunções concessivas. Tomando a ocorrência (75), apresentamos os esquemas a seguir a fim de ilustrarmos a diferença entre o uso de *aunque* em uma oração concessiva e em uma oração adversativa:

Construção concessiva: *aunque p, q*

(75') **Aunque** [Netanyahu tiene todas las cartas para repetir como primer ministro]_p, [debe entender el mensaje]_q.

Construção adversativa: *p, pero q*

(75'') [Netanyahu tiene todas las cartas para repetir como primer ministro]_p, **pero** [debe entender el mensaje]_q.

Construção adversativa com *aunque*: *p, aunque q*

(75) [Netanyahu tiene todas las cartas para repetir como primer ministro]_p, **aunque** [debe entender el mensaje]_q.

Como em (75) *aunque* exerce o papel de conjunção adversativa e não concessiva, a substituição de *aunque* por outra conjunção adversativa como *pero*, como ocorre em (75''), não afeta a legitimidade da construção produzida. Já quando a paráfrase se realiza com um conectivo concessivo, tal como *a pesar de que*, a construção produzida é pouco natural, como verificamos na paráfrase de (75) a seguir:

(75''') (?) Netanyahu tiene todas las cartas para repetir como primer ministro, **a pesar de que** debe entender el mensaje.

O fato de a conjunção *aunque* apresentar, sob determinadas condições, o mesmo sentido adversativo da conjunção *pero* não indica, por sua vez, a neutralização dessas duas conjunções (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3820). Comparemos a ocorrência (76) com sua paráfrase (76'):

(76) La ciudad de Barcelona prohibió en 2003, no sin polémica, el uso de animales salvajes en espectáculos de circo, **aunque** las compañías que los tienen sortean la prohibición instalando sus carpas en los municipios limítrofes. (ED613-31/10/2013)

(A cidade de Barcelona proibiu em 2003, não sem polêmica, o uso de animais selvagens em espetáculos de circo, mas as companhias que os possuem driblam a proibição instalando suas tendas nos municípios limítrofes)

(76') La ciudad de Barcelona prohibió en 2003, no sin polémica, el uso de animales salvajes en espectáculos de circo, **pero** las compañías que los tienen sortean la prohibición instalando sus carpas en los municipios limítrofes.

Observamos que tanto a ocorrência (76) como sua paráfrase (76') expressam uma relação opositiva. Contudo, no primeiro caso, o uso de *aunque* atenua a importância da informação que introduz frente ao que é dito na outra oração. Assim, embora os circos com animais selvagens ainda sobrevivam na região ao redor de Barcelona, a ideia que prevalece em (76) é a de que, nessa cidade, os espetáculos com animais selvagens são proibidos. O contrário é verificado em (76'), pois o uso de *pero* ressalta o fato de que os circos com animais ainda existem apesar das proibições.

Assim, conforme indica Flamenco García (1999, p. 3820), há uma gradação entre o uso dessas duas conjunções, sendo que as orações adversativas introduzidas por *aunque* expressam uma oposição mais atenuada do que aquelas encabeçadas por *pero*.

4.2.2 A conjunção *aunque* em orações de condição mínima

Os dados analisados também revelam em 26 ocorrências – 15 provenientes da modalidade escrita e 11 da modalidade falada – um tipo oracional com propriedades particulares. Essas orações, que tendem a ocorrer pospostas à oração principal, apresentam em sua estrutura a conjunção *aunque* seguida pelo verbo *ser* no modo subjuntivo, conforme vemos em (77):

(77) Y entonces tengo ganas de ir/ a ver si para Semana Santa/ puedo escaparme// **aunque sea una semana o algo** (PRESEEA_GRANADA_H31_01)

(e então tenho vontade de ir, vamos ver se consigo escapar na Semana Santa, nem que seja uma semana ou algo assim)

Em (77) observamos que a oração em destaque, além de ser introduzida por *aunque* + verbo *ser*, apresenta um conteúdo não-factual, pois o informante supõe que ele conseguirá viajar durante a Semana Santa, mas tal viagem ainda se encontra no plano do desejo. Por meio

dessa ocorrência, notamos que as orações de *aunque* + *verbo ser* enquadram-se entre as estruturas concessivo-condicionais ao apresentarem um conteúdo hipotético e desconhecido pelo ouvinte.

Por corresponderem a uma estrutura escalar, as orações concessivo-condicionais introduzidas por *aunque* focalizam aquele que é considerado um ponto extremo dentro de uma escala de possibilidades. Contudo, ao contrário dos exemplos concessivo-condicionais anteriormente discutidos neste trabalho, nos quais o escopo da conjunção recai em um ponto superior da escala, no caso das orações introduzidas por *aunque* + *verbo ser* a conjunção focaliza uma propriedade mínima que se relaciona com algum elemento da oração principal. Em (77), por exemplo, *aunque* focaliza o sintagma *una semana*, que, se colocado em uma escala, representa o menor período de tempo possível para que o informante consiga sair de viagem. Por essa propriedade, denominaremos tais construções como sendo **construções de condição mínima**.

Conforme citado por Moliner (2001), outro aspecto diferencial das construções de condição mínima é que elas não expressam uma contrariedade entre a oração principal e a subordinada, como fazem as construções concessivas. As orações de condição mínima apresentam um valor motivacional, visto que o conteúdo por elas representado, apesar de ser menos relevante do que se espera, impulsiona a ocorrência do que se expressa na oração principal. Como afirma Garachana Camarero (1999, p. 198), o conteúdo das orações de condição mínima, ao invés de se opor à oração principal, serve para justificar esta última. Vejamos a ocorrência (78), que trata da necessidade de renúncia da ministra espanhola Ana Mato:

- (78) Debería retirarse con urgencia del primer plano, **aunque solo sea por no perjudicar más a su jefe político, Mariano Rajoy** [...]. (ED79-10/02/2013)
(Ela deveria retirar-se de cena com urgência, ainda que seja só para não prejudicar mais seu chefe político, Mariano Rajoy)

Em (78), observamos que a oração subordinada abre uma escala de possíveis motivações para a saída de Ana Mato do poder, sendo a menor delas o fato de que sua permanência está afetando a confiança da população espanhola no presidente Mariano Rajoy. Assim, o contraste apresentado entre a oração principal e a subordinada não está no conteúdo descrito pelas duas orações, pois o que é representado pela oração subordinada justifica a afirmação enunciada na oração principal.

A respeito da contra-argumentação nas orações concessivas de condição mínima, Garachana Camarero (1999, p. 198) afirma que essas orações não apresentam uma justificativa total que motive a ocorrência do que se enuncia na oração principal, mas sim uma justificativa que, apesar de parcial, é suficiente para produzir a aceitação do conteúdo expresso na oração principal. Portanto, no caso de (78), a quebra de expectativa que autoriza o uso de *aunque* ocorre porque o motivo apresentado na oração subordinada é o mais fraco dentre aqueles que poderiam causar a renúncia da ministra. O foco dado ao ponto mínimo de uma escala é ressaltado pelo uso do advérbio restritivo *solo* na oração introduzida pela conjunção *aunque*.

O fato de todas as construções de condição mínima analisadas apresentarem a estrutura *aunque* + *verbo ser* não faz com que qualquer oração que tenha essa estrutura carregue uma condição mínima. Observemos a seguinte ocorrência:

- (79) porque estaba también mi prima/ que es/ un poco mayor que yo// y que de alguna forma **aunque sea prima**/ para mí es como si fuera mi hermana/ porque nos hemos/ criado mucho juntas (PRESEEA_VALENCIA_MC532_97)
(porque estava também a minha prima que é um pouco mais velha do que eu e que de alguma forma, embora seja prima, para mim é como se fosse minha irmã porque fomos criadas muito juntas)

Apesar de a oração em destaque apresentar a estrutura *aunque sea*, a ocorrência em (79) não expressa uma condição mínima por não se referir a uma situação hipotética. O que justifica o uso do verbo da oração subordinada no modo subjuntivo é o fato de o grau de parentesco entre a informante e a pessoa de quem se fala ter sido comunicado no contexto anterior à realização da oração concessiva. Além disso, em (79), existe um contraste entre o que é afirmado na subordinada e o que se comunica na oração principal, como ocorre nas orações concessivas. Apesar de serem primas, as duas mulheres têm o mesmo vínculo que há entre irmãs. Tal relação contrastiva, por sua vez, não se verifica nas orações de condição mínima, conforme observamos nas ocorrências (77) e (78).

Tendo em vista que nas construções de condição mínima a conjunção *aunque* não se volta para uma oração completa, mas sim para uma propriedade específica apresentada na oração subordinada, Olbertz (2015 – comunicação oral)³⁰ e Olbertz, Garcia e Parra (em preparação) defendem que essas construções concessivo-condicionais se localizam na camada da Propriedade Configuracional (f), segundo o modelo da GDF. Observemos a representação

³⁰ Comunicação oral intitulada *Condicionais concessivas entre hipóteses e concessão* – o exemplo do espanhol, apresentada no 63º Seminário do GEL, realizado na Universidade Estadual de Campinas, em julho de 2015.

da ocorrência (77) a fim de ilustrarmos a relação de escopo nas construções de condição mínima:

(77) a. (f_i : –escaparme–): (hip t_i : –solo una semana o algo–)_{CONC} (f_i)

Por meio dessa representação, observamos que o sintagma *solo una semana o algo* introduzido pela conjunção *aunque* refere-se a uma unidade de tempo (t_i) avaliada como hipotética (hip) e que modifica a propriedade (f_i) *escaparme* apresentada na oração principal. Como as construções de condição mínima não se enquadram no objeto de estudo deste trabalho, uma vez que não acompanham um conteúdo oracional completo, elas não são descritas dentre as ocorrências analisadas na sequência.

4.3 AS PROPRIEDADES DAS ORAÇÕES CONCESSIVAS NAS DIFERENTES CAMADAS DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

A análise das camadas das orações concessivas introduzidas por *aunque* comprova que essas orações se estabelecem na camada do Conteúdo Proposicional (Nível Representacional) e na do Ato Discursivo (Nível Interpessoal), conforme descrito pela GDF, bem como na camada do Movimento (Nível Interpessoal), como atestado por Garcia (2010) e por Stassi-Sé (2012) em dados do português. Nossos dados, porém, revelam um novo tipo de oração concessiva ainda não descrito nos trabalhos anteriores voltados para a descrição das concessivas por meio da arquitetura da GDF. Esse tipo oracional introduzido por *aunque* será, por hora, tratado como um modificador interpessoal. Mais adiante, exporemos suas propriedades e sua camada atuação.

Tendo em vista a diversidade de tipos concessivos que a conjunção *aunque* é capaz de introduzir, consideramos que o uso frequente dessa conjunção frente às demais estratégias para marcar concessão no espanhol peninsular deve-se ao fato de *aunque* estabelecer tanto relações interpessoais como semânticas. Na tabela 1 oferecemos o número de ocorrências de cada um dos tipos concessivos identificados nas modalidades investigadas:³¹

³¹ As porcentagens oferecidas nas tabelas tomam por referência o valor total de ocorrências concessivas em cada modalidade linguística analisada.

Camada de atuação	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Conteúdo Proposicional	74 (53,6%)	101 (49,3%)	175 (51%)
Ato Discursivo	35 (25,4%)	89 (43,4%)	124 (36,2%)
Movimento	15 (10,9%)	15 (7,3%)	30 (8,7%)
Modificador interpessoal	14 (10,1%)	-	14 (4,1%)
TOTAL	138	205	343

Tabela 1 – As orações concessivas introduzidas por *aunque* em relação à camada de atuação

Verificamos que a disposição dos tipos concessivos em relação à frequência é igual em ambas as modalidades linguísticas. As orações concessivas de Conteúdo Proposicional são o tipo oracional mais frequente, resultado já esperado uma vez que tais orações correspondem aos casos típicos de subordinação concessiva, de acordo com as definições de concessão apresentadas pelas gramáticas tradicionais e reproduzidas aqui no capítulo I.

O segundo tipo mais frequente são as concessivas de Ato Discursivo, seguidas pelas concessivas de Movimento. As orações concessivas que atuam como modificador interpessoal correspondem a um tipo oracional característico da modalidade falada e sua frequência se assemelha à das concessivas de Movimento nessa modalidade.

Na sequência, apresentaremos a análise dos critérios estabelecidos no capítulo III, tendo por referência cada uma das camadas da oração concessiva introduzida por *aunque*. Começaremos pelas propriedades das concessivas de Conteúdo Proposicional (4.3.1), pertencentes ao Nível Representacional, para, posteriormente, apresentarmos as propriedades das orações concessivas do Nível Interpessoal. Feitas as considerações sobre as concessivas da camada do Ato Discursivo (4.3.2) e do Movimento (4.3.3), tipos concessivos cuja ocorrência já era esperada em nossos dados, caracterizaremos as orações concessivas que atuam como modificadores interpessoais (4.3.4), tipo concessivo também identificado na análise.

4.3.1 As orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional

As construções concessivas cuja relação se estabelece entre dois Conteúdos Proposicionais revelam, na oração subordinada, um aspecto do conhecimento ou uma crença, enquanto na oração principal apresentam uma conclusão ou uma avaliação oposta ao que se poderia esperar a partir do que é expresso na oração subordinada. Essa relação é observada nas ocorrências a seguir, referentes à modalidade falada e escrita, respectivamente:

(80) **aunque me gusta el campo/** me gusta la ciudad (PRESEEA_VALENCIA_HB213_01)
(embora eu goste do campo, gosto da cidade)

(81) [...] **aunque algunas entidades [bancarias] aplican códigos de buenas prácticas,** el conjunto del sistema está lejos de la responsabilidad social y la transparencia deseables.
(ED265-13/05/2013)
(embora algumas entidades [bancárias] apliquem códigos de boas práticas, o conjunto do sistema está longe da responsabilidade social e da transparência desejáveis)

Em (80), a informante expressa na oração concessiva o seu gosto pelo campo. Essa premissa gera a expectativa de que, por apreciar um ambiente mais natural, a informante não deve gostar de um lugar mais urbano. No entanto, tal expectativa é contrariada por meio da conclusão oferecida na oração principal, na qual a informante afirma gostar também da cidade. A mesma relação é verificada em (81), em que o falante reconhece na oração concessiva que algumas entidades bancárias aplicam códigos de boas práticas, mas esse fato não faz com que o sistema bancário seja considerado um modelo de responsabilidade social e de transparência, como era de se esperar. Por isso, a afirmação feita na oração principal estabelece um contraste com a premissa inicial representada pela oração iniciada por *aunque*.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 144), Conteúdos Proposicionais podem ter sua natureza epistêmica avaliada por meio de termos que indiquem a atitude proposicional, tal como certeza, dúvida e descrença. No caso das ocorrências (80) e (81), por exemplo, a inserção dos advérbios *verdaderamente* (“verdadeiramente”) e *efectivamente* (“efetivamente”), que indicam certeza por parte do falante, comprovam o estatuto epistêmico dessas orações concessivas:

(80') aunque **verdaderamente** me gusta el campo/ me gusta la ciudad.

(81') aunque **efectivamente** algunas entidades [bancarias] aplican códigos de buenas prácticas, el conjunto del sistema está lejos de la responsabilidad social y la transparencia deseables.

De acordo com a definição apresentada por Garcia e Pezatti (2013), as orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional constituem “[...] um modificador do núcleo representado pela oração principal [...]” (GARCIA; PEZATTI, 2013, p. 483). Sendo assim, as ocorrências de Conteúdo Proposicional como (80) e (81) podem ser representadas pela GDF do modo ilustrado a seguir:

(80) a. (p_i: –me gusta la ciudad– (p_j): (p_j: –me gusta el campo– (p_j))_{CONC} (p_i))

- (81) a. (p_i : –el conjunto del sistema está lejos de la responsabilidad social y la transparencia deseables– (p_i): (p_j : –algunas entidades bancarias aplican códigos de buenas prácticas– (p_j))_{CONC} (p_i))

De acordo com o modo de representação proposto pela GDF, o Conteúdo Proposicional principal é representado por (p_i) e o Conteúdo Proposicional subordinado é representado por (p_j). Como (p_j) expressa um conhecimento que contrasta com o Conteúdo Proposicional expresso em (p_i), (p_j) atua como modificador de (p_i), recebendo a função semântica de concessão (CONC). Tendo em vista que os dois Conteúdos Proposicionais estão em uma relação de subordinação, o Conteúdo Proposicional descrito em (p_j) é localizado dentro do escopo do Conteúdo Proposicional principal (p_i).

Avaliadas quanto a seu estatuto factual, as orações concessivas de Conteúdo Proposicional apresentam proposições factuais e não-factuais, tanto na modalidade falada como na escrita, como vemos na tabela 2:

Concessivas de Conteúdo Proposicional	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Factuais	36 (48,6%)	69 (68,3%)	105 (60%)
Não-factuais	38 (51,4%)	32 (31,7%)	70 (40%)
TOTAL	74	101	175

Tabela 2 - A factualidade das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por *aunque*

A factualidade revelou ser um elemento importante na caracterização das orações concessivas de Conteúdo Proposicional, porque, nos dados analisados, esse tipo oracional é o único que apresenta conteúdos não-factuais. Por isso, consideramos necessário descrever de modo detalhado não só os casos factuais como também os não-factuais, apontando suas diferenças.

As orações concessivas de Conteúdo Proposicional factuais são aquelas que trazem crenças ou aspectos do conhecimento assumidos como verdadeiros (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 144) e carregam uma informação conhecida ou desconhecida pelo ouvinte. Observemos primeiramente os casos em que o conteúdo da oração concessiva é factual e conhecido por ambos os interlocutores:

- (82) E: Y viendo su afición al té/ ¿ha ido a las teterías?

I: Bueno **aunque tome té a la a esta hora del desayuno vamos por la mañana y a veces por la tarde/** no significa que yo tenga afición al té (PRESEEA_GRANADA_H33_15)

(E: e vendo o seu vício por chá, você já foi às casas de chá?

I: bom, embora eu tome chá na hora do café da manhã, pela manhã e às vezes à tarde não significa que eu seja viciado em chá)

(83) **aunque el Rey carece de capacidad constitucional para ejercer un papel político**, ciertos episodios han afectado a su prestigio como árbitro y moderador del entramado institucional. (ED09-06/01/2013)

(embora o rei careça de capacidade constitucional para exercer um papel político, certos episódios afetaram seu prestígio como árbitro e moderador do emaranhado institucional)

A oração concessiva (82), pertencente à modalidade falada, retoma uma informação factual compartilhada pelos interlocutores, pois, no contexto anterior, ao ser questionado sobre sua alimentação, o informante descreve a frequência com que consome um tipo de chá, vindo do Egito, fazendo com que o entrevistador o questione sobre seu vício. Já em (83), a informação de que o rei da Espanha não exerce o papel político de governante da nação é factual e, embora essa informação não esteja expressa no contexto textual anterior, o falante assume que ela faça parte do conhecimento dos espanhóis, principal público do jornal *El País*.

As orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional avaliadas como factuais que transmitem uma informação nova são representadas pela ocorrência a seguir:

(84) E: sí / ¿y la de después / la segunda [casa] cómo era?

I: esta es // más fea porque esta es de los añ <palabra_cortada/> del año cincuenta y seis es decir de la posguerra / malísimos materiales // tiene un jardín a la entrada que es bonita // pero/ no// **aunque tiene escayolas** son pequeñas [...]
(PRESEEA_MADRID_M23_34)

(E: sim, e a próxima, a segunda [casa] como era?

I: essa é mais feia porque é do ano cinquenta e seis, isto é, do pós-guerra, malísimos materiais, tem um jardim na entrada que é bonita, mas... não... embora tenha molduras de gesso são pequenas [...])

Observamos que o diálogo em (84) tem como assunto a descrição de uma das casas onde a informante morou. A oração concessiva em destaque apresenta um conteúdo factual, uma vez que a casa realmente apresentava molduras de gesso. Tendo em vista que entrevistadora e informante não se conheciam antes da entrevista e que é a própria entrevistadora quem pede para que a informante descreva sua antiga casa, a informação transmitida pela oração concessiva, além de ser factual, é também uma informação nova para a entrevistadora.

Enquanto as orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional factuais revelam uma proposição assumida como verdadeira, as orações concessivas não-factuais

apresentam uma proposição hipotética, ou seja, que pode se tornar verdadeira no mundo real ou em um mundo imaginário. Em razão de seu caráter incerto, as orações concessivas de Conteúdo Proposicional não-factuais tendem a apresentar um conteúdo desconhecido por ambos os interlocutores, como ilustram as ocorrências (85) e (86) a seguir:

- (85) es una casa magnífica es una casa muy antigua// muy grande con muchos patios con// grande grande una casa andaluza de esas típicas magnífica vamos y [...] y allí **aunque haya// mucha gente** como que te te sientes tú sola (PRESEEA_GRANADA_M33_18)
(é uma casa magnífica é uma casa antiga, muito grande com muitos pátios com... grande grande uma casa andaluza dessas típicas, magníficas e [...] e ali mesmo que haja muita gente você se sente sozinha)
- (86) **aunque termine la fase recesiva aguda**, la situación delicada de la economía española puede prolongarse debido a las dificultades para generar empleo neto (ED171-28/03/2013)
(mesmo que termine a fase recessiva aguda, a situação delicada da economia espanhola pode se prolongar devido às dificuldades para gerar emprego líquido)

Nas ocorrências anteriores, observamos que o falante cria uma situação hipotética e por isso o Conteúdo Proposicional introduzido por *aunque* não pode ser considerado nem verdadeiro, nem falso. Em (85), vemos que não há efetivamente muitas pessoas na casa descrita pela informante, mas que a informação representada pela concessiva é uma hipótese formulada pela informante para demonstrar que havendo ou não muitas pessoas na casa, qualquer um se sentiria sozinho, dada a dimensão do imóvel. O mesmo efeito de sentido é produzido em (86), pois não se sabe se a fase aguda da recessão irá ou não terminar, mas a intenção do falante ao supor que o período crítico da recessão termine é afirmar que ainda assim a economia continuará em uma situação delicada. Nessas ocorrências notamos que, por se tratar de conjecturas, projetadas para uma situação futura, o conteúdo introduzido por *aunque* é apresentado como desconhecido tanto pelo falante como pelo ouvinte.

Dentro da categoria das orações concessivas de Conteúdo Proposicional não-factuais, identificamos, porém, alguns casos em que a conjunção *aunque* introduz um conteúdo conhecido pelos interlocutores, conforme vemos nas ocorrências a seguir:

- (87) si aprobase la oposición **aunque tuviese plaza para Madrid** yo me iría fuera (PRESEEA_MADRID_H13_013)
(se eu fosse aprovado no concurso, mesmo que houvesse vaga em Madri, eu iria para fora)
- (88) La reforma del sistema público de pensiones era de todo punto necesaria. **Aunque no hubiera mediado imposición alguna de Bruselas**, el mínimo sentido de la responsabilidad del Gobierno debería haberla acometido. (ED322-09/06/2013)

(A reforma do sistema público de aposentadoria era de toda forma necessária. Mesmo que não houvesse intermediado nenhuma imposição de Bruxelas, o mínimo senso da responsabilidade do Governo deveria tê-la empreendido)

As orações concessivas apresentadas em (87) e em (88) trazem desejos ou expectativas que tanto o falante como o ouvinte sabem que não se cumprem nem se cumprirão no mundo real. Em (87), é sabido que o concurso no qual o informante se inscreveu não oferece vagas em Madri, e, em (88) faz parte do conhecimento dos espanhóis que o sistema de aposentadorias do país foi alterado pelas imposições da União Europeia. Nas ocorrências, a estratégia do falante é criar um mundo imaginário no qual a proposição expressa na oração concessiva possa ser considerada verdadeira para demonstrar que, ainda assim, tal proposição não influenciaria a conclusão obtida na oração principal.

As orações concessivas não-factuais da camada do Conteúdo Proposicional representam o que König (1986) e Haspelmath e König (1998) chamam de orações concessivo-condicionais.³² Essas construções compartilham com as construções condicionais a propriedade de apresentarem uma hipótese na oração subordinada. Mas também se relacionam com as construções concessivas por revelarem um contraste entre a oração subordinada e a oração principal.

Dentre os três tipos de construções concessivo-condicionais propostos por Haspelmath e König (1998, p. 335), a saber, escalares, alternativas e universais, as orações introduzidas por *aunque* correspondem ao primeiro tipo. Como todas as concessivo-condicionais escalares, as orações encabeçadas por *aunque* pertencentes a essa categoria focalizam um ponto extremo de uma escala de obstáculos que deveriam impedir o que se propõe na oração principal.

Retomando a ocorrência (85), vemos que, nessa construção concessiva, a relação escalar se manifesta do seguinte modo: o fato de uma casa estar cheia de pessoas é um motivo altamente favorável para impedir que alguém se sinta sozinho nesse lugar. Porém, no contexto concessivo, a possibilidade de que em algum momento haja realmente muitas pessoas na casa, não alterará a verdade do Conteúdo Proposicional representado pela oração principal, pois ainda assim alguém pode se sentir sozinho lá. O caráter escalar das orações concessivo-condicionais introduzidas por *aunque* é evidenciado quando substituímos esta conjunção pelo conectivo *incluso si* (“mesmo se”), como na paráfrase em (85’):

(85’) **incluso si** hay mucha gente como que te sientes tú sola
(mesmo se houver muita gente você se sente sozinha)

³² As principais características das orações concessivo-condicionais são apresentadas no capítulo I.

A partir das discussões oferecidas por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 153) quanto às formas de expressar o grau de comprometimento do falante com a verdade do Conteúdo Proposicional exposto, propomos que as orações concessivas não-factuais se distinguem das factuais por receberem um operador hipotético (hip), conforme esquematizamos em (89):

(89) (**hip** p_1 (p_1)_{CONC})

Aplicando esse esquema às ocorrências analisadas, representamos a oração concessiva hipotética ilustrada pela ocorrência (85) em (85a):

(85) a. (p_i : –como que te sientes tú sola– (p_i): (**hip** p_j : –haber mucha gente– (p_j))_{CONC} (p_i))

Acreditamos que a possibilidade de *aunque* introduzir contextos concessivo-condicionais no espanhol atual é uma herança diacrônica dessa conjunção. Conforme discutido no capítulo I, a conjunção *aunque* originou-se da junção do advérbio *aun* com a conjunção *que*, estrutura utilizada inicialmente para focalizar o elemento mais improvável dentro de uma escala.

A pressuposição, por sua vez, não permite definir um padrão para as orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional, conforme revelam os resultados da tabela 3:

Concessivas de Conteúdo Proposicional	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Pressuposto	32 (43,2%)	70 (69,3%)	102 (58,3%)
Não-pressuposto	42 (56,8%)	31 (30,7%)	73 (41,7%)
TOTAL	74	101	175

Tabela 3 - A pressuposição das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por *aunque*

Observamos que existe uma diferença entre os resultados obtidos na modalidade falada e os resultados obtidos na modalidade escrita, pois na primeira predominam os casos não-pressupostos, enquanto na segunda predominam os casos pressupostos. Assim, consideramos que, no caso das concessivas de Conteúdo Proposicional, a pressuposição é antes uma propriedade condicionada pelo gênero textual estudado e não pela camada da oração concessiva. Na seção 4.4, abordaremos com mais detalhe a relação entre gênero textual e pressuposição nas concessivas introduzidas por *aunque*.

Além disso, verificamos que, nas concessivas de Conteúdo Proposicional, a pressuposição está relacionada com a factualidade dessas orações. Observemos a tabela 4, que relaciona esses dois fatores, sendo (F) a abreviação de factual e (N) de não-factual:

Concessivas de Conteúdo Proposicional	Modalidade falada		Modalidade escrita	
	F	N	F	N
Pressuposto	28 (77,8%)	4 (10,5%)	69 (100%)	1(3,1%)
Não-pressuposto	8 (22,2%)	34 (89,5%)	-	31(96,9%)
TOTAL	36	38	69	32

Tabela 4 - A pressuposição em relação à factualidade das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por *aunque*

Verificamos por meio da tabela 4 que, quando factuais, as orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional das modalidades falada e escrita tendem a apresentar um conteúdo pressuposto, isto é, já conhecido pelos interlocutores (cf. ocorrências (82) e (83)). Esse resultado enfatiza o papel desempenhado pelas orações concessivas de Conteúdo Proposicional: atuar como um obstáculo verdadeiro, mas insuficiente para contrariar a afirmação contida na oração principal.

Já quando não-factuais, a tendência é que as orações concessivas de Conteúdo Proposicional apresentem informações não-pressupostas, ou seja, desconhecidas pelos participantes da comunicação. Como já explicado anteriormente, esse resultado justifica-se pelo caráter hipotético das orações não-factuais, pois falante e ouvinte não são capazes de prever se tais hipóteses irão ou não se concretizar.

Com relação à análise do modo verbal, os dados revelam que o modo subjuntivo é o mais frequente nas orações concessivas de Conteúdo Proposicional em ambas as modalidades linguísticas, conforme vemos na tabela 5:

Concessivas de Conteúdo Proposicional	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Modo indicativo	27 (36,5%)	49 (48,5%)	76 (43,4%)
Modo subjuntivo	47 (63,5%)	52 (51,5%)	99 (56,6%)
TOTAL	74	101	175

Tabela 5 – O modo verbal das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por *aunque*

A predominância do modo subjuntivo corresponde a uma propriedade que diferencia as orações concessivas de Conteúdo Proposicional dos outros tipos concessivos, nos quais

predomina o modo indicativo, conforme veremos mais adiante. O uso frequente desse modo verbal nas orações concessivas de Conteúdo Proposicional justifica-se pelo fato de que o subjuntivo está relacionado a dois contextos de uso dessas orações.

O primeiro contexto de uso do modo subjuntivo nas concessivas de Conteúdo Proposicional refere-se à codificação de informações factuais já conhecidas pelos interlocutores, como vimos em (82). O segundo contexto de uso refere-se à codificação de orações não-factuais, como vimos nas ocorrências (85)-(88). Como afirma Rodríguez Rosique (2012, p. 112), o modo subjuntivo está relacionado à formulação de conjecturas em razão de sua natureza não-assertiva, que suspende a avaliação factual da informação descrita.

O modo indicativo, por outro lado, restringe-se aos contextos factuais, como ilustramos em (83). Encontramos em nossos dados apenas um caso do modo indicativo sendo usado em um contexto não-factual. Essa ocorrência, proveniente da modalidade falada, é apresentada a seguir:

- (90) cuando te encuentras por Madrid a alguien de Granada es tu mayor amigo **aunque cuando lo ves por Granada a lo mejor es tu mayor enemigo** (PRESEEA GRANADA_H32_07)
 (quando você encontra em Madri alguém de Granada, [esse alguém] é seu melhor amigo, mesmo que quando o vêem em Granada talvez seja seu maior inimigo)

Na ocorrência (90), o informante cria uma situação hipotética para demonstrar que quando duas pessoas de uma mesma cidade se encontram em uma cidade maior, elas se tratam cordialmente independentemente de se na cidade de origem elas são amigas ou inimigas. Por se tratar de uma oração não-factual, o mais comum seria que o modo subjuntivo fosse utilizado em tal ocorrência. No entanto, o falante emprega na oração concessiva o modificador de atitude proposicional *a lo mejor* (“talvez”) que, segundo as regras gramaticais do espanhol, exige a conjugação do verbo no modo indicativo. Assim, o emprego do indicativo em (90) segue uma norma gramatical e não uma motivação semântica, portanto, tal modo verbal não pode ser interpretado como uma marca representativa da não-factuality da oração concessiva em análise.

Em relação ao tempo da oração subordinada, verificamos que as orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional apresentam formas verbais que indicam uma relação de presente, de passado ou de futuro, conforme revelam os dados da tabela 6:

Concessivas de Conteúdo Proposicional	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Passado	13 (17,6%)	19 (18,8%)	32 (18,3%)
Presente	44 (59,4%)	60 (59,4%)	104 (59,4%)
Futuro	17 (23%)	22 (21,8%)	39 (22,3%)
TOTAL	74	101	175

Tabela 6 – A referência temporal das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por *aunque*

As formas do presente correspondem à codificação morfossintática mais frequente em ambas as modalidades. No entanto, um resultado característico das orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional diz respeito ao número relevante de ocorrências no futuro. Verificamos que o emprego das formas verbais de futuro está relacionado principalmente com a codificação de proposições não-factuais, seja na modalidade falada, seja na modalidade escrita. Observemos a ocorrência (91):

- (91) **Aunque Merkel y su partido lleguen a lograr un destacado primer lugar**, se han abierto las dudas sobre qué coalición gobernará Alemania (ED49-26/01/2013)
(Mesmo que Merkel e seu partido cheguem a conquistar um destacado primeiro lugar, começaram as dúvidas sobre qual coalizão governará a Alemanha)

É possível perceber que, embora o verbo *llegar* (“chegar”), pertencente à oração concessiva, esteja conjugado na forma do *presente de subjuntivo*, a referência temporal que tal forma verbal adquire é a de futuro. A oração concessiva em destaque projeta para um momento futuro a possibilidade de que o fato descrito – isto é, de que Merkel vença as eleições alemãs – torne-se verdadeiro.

Embora raros, também identificamos casos nos quais a oração concessiva expressa uma referência de futuro, mas contém uma informação factual, como vemos na ocorrência (92), apresentada a seguir:

- (92) Es una visión miope porque, **aunque la recuperación acabará por llegar**, si no hay una orientación hacia el crecimiento, la fase de reactivación llegará tarde y mal (ED59-31/01/2013)
(É uma visão míope porque, embora a recuperação acabe chegando, se não houver uma orientação para o crescimento, a fase de reativação chegará tarde e mal)

Nessa ocorrência, verificamos que a oração concessiva apresenta o verbo *acabar*, conjugado na forma do *futuro*, o que indica que a informação expressa por tal oração ainda não é verificável. No entanto, apesar de remeter a um acontecimento futuro, o falante assume

como certo o fato de que em algum momento a recuperação econômica irá acontecer e, por isso, essa informação é considerada factual.

Com relação à posição da oração concessiva de conteúdo proposicional, observemos os resultados oferecidos pela tabela 7:

Concessivas de Conteúdo Proposicional	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Antepostas	60 (81,1%)	85 (84,1%)	145 (82,9%)
Pospostas	14 (18,9%)	16 (15,9%)	30 (17,1%)
TOTAL	74	101	175

Tabela 7 – A posição das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por *aunque*

Observando os dados de ambas as modalidades, é possível verificar que a anteposição da oração concessiva corresponde à codificação morfossintática mais frequente na camada do Conteúdo Proposicional, embora também tenham sido identificadas ocorrências cuja oração concessiva aparece em posição posposta.

Garcia (2010) apresenta resultado semelhante quanto à posição das orações concessivas do português, pois a autora verifica que, nessa língua, as orações concessivas atuantes na camada do Conteúdo Proposicional aparecem sempre antepostas à oração que modificam. Em outro estudo, Garcia e Pezatti (2013, p. 483) afirmam que a anteposição da oração concessiva da camada do Conteúdo Proposicional é um reflexo da relação de subordinação semântico-sintática que essa oração desempenha com a oração principal.

Consideramos, portanto, que a anteposição da oração concessiva é uma propriedade morfossintática que codifica a função desempenhada por essas orações quando localizadas na camada do Conteúdo Proposicional: tais orações concessivas desempenham a função de modificadores, sendo responsáveis por restringirem o Conteúdo Proposicional expresso pelas orações principais.

Além disso, observando os dados da tabela 8, é possível notar que a posição ocupada pela oração concessiva de Conteúdo Proposicional também está relacionada com a factualidade dessas orações. Tomemos (F) como factual e (N) como não-factual:

Concessivas de Conteúdo Proposicional	Modalidade falada		Modalidade escrita	
	F	N	F	N
Antepostas	36 (100%)	24 (63,2%)	69 (69%)	16 (50%)
Pospostas	-	14 (36,8%)	-	16 (50%)
TOTAL	36	38	69	32

Tabela 8 - A posição em relação à factualidade das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por *aunque*

Quando factuais, as concessivas de Conteúdo Proposicional ocorrem apenas em posição anteposta, conforme ilustramos em (93), a seguir; mas quando não-factuais, podem vir antepostas ou pospostas ao verbo da oração principal, como ilustram respectivamente as ocorrências (94) e (95):

- (93) **Y aunque [Obama] ha cumplido la promesa de la retirada de Irak**, las tropas estadounidenses aún están enfangadas en Afganistán (ED43-23/01/2013)
(E embora Obama tenha cumprido a promessa de retirada do Iraque, as tropas estadunidenses ainda estão atoladas no Afeganistão)
- (94) **aunque no se aplique ajuste alguno**, no es fácil que la expectativa de la economía remonte el vuelo a finales de este año (ED412-24/07/2013)
(mesmo que não se aplique nenhum ajuste, não é fácil que a expectativa da economia alce o voo no final deste ano)
- (95) pero que te sientas dentro de la ciudad// porque la ciudad te acoge **aunque sea/ de gran tamaño**. (PRESEEA_GRANADA_M32_011)
(mas que você se sinta dentro da cidade, porque a cidade te acolhe mesmo que seja grande)

Tal padrão relacionado à posição das orações concessivas factuais e não-factuais se mantém tanto nos dados da modalidade falada como nos dados da modalidade escrita, o que justifica considerarmos este padrão como sendo uma propriedade das orações concessivas localizadas na camada do Conteúdo Proposicional.

4.3.2 As orações concessivas da camada do Ato Discursivo

As orações concessivas da camada do Ato Discursivo estão relacionadas à interação entre os participantes do ato comunicativo e desempenham uma função retórica, segundo a GDF. Ao atuarem como estratégia para garantir que o ouvinte interprete as intenções comunicativas do falante, as orações concessivas da camada do Ato Discursivo estão intrinsecamente voltadas à realização do Ato Discursivo principal, estabelecendo uma ressalva ao todo ou a algum elemento específico do Ato principal que não tenha sido utilizado de modo adequado no contexto. Por meio da ressalva representada pela oração concessiva de Ato Discursivo, o falante busca evitar interpretações equivocadas e possíveis objeções por parte do ouvinte.

Como afirmado por Garcia e Pezatti (2013, p. 481), as construções concessivas pertencentes à camada do Ato Discursivo revelam a estratégia comunicativa do falante de indicar ao ouvinte que a informação contida no Ato Discursivo Subsidiário se opõe ao que é enunciado no Ato Discursivo Nuclear, expresso pela oração principal. Vejamos as ocorrências (96) e (97):

- (96) *ya me gustaba un poco la cocina / **aunque no me prodigaba demasiado*** (PRESEEA_VALENCIA_H33_021)
(eu já gostava um pouco da cozinha, embora não era muito prodigioso)
- (97) Los candidatos tienen, pues, un perfil común, **aunque esto no significa que no puedan desarrollar una personalidad propia**. (ED134-09/03/2013)
(Os candidatos têm, pois, um perfil comum, apesar de que isso não significa que não possam desenvolver uma personalidade própria)

Como todas as orações concessivas de Ato Discursivo, as orações iniciadas por *aunque* em destaque atuam como uma ressalva ao Ato Nuclear enunciado anteriormente. Em (96), por exemplo, vemos que após dizer que gostava da cozinha, o informante comenta que não obtinha muito sucesso na culinária, para, assim, evitar que seu ouvinte pensasse que, por gostar de cozinhar, sua comida fosse muito boa. Também em (97), após afirmar que os candidatos a novo papa da Igreja Católica apresentavam o mesmo perfil, o falante avalia esse Ato Discursivo e sente a necessidade de atenuá-lo dizendo que considera possível que esses candidatos desenvolvam uma personalidade própria.

Garcia (2010, p. 161-162), ao estudar as orações concessivas do português segundo o modelo da GDF, afirma que as orações concessivas de Ato Discursivo desempenham duas funções comunicativas, pois, ao mesmo tempo em que corrigem o que é dito no Ato Discursivo Nuclear, também atuam como estratégia de preservação de face.

O termo *face* é definido por Goffman (1967, p. 5) como um valor social positivo assumido por uma pessoa durante a interação. Utilizar uma oração com função retórica concessiva é, portanto, uma estratégia para garantir que esse valor positivo assumido pelos participantes da comunicação se mantenha apesar do que se enuncia na oração principal, como demonstra a análise anteriormente realizada das ocorrências (96) e (97).

Nas construções concessivas pertencentes à camada do Ato Discursivo, a oração concessiva e a oração principal se constituem como Atos distintos, dada a independência de Ilocução entre as duas orações. Em (96) e em (97), observamos que tanto a Ilocução da oração principal como a da oração subordinada são declarativas. Assim, para comprovar que cada

oração corresponde a um Ato Discursivo próprio, acrescentamos uma expressão performativa na oração concessiva em (96') e (97'):

(96') ya me gustaba un poco la cocina / aunque **(admito que)** no me prodigaba demasiado

(97') Los candidatos tienen, pues, un perfil común, aunque **(admito que)** esto no significa que no puedan desarrollar una personalidad propia.

Com base nas descrições oferecidas por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 54), as ocorrências (96) e (97), bem como as demais que consideramos como pertencentes à camada do Ato Discursivo neste trabalho, podem ser assim representadas:

(96) a. (M_I: [(A_I: –ya me gustaba un poco la cocina– (A_I)) (A_J: –no me prodigaba demasiado – (A_J)_{CONC}] (M_I))

(97) a. (M_I: [(A_I: –los candidatos tienen, pues, un perfil común– (A_I)) (A_J: –esto no significa que no puedan desarrollar una personalidad propia– (A_J)_{CONC}] (M_I))

Nas representações referentes ao Nível Interpessoal, os Atos Discursivos são dispostos na ordem em que eles se realizam. Por essa razão, tanto em (96a) como em (97a) o Ato Nuclear é representado em (A_I), enquanto o Ato Subsidiário é representado em (A_J). A função retórica de concessão recai sobre o Ato Subsidiário, que expressa uma ressalva à enunciação do Ato Nuclear. A relação entre os dois Atos Discursivos é localizada dentro de um único Movimento, representado por (M_I).

As orações concessivas da camada do Ato Discursivo podem se voltar para a enunciação de todo o Ato Discursivo Nuclear, como vimos em (96) e em (97), ou exercerem uma ressalva sobre um elemento específico presente nesse Ato. Neste último caso, o falante avalia como incorreto o uso de um determinado termo e sente a necessidade de corrigi-lo por meio da oração concessiva. Consideraremos esse tipo de relação concessiva um caso de **concessão metalinguística**, que pode ser ilustrada pelas seguintes ocorrências:

(98) sigue habiéndola actualmente una máquina// pensada para el desayuno que/ le das a un botón y sale pues zumo/ de naranja/ **aunque en realida(d) son polvos color naranja mezcla(d)o con agua** (PRESEEA_GRANADA_M31_06)
(continua havendo atualmente uma máquina feita para o café da manhã que você coloca uma ficha e sai suco de laranja, embora na realidade seja um pó cor de laranja misturado com água)

(99) Las 18 páginas del auto del juez despliegan un argumento sólido sobre la necesidad de la imputación, **aunque esa solidez se desvanece un tanto a la hora de acotar los hechos por los que se procede a ello [...]**. (ED183-04/04/2013)

(As 18 páginas dos autos do juiz expressam um argumento sólido sobre a necessidade da acusação, apesar de essa solidez se desvanecer um pouco na hora de averiguar os fatos que o originaram)

Em (98), vemos que após dizer que havia na faculdade uma máquina que vendia suco de laranja, a informante avalia como incorreta a classificação de tal bebida como sendo um tipo de suco, tendo em vista a qualidade do produto. Assim, na oração concessiva em destaque, ela comenta tal inadequação ao reclassificar a bebida como sendo um pó misturado com água.

No caso de (99), é preciso considerar que o editorial no qual está contida essa ocorrência trata da convocatória judicial feita à infanta espanhola Cristina de Borbón para responder às acusações de envolvimento nas fraudes referentes ao Caso Nóos,³³ convocatória só realizada depois de uma série de tentativas de acusação da infanta ter sido negada pelo juiz, que alegava falta de provas. Logo, em (99), após classificar como sólidos os argumentos contidos no inquérito judicial para conferir responsabilidades à infanta Cristina, o falante admite no Ato Discursivo subsequente que essa solidez é menos eficaz quando levada em consideração o fato de que a acusação só foi realizada graças à pressão popular e não à vontade dos órgãos públicos responsáveis. Assim, o Ato Subsidiário expresso pela oração concessiva visa corrigir um elemento – o adjetivo *sólido* – contido no Ato Nuclear.

Em relação à factualidade das orações concessivas de Ato Discursivo, todas as ocorrências introduzidas por *aunque* analisadas são factuais, o que significa que, tanto nos dados da modalidade falada como nos dados da modalidade escrita, as orações concessivas correspondem a Atos assertivos, nos quais o falante se compromete com a verdade da informação expressa, como revelam as ocorrências (96)-(99), apresentadas até o momento.

No que diz respeito à pressuposição, os dados apresentados na tabela 9 demonstram que as orações concessivas de Ato Discursivo podem expressar conteúdos não-supostos, nos quais o falante introduz uma informação nova, ou retomar conteúdos supostos:

³³ Caso Nóos é um caso de corrupção política ocorrido na Espanha no qual estavam envolvidos Diego Torres e Iñaki Urdangarin, marido da infanta Cristina. Os acusados eram os dirigentes do *Instituto Nóos*, entidade dedicada principalmente às atividades esportivas.

Concessivas de Ato Discursivo	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Pressupostas	17 (48,6%)	71 (79,8%)	88 (71%)
Não-pressupostas	18 (51,4%)	18 (20,2%)	36 (29%)
TOTAL	35	89	124

Tabela 9 - A pressuposição das orações concessivas de Ato Discursivo introduzidas por *aunque*

Os resultados apresentam uma distribuição bastante irregular entre os dados das modalidades analisadas, pois enquanto as concessivas de Ato Discursivo extraídas dos textos falados apresentam um equilíbrio relativo entre os casos com conteúdo não-pressuposto e os casos com conteúdo pressuposto, as ocorrências concessivas extraídas dos textos escritos expressam, em sua grande maioria, conteúdos pressupostos. Dadas essas diferenças, consideramos que, também no caso das concessivas de Ato Discursivo introduzidas por *aunque*, a pressuposição não é uma propriedade relacionada à camada, mas está motivada pelos gêneros textuais em que ocorrem.

Quanto ao modo verbal das orações concessivas introduzidas por *aunque* localizadas na camada do Ato Discursivo, os resultados da análise são visualizados na tabela a seguir:

Concessivas de Ato Discursivo	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Modo indicativo	23 (65,7%)	50 (56,2%)	73 (58,9%)
Modo subjuntivo	12 (34,3%)	39 (43,8%)	51 (41,1%)
TOTAL	35	89	124

Tabela 10 – O modo verbal das orações concessivas de Ato Discursivo introduzidas por *aunque*

O modo indicativo prevalece nas orações concessivas de Ato Discursivo das duas modalidades linguísticas investigadas. Tal resultado está vinculado ao fato de que esse modo verbal ora introduz informações novas, ora retoma informações dadas, conforme ilustram as ocorrências a seguir:

- (100) y conozco familia de// de Lanjarón/ **aunque no tengo mucha relación con ella** (PRESEEA_GRANADA_H32_07)
(e conheço a família de Lanjarón, embora não tenha muita relação com ela)
- (101) Esta conducta, conocida como trata de mujeres, ha dejado de ser tan escurridiza a efectos penales como era antes de la reforma, **aunque sigue siendo muy difícil conseguir las pruebas inculpatórias y aún más, la reinserción de las víctimas.** (ED294-27/05/2013)

(Essa conduta, conhecida como tráfico de mulheres, deixou de ser tão escorregadia aos efeitos penais como era antes da reforma, embora continue sendo muito difícil conseguir as provas acusatórias e ainda mais, a reinserção das vítimas)

Em (100), observamos que o comentário realizado pelo informante na oração concessiva de que ele não tem muita relação com os seus familiares de Lanjarón era até então desconhecido pelo ouvinte, por isso o conteúdo de tal oração é avaliado como não-suposto. Por sua vez, a ocorrência (101), que está inserida em um editorial cuja temática principal é o tráfico humano, apresenta uma informação que o falante julga já ser compartilhada por seus interlocutores, pois, tendo em vista o que a sociedade mundial conhece a respeito do tráfico humano, e, em especial, do tráfico de mulheres, sabe-se que alguns dos principais aspectos envolvidos nessa prática criminosa e que ainda não são totalmente resolvidos pelos códigos legais é a dificuldade de encontrar e punir os responsáveis, bem como de restabelecer as vítimas no convívio social. O caráter suposto de tal informação é ainda reforçado pela semântica do verbo *seguir* que indica a continuidade de uma ação previamente conhecida pelos participantes da comunicação.

O predomínio do modo indicativo nas concessivas de Ato Discursivo introduzidas por *aunque*, além de estar vinculado ao fato de que essas concessivas apresentam um conteúdo factual suposto ou não-suposto, também é determinado pelo fato de que tais orações são independentes semântica e sintaticamente de sua oração principal.

O modo subjuntivo também pode ser utilizado nas concessivas de Ato Discursivo para retomar uma informação conhecida, como vemos nas ocorrências a seguir:

(102) existe la droga/ **aunque haya se haya vigilancia** (PRESEEA_GRANADA_M33_17)
(a droga existe embora haja vigilância)

(103) Es lo que ha ocurrido con las elecciones en Israel. Netanyahu se equivocó al adelantarlas: su partido, el Likud, acompañado de la derecha de Avigdor Lieberman, ha sufrido un claro retroceso, **aunque haya logrado un destacado primer lugar.** (ED48-25/01/2013)
(É o que aconteceu com as eleições em Israel. Netanyahu se equivocou ao adiantá-las: seu partido, o Likud, acompanhado da direita de Avigdor Lieberman, sofreu um claro retrocesso, embora tenha conseguido um destacado primeiro lugar)

Em (102), o falante assume como parte do conhecimento de mundo do seu ouvinte o fato de que o consumo e a venda de drogas no país são considerados crimes e que, por isso, há uma vigilância para impedir o tráfico. Já a ocorrência (103) dialoga com uma notícia

anteriormente publicada sobre o resultado das eleições em Israel. Sendo assim, o escritor pressupõe que seu leitor já saiba que Benjamin Netanyahu havia sido eleito presidente.

Com relação à referência temporal, as orações concessivas de Ato Discursivo têm formas verbais que indicam presente, passado e futuro, conforme vemos na tabela 11:

Concessivas de Conteúdo Proposicional	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Passado	6 (17,1%)	16 (18%)	22 (17,7%)
Presente	29 (82,9%)	71 (79,8%)	100 (80,7%)
Futuro	-	2 (2,2%)	2 (1,6%)
TOTAL	35	89	124

Tabela 11 – A referência temporal das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por *aunque*

Verificamos que em ambas as modalidades linguísticas, as orações concessivas de Ato Discursivo em sua maioria expressam referência temporal de presente, como vimos nas ocorrências (100)-(102), anteriormente apresentadas. Em segundo lugar estão as ocorrências com referência de passado, como ilustra a ocorrência (103) e, bem menos frequentes são as que expressam referência temporal de futuro, representadas em (104):

(104) Es comprensible, también, que en una sociedad tan castigada por el terrorismo y el narcotráfico como es la colombiana se cuestione la legitimidad de las FARC para negociar la agenda del país, **aunque luego todo pase por un referéndum.** (ED300-30/05/2013)

(É compreensível, também, que em uma sociedade tão castigada pelo terrorismo e pelo narcotráfico como a colombiana se questione a legitimidade das FARC para negociar a agenda do país, embora logo tudo passe por um plebiscito)

Nessa ocorrência, embora o verbo da oração em destaque esteja na forma do *presente de subjuntivo*, a ação descrita na oração concessiva é de realização futura, pois é certo que haverá um plebiscito para julgar as decisões tomadas pelas FARC em relação à agenda econômica da Colômbia.

Por fim, em relação à posição, todas as orações concessivas pertencentes à camada do Ato Discursivo levantadas em nossos dados, tanto da modalidade falada como da escrita, aparecem pospostas ao verbo da oração principal, como podemos comprovar pelas ocorrências representadas nesta subseção. Tendo em vista que a oração concessiva pertencente à camada do Ato Discursivo está intimamente vinculada à enunciação do Ato

Discursivo Nuclear, consideramos que a posição assumida por tais orações representa morfossintaticamente a função retórica por elas desempenhada.

Considerando que as concessivas da camada do Conteúdo Proposicional, pertencentes ao Nível Representacional, tendem a ocorrer antepostas à principal e estabelecem com esta oração uma relação de dependência semântico-sintática, enquanto as concessivas de Ato Discursivo, pertencentes ao Nível Interpessoal, sempre ocupam a posição posposta e são independentes de sua principal no aspecto semântico-sintático, os resultados obtidos nesta pesquisa comprovam para o espanhol a afirmação de Decat (1999, p. 34) sobre o fato de a anteposição estabelecer uma conexão maior entre subordinada e principal, enquanto a posposição favorece a independência da oração subordinada, ou, nos termos da autora, o seu desgarramento.

4.3.3 As orações concessivas da camada do Movimento

Assim como os estudos de Garcia (2010) e de Stassi-Sé (2012) voltados para a concessão em português, também verificamos, no espanhol peninsular, orações concessivas introduzidas por *aunque* na camada do Movimento. Sendo o Movimento definido pela GDF como a maior unidade interacional relevante para a análise gramatical (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50), as orações com *aunque* pertencentes a essa camada correspondem a uma unidade comunicativa completa.

Kroon (1997, p. 20) também observa que, além da unidade comunicativa, um Movimento deve apresentar uma unidade temática, isto é, todos os Atos Discursivos que o compõem devem ser tematicamente coerentes. Assim, para identificarmos as orações introduzidas por *aunque* pertencentes à camada do Movimento, recorreremos à noção de **tópico discursivo** que, com base em Jubran (2006a, p. 90-91), pode ser definido como um assunto central para o qual convergem os referentes dos enunciados linguísticos produzidos em um momento específico da comunicação.

Durante um processo comunicativo real, como o verificado nos textos que compõem nosso corpus, é comum a existência de vários tópicos discursivos. Esses tópicos podem estar relacionados por **continuidade** ou **descontinuidade**, como propõe Jubran (2006a, p. 97). Segundo a autora, a relação de continuidade tópica se dá quando a mudança de tópico discursivo se realiza de modo ordenado, sendo necessária a conclusão de um tópico em andamento para que um novo tópico seja iniciado. Já a relação de descontinuidade ocorre quando o desenvolvimento linear de um tópico é bruscamente interrompido. Verificamos que

as orações introduzidas por *aunque* classificadas como pertencentes à camada do Movimento atuam nesse segundo processo.

Jubran (2006a, p. 100) cita três fenômenos responsáveis por gerar descontinuidade tópica: a ruptura tópica, a cisão tópica e a expansão tópica. Dentre esses fenômenos, consideramos que as orações introduzidas por *aunque* exercem tanto a ruptura tópica como a cisão tópica. No caso da **ruptura tópica**, um tópico, presente no Movimento em andamento, e que não havia sido completamente desenvolvido, é suprimido e um novo tópico é introduzido no Movimento precedido por *aunque*. Nos casos de ruptura, o tópico interrompido não é retomado e a interação comunicativa converge para o novo tópico inserido no Movimento concessivo, como mostram as ocorrências a seguir, que retratam, respectivamente, um caso de ruptura na modalidade falada e um caso de ruptura na modalidade escrita:

(105) E:¿Y ahora en qué consiste tu trabajo?

I: Bueno// eso me pregunta mi madre/ ya no me lo pregunta me lo preguntaba oye/ y eso de analista de aplicaciones ¿qué es?/// bueno/ verás/ mi trabajo consiste yo ahora mismo soy jefe de de la sección de producción/// del centro de proceso de datos/ y la sección de producción se encarga/// de/ de emitir los productos finales que/ o de/ sí fundamentalmente de emitir los productos finales que// que llegan a los ciudadanos por ejemplo// los recibos de circulación/ los recibos de del IBI/ internamente las nóminas/ los seguros sociales que que se envían/ el padrón de habitantes la/// pues las comunicaciones con el Instituto Nacional de Estadística// y al contrario/ procesar los/ la información que viene de fuera/ hacia el Ayuntamiento pero masivamente pues/ por ejemplo/ ¿cómo se llama?/ esto la/// bueno/ el padrón de IAE el no la matrícula de IAE esa era la palabra que no encontraba la matrícula es decir/ el proceso fundamentalmente el procesamiento masivo de información hacia dentro hacia dentro y hacia fuera// y/ también de digamos garantizar que// que las aplicaciones interactivas funcionan// están funcionando permanentemente// eso es un poco/ el trabajo/ que al final consiste fundamentalmente en/ en estar/// eso es en facilitar que la gente pueda digo la gente/ los programadores los analistas/ pues/ tengan información sobre lo que está pasando y puedan/ actuar fundamentalmente eso o sea// al final haces un trabajo/ más o menos burocrático// **aunque** yo siempre digo una cosa que como yo a mí no se me puede olvidar// lo que lo que tengo que saber para ejercer de lo que soy que es analista de aplicaciones/ yo todos los años tengo que hacer tres programas/ cuando llegue final de año yo tengo que haber hecho tres programas/ y los hago ¿eh?

E: Pero ¿porque te lo piden o porque tú quieres? (PRESEEA_GRANADA_H32_07)

(E: e agora o seu trabalho consiste em que?)

I: bom, minha mãe já me perguntava isso “o que é analista de aplicações?” bom, meu trabalho consiste eu agora sou chefe da seção de produção do centro de processamento de dados e a seção de produção se encarrega de emitir os produtos finais que chegam aos cidadãos, por exemplo, os recibos de circulação, os recibos do IBI e internamente os registros financeiros, os seguros sociais que o padrão de habitantes envia, as comunicações com o Instituto Nacional de Estatística e, ao contrário, processar as informações que vêm de fora em direção à prefeitura, mas massivamente, por exemplo, como se chama? bom o padrão do IAE, não, a matrícula do IAE, essa era a palavra que eu não lembrava, a matrícula, isto é, fundamentalmente o

processamento massivo de informação para dentro e para fora e também, digamos, um pouco o trabalho ao final consiste fundamentalmente em facilitar que as pessoas possam, digo, os programadores, os analistas tenham informação sobre o que está acontecendo e possam atuar, fundamentalmente, ou seja, ao final você faz um trabalho mais ou menos burocrático, embora eu sempre diga uma coisa que eu não posso esquecer o que tenho que saber para exercer aquilo que sou que é analista de aplicações, eu todos os anos tenho que fazer três programas e os faço, viu?

E: mas por que te pedem ou por que você quer?)

- (106) En el horizonte, más allá de las elecciones europeas de 2014, se plantea la necesidad de una reforma de los tratados, la que aguarda Cameron para lanzar un posible órdago. **Aunque** el juego ha cambiado: esta vez es necesario diseñar en serio la unión política, la federación de Estados nación de la que hablaba Jacques Delors, y asentar un proyecto que, de otro modo, puede derivar en un total dominio alemán o morir de forma calamitosa. (ED49-26/01/2013)

(Em um horizonte, muito além das eleições europeias de 2014, se prevê a necessidade de uma reforma dos tratados, a qual aguarda Cameron para lançar uma possível jogada. Apesar de que o jogo mudou: desta vez é necessário planejar seriamente a união política, a federação dos Estados nações mencionada por Jacques Delors, e assentar um projeto que, de outro modo, pode gerar um domínio total alemão ou morrer de forma calamitosa)

Em (105), o tópico discursivo definido pela pergunta do entrevistador *¿Y ahora en qué consiste tu trabajo?* é interrompido pela inserção de um novo Movimento que contém por tópico o compromisso do entrevistado de criar três programas de computador por ano – *yo todos los años tengo que hacer tres programas*. O tópico suprimido não é retomado e a pergunta do entrevistador *¿porque te lo piden o porque tú quieres?* encaminha a interação para o desenvolvimento do novo tópico. No caso da ocorrência (106), o Movimento anterior à conjunção *aunque* aborda a intenção do primeiro ministro britânico David Cameron de romper com a participação do Reino Unido na União Europeia. Tal discussão é, por sua vez, interrompida para que um novo Movimento seja introduzido. Nesse Movimento discute-se a importância de fortalecer a união entre os países a fim de superar as dificuldades econômicas.

Nos casos em que a conjunção *aunque* provoca uma ruptura tópica, a relação existente entre o Movimento introduzido por *aunque* e os demais Movimentos que o acompanham em uma mesma unidade textual só poderá ser definida em um nível que ultrapasse os limites de análise propostos pelo modelo teórico da GDF. Vemos por meio da representação em (106a) que o modelo da GDF limita-se a descrever o Movimento interrompido (M_I) e o Movimento inserido pela conjunção concessiva (M_J) como Movimentos isolados, sem que haja nenhuma função entre eles.

- (106) a. (M_I: –en el horizonte, más allá de las elecciones europeas de 2014 [...] Cameron para lanzar un posible órdago– (M_I)) (M_J: –el juego ha cambiado: esta vez es necesario

diseñar en serio la unión política, [...] total dominio alemán o morir de forma calamitosa— (M_J))

Já nos casos de **cisão tópica**, outra estratégia de descontinuidade tópica desempenhada pelas orações introduzidas por *aunque*, o Movimento inserido pela conjunção também interrompe o Movimento anterior, mas este é retomado posteriormente. Nesses contextos, o Movimento encabeçado por *aunque* constitui uma inserção ou um parêntese. Com base em Jubran (2006a, p. 101), consideramos que, na **inserção**, o Movimento introduzido por *aunque* apresenta um tópico paralelo ao que estava sendo desenvolvido no Movimento anterior, conforme vemos na ocorrência (107):

- (107) y entonces pienso que fundamentalmente en un futuro// yo disfrutaré más de mi ambiente más cercano/// **aunque no quiero ni pensar que/ amigos fenomenales que tengo pues repartidos por el mundo entero// no los voy a ver ¿no? eso ni lo pienso creo que voy a estar en contacto// con ellos siempre//** pero/ pero/// así de pie quieto// estable y/ casi en exclusiva// mi sitio en mi casa (PRESEEA_GRANADA_M33_18)
(e então penso que fundamentalmente no futuro eu desfrutarei mais de meu ambiente mais próximo apesar de que não quero nem pensar que não vou ver os amigos fenomenais que tenho espalhados pelo mundo inteiro, né? nem penso nisso, acho que vou estar em contato com eles sempre, mas assim com os pés quietos, estável e quase exclusivamente no meu lugar em casa)

Em (107), o Movimento introduzido por *aunque* representa uma inserção, pois nele se desenvolve um tópico discursivo diferente do que estava sendo abordado no Movimento interrompido. Após comentar a saudade que irá sentir de seus amigos quando não puder mais viajar, a informante retoma, por meio do operador *pero*, o tópico suprimido *yo disfrutaré más de mi ambiente más cercano*.

Já no caso da **parentetização**, o Movimento inserido por *aunque* não tem estatuto tópico, isto é, ele não desenvolve um tópico diferente do Movimento que interrompe, mas promove apenas uma supressão breve, como prevê Jubran (2006b, p. 302). Vejamos a ocorrência a seguir:³⁴

- (108) Según Eurostat, el crecimiento de la eurozona se ha contraído el 0,6% durante el cuarto trimestre de 2012 respecto al tercero; el crecimiento trimestral alemán también lo ha hecho, en el 0,6% exactamente —**aunque Alemania registra un crecimiento del 0,7% en el conjunto del año**—, mientras que Francia, con una tasa anual nula, también ha registrado una contracción trimestral del 0,3%. (ED90-15/02/2013)

³⁴ Embora utilizemos uma ocorrência da modalidade falada para ilustrar o fenômeno da inserção e uma ocorrência da modalidade escrita para ilustrar o fenômeno da parentetização, casos de inserção e de parentetização ocorrem em ambas as modalidades.

(Segundo Eurostat, o crescimento da zona do euro foi reduzido em 0,6% durante o quarto trimestre de 2012 com relação ao terceiro; o crescimento trimestral alemão também caiu exatamente 0,6% - embora a Alemanha registre um crescimento anual de 0,7% ao ano -, enquanto a França, com uma taxa anual nula, também registrou uma redução trimestral de 0,3%)

Diferentemente do caso de inserção apresentado na ocorrência (107), na ocorrência (108), que ilustra um caso de parentetização, o Movimento introduzido por *aunque* não desenvolve um novo tópico, mas apenas abre uma digressão momentânea ainda vinculada à temática desenvolvida no Movimento interrompido. Tendo em vista que o Movimento principal apresenta como tópico discursivo *el crecimiento de la eurozona se ha contraído* o Movimento parentético acrescenta uma informação sobre o crescimento anual de um desses países, que, por sua vez, contrasta com os valores apresentados no Movimento principal.

Jubran (2006a, p. 95) observa que os tópicos desenvolvidos ao longo de uma interação se constituem por meio de uma relação hierárquica. Nos Movimentos concessivos que geram cisões tópicas – parentetização e inserção – a relação de interdependência tópica com o Movimento no qual se inserem pode ser notada com mais facilidade. Segundo Kroon (1997, p. 21), Movimentos que acrescentam uma informação a um Movimento em andamento apresentam um caráter subsidiário em relação a este último. Assim, aplicando as definições da autora para os Movimentos concessivos de cisão tópica, podemos dizer que estes constituem Movimentos Subsidiários que exercem a função adendo em relação a um Movimento Nuclear.

Retomamos aqui a ocorrência (108) para representar, nos termos da GDF, a relação entre o Movimento Nuclear (M_I) e o Movimento Subsidiário (M_J), que segue o modelo geral de representação oferecido em (109):

(108) a. (M_I : –Según Eurostat, el crecimiento de la eurozona se ha contraído el 0,6% [...] mientras que Francia, con una tasa anual nula [...]– (M_I)): (M_J : –Alemania registra un crecimiento del 0,7% en el conjunto del año– (M_J)_{ADENDO})

(109) (M_I): (M_J)_{ADENDO}

Ao constituírem unidades comunicativas isoladas, as orações introduzidas por *aunque* pertencentes à camada do Movimento são desgarradas, nos termos de Decat (1999), ou independentes, nos termos de Garcia (2010), em relação a um escopo. Assim como as orações concessivas de Ato Discursivo, as concessivas de Movimento não estabelecem relação de subordinação com uma oração principal, apresentando autonomia semântica e sintática.

Porém, ao contrário das concessivas de Ato Discursivo, que estão relacionadas pragmaticamente com um único Ato Nuclear, as concessivas de Movimento se relacionam com porções discursivas maiores, atuando como estratégias de organização textual.

Considerando, principalmente, a independência sintática dos diversos tipos de Movimentos introduzidos por *aunque*, esta conjunção é esvaziada de seu papel de conectivo subordinativo para atuar como um recurso coesivo que auxilia na organização interacional. Com base nas categorias propostas por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 52), nas orações concessivas de Movimento, *aunque* corresponde a um operador do tipo *push*, isto é, uma forma gramatical responsável por introduzir digressões e inserções. Em casos de cisão tópica – inserção e parentetização – o retorno ao tópico desenvolvido no Movimento Nuclear é ocasionado, em geral, por um operador do tipo *pop*. No caso específico da ocorrência (107), citada anteriormente, *aunque* atua como operador *push*, promovendo a inserção do Movimento Subsidiário, e *pero*, operador *pop*, que encerra a digressão aberta por *aunque* para retomar o tópico principal.

No que diz respeito à factuality, todas as orações concessivas da camada do Movimento pertencentes à modalidade falada e à modalidade escrita se mostram factuais, uma vez que correspondem a asserções nas quais o falante expressa um conteúdo cuja verdade é assegurada, conforme demonstram as ocorrências (110) e (111):

(110) E: y si usted tuviera que venderla // ¿cómo la vendería? / o sea imagínese que yo soy el cliente y usted pues eso / quiere vendérmela / a ver

I: bueno pues yo / sin hacer mucho hincapié en las habitaciones / **aunque está todo muy bien proporcionada la vivienda en cuanto a habitaciones / situación de los cuartos de baño y tal** / le subiría directamente a la terraza (PRESEEA_VALENCIA_H33_021)

(E: e se o senhor tivesse que vendê-la, como a venderia? ou seja, imagine que eu sou o cliente e o senhor quer vendê-la, vamos ver

I: bom, eu, sem insistir muito nos quartos, embora a casa esteja toda muito bem distribuída em relação aos quartos, à localização dos banheiros e tal, subiria com você diretamente para o terraço)

(111) El aislamiento europeo de España es lamentable. Y lo es más por cuanto la queja del Gobierno por la insuficiente representación en las instituciones está justificada, **aunque existe alguna lógica compensatoria en el movimiento pendular: hasta hace muy poco había un número notable de avezados dirigentes y profesionales españoles al mando de la política exterior, de la política financiera de la Comisión, de la Eurocámara y en el BCE.** (ED44-23/01/2013)

(O isolamento europeu da Espanha é lamentável. E o é mais porque a reclamação do Governo por causa da insuficiente representação nas instituições está justificada, embora exista alguma lógica compensatória no movimento pendular: até muito pouco tempo havia um número notável de experientes dirigentes e profissionais espanhóis no comando da política exterior, da política financeira da Comissão, da Euro-câmara e no BCE)

As ocorrências (110) e (111) são avaliadas como factuais porque, em (110), o falante apresenta como sendo verdade que os cômodos de sua casa estão todos em boa situação, enquanto em (111) o falante assume como verdadeira a existência de uma lógica compensatória que justifique o afastamento da Espanha no cenário europeu. Consideramos que a propriedade de introduzir informações factuais esteja relacionada à função desempenhada pelas concessivas da camada do Movimento de iniciar novos tópicos discursivos ou inserir adendos, pois se espera que o falante interrompa o Movimento em andamento para fazer uma asserção que possa contrastar com o tópico anteriormente discutido.

Já no que diz respeito à pressuposição, a tabela 12 revela que há uma distribuição desigual entre os dados da modalidade falada e os dados da modalidade escrita:

Concessivas de Movimento	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Pressupostas	4 (26,7%)	10 (66,7%)	14 (46,7%)
Não-pressupostas	11 (73,3%)	5 (33,3%)	16 (53,3%)
TOTAL	15	15	30

Tabela 12 - A pressuposição das orações concessivas de Movimento introduzidas por *aunque*

Os resultados oferecidos na tabela 12 demonstram que, também para as concessivas de Movimento, a pressuposição é dependente das propriedades dos gêneros textuais dos quais foram extraídas, uma vez que, nas concessivas da modalidade falada prevalecem os casos não-pressupostos, enquanto nas concessivas da modalidade escrita prevalecem os casos pressupostos. Vejamos uma ocorrência de Movimento concessivo de conteúdo não-pressuposto e uma ocorrência de conteúdo pressuposto respectivamente em (112) e (113) :

- (112) *busqué a/ a uno de los cuidadores/ de los animales del parque porque no solamente está el pavo real hay ciervos **aunque eso sí están encerrados**/ hay otros animales/ y le dije que el pavo real que estaba por la calle que se iba a perder* (PRESEEA_GRANADA_M31_06)

(procurei um dos tratadores dos animais do parque porque não tem somente o pavão tem cervos, embora estes sim estejam presos, tem outros animais e lhe disse que o pavão que estava na rua ia se perder)

- (113) *Francia ha actuado con rapidez ante la perspectiva inmediata de que los grupos radicales islamistas que se habían hecho con el norte de Malí ocuparan la capital, Bamako, y el conjunto del país. Su intervención viene legitimada por haber sido solicitada por el Gobierno de Malí —**aunque el de Dioncunda Traoré sea un régimen posgolpista**—y apoyada posteriormente por el Consejo de Seguridad de la ONU. (ED31-17/01/2013)*

(A França agiu com rapidez diante da perspectiva imediata de que os grupos radicais islâmicos do norte de Mali ocupassem a capital, Bamako, e o conjunto do país. Sua intervenção vem legitimada por ter sido solicitada pelo governo de Mali – embora o de Diocunda Traoré seja um regime pós-golpista – e apoiada posteriormente pelo Conselho de Segurança da ONU)

O Movimento parentético introduzido por *aunque* em (112) acrescenta uma informação ao conhecimento do ouvinte ao afirmar que, ao contrário do pavão, os cervos do parque encontravam-se presos. Por outro lado, o Movimento parentético em (113) retoma uma informação pressuposta – que o atual governo de Mali corresponde a um regime pós-golpista – tendo em vista as expectativas do falante quanto ao conhecimento de seus ouvintes sobre a política mundial.

Os detalhes da análise dos modos verbais empregados nas concessivas de Movimento introduzidas por *aunque* são oferecidos na tabela a seguir:

Concessivas de Movimento	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Modo indicativo	14 (93,3%)	13 (86,7%)	27 (90%)
Modo subjuntivo	1 (6,7%)	2 (13,3%)	3 (10%)
TOTAL	15	15	30

Tabela 13 – O modo verbal das orações concessivas de Movimento introduzidas por *aunque*

O modo subjuntivo apresenta uma baixa frequência nas concessivas da camada do Movimento por ser utilizado apenas nas orações concessivas que apresentam contexto semelhante à ocorrência (113), isto é, nas orações de conteúdo factual e pressuposto. Já a alta frequência do indicativo nas concessivas da camada do Movimento deve-se – assim como na camada do Ato Discursivo – ao fato de esse modo verbal ocorrer com informações não-pressupostas, como vimos em (112), e com informações pressupostas, como ilustramos em (114), a seguir:

(114) con la edad que tiene que son cincuenta y/ dos años / que ya / tendría que dejar de fumar porque dentro de supongo que de cuatro días le empezará a salir cosas raras de la sangre/ se destruye eeh tendrá obstruidas ya las venas pero luego tendrá problemas / está el cáncer // tendría que decirle todo eso y explicárselo / y bueno supongo que lo sabrá pero que no no quiere verlo / al igual que yo tampoco quiero verlo / y tampoco quiero bueno tengo veinticuatro años // **aunque siempre es malo fumar a cualquier edad ¿no?** / pero que tampoco quiero abrir los ojos y por ahora tampoco yo no me planteo dejar de fumar / (PRESEEA_VALENCIA_H13_20)

(com a idade que tem que são cinquenta e dois anos já teria que deixar de fumar porque suponho que dentro de quatro dias começarão a sair coisas estranhas no sangue, terá as veias obstruídas e logo terá problemas como o câncer, eu teria que lhe dizer tudo isso e lhe explicar e bom suponho que ele saberá, mas não quer ver, igual a mim que também não quero ver isso, e

também não quero bom tenho vinte e quatro anos, embora sempre seja ruim fumar em qualquer idade, né? Mas também não quero abrir os olhos e nesse momento também não penso em deixar de fumar)

Na ocorrência anterior, *aunque* inicia um Movimento cujo conteúdo recupera um conhecimento do senso comum – fumar faz mal em qualquer idade – e que, por isso, o falante imagina ser compartilhado pelo ouvinte, tendo em vista a experiência de mundo deste. Logo, o conteúdo da oração concessiva é pressuposto pelos interlocutores.

O uso predominante do modo indicativo nas concessivas da camada do Movimento também está relacionado, como mencionamos na subseção anterior, ao caráter independente das orações concessivas do Nível Interpessoal. Nesse aspecto, observamos que as orações concessivas de Ato Discursivo e de Movimento se diferenciam das concessivas de Conteúdo Propositional, visto que estas orações, por revelarem casos de subordinação oracional, aceitam mais facilmente o verbo no modo subjuntivo.

Resultado semelhante ao verificado em nossa análise do modo verbal das orações concessivas havia sido obtido em trabalho anterior, realizado em nível de Iniciação Científica (GASPARINI-BASTOS; PARRA, 2015). Nesse estudo, que analisa 211 ocorrências de *aunque* concessivo sob o arcabouço teórico da Gramática Funcional de Dik (1997a, 1997b), também se observa o uso mais frequente do modo indicativo nas concessivas introduzidas por *aunque* que apresentam uma função interpessoal.

Em relação à referência temporal, as orações concessivas de Movimento apresentam apenas a codificação do passado e do presente, como vemos na tabela 14:

Concessivas de Movimento	Modalidade falada	Modalidade escrita	Resultado geral
Passado	3 (20%)	8 (53,3%)	11 (36,7%)
Presente	12 (80%)	7 (46,7%)	19 (63,3%)
TOTAL	15	15	30

Tabela 14 – A referência temporal das orações concessivas de Movimento introduzidas por *aunque*

Consideramos que o fato de as orações concessivas dessa camada não codificarem referência de futuro está relacionado à propriedade de os Movimentos concessivos serem sempre factuais, isto é, de expressarem uma informação cujo teor de verdade pode ser comprovado por se remeter a algo do passado ou do presente, como ilustram, respectivamente, as ocorrências a seguir:

[tema: uma entrevista dada pelo ex-presidente espanhol José María Aznar, na qual ele critica o então atual governo espanhol]

- (115) La teatral declaración que sugiere su eventual regreso a la política activa —“cumpliré con mi responsabilidad, mi conciencia, mi partido y mi país”— hubiera merecido rubricarse con alguna apelación a Dios y a la historia, en la estela del integrismo ideológico que le caracteriza. **Aunque ya dijo Montaigne que, por muy alto que sea el trono, nadie puede sentarse más alto que su culo.** (ED291-26/05/2013)

(A teatral declaração que sugere seu eventual regresso à política ativa – “cumprirei com minha responsabilidade, com minha consciência, com meu partido e com meu país” – teria merecido ser rubricada com alguma apelação a Deus e à história, no rastro da integridade ideológica que o caracteriza. Embora já dissesse Montaigne que, por mais alto que seja o trono, ninguém pode sentar mais alto do que seu traseiro)

- (116) En ese momento había en Europa Occidental dos reactores en construcción, en Finlandia y Francia, ambos de tecnología francesa, **aunque en el resto del mundo se están construyendo una cincuentena más.** (ED596-23/10/2013)

(Nesse momento havia na Europa Ocidental dois reatores em construção, na Finlândia e na França, ambos de tecnologia francesa, embora no resto do mundo estejam construindo mais cinquenta)

É possível observar que na ocorrência (115) o Movimento introduzido por *aunque* cita uma fala do filósofo Michel de Montaigne e por isso o verbo da concessiva estabelece uma referência temporal de passado por meio da forma *dijo* (“disse”), que corresponde ao verbo *decir* (“dizer”) no *pretérito indefinido* (pretérito perfeito em português). Já a ocorrência (116) traz uma informação cuja verdade pode ser comprovada no presente, como vemos pela forma verbal do verbo *estar*, conjugada no *presente de indicativo* (*están*).

Tendo em vista que as orações concessivas da camada do Movimento atuam como uma ressalva ou um comentário acrescentado ao Movimento iniciado anteriormente, essas orações sempre aparecem pospostas ao Movimento que interrompem.

4.3.4 As orações concessivas como modificadores interpessoais: a camada da Ilocução

Os resultados da análise das propriedades das orações concessivas introduzidas por *aunque* apresentados até o momento comprovam para os dados do espanhol peninsular o que outros estudiosos – Garcia (2010), Stassi-Sé (2012), Garcia e Pezatti (2013) – já haviam atestado para o português: a existência de orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional, do Ato Discursivo e do Movimento. Nossos dados, por sua vez, revelam a ocorrência de um outro tipo concessivo até então não tratado sob o arcabouço teórico da GDF: orações concessivas que modificam a camada da Ilocução, localizada no Nível Interpessoal. Vejamos a ocorrência a seguir:

(117) A: muy bien// **aunque eres joven** pero/ ¿hay algo que te hubiera gustado hacer que no hayas hecho? (PRESEEA_VALENCIA_M412_01)

(A: muito bem, embora você seja jovem, há algo que você gostaria de ter feito e que não fez?)

Nessa ocorrência, ao reconhecer a jovialidade do ouvinte, o falante sabe que seu interlocutor poderá realizar muitas coisas que ainda não realizou, e, portanto, não seria adequado interrogá-lo sobre o que ele gostaria de ter feito em sua vida. Assim, a fim de preservar a sua face e de motivar o ouvinte a responder o questionamento proposto, o falante apresenta primeiramente a oração concessiva, na qual ele admite a jovialidade como um fato conhecido e, em seguida, realiza o Ato interrogativo. Em ocorrências desse tipo, a oração concessiva não faz uma ressalva ao conteúdo transmitido pela oração principal, função características das orações concessivas que atuam na camada do Ato Discursivo, mas se volta para o modo como a oração principal é enunciada, ou seja, para a sua força ilocucionária, atuando como um modificador da Ilocução conferida à oração principal.

Como mencionado no capítulo II, os modificadores da camada da Ilocução caracterizam-se por restringirem o predicado ilocucionário, ou seja, por indicarem ao ouvinte o modo como uma determinada Ilocução está sendo enunciada (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 82). O emprego desse tipo de modificador interpessoal em português é descrito por Pezatti (2014). Observemos o seguinte exemplo oferecido pela autora:

(118) e **à parte os candeeiros**, há assim algum artigo em segundo lugar que as pessoas comprem muito? (PEZATTI, 2014, p. 113)

A respeito da ocorrência (118), a autora afirma que a expressão “à parte os candeeiros” atua como um modificador de Ilocução uma vez que, por meio dela, o falante indica ao ouvinte o modo como este deve responder ao questionamento, ou seja, o falante solicita que, em sua resposta, o ouvinte desconsidere os candeeiros.

Relacionando as explicações oferecidas por Pezatti (2014, p. 113) aos dados analisados do espanhol, verificamos que, em (117), a oração concessiva incide tanto sobre o Ato interrogativo realizado pelo falante, como sobre o Ato declarativo enunciado pelo ouvinte em atitude de resposta. No primeiro caso, a ocorrência (117) pode ser parafraseada da seguinte forma: “eu sei que você é jovem e que, por isso, pode fazer muitas coisas na sua vida, mas, apesar desse fato, pergunto se há algo que você gostaria de ter feito e ainda não fez”. Já no segundo caso, a paráfrase seria: “desconsidere o fato de você ser jovem e responda

se existe algo que você gostaria de ter feito e ainda não fez”. Observamos, assim, que em (117) a oração concessiva apresenta, como todo modificador, um caráter restritivo, indicando que a pergunta é feita de determinada forma – reconhecendo o fato de o ouvinte ser jovem – e não de outra; e que a resposta do ouvinte deve ser elaborada de um modo específico – desconsiderando o fato de ele ser jovem.

Além dos casos como o demonstrado em (117), em que a oração concessiva modifica a Ilocução interrogativa, nossos dados revelam orações concessivas modificando também as Ilocuções imperativa e exortativa,³⁵ como ilustram (119) e (120), respectivamente:

(119) **aunque no te guste cocinar**/ *imagínate que vas a preparar el cumpleaños de tu hija* (PRESEEA_VALENCIA_MC111_01)
(embora você não goste de cozinhar, imagine que vai preparar o aniversário da sua filha)

(120) **aunque yo soy mayor / que tú** pero bueno vamos a vamos a tratarnos de creo eh eh es la manera más informal ¿no? (PRESEEA_MADRID_H32_43)
(embora eu seja mais velho do que você, vamos nos tratar de acho é da maneira mais informal, né?)

Nessas ocorrências, também verificamos o papel instrutivo da oração introduzida por *aunque*. Assim, em (119), o falante não só indica ao ouvinte que o seu pedido está sendo feito aparte de saber que este não gosta de cozinhar, como também condiciona o modo como o ouvinte deve atender a esse pedido: “você deve se imaginar preparando o aniversário da sua filha sem considerar que você não gosta de cozinhar”. Já em (120), o entrevistado propõe que entre ele e o entrevistador se estabeleça um tratamento informal, mas esta proposta só poderá ser executada se proceder ao modo como indicado pelo falante, ou seja, se for desconsiderado o fato de que o entrevistado é mais velho que o entrevistador.

Tendo em vista as representações oferecidas por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 81) para ilustrar o uso de modificadores ilocucionários, consideramos que as ocorrências apresentadas anteriormente podem ser esquematizadas do seguinte modo:

(117) a. (A_I: [F_I: INTER (F_I): –eres joven– (F_I)] (P_I)_S (P_J)_A (C_I)] (A_I))

(119) a. (A_I: [F_I: IMPER (F_I): –no te guste cocinar– (F_I)] (P_I)_S (P_J)_A (C_I)] (A_I))

(120) a. (A_I: [F_I: HORT (F_I): –yo soy mayor que tú– (F_I)] (P_I)_S (P_J)_A (C_I)] (A_I))

³⁵ Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 72), por meio da Ilocução exortativa (*hortative*) o falante encoraja a si mesmo e ao ouvinte a praticarem juntos a ação descrita no Conteúdo Comunicado.

Nas representações oferecidas, é possível observar que o conteúdo transmitido pela oração concessiva aparece após os dois-pontos (:), posição destinada aos modificadores, que, nos casos aqui discutidos, estão dentro do escopo da Ilocução interrogativa, em (117a), imperativa, em (119a), e exortativa, em (120a). Tais relações de modificação, por sua vez, estão localizadas dentro de uma camada mais ampla: a camada do Ato Discursivo, representada em cada ocorrência por (A_I).

Em relação aos fatores de análise, observamos que as orações concessivas de Ilocução sempre apresentam um conteúdo factual e pressuposto. Assim, essas orações têm a propriedade de recuperar uma informação verdadeira e já conhecida dos interlocutores para apresentá-la como obstáculo à Ilocução pela qual a oração principal é enunciada. Retomemos em (121) a ocorrência (119), dentro de um contexto mais amplo, para compará-la à ocorrência (122):

(121) A: ¿te gusta cocinar?

B: no/// lo odio// mi marido es cocinero [...]

A: bien/ ¿cómo prepararías una fiesta familiar?// es decir/ **aunque no te guste cocinar/** imagínate que vas a preparar el cumpleaños de tu hija.
(PRESEEA_VALENCIA_MC111_01)

(A: você gosta de cozinhar?

B: não, odeio, meu marido é cozinheiro [...]

A: como você prepararia uma festa familiar? ou seja, embora você não goste de cozinhar imagine que vai preparar o aniversário da sua filha)

(122) y **aunque estamos en fiestas navideñas/** ¿cómo ves el futuro?
(PRESEEA_VALENCIA_MC132_96)

(e embora estejamos na época natalina, como você vê o futuro?)

Observando as duas ocorrências apresentadas, é possível afirmar que o conteúdo das orações concessivas é pressuposto porque já havia sido enunciado no contexto textual precedente, como no caso de (121), ou porque faz parte do contexto situacional experienciado pelos interlocutores, como no caso de (122). Assim, verificamos que a pressuposição é um elemento relevante para a análise das orações concessivas de Ilocução introduzidas por *aunque*, pois a propriedade de sempre transmitir uma informação pressuposta está relacionada à camada da oração concessiva e não ao gênero textual adotado, como acontece com os demais tipos concessivos descritos neste trabalho.

A análise dos dados também indica que as orações concessivas de Ilocução ocorrem tanto no modo subjuntivo, como ilustramos em (121), como no modo indicativo, como

ilustramos em (122). Os dados numéricos revelam que, embora os dois modos verbais sejam frequentes, o indicativo prevalece ao aparecer em 10 ocorrências (71,4%), frente a 4 ocorrências (28,6%) do modo subjuntivo.

No que diz respeito ao tempo, as orações concessivas de Ilocução apresentam 12 ocorrências (85,7%) com referência de presente, exemplificadas em (117) e em (119)-(122), e duas (14,3%) com referência de passado, exemplificadas em (123) a seguir:

- (123) **aunque fueras cambiando de pueblo/** ¿alguna escuela? ¿algún maestro en especial?/
¿alguna anécdota que contar?
(embora você fosse mudando de cidade, alguma escola? Algum professor em especial? Alguma história para contar?)

Tendo em vista que essas orações só expressam conteúdos factuais, era de fato esperado um resultado que tivesse uma quantidade baixa ou nula de ocorrências no tempo futuro. O fato de as concessivas de Ilocução só expressarem relações temporais de passado ou de presente é justificado pela propriedade dessas orações de transmitir uma informação verdadeira e passível de ser comprovada ou recuperada pelos interlocutores.

Por fim, a análise da posição também demonstrou ser um importante elemento para estabelecer as propriedades das orações concessivas de Ilocução, pois todas as ocorrências encontradas aparecem antepostas ao verbo da oração principal. Pezatti (2014, p. 113), ao estudar a ordem das palavras na língua portuguesa de um ponto de vista funcionalista, afirma que os modificadores de Ilocução, quando advérbios ou locuções adverbiais, tendem a vir antes da oração que escopam, também chamada de posição (P^{pre}). Assim, no caso das orações concessivas introduzidas por *aunque*, consideramos que a anteposição é a codificação morfossintática de modificador concessivo desempenhado por essas orações. Para confirmar a relação entre o tipo de oração concessiva e a posição por elas assumida, observemos as ocorrências a seguir:

- (124) **aunque la jubilación está lejos///** ¿qué piensas hacer cuando te jubiles// o cómo organizarías tu jubilación? (PRESEEA_VALENCIA_MB522_01)
(embora a aposentadoria esteja longe, o que você pensa em fazer quando se aposentar ou como você organizaria a sua aposentadoria?)
- (125) y cuando te jubiles/ ¿qué piensas hacer? **aunque eso está muy lejos** (PRESEEA_VALENCIA_HC231_96)
(e quando você se aposentar, o que pensa em fazer? embora isso esteja muito longe)

Na ocorrência (124), a oração introduzida por *aunque* em posição anteposta apresenta um caráter restritivo ao indicar para o ouvinte que tanto a pergunta feita pelo falante, como a resposta a ser dada, serão feitas apesar de ser verdade que o ouvinte demorará a se aposentar, por isso, tal oração concessiva modifica a camada da Ilocução. Já em (125), a oração concessiva, que aparece posposta à principal, não condiciona o modo de enunciar a oração principal, mas representa um comentário posterior a partir do qual o falante avalia o Ato Nuclear como inadequado e sente a necessidade de fazer uma ressalva a fim de evitar uma objeção de seu ouvinte. Logo, a oração concessiva em destaque na ocorrência (125) pertence à camada do Ato Discursivo.

4.4 OUTROS ASPECTOS REFERENTES ÀS ORAÇÕES CONCESSIVAS INTRODUZIDAS POR AUNQUE

Na análise das orações concessivas introduzidas por *aunque* apresentada ao longo da seção anterior, apontamos alguns resultados que não estavam condicionados pela camada da oração concessiva. Assim, para discutir de modo mais abrangente as propriedades das orações concessivas encontradas, apresentaremos uma breve discussão sobre as principais causas motivadoras de dois fenômenos relacionados às concessivas com *aunque*: (i) as diferenças entre modalidade falada e escrita na análise da pressuposição e (ii) o uso dos modos indicativo e subjuntivo para codificar as concessivas factuais pressupostas.

A principal divergência entre os resultados da modalidade falada e da escrita apresentados está na pressuposição do conteúdo expresso pelas orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional, do Ato Discursivo e do Movimento, visto que, nas ocorrências da modalidade falada são mais frequentes os casos não-pressupostos, enquanto nas ocorrências da modalidade escrita são mais frequentes os casos pressupostos. Esse resultado justifica-se pelas propriedades dos gêneros textuais utilizados para compor nosso corpus.

O gênero entrevista semidirigida, utilizado como representante da modalidade falada, caracteriza-se pelo diálogo entre um entrevistador e um entrevistado cuja temática é guiada pelo entrevistador a fim de propiciar o estudo de fenômenos sociolinguísticos. Assim, cabe ao entrevistador indicar por meio de perguntas ao entrevistado o assunto a ser discutido. Faz parte de nosso conhecimento linguístico que um Ato interrogativo tem por função básica a busca de uma informação que o falante desconhece, mas que imagina ser conhecida por seu ouvinte. Logo, durante a entrevista semidirigida, o entrevistado tende a responder os

questionamentos do entrevistador supondo que aquilo que está sendo relatado é uma informação nova para este, o que explica o número mais frequente de orações concessivas com informação não-suposta. Além disso, observamos que em muitos dos inquiridos que compõem o PRESEEA, entrevistado e entrevistador não se conhecem, por isso, as informações referentes à vida e à opinião do entrevistado representadas pelas orações iniciadas por *aunque* são, em geral, não-supostas pelo entrevistador.

Por outro lado, o gênero editorial jornalístico, utilizado em nossa pesquisa como representante da modalidade escrita, caracteriza-se por abordar em sua temática questões políticas, econômicas e sociais que fazem parte do cenário nacional e internacional. Os textos pertencentes a esse gênero dialogam, assim, com diversas notícias publicadas na mesma edição ou em edições anteriores, pressupondo do leitor o conhecimento dos fatos discutidos. Assim, é esperado que as informações representadas por meio das orações concessivas já sejam compartilhadas pelos interlocutores.

Outro aspecto linguístico revelado pela análise das orações concessivas introduzidas por *aunque* diz respeito aos modos verbais utilizados em informações factuais supostas. De acordo com o que apresentamos no capítulo III, Flamenco García (1999, p. 3827) e a gramática da RAE (2009, p. 3609) atribuem ao modo subjuntivo a propriedade de codificar informações conhecidas, e, ao indicativo, a propriedade de codificar informações novas. Nossos dados, porém, demonstram a possibilidade de o modo indicativo ser utilizado para retomar informações conhecidas. Observemos o emprego do modo verbal nas ocorrências a seguir:

- (126) **aunque ya está jubilada** pero ¿cómo cómo se plantea qué planes tiene para el futuro? (PRESEEA_VALENCIA_MB313_01)
(embora a senhora já esteja aposentada, como se projeta que planos tem para o futuro?)
- (127) **Aunque el texto proclama que el derecho a decidir se basará en la legitimidad democrática**, la decisión del Parlamento no puede interpretarse al margen de las posiciones que sostienen a diario sus dos principales avaladores, CiU y ERC (ED45-24/01/2013)
(Embora o texto proclame que o direito de decisão se baseará na legitimidade democrática, a decisão do Parlamento não pode ser interpretada à margem das posições que sustentam diariamente seus dois principais avalistas, CiU e ERC)
- (128) **aunque ahora no estéis casados ni tenéis hijos** / pero / tú sabes que la relación tuya con tus padres / la forma de educarte de tus padres a ti / ¿es la misma que la que están educando a tu hermano? [...] ¿y tú educarás a tus hijos igual o hay cambios? (PRESEEA_VALENCIA_H11_65)

(embora agora vocês não estejam casados nem tenham filhos, mas você sabe que a sua relação com seus pais, a forma como seus pais te educaram, é a mesma com que estão educando seu irmão? [...] e você educará os seus filhos igual ou tem mudanças?)

(129) **Aunque afirmen que la reforma responde a exigencias de cambio en la norma por parte de los ciudadanos**, el Gobierno y el PP saben perfectamente que, en este asunto, están mintiendo. (ED232-28/04/2013)

(Embora afirmem que a reforma responde a exigências de mudança na norma por parte dos cidadãos, o Governo e o PP sabem perfeitamente que, nesse assunto, estão mentindo)

Analisando primeiramente as ocorrências (126) e (127), é possível notar que as orações concessivas em destaque recuperam informações conhecidas pelos interlocutores, pois, no primeiro caso, os participantes da comunicação sabem que a informante é uma pessoa aposentada, enquanto em (127), o falante pressupõe que seus ouvintes conheçam a declaração aprovada pelo parlamento catalão na qual se afirma o direito de decisão do povo sobre o futuro político da Catalunha. Assim, por se tratar de informações comprovadamente factuais, ambas as ocorrências são codificadas por meio do modo indicativo.

Já no caso das ocorrências (128) e (129), o uso do modo subjuntivo não só indica que a informação codificada é dada, como também lhe confere um valor de irrelevância frente ao que é comunicado na oração principal, atribuição essa que não acontece nas ocorrências com verbo no indicativo. Dessa forma, em (128), o falante sabe que o entrevistador não está casado nem tem filhos, mas avalia tal informação como irrelevante para impedir que ele faça uma pergunta voltada para a relação entre pais e filhos e o modo de educá-los. Também em (129), ocorrência inserida em um editorial que trata das mudanças nas leis sobre o aborto, o falante apresenta como pouco significativo o fato de que os governantes justificam mudanças que limitam a legalidade do aborto dizendo que atendiam a uma demanda social, pois essa justificativa é falsa.

Assim, consideramos que, em uma oração concessiva factual e de conteúdo pressuposto, a diferença entre o uso do modo indicativo e o uso do modo subjuntivo está no fato de que, como defende Rodríguez Rosique (2012, p. 112), este último carrega uma avaliação subjetiva do falante sobre a informação transmitida, apresentando-a como um obstáculo irrelevante e, portanto, incapaz de interferir na oração principal. Já o modo indicativo é uma codificação morfossintática que recupera a informação compartilhada de uma forma mais objetiva, aparentemente desvinculada de avaliações do falante, e que não diminui a relevância do conteúdo expresso pela oração concessiva.

4.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

As análises realizadas neste trabalho permitem verificar que as orações concessivas estabelecidas no Nível Representacional, isto é, na camada do Conteúdo Proposicional, correspondem aos casos de subordinação concessiva apresentados nas gramáticas da língua espanhola, tais como a de Gili Gaya (1943-2000, p. 322) e a da RAE (2009, p. 3598-3599), pois as propriedades descritas ao longo da seção 4.3.1 comprovam a dependência semântica e sintática que essas orações concessivas mantêm com sua oração principal.

Além das relações concessivas que se estabelecem no Nível Representacional, a presença de orações concessivas nas camadas do Ato Discursivo e do Movimento, no Nível Interpessoal, comprova que a concessão também atua como uma estratégia de interação entre os participantes do ato comunicativo. As propriedades desses tipos oracionais, descritas respectivamente ao longo das seções 4.3.2 e 4.3.3, demonstram que tais orações não representam casos de subordinação semântico-sintática, pois, mesmo que a oração concessiva acompanhe outra oração, ela é independente desta em tais aspectos.

No caso das orações concessivas de Movimento, nossos dados apresentam uma mesma quantidade de ocorrências da camada do Movimento nos textos falados como nos textos escritos, demonstrando, assim, que o uso da conjunção *aunque* enquanto operador discursivo, voltado para introduzir inserções e parênteses ou iniciar um novo tópico comunicativo, é uma estratégia argumentativa produtiva nas modalidades falada e escrita do espanhol peninsular e, por isso, deve ser abordada pelos estudos relacionados à concessão nessa língua.

Verificamos também que a conjunção *aunque* introduz orações concessivas modificadoras da camada da Ilocução, no Nível Interpessoal. Tal uso representa uma estratégia da modalidade falada, em especial do gênero entrevista semidirigida, que propicia o aparecimento desse tipo oracional por constituir um diálogo baseado em perguntas e respostas, o que gera mudanças de Ilocução e o uso de recursos linguísticos para preservar a face dos participantes e motivar o andamento da interação entre pessoas geralmente desconhecidas.

Como forma de sintetizar as discussões apresentadas neste trabalho quanto aos tipos oracionais identificados, oferecemos o seguinte quadro com as propriedades que caracterizam as orações concessivas iniciadas por *aunque* a depender de sua camada:³⁶

³⁶ As abreviações utilizadas no quadro 2 são: Camada – Conteúdo Proposicional (CP), Ato Discursivo (A), Movimento (M), Ilocução (I). Modalidade – Falada (F), Escrita (E). Factualidade – Factual (F), Não-factual (N). Pressuposição – Pressuposto (P), Não-pressuposto (N). Modo – Indicativo (I), Subjuntivo (S). Tempo – Passado (Pa), Presente (Pr), Futuro (Fu). Posição – Anteposta (A), Posposta (P).

Camada	Modalidade		Factualidade		Pressuposição		Modo		Tempo			Posição	
	F	E	F	N	P	N	I	S	Pa	Pr	Fu	A	P
CP	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	-	X
M	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	-	X
I	X	-	X	-	X	-	X	X	X	X	-	X	-

Quadro 2 – As propriedades dos tipos de oração concessiva introduzidos por *aunque*

CONCLUSÕES

Este trabalho teve por objetivo apresentar as propriedades pragmáticas e semânticas das orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* no espanhol peninsular falado e escrito contemporâneo, além de discorrer sobre o modo como tais propriedades influenciam na codificação morfossintática dessas orações. Para tanto, inicialmente apresentamos os aspectos gerais que definem uma relação concessiva e as propriedades que ora diferenciam ora aproximam as chamadas orações concessivas de outras relações semânticas, como as orações adversativas, as causais e as condicionais.

Discutimos também os princípios do paradigma funcionalista e o modelo de Gramática Funcional de Dik (1997a, 1997b), com base no qual Crevels (1998, 2000a, 2000b) realizou importantes estudos sobre a concessão. Vimos que a proposta da autora de classificar as orações concessivas a partir das camadas da GF foi insuficiente para abarcar os casos em que a concessão atua como uma função interpessoal. Essa observação evidenciou a necessidade de se adotar um modelo teórico que considerasse estruturas maiores do que a oração para que o fenômeno da concessão fosse descrito de maneira mais abrangente.

Sendo assim, recorreremos neste trabalho ao modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), caracterizado por sua estrutura descendente, por sua interação com outros componentes do processo de interação verbal e por sua unidade básica de análise – o Ato Discursivo. Enfocamos aqui os níveis e camadas da GDF que julgamos relevante ao estudo da oração concessiva, que são: a camada do Conteúdo Proposicional, pertencente ao Nível Representacional, e as camadas do Ato Discursivo e do Movimento, pertencentes ao Nível Interpessoal.

Os fatores definidos para a análise das ocorrências visavam apontar não só as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das orações concessivas, mas também demonstrar a interação entre esses três componentes. Assim, analisamos (i) a camada da oração concessiva introduzida por *aunque* na GDF; (ii) a factualidade dessa oração; (iii) a pressuposição de seu conteúdo; (iv) o modo e (v) a referência temporal da oração concessiva introduzida por *aunque*; e (vi) a posição ocupada por essa oração em relação ao verbo da oração principal.

No que diz respeito à camada de atuação, os resultados obtidos nesta pesquisa revelam a existência de quatro tipos de orações concessivas introduzidas por *aunque*: as concessivas de Conteúdo Proposicional, as concessivas de Ato Discursivo, as concessivas de Movimento e as concessivas de Ilocução. Os três primeiros tipos já haviam sido identificados nos estudos

de Garcia (2010), Stassi-Sé (2012) e Garcia e Pezatti (2013), voltados para a concessão em português.

Vimos que as orações concessivas de Conteúdo Proposicional são o tipo oracional mais frequente, uma vez que correspondem a 51% do número total das ocorrências. A análise dessas orações demonstra que elas apresentam tanto conteúdos factuais (60% das ocorrências) como não-factuais (40% das ocorrências), têm o subjuntivo como modo verbal predominante (56,6% das ocorrências), expressam referência temporal de passado, presente ou futuro, e têm a anteposição como posição mais frequente, conforme atestado em 82,9% das ocorrências.

Consideramos que as propriedades relacionadas à factualidade, à codificação modo-temporal e à posição das orações concessivas de Conteúdo Proposicional introduzidas por *aunque* estão relacionadas à natureza representacional dessas orações e ao papel por elas desempenhado: modificador do Conteúdo Proposicional expresso na oração principal. Essas orações concessivas correspondem ao que as gramáticas tradicionais costumam chamar de oração subordinada concessiva, pois formam com a oração principal um único bloco semântico e sintático.

Com relação às orações concessivas da camada do Ato Discursivo, a análise revela que essas orações se caracterizam por serem factuais, por ocorrerem sempre pospostas ao verbo da oração principal, por apresentarem o indicativo como modo verbal predominante (58,9% das ocorrências) e por expressarem referência temporal de passado, de presente e, em somente 1,6% das ocorrências, de futuro. Tais propriedades são motivadas pela função desempenhada por esse tipo de oração concessiva: quando pertencente à camada do Ato Discursivo, a oração concessiva desempenha uma função retórica, atuando como uma ressalva ao Ato Discursivo anterior, do qual é independente semântica e sintaticamente.

Na análise das concessivas de Movimento também identificamos apenas casos factuais com verbo predominantemente no modo indicativo (90% das ocorrências) e com referência temporal de passado ou de presente. Vimos que, embora compartilhem essas propriedades com as orações de Ato Discursivo, os Movimentos introduzidos por *aunque* não se relacionam a um Ato Nuclear, mas a um Movimento anterior. Os Movimentos introduzidos por *aunque* ora desempenham a função adendo, contendo inserções ou parênteses relacionados a um Movimento em andamento, ora iniciam um novo tópico discursivo, sendo, em todos os casos, independentes semântica e sintaticamente do Movimento que o antecede.

A análise das orações concessivas aponta que o uso interpessoal da concessão é uma estratégia legítima entre os usuários do espanhol peninsular e revela importantes aspectos do processo comunicativo, tais como o planejamento da argumentação, a antecipação de

objeções, o jogo de imagens entre os interlocutores e a organização dos conteúdos dentro do texto.

O quarto tipo oracional introduzido por *aunque* diz respeito às concessivas que modificam a camada da Ilocução. De acordo com os resultados obtidos na análise das ocorrências, essas orações concessivas correspondem a uma estratégia exclusiva da modalidade falada e caracterizam-se por serem factuais, por expressarem um conteúdo pressuposto pelos interlocutores e por apresentarem verbo predominantemente no modo indicativo (71,4% das ocorrências) com referência temporal de passado ou de presente.

Os resultados ainda demonstram que as orações concessivas de Ilocução sempre ocorrem antepostas ao verbo da oração principal, posição também predominante nas orações concessivas de Conteúdo Proposicional. A anteposição das orações concessivas, portanto, codifica morfossintaticamente o papel de modificador desempenhado pelas orações concessivas da camada da Ilocução, quando localizadas no Nível Interpessoal, e pelas orações concessivas da camada do Conteúdo Proposicional, quando localizadas no Nível Representacional.

Em relação às modalidades linguísticas investigadas, é possível notar que as orações concessivas ocorrem com mais frequência nos editoriais jornalísticos do que nas entrevistas semidirigidas. Esse resultado leva-nos a concluir que a concessão é um fenômeno típico da escrita formal, como já havia sido atestado por outros autores, tais como Algeo (1973), Barth (2000) e Neves (2002).

Nossa análise também revela que a pressuposição das orações concessivas de Conteúdo Proposicional, de Ato Discursivo e de Movimento é uma propriedade condicionada pelo gênero textual ao qual pertencem. Por corresponder a uma interação baseada em perguntas e respostas entre duas pessoas que geralmente não se conhecem, a entrevista semidirigida ocasiona um maior número de ocorrências concessivas não-pressupostas. Já o editorial jornalístico, que se caracteriza por discutir assuntos do cenário político e econômico atual, estabelece em seu texto um diálogo constante com notícias já publicadas, o que pressupõe do leitor o conhecimento das informações representadas em suas orações.

Por fim, nossos dados também revelam a possibilidade de o modo indicativo expressar não só conteúdos factuais não-pressupostos, conforme proposto por Flamenco García (1999, p. 3827) e a gramática da RAE (2009, p. 3609), como também conteúdos factuais pressupostos, como faz o modo subjuntivo. Consideramos que a diferença entre os dois modos verbais está no fato de que o subjuntivo não só retoma uma informação conhecida

como lhe confere um matiz avaliativo, o que não ocorre quando a informação é retomada por meio do modo indicativo.

Tendo em vista as exposições apresentadas neste trabalho, é possível dizer que os resultados obtidos respondem às perguntas de pesquisa inicialmente definidas, uma vez que por meio dos fatores camada de atuação, pressuposição e factuality, elencamos as propriedades pragmáticas e semânticas que diferenciam os tipos de orações concessivas iniciadas por *aunque*, bem como demonstramos a relação entre essas propriedades e a configuração morfossintática das orações concessivas no que se refere à escolha modo-temporal e à posição por elas assumida.

Este estudo não esgota as investigações funcionalistas sobre concessão, pois, dada a complexidade do fenômeno estudado e o recorte assumido por esta pesquisa, diversos aspectos relacionados às orações concessivas não puderam ser explorados em profundidade. Assim, esperamos que as discussões apresentadas suscitem trabalhos que se interessem em estudar, por exemplo, os valores não concessivos da conjunção *aunque*, os aspectos fonológicos que caracterizam os diferentes tipos de oração concessiva, o emprego de outras conjunções concessivas do espanhol em relação aos critérios de análise aqui propostos, dentre outros temas que possam contribuir para uma compreensão do fenômeno da concessão em perspectiva funcional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999.

ALGEO, J. E. The concessive conjunction in Medieval Spanish and Portuguese; its function and development. *Romance philology*, n. 26, p. 532-545, 1973.

BARTH, D. “That’s true, although not really, but still”: expressing concession in spoken English. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 411- 437.

BECHARA, E. N. *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português*. Tese de cátedra - Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1954.

BECHARA, E. N. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BUTLER, C. S.; HENGVELD, K. Functionalism. In: KABATEK, J.; KORTMANN, B. (Ed.). *Theories and Methods in Linguistics (Wörterbücher der Sprach- und Kommunikationswissenschaft)*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012.

CHAVES, C. C. Conectivos como estratégia argumentativa: uma análise dos editoriais de Veja. *Revista Philologus*, v. 20, p. 293-308, 2014. Disponível em <http://www.filologia.org.br/vi_sinefil/resumos/conectivos_como_estrategia_CHARLESTON.pdf>. Acesso em 29 jul 2014.

COAN, M. A importância do contexto na atribuição de referência temporal: incursões no terreno do pretérito perfeito simples. *Working papers em Linguística*, UFSC, n. 4, p. 24-39, 2000.

CREVELS, M. Concession in Spanish. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. *Functional Grammar and verbal interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 129-148.

_____. *Concession: a typological study*. 2000. 191 p. Tese (Doutorado) - Faculty of Humanities, University of Amsterdam, Amsterdam, 2000a.

_____. Concessives on different semantic levels: a typological perspective. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000b. p. 313-339.

CUNHA, A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.

CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, jan/jun. 1999.

DE KOCK, J. Aunque con indicativo o subjuntivo en España y América, en español escrito y hablado. *Lenguaje y textos*, n. 6-7, p. 145-160, 1995.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. HENGVELD, K. (Ed.). 2. ed. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. *The theory of Functional Grammar*. Part 2: Complex and Derived Constructions. HENGVELD, K. (Ed.). 2. ed. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997b.

ELVIRA, J. Metonímia y enriquecimiento pragmático: a propósito de aunque. *Dicenda*, Cuadernos de Filología Hispánica, n. 23, p. 71-84, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DICE/article/view/DICE0505110071A/12011>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

FLAMENCO GARCÍA, L. Las construcciones concesivas y adversativas. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, v. 3: Entre la oración y el discurso, 1999. p. 3805-3878.

GASPARINI-BASTOS, S. D.; PARRA, B. G. G. Uma investigação funcional da conjunção *aunque* em dados do espanhol falado peninsular. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 127-158, 2015.

GARACHANA CAMARERO, M. Valores discursivos de las oraciones concesivas. *Lingüística española actual*, Madrid: Editorial Arco Libros, v. 21, n. 2, p. 189-205, 1999.

GARCIA, T. S. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

GARCIA, T. S. G.; PEZATTI, E. G. Orações concessivas independentes à luz da Gramática Discursivo-Funcional. *Alfa*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 475-494, 2013.

GARCÍA VELASCO, D. *Funcionalismo y lingüística: la gramática funcional de S. C. Dik*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2003.

GILI GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona: Vox, 1943-2000.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. *Syntax and Semantics: Speech Acts*. New York: Academic Press, v. 3, 1975. p. 41-58.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Anchor Books, 1967.

HASPELMATH, M.; KÖNIG, E. Concessive conditionals in the languages of Europe. In: AUWERA, J. van der (Ed.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: AUWERA, J. van der; Ó BAOILL, D. P. (Ed.). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K. Epilogue. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.). *A New architecture for Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 365-378.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HERMODSSON, L. Der begriff "konzessiv". Terminologie und Analysen. *Studia Neophilologica*, n. 66, p. 59-75, 1994.

HERNÁNDEZ ALONSO, C. *Gramática funcional del español*. 3. ed. Madrid: Gredos, 1996.

IBBA, D. Oraciones concesivas y gramaticalización: el caso de aunque y maguer (que). *Intralingüística*, n. 17, p. 493-502, 2007. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2317374>>. Acesso em: 23 mar 2013.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 2001.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 1: construção do texto falado, 2006a. p. 89-132.

_____. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 1: construção do texto falado, 2006b. p. 301-357.

KEIZER, E. *A Functional Discourse Grammar for English*. Oxford Textbooks in Linguistics. Oxford: Oxford University Press, 2015.

KOCH, I. G. V. Especificidade do texto falado. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 1: construção do texto falado, 2006. p. 39-48.

KÖNIG, E. Conditionals, concessive conditionals and concessives: areas of contrast, overlap and neutralization. In: TRAUGOTT, E. et al. (Ed.). *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 229-246.

_____. Concessive clauses. In: ASHER, R. E. (Ed.). *The encyclopedia of language and linguistics*. Oxford: Pergamon, v.2, 1994. p. 679-681.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONNOLLY, J. et al (Ed.). *Discourse and pragmatics in functional grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

KURYLOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. *Esquisses Linguistiques*, n. 2, p. 38-54, 1965.

LAVACCHI, L.; NICOLÁS MARTÍNEZ, M. C. Oraciones de ‘aunque’ y ‘pero’. *Verba*, n. 21, p. 257-278, 1994. Disponível em: <<http://dspace.usc.es/handle/10347/13334>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

LEVELT, W. J. M. *Speaking: from intention to articulation*. Cambridge: The MIT Press, 1989.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 2, 1977.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTHIESSEN, C; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Org.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.

MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Versión electrónica. Madrid: Gredos, 2001.

NEVES, M. H. M. *A gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. As construções concessivas. In: _____. (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, v. 7: Novos estudos, 1999. p. 545-591.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

_____. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 135-180.

NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L.; DALL’AGLIO HATTNER, M. M. As construções hipotáticas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.); CASTILHO, A. T. (Coord.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 2: Classes de palavras e processos de construção, 2008. p. 937-1015.

OLBERTZ, H.; GARCIA, T. S.; PARRA, B. G. G. *El uso de aunque en el español peninsular - un análisis funcional*. (em preparação).

PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial Subordination in English: a functionalist approach*. Amsterdam: Rodopi, 2002.

PEZATTI, E. G. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola, 2014.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; ASOCIACIÓN DE LAS ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Libros, v. 2: Sintaxis II, 2009.

RODRÍGUEZ ROSIQUE, S. From discourse to grammar: when the Spanish *incluso* meets a *si* conditional. *Lingvisticae Investigationes*, n. 35, p. 94-119, 2012. Disponível em: <<http://connection.ebscohost.com/c/articles/85660864/from-discourse-grammar-when-spanish-incluso-meets-si-conditional>>. Acesso em: 24 jul. 2015

ROSÁRIO, I. C. *Expressão da concessividade em construções do português do Brasil*. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Línguas Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SEBASTIÁN, E. El desarrollo del sistema de referencia temporal en español: un paseo por la morfología verbal. *Anales de psicología*, v. 7, n. 2, p. 181-196, 1991.

STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos)-Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

SWEETSER, E. E. *From etymology to pragmatics*. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VAN DIJK, T. A. *Text and Context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London/New York: Longman Linguistics Library, 1977.

YING, C. Presupposition Revisited: The Role of Context. *The Linguistics Journal*. v. 7, p. 189-205, July 2013. Disponível em: <<http://www.linguistics-journal.com/2013-index/9-index/2013/26-presupposition-revisited-the-role-of-context>>. Acesso em 05 mar 2015.

ANEXO A – Informações sobre os inquéritos orais utilizados na pesquisa

Cidade	Número do inquérito	Dados do informante				Duração	Código
		Número	Idade	Sexo	Instrução		
Alcalá de Henares	01	13	32	Masculino	Primária	10m04s	PRESEEA_ALCA LA_H13_01
Alcalá de Henares	05	13	31	Feminino	Superior	10m04s	PRESEEA_ALCA LA_M13_05
Alcalá de Henares	07	23	40	Masculino	Superior	10m04s	PRESEEA_ALCA LA_H23_07
Alcalá de Henares	10	23	53	Feminino	Superior	10m01s	PRESEEA_ALCA LA_M23_10
Alcalá de Henares	18	33	83	Feminino	Superior	10m19s	PRESEEA_ALCA LA_M33_18
Alcalá de Henares	19	12	25	Masculino	Secundária	10m40s	PRESEEA_ALCA LA_H12_19
Alcalá de Henares	23	12	21	Feminino	Secundária	10m22s	PRESEEA_ALCA LA_M12_23
Alcalá de Henares	25	22	35	Masculino	Primária	11m37s	PRESEEA_ALCA LA_H22_25
Alcalá de Henares	28	22	40	Feminino	Secundária	10m07s	PRESEEA_ALCA LA_M22_28
Alcalá de Henares	33	32	65	Masculino	Secundária	10m10s	PRESEEA_ALCA LA_H32_33
Alcalá de Henares	35	32	67	Feminino	Secundária	10m42s	PRESEEA_ALCA LA_M32_35
Alcalá de Henares	41	11	32	Feminino	Primária	10m27s	PRESEEA_ALCA LA_M11_41
Alcalá de Henares	43	21	42	Masculino	Primária	10m37s	PRESEEA_ALCA LA_H21_43

Alcalá de Henares	47	21	36	Feminino	Primária	10m37s	PRESEEA_ALCA LA_M21_47
Alcalá de Henares	50	31	57	Masculino	Primária	10m53s	PRESEEA_ALCA LA_H31_50
Alcalá de Henares	51	33	64	Masculino	Superior	10m23s	PRESEEA_ALCA LA_H33_51
Alcalá de Henares	54	31	55	Feminino	Primária	10m24s	PRESEEA_ALCA LA_M31_54
Granada	01	31	29	Masculino	Superior	42m53s	PRESEEA_GRAN ADA_H31_01
Granada	02	31	25	Masculino	Superior	31m02s	PRESEEA_GRAN ADA_H31_02
Granada	03	31	25	Masculino	Superior	24m39s	PRESEEA_GRAN ADA_H31_03
Granada	04	31	23	Feminino	Superior	27m11s	PRESEEA_GRAN ADA_M31_04
Granada	05	31	29	Feminino	Superior	23m34s	PRESEEA_GRAN ADA_M31_05
Granada	06	31	22	Feminino	Superior	28m10s	PRESEEA_GRAN ADA_M31_06
Granada	07	32	46	Masculino	Superior	44m20s	PRESEEA_GRAN ADA_H32_07
Granada	08	32	49	Masculino	Superior	36m28s	PRESEEA_GRAN ADA_H32_08
Granada	09	32	43	Masculino	Superior	34m08s	PRESEEA_GRAN ADA_H32_09
Granada	10	32	47	Feminino	Superior	35m39s	PRESEEA_GRAN ADA_M32_10
Granada	11	32	41	Feminino	Superior	35m31s	PRESEEA_GRAN ADA_M32_11
Granada	12	32	41	Feminino	Superior	32m50s	PRESEEA_GRAN ADA_M32_12
Granada	13	33	59	Masculino	Superior	31m01s	PRESEEA_GRAN ADA_H33_13
Granada	14	33	60	Masculino	Superior	31m53s	PRESEEA_GRAN

							ADA_H33_14
Granada	15	33	54	Masculino	Superior	31m09s	PRESEEA_GRAN ADA_H33_15
Granada	16	33	63	Feminino	Superior	35m26s	PRESEEA_GRAN ADA_M33_16
Granada	17	33	58	Feminino	Superior	36m33s	PRESEEA_GRAN ADA_M33_17
Granada	18	33	60	Feminino	Superior	30m32s	PRESEEA_GRAN ADA_M33_18
Madri	07	12	33	Masculino	Secundária	11m53s	PRESEEA_MADR I_H12_07
Madri	10	12	21	Feminino	Secundária	10m30s	PRESEEA_MADR I_M12_10
Madri	13	13	29	Masculino	Superior	10m31s	PRESEEA_MADR I_H13_13
Madri	18	13	22	Feminino	Superior	10m49s	PRESEEA_MADR I_M13_18
Madri	26	22	35	Masculino	Secundária	11m20s	PRESEEA_MADR I_H22_26
Madri	30	22	52	Feminino	Secundária	10m07s	PRESEEA_MADR I_M22_30
Madri	33	23	39	Masculino	Superior	10m54s	PRESEEA_MADR I_H23_33
Madri	34	23	51	Feminino	Superior	10m06s	PRESEEA_MADR I_M23_34
Madri	43	32	65	Masculino	Secundária	10m15s	PRESEEA_MADR I_H32_43
Madri	47	32	65	Feminino	Secundária	10m06s	PRESEEA_MADR I_M32_47
Madri	49	33	75	Masculino	Superior	11m23s	PRESEEA_MADR I_H33_49
Madri	54	33	75	Feminino	Superior	10m04s	PRESEEA_MADR I_M33_54
Valência	01	111	33	Feminino	Primária	26m15s	PRESEEA_VALE NCIA_M111_01
Valência	02	213	66	Masculino	Primária	35m36s	PRESEEA_VALE NCIA_H213_02

Valência	03	313	60	Feminino	Primária	24m52s	PRESEEA_VALENCIA_M313_03
Valência	04	412	41	Feminino	Primária	28m02s	PRESEEA_VALENCIA_M412_04
Valência	01	121	23	Feminino	Secundária	29m55s	PRESEEA_VALENCIA_M121_01
Valência	02	231	22	Masculino	Secundária	31m02s	PRESEEA_VALENCIA_H231_02
Valência	03	323	56	Feminino	Secundária	34m20s	PRESEEA_VALENCIA_M323_03
Valência	04	421	27	Feminino	Secundária	32m59s	PRESEEA_VALENCIA_M421_04
Valência	05	522	52	Feminino	Secundária	37m18s	PRESEEA_VALENCIA_M522_05
Valência	01	132	43	Feminino	Superior	40m14s	PRESEEA_VALENCIA_M132_01
Valência	02	231	29	Masculino	Superior	33m40s	PRESEEA_VALENCIA_H231_02
Valência	03	332	46	Masculino	Superior	41m31s	PRESEEA_VALENCIA_H332_03
Valência	04	431	26	Masculino	Superior	33m36s	PRESEEA_VALENCIA_H431_04
Valência	05	532	38	Feminino	Superior	41m17s	PRESEEA_VALENCIA_M532_05
Valência	14	13	31	Feminino	Superior	10m39s	PRESEEA_VALENCIA_M13_14
Valência	15	23	53	Masculino	Superior	10m42s	PRESEEA_VALENCIA_H23_15
Valência	20	13	24	Masculino	Superior	10m13s	PRESEEA_VALENCIA_H13_20
Valência	21	33	58	Masculino	Superior	10m13s	PRESEEA_VALENCIA_H33_21
Valência	30	22	51	Masculino	Secundária	09m56s	PRESEEA_VALENCIA_H22_30
Valência	35	22	50	Feminino	Secundária	11m38s	PRESEEA_VALENCIA_M22_35
Valência	38	12	23	Feminino	Secundária	10m23s	PRESEEA_VALE

							NCIA_M12_38
Valência	42	12	24	Masculino	Secundária	10m10s	PRESEEA_VALE NCIA_H12_42
Valência	46	32	76	Masculino	Secundária	12m09s	PRESEEA_VALE NCIA_H32_46
Valência	52	21	41	Feminino	Primária	10m04s	PRESEEA_VALE NCIA_M21_52
Valência	57	21	46	Masculino	Primária	10m13s	PRESEEA_VALE NCIA_H21_57
Valência	65	11	24	Masculino	Primária	10m05s	PRESEEA_VALE NCIA_H11_65
Valência	70	11	32	Feminino	Primária	11m19s	PRESEEA_VALE NCIA_M11_70

ANEXO B – Fontes dos inquéritos orais utilizados na pesquisa

Cidade	Código do inquérito	Disponível em
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_H13_01	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_M13_05	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_H23_07	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_M23_10	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_M33_18	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_H12_19	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_M12_23	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_H22_25	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_M22_28	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_H32_33	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_M32_35	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_M11_41	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_H21_43	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_M21_47	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_H31_50	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_H33_51	http://preseea.linguas.net/
Alcalá de Henares	PRESEEA_ALCALA_M31_54	http://preseea.linguas.net/
Granada	PRESEEA_GRANADA_H31_01	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_H31_02	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_H31_03	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_M31_04	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_M31_05	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_M31_06	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_H32_07	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_H32_08	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_H32_09	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_M32_10	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_M32_11	CD - PRESEEA Granada I

Granada	PRESEEA_GRANADA_M32_12	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_H33_13	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_H33_14	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_H33_15	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_M33_16	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_M33_17	CD - PRESEEA Granada I
Granada	PRESEEA_GRANADA_M33_18	CD - PRESEEA Granada I
Madri	PRESEEA_MADRI_H12_07	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_M12_10	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_H13_13	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_M13_18	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_H22_26	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_M22_30	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_H23_33	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_M23_34	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_H32_43	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_M32_47	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_H33_49	http://preseea.linguas.net/
Madri	PRESEEA_MADRI_M33_54	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M111_01	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H213_02	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M313_03	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M412_04	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M121_01	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H231_02	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M323_03	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M421_04	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M522_05	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M132_01	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H231_02	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H332_03	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H431_04	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M532_05	http://www.uv.es/preseval/ppal.htm
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M13_14	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H23_15	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H13_20	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H33_21	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H22_30	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M22_35	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M12_38	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H12_42	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H32_46	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M21_52	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H21_57	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_H11_65	http://preseea.linguas.net/
Valência	PRESEEA_VALENCIA_M11_70	http://preseea.linguas.net/

ANEXO C – Informações sobre os editoriais jornalísticos utilizados na pesquisa

Título do editorial	Link do editorial	Data de publicação	Código do editorial
De un abismo a otro	http://elpais.com/elpais/2013/01/01/opinion/13	02/01/2013	ED01-

	57068254_522550.html		02/01/2013
Errar el tiro	http://elpais.com/elpais/2013/01/01/opinion/1357065627_156234.html	02/01/2013	ED02-02/01/2013
Un plan racional	http://elpais.com/elpais/2013/01/02/opinion/1357157200_476345.html	03/01/2013	ED03-03/01/2013
Hollande sin su 75%	http://elpais.com/elpais/2013/01/02/opinion/1357156708_618252.html	03/01/2013	ED04-03/01/2013
Apenas un respiro	http://elpais.com/elpais/2013/01/03/opinion/1357243099_596725.html	04/01/2013	ED05-04/01/2013
Vaivenes con el Peñón	http://elpais.com/elpais/2013/01/03/opinion/1357243628_790169.html	04/01/2013	ED06-04/01/2013
Un tufo de viejo régimen	http://elpais.com/elpais/2013/01/04/opinion/1357328486_966222.html	05/01/2013	ED07-05/01/2013
India despierta	http://elpais.com/elpais/2013/01/04/opinion/1357328874_985917.html	05/01/2013	ED08-05/01/2013
Unidad y solidaridad	http://elpais.com/elpais/2013/01/05/opinion/1357414753_884361.html	06/01/2013	ED09-06/01/2013
Google, inocente	http://elpais.com/elpais/2013/01/05/opinion/1357412167_836503.html	06/01/2013	ED10-06/01/2013
Negocio sanitario	http://elpais.com/elpais/2013/01/06/opinion/1357504969_541845.html	07/01/2013	ED11-07/01/2013
Buenas obras	http://elpais.com/elpais/2013/01/06/opinion/1357504457_547636.html	07/01/2013	ED12-07/01/2013
Supervisar al supervisor	http://elpais.com/elpais/2013/01/07/opinion/1357586357_156908.html	08/01/2013	ED13-08/01/2013
Alimentación en crisis	http://elpais.com/elpais/2013/01/07/opinion/1357586457_786483.html	08/01/2013	ED14-08/01/2013
Unió asume su culpa	http://elpais.com/elpais/2013/01/08/opinion/1357676140_200176.html	09/01/2013	ED15-09/01/2013
Obama, menos militar	http://elpais.com/elpais/2013/01/08/opinion/1357677382_127900.html	09/01/2013	ED16-09/01/2013
Para salir de la parálisis	http://elpais.com/elpais/2013/01/09/opinion/1357761765_378460.html	10/01/2013	ED17-10/01/2013
El Estado de Chávez	http://elpais.com/elpais/2013/01/09/opinion/1357761331_169776.html	10/01/2013	ED18-10/01/2013
Un asunto interno	http://elpais.com/elpais/2013/01/10/opinion/1357847978_931897.html	11/01/2013	ED19-11/01/2013
Asesinato en París	http://elpais.com/elpais/2013/01/10/opinion/1357847291_315871.html	11/01/2013	ED20-11/01/2013
El Tesoro mejora	http://elpais.com/elpais/2013/01/11/opinion/1357933860_844485.html	12/01/2013	ED21-12/01/2013
Rescatar Malí	http://elpais.com/elpais/2013/01/11/opinion/1357933713_424282.html	12/01/2013	ED22-12/01/2013
No al unilateralismo	http://elpais.com/elpais/2013/01/12/opinion/1358021001_386335.html	13/01/2013	ED23-13/01/2013
Socialistas ante el futuro	http://elpais.com/elpais/2013/01/12/opinion/1358021229_281656.html	13/01/2013	ED24-13/01/2013
Cruce de recursos	http://elpais.com/elpais/2013/01/13/opinion/1358103956_439142.html	14/01/2013	ED25-14/01/2013
Menos armas de fuego	http://elpais.com/elpais/2013/01/13/opinion/1358104473_085081.html	14/01/2013	ED26-14/01/2013
Salarios por empleo	http://elpais.com/elpais/2013/01/14/opinion/1358193893_555686.html	15/01/2013	ED27-15/01/2013
¿Y la transparencia?	http://elpais.com/elpais/2013/01/14/opinion/1358194803_741995.html	15/01/2013	ED28-15/01/2013
Recorte arriesgado	http://elpais.com/elpais/2013/01/15/opinion/1358275169_078572.html	16/01/2013	ED29-16/01/2013
Salir de Cuba	http://elpais.com/elpais/2013/01/15/opinion/1358280048_981269.html	16/01/2013	ED30-16/01/2013

Malí, problema europeo	http://elpais.com/elpais/2013/01/16/opinion/1358366692_753989.html	17/01/2013	ED31-17/01/2013
Un déficit imparable	http://elpais.com/elpais/2013/01/16/opinion/1358364375_862422.html	17/01/2013	ED32-17/01/2013
Basta de desorden	http://elpais.com/elpais/2013/01/17/opinion/1358453937_773319.html	18/01/2013	ED33-18/01/2013
Argelia se precipita	http://elpais.com/elpais/2013/01/17/opinion/1358453958_915773.html	18/01/2013	ED34-18/01/2013
Obligado a retroceder	http://elpais.com/elpais/2013/01/18/opinion/1358538928_007255.html	19/01/2013	ED35-19/01/2013
El vaivén chino	http://elpais.com/elpais/2013/01/18/opinion/1358538862_337554.html	19/01/2013	ED36-19/01/2013
Antes y después	http://elpais.com/elpais/2013/01/19/opinion/1358625165_299408.html	20/01/2013	ED37-20/01/2013
Comité escorado	http://elpais.com/elpais/2013/01/19/opinion/1358626000_557657.html	20/01/2013	ED38-20/01/2013
Reformas de calidad	http://elpais.com/elpais/2013/01/20/opinion/1358712242_246636.html	21/01/2013	ED39-21/01/2013
Trágico y previsible final	http://elpais.com/elpais/2013/01/20/opinion/1358712554_088114.html	21/01/2013	ED40-21/01/2013
Un pacto no basta	http://elpais.com/elpais/2013/01/21/opinion/1358799434_230178.html	22/01/2013	ED41-22/01/2013
Regla de plomo	http://elpais.com/elpais/2013/01/21/opinion/1358800483_013671.html	22/01/2013	ED42-22/01/2013
El valor de Obama	http://elpais.com/elpais/2013/01/22/opinion/1358886233_432130.html	23/01/2013	ED43-23/01/2013
Menos peso en Europa	http://elpais.com/elpais/2013/01/22/opinion/1358885626_527943.html	23/01/2013	ED44-23/01/2013
Aires de ruptura	http://elpais.com/elpais/2013/01/23/opinion/1358973055_965604.html	24/01/2013	ED45-24/01/2013
No era esto	http://elpais.com/elpais/2013/01/23/opinion/1358973256_039818.html	24/01/2013	ED46-24/01/2013
Depresión profunda	http://elpais.com/elpais/2013/01/24/opinion/1359059699_473851.html	25/01/2013	ED47-25/01/2013
Oportunidad en Israel	http://elpais.com/elpais/2013/01/24/opinion/1359058413_595840.html	25/01/2013	ED48-25/01/2013
Incertidumbre europea	http://elpais.com/elpais/2013/01/25/opinion/1359146413_001835.html	26/01/2013	ED49-26/01/2013
Un mercado racional	http://elpais.com/elpais/2013/01/25/opinion/1359143844_055803.html	26/01/2013	ED50-26/01/2013
Una seria explicación	http://elpais.com/elpais/2013/01/26/opinion/1359232902_619197.html	27/01/2013	ED51-27/01/2013
Egipto ante el abismo	http://elpais.com/elpais/2013/01/26/opinion/1359230926_040417.html	27/01/2013	ED52-27/01/2013
Establecer la verdad	http://elpais.com/elpais/2013/01/27/opinion/1359311265_836203.html	28/01/2013	ED53-28/01/2013
Ejemplos educativos	http://elpais.com/elpais/2013/01/27/opinion/1359311167_180902.html	28/01/2013	ED54-28/01/2013
Un pacto por el empleo	http://elpais.com/elpais/2013/01/28/opinion/1359404615_369857.html	29/01/2013	ED55-29/01/2013
Más América en la UE	http://elpais.com/elpais/2013/01/28/opinion/1359405125_329955.html	29/01/2013	ED56-29/01/2013
El prestigio de la Corona	http://elpais.com/elpais/2013/01/29/opinion/1359492313_805127.html	30/01/2013	ED57-30/01/2013
Ajuste difícil	http://elpais.com/elpais/2013/01/29/opinion/1359491603_836670.html	30/01/2013	ED58-30/01/2013
No vemos el fondo	http://elpais.com/elpais/2013/01/30/opinion/1359577723_542232.html	31/01/2013	ED59-31/01/2013
Cautelas de Urkullu	http://elpais.com/elpais/2013/01/30/opinion/13	31/01/2013	ED60-

	59578908_784968.html		31/01/2013
Las cuentas del tesorero	http://elpais.com/elpais/2013/01/31/opinion/1359665166_462230.html	01/02/2013	ED61-01/02/2013
Malos socios europeos	http://elpais.com/elpais/2013/01/31/opinion/1359663493_403577.html	01/02/2013	ED62-01/02/2013
Encrucijada aérea	http://elpais.com/elpais/2013/02/01/opinion/1359752381_777879.html	02/02/2013	ED63-02/02/2013
Oportunidad única	http://elpais.com/elpais/2013/02/01/opinion/1359748606_341679.html	02/02/2013	ED64-02/02/2013
La urgencia del debate	http://elpais.com/elpais/2013/02/02/opinion/1359839741_334264.html	03/02/2013	ED65-03/02/2013
Vuelta a las aulas	http://elpais.com/elpais/2013/02/02/opinion/1359831005_073298.html	03/02/2013	ED66-03/02/2013
Corleone paga las fiestas	http://elpais.com/elpais/2013/02/03/opinion/1359923095_857643.html	04/02/2013	ED67-04/02/2013
Casi todo por hacer	http://elpais.com/elpais/2013/02/03/opinion/1359914904_567283.html	04/02/2013	ED68-04/02/2013
Crisis de afiliación	http://elpais.com/elpais/2013/02/04/opinion/1360009074_622265.html	05/02/2013	ED69-05/02/2013
Vuelta a las aulas	http://elpais.com/elpais/2013/02/04/opinion/1360009984_668685.html	05/02/2013	ED70-05/02/2013
Investigar con rapidez	http://elpais.com/elpais/2013/02/05/opinion/1360096365_938356.html	06/02/2013	ED71-06/02/2013
Estadísticas tramposas	http://elpais.com/elpais/2013/02/05/opinion/1360096866_263904.html	06/02/2013	ED72-06/02/2013
Agencias en entredicho	http://elpais.com/elpais/2013/02/06/opinion/1360184113_733977.html	07/02/2013	ED73-07/02/2013
Islamismo o democracia	http://elpais.com/elpais/2013/02/06/opinion/1360183522_021993.html	07/02/2013	ED74-07/02/2013
Testigo de cargo	http://elpais.com/elpais/2013/02/07/opinion/1360267496_939456.html	08/02/2013	ED75-08/02/2013
Alquileres con registro	http://elpais.com/elpais/2013/02/07/opinion/1360266292_652977.html	08/02/2013	ED76-08/02/2013
Presupuesto menguante	http://elpais.com/elpais/2013/02/08/opinion/1360355623_237662.html	09/02/2013	ED77-09/02/2013
Una salida de tono	http://elpais.com/elpais/2013/02/08/opinion/1360355619_464128.html	09/02/2013	ED78-09/02/2013
Ana Mato debe dimitir	http://elpais.com/elpais/2013/02/09/opinion/1360438021_340019.html	10/02/2013	ED79-10/02/2013
Obama y los 'drones'	http://elpais.com/elpais/2013/02/09/opinion/1360439412_793994.html	10/02/2013	ED80-10/02/2013
Señales contradictorias	http://elpais.com/elpais/2013/02/10/opinion/1360524136_855377.html	11/02/2013	ED81-11/02/2013
Fútbol sospechoso	http://elpais.com/elpais/2013/02/10/opinion/1360525128_855720.html	11/02/2013	ED82-11/02/2013
Innovación y renuncia	http://elpais.com/elpais/2013/02/11/opinion/1360613763_532077.html	12/02/2013	ED83-12/02/2013
Tribunal de partido	http://elpais.com/elpais/2013/02/11/opinion/1360614722_641194.html	12/02/2013	ED84-12/02/2013
Prisioneros de la palabra	http://elpais.com/elpais/2013/02/12/opinion/1360700024_445175.html	13/02/2013	ED85-13/02/2013
Desafío norcoreano	http://elpais.com/elpais/2013/02/12/opinion/1360698508_318686.html	13/02/2013	ED86-13/02/2013
Llamada de atención	http://elpais.com/elpais/2013/02/13/opinion/1360786105_656048.html	14/02/2013	ED87-14/02/2013
Agenda alentadora	http://elpais.com/elpais/2013/02/13/opinion/1360786249_766148.html	14/02/2013	ED88-14/02/2013
Oasis seco	http://elpais.com/elpais/2013/02/14/opinion/1360871670_862566.html	15/02/2013	ED89-15/02/2013

Frenazo en la eurozona	http://elpais.com/elpais/2013/02/14/opinion/1360872119_876043.html	15/02/2013	ED90-15/02/2013
Ocasión (casi) perdida	http://elpais.com/elpais/2013/02/15/opinion/1360960555_447883.html	16/02/2013	ED91-16/02/2013
Bankia, herida abierta	http://elpais.com/elpais/2013/02/15/opinion/1360961144_508537.html	16/02/2013	ED92-16/02/2013
Regatear a la verdad	http://elpais.com/elpais/2013/02/16/opinion/1361044209_905214.html	17/02/2013	ED93-17/02/2013
Divisas beligerantes	http://elpais.com/elpais/2013/02/16/opinion/1361044522_071849.html	17/02/2013	ED94-17/02/2013
Deuda inquietante	http://elpais.com/elpais/2013/02/17/opinion/1361131933_278019.html	18/02/2013	ED95-18/02/2013
Berluscone todavía	http://elpais.com/elpais/2013/02/17/opinion/1361132413_195738.html	18/02/2013	ED96-18/02/2013
Escuchas y fallos	http://elpais.com/elpais/2013/02/18/opinion/1361219105_935636.html	19/02/2013	ED97-19/02/2013
Favorito de Ecuador	http://elpais.com/elpais/2013/02/18/opinion/1361216331_857087.html	19/02/2013	ED98-19/02/2013
Exportamos bien	http://elpais.com/elpais/2013/02/19/opinion/1361302586_785937.html	20/02/2013	ED99-20/02/2013
Juicio militar en Rabat	http://elpais.com/elpais/2013/02/19/opinion/1361302125_554148.html	20/02/2013	ED100-20/02/2013
Incomunicación	http://elpais.com/elpais/2013/02/20/opinion/1361394835_132119.html	21/02/2013	ED101-21/02/2013
Palabra de Bruselas	http://elpais.com/elpais/2013/02/21/opinion/1361476980_525009.html	22/02/2013	ED102-22/02/2013
Bulgaria en crisis	http://elpais.com/elpais/2013/02/21/opinion/1361475498_191349.html	22/02/2013	ED103-22/02/2013
Socios débiles	http://elpais.com/elpais/2013/02/22/opinion/1361563912_726261.html	23/02/2013	ED104-23/02/2013
Luz sobre Chávez	http://elpais.com/elpais/2013/02/22/opinion/1361562905_201821.html	23/02/2013	ED105-23/02/2013
Hacerse responsable	http://elpais.com/elpais/2013/02/23/opinion/1361649314_400086.html	24/02/2013	ED106-24/02/2013
Más gasolineras	http://elpais.com/elpais/2013/02/23/opinion/1361647854_396352.html	24/02/2013	ED107-24/02/2013
Medidas contundentes	http://elpais.com/elpais/2013/02/24/opinion/1361737050_960514.html	25/02/2013	ED108-25/02/2013
Residuos no democráticos	http://elpais.com/elpais/2013/02/24/opinion/1361731601_357759.html	25/02/2013	ED109-25/02/2013
Europa vigila	http://elpais.com/elpais/2013/02/25/opinion/1361822943_418213.html	26/02/2013	ED110-26/02/2013
El ‘caso Hellín’	http://elpais.com/elpais/2013/02/25/opinion/1361815932_546033.html	26/02/2013	ED111-26/02/2013
Ingobernable Italia	http://elpais.com/elpais/2013/02/26/opinion/1361906753_902147.html	27/02/2013	ED112-27/02/2013
Lo que está en juego	http://elpais.com/elpais/2013/02/26/opinion/1361907117_004062.html	27/02/2013	ED113-27/02/2013
El legado de un papa	http://elpais.com/elpais/2013/02/27/opinion/1361993018_329795.html	28/02/2013	ED114-28/02/2013
Más que un fraude	http://elpais.com/elpais/2013/02/27/opinion/1361995276_895661.html	28/02/2013	ED115-28/02/2013
Pronóstico de recesión	http://elpais.com/elpais/2013/02/28/opinion/1362083858_682409.html	01/03/2013	ED116-01/03/2013
¿Un deber religioso?	http://elpais.com/elpais/2013/02/28/opinion/1362080324_815143.html	01/03/2013	ED117-01/03/2013
Tensión soberanista	http://elpais.com/elpais/2013/03/01/opinion/1362167388_853611.html	02/03/2013	ED118-02/03/2013
Armas contra El Asad	http://elpais.com/elpais/2013/03/01/opinion/1362167388_853611.html	02/03/2013	ED119-

	62167433_295446.html		02/03/2013
España en el exterior	http://elpais.com/elpais/2013/03/02/opinion/1362249920_807608.html	03/03/2013	ED120-03/03/2013
El futuro de Bankia	http://elpais.com/elpais/2013/03/02/opinion/1362250167_947545.html	03/03/2013	ED121-03/03/2013
Populismo sanitario	http://elpais.com/elpais/2013/03/03/opinion/1362334295_475187.html	04/03/2013	ED122-04/03/2013
Regenerar México	http://elpais.com/elpais/2013/03/03/opinion/1362336186_804234.html	04/03/2013	ED123-04/03/2013
El peso del desempleo	http://elpais.com/elpais/2013/03/04/opinion/1362427301_385869.html	05/03/2013	ED124-05/03/2013
Secuestro de la razón	http://elpais.com/elpais/2013/03/04/opinion/1362428129_677589.html	05/03/2013	ED125-05/03/2013
Una huella desmedida	http://elpais.com/elpais/2013/03/06/opinion/1362531590_885671.html	06/03/2013	ED126-06/03/2013
La renuncia del fiscal	http://elpais.com/elpais/2013/03/05/opinion/1362514165_927569.html	06/03/2013	ED127-06/03/2013
China inaugura futuro	http://elpais.com/elpais/2013/03/05/opinion/1362512788_124664.html	06/03/2013	ED128-06/03/2013
Después de Chávez	http://elpais.com/elpais/2013/03/06/opinion/1362598753_504101.html	07/03/2013	ED129-07/03/2013
Contumaz Microsoft	http://elpais.com/elpais/2013/03/06/opinion/1362599741_626695.html	07/03/2013	ED130-07/03/2013
Rebaja aplazada	http://elpais.com/elpais/2013/03/07/opinion/1362689425_563711.html	08/03/2013	ED131-08/03/2013
Contra la impunidad	http://elpais.com/elpais/2013/03/07/opinion/1362688469_353515.html	08/03/2013	ED132-08/03/2013
Moral de conveniencia	http://elpais.com/elpais/2013/03/08/opinion/1362776155_074556.html	09/03/2013	ED133-09/03/2013
Cónclave de transición	http://elpais.com/elpais/2013/03/08/opinion/1362775242_198594.html	09/03/2013	ED134-09/03/2013
El PP yerra el tiro	http://elpais.com/elpais/2013/03/09/opinion/1362857963_113220.html	10/03/2013	ED135-10/03/2013
Dopaje: mayor control	http://elpais.com/elpais/2013/03/09/opinion/1362859482_666346.html	10/03/2013	ED136-10/03/2013
Control para los bonus	http://elpais.com/elpais/2013/03/10/opinion/1362944976_944133.html	11/03/2013	ED137-11/03/2013
Velocidad sin objetivo	http://elpais.com/elpais/2013/03/10/opinion/1362945677_065267.html	11/03/2013	ED138-11/03/2013
Eurodesencanto	http://elpais.com/elpais/2013/03/11/opinion/1363029220_078395.html	12/03/2013	ED139-12/03/2013
Acuerdo en el aire	http://elpais.com/elpais/2013/03/11/opinion/1363030481_807702.html	12/03/2013	ED140-12/03/2013
Lo urgente es investigar	http://elpais.com/elpais/2013/03/12/opinion/1363118893_310879.html	13/03/2013	ED141-13/03/2013
Contumaz Orban	http://elpais.com/elpais/2013/03/12/opinion/1363119366_722114.html	13/03/2013	ED142-13/03/2013
Esperanza de reforma	http://elpais.com/elpais/2013/03/13/opinion/1363205431_324830.html	14/03/2013	ED143-14/03/2013
Reino de barbarie	http://elpais.com/elpais/2013/03/13/opinion/1363208692_348474.html	14/03/2013	ED144-14/03/2013
Desahucios bajo tutela	http://elpais.com/elpais/2013/03/14/opinion/1363293511_556011.html	15/03/2013	ED145-15/03/2013
Ajuste desigual	http://elpais.com/elpais/2013/03/14/opinion/1363293401_388327.html	15/03/2013	ED146-15/03/2013
Cambio precipitado	http://elpais.com/elpais/2013/03/15/opinion/1363379146_340115.html	16/03/2013	ED147-16/03/2013
Cumbre plana	http://elpais.com/elpais/2013/03/15/opinion/1363378660_973919.html	16/03/2013	ED148-16/03/2013

Castigo en Nicosia	http://elpais.com/elpais/2013/03/16/opinion/1363462478_488567.html	17/03/2013	ED149-17/03/2013
Ética a la carta	http://elpais.com/elpais/2013/03/16/opinion/1363464088_955658.html	17/03/2013	ED150-17/03/2013
Policía paralela	http://elpais.com/elpais/2013/03/17/opinion/1363551785_391091.html	18/03/2013	ED151-18/03/2013
Reservas ocultas	http://elpais.com/elpais/2013/03/17/opinion/1363552155_434474.html	18/03/2013	ED152-18/03/2013
Remedio y enfermedad	http://elpais.com/elpais/2013/03/18/opinion/1363637933_155610.html	19/03/2013	ED153-19/03/2013
Torturas en Irak	http://elpais.com/elpais/2013/03/18/opinion/1363638697_947056.html	19/03/2013	ED154-19/03/2013
Dimisión o burla	http://elpais.com/elpais/2013/03/19/opinion/1363723340_888664.html	20/03/2013	ED155-20/03/2013
Una década frustrante	http://elpais.com/elpais/2013/03/19/opinion/1363722737_950821.html	20/03/2013	ED156-20/03/2013
Presos de la inercia	http://elpais.com/elpais/2013/03/20/opinion/1363803725_169528.html	21/03/2013	ED157-21/03/2013
México gana	http://elpais.com/elpais/2013/03/20/opinion/1363808597_371835.html	21/03/2013	ED158-21/03/2013
El negocio de los ERE	http://elpais.com/elpais/2013/03/21/opinion/1363894313_339810.html	22/03/2013	ED159-22/03/2013
¿Paz en Turquía?	http://elpais.com/elpais/2013/03/21/opinion/1363897145_158694.html	22/03/2013	ED160-22/03/2013
Conflicto entre jueces	http://elpais.com/elpais/2013/03/22/opinion/1363983598_771625.html	23/03/2013	ED161-23/03/2013
No eran las autonomías	http://elpais.com/elpais/2013/03/22/opinion/1363983010_629764.html	23/03/2013	ED162-23/03/2013
Estandarte de Europa	http://elpais.com/elpais/2013/03/23/opinion/1364062903_406102.html	24/03/2013	ED163-24/03/2013
Obama en Israel	http://elpais.com/elpais/2013/03/23/opinion/1364063307_768163.html	24/03/2013	ED164-24/03/2013
Un daño excesivo	http://elpais.com/elpais/2013/03/24/opinion/1364147260_042733.html	25/03/2013	ED165-25/03/2013
Ocasión perdida	http://elpais.com/elpais/2013/03/24/opinion/1364146943_838647.html	25/03/2013	ED166-25/03/2013
Alivio para el euro	http://elpais.com/elpais/2013/03/25/opinion/1364244331_350220.html	26/03/2013	ED167-26/03/2013
Cuidado con el acoso	http://elpais.com/elpais/2013/03/25/opinion/1364243227_860936.html	26/03/2013	ED168-26/03/2013
Sembradores de miedo	http://elpais.com/elpais/2013/03/26/opinion/1364328362_111460.html	27/03/2013	ED169-27/03/2013
Firmeza ante los abusos	http://elpais.com/elpais/2013/03/26/opinion/1364326422_704791.html	26/03/2013	ED170-26/03/2013
Un diagnóstico realista	http://elpais.com/elpais/2013/03/27/opinion/1364410238_393856.html	28/03/2013	ED171-28/03/2013
Justicia en Guatemala	http://elpais.com/elpais/2013/03/27/opinion/1364404854_204641.html	28/03/2013	ED172-28/03/2013
Sin amparo	http://elpais.com/elpais/2013/03/28/opinion/1364500934_923143.html	29/03/2013	ED173-29/03/2013
BRICS: final con sordina	http://elpais.com/elpais/2013/03/28/opinion/1364501661_652900.html	29/03/2013	ED174-29/03/2013
Cambio de escenario	http://elpais.com/elpais/2013/03/30/opinion/1364675463_969239.html	31/03/2013	ED175-31/03/2013
Los riesgos de Chipre	http://elpais.com/elpais/2013/03/30/opinion/1364673317_979286.html	31/03/2013	ED176-31/03/2013
Más desigualdad	http://elpais.com/elpais/2013/03/31/opinion/1364748150_495911.html	01/04/2013	ED177-01/04/2013
Un país paralizado	http://elpais.com/elpais/2013/03/31/opinion/13	01/04/2013	ED178-

	64748808_196940.html		01/04/2013
Más que unas fotos	http://elpais.com/elpais/2013/04/01/opinion/1364834072_375756.html	02/04/2013	ED179-02/04/2013
Patria en espera	http://elpais.com/elpais/2013/04/01/opinion/1364835606_716907.html	02/04/2013	ED180-02/04/2013
Democracia en secreto	http://elpais.com/elpais/2013/04/02/opinion/1364929236_958427.html	03/04/2013	ED181-03/04/2013
Escalada norcoreana	http://elpais.com/elpais/2013/04/02/opinion/1364926829_515004.html	03/04/2013	ED182-03/04/2013
La imputación	http://elpais.com/elpais/2013/04/03/opinion/1365017275_351618.html	04/04/2013	ED183-04/04/2013
Recortes en campaña	http://elpais.com/elpais/2013/04/03/opinion/1365017815_398993.html	04/04/2013	ED184-04/04/2013
Recuperación con dudas	http://elpais.com/elpais/2013/04/04/opinion/1365101975_477631.html	05/04/2013	ED185-05/04/2013
Faltan explicaciones	http://elpais.com/elpais/2013/04/04/opinion/1365098908_320459.html	05/04/2013	ED186-05/04/2013
Fraude planetario	http://elpais.com/elpais/2013/04/05/opinion/1365192051_137622.html	06/04/2013	ED187-06/04/2013
Guerra en Pescanova	http://elpais.com/elpais/2013/04/05/opinion/1365190754_940727.html	06/04/2013	ED188-06/04/2013
Crisis e instituciones	http://elpais.com/elpais/2013/04/06/opinion/1365275845_223692.html	07/04/2013	ED189-07/04/2013
Austeridad inconstitucional	http://elpais.com/elpais/2013/04/06/opinion/1365276647_633306.html	07/04/2013	ED190-07/04/2013
Libre comercio transatlántico	http://economia.elpais.com/economia/2013/04/05/actualidad/1365191795_833075.html	07/04/2013	ED191-07/04/2013
Optimismo inconsciente	http://elpais.com/elpais/2013/04/07/opinion/1365363355_117474.html	08/04/2013	ED192-08/04/2013
Guerra por las medicinas	http://elpais.com/elpais/2013/04/07/opinion/1365363707_691345.html	08/04/2013	ED193-08/04/2013
Revolución monetaria	http://elpais.com/elpais/2013/04/08/opinion/1365450492_191041.html	09/04/2013	ED194-09/04/2013
La huella de Thatcher	http://elpais.com/elpais/2013/04/08/opinion/1365450988_832450.html	09/04/2013	ED195-09/04/2013
En las casas, no	http://elpais.com/elpais/2013/04/09/opinion/1365533241_824332.html	10/04/2013	ED196-10/04/2013
Hollande debe actuar ya	http://elpais.com/elpais/2013/04/09/opinion/1365535374_701583.html	10/04/2013	ED197-10/04/2013
Bruselas advierte	http://elpais.com/elpais/2013/04/10/opinion/1365623111_937329.html	11/04/2013	ED198-11/04/2013
Imprudente Feijóo	http://elpais.com/elpais/2013/04/10/opinion/1365620783_722626.html	11/04/2013	ED199-11/04/2013
Frenar el drama social	http://elpais.com/elpais/2013/04/11/opinion/1365708000_203881.html	12/04/2013	ED200-12/04/2013
El duelo ventajista	http://elpais.com/elpais/2013/04/11/opinion/1365706454_495055.html	12/04/2013	ED201-12/04/2013
Huida hacia adelante	http://elpais.com/elpais/2013/04/12/opinion/1365791133_347843.html	13/04/2013	ED202-13/04/2013
Inquisidor con retraso	http://elpais.com/elpais/2013/04/12/opinion/1365792032_737085.html	13/04/2013	ED203-13/04/2013
Olvidado crecimiento	http://elpais.com/elpais/2013/04/13/opinion/1365873832_434291.html	14/04/2013	ED204-14/04/2013
Italia: más difícil todavía	http://elpais.com/elpais/2013/04/13/opinion/1365878136_714984.html	14/04/2013	ED205-14/04/2013
Regreso al ladrillo	http://elpais.com/elpais/2013/04/14/opinion/1365960639_718438.html	15/04/2013	ED206-15/04/2013
Información de pago	http://elpais.com/elpais/2013/04/14/opinion/1365961144_626213.html	15/04/2013	ED207-15/04/2013

Desconcierto chavista	http://elpais.com/elpais/2013/04/15/opinion/1366053077_127121.html	16/04/2013	ED208-16/04/2013
El ‘caso Falciani’	http://elpais.com/elpais/2013/04/15/opinion/1366052102_096924.html	16/04/2013	ED209-16/04/2013
Círculo vicioso	http://elpais.com/elpais/2013/04/16/opinion/1366138377_101892.html	17/04/2013	ED210-17/04/2013
Interviene el cardenal	http://elpais.com/elpais/2013/04/16/opinion/1366138425_931022.html	17/04/2013	ED211-17/04/2013
Ostentación de poder	http://elpais.com/elpais/2013/04/17/opinion/1366225495_767262.html	18/04/2013	ED212-18/04/2013
Fracaso regulatorio	http://elpais.com/elpais/2013/04/17/opinion/1366224913_289777.html	18/04/2013	ED213-18/04/2013
Una ley contestada	http://elpais.com/elpais/2013/04/18/opinion/1366306438_887359.html	19/04/2013	ED214-19/04/2013
Nuevos riesgos	http://elpais.com/elpais/2013/04/18/opinion/1366311811_847205.html	19/04/2013	ED215-19/04/2013
Lecciones de Boston	http://elpais.com/elpais/2013/04/19/opinion/1366399614_076293.html	20/04/2013	ED216-20/04/2013
Fiscalidad desfasada	http://elpais.com/elpais/2013/04/19/opinion/1366399715_048915.html	20/04/2013	ED217-20/04/2013
Responsabilidad	http://elpais.com/elpais/2013/04/20/opinion/1366489374_045308.html	21/04/2013	ED218-21/04/2013
Napolitano al rescate	http://elpais.com/elpais/2013/04/20/opinion/1366489827_867707.html	21/04/2013	ED219-21/04/2013
Arbitraje de emergencia	http://elpais.com/elpais/2013/04/21/opinion/1366564956_577410.html	22/04/2013	ED220-22/04/2013
Parón universitario	http://elpais.com/elpais/2013/04/21/opinion/1366560730_362015.html	22/04/2013	ED221-22/04/2013
De vuelta a la realidad	http://elpais.com/elpais/2013/04/22/opinion/1366656475_722670.html	23/04/2013	ED222-23/04/2013
Cortafuegos federal	http://elpais.com/elpais/2013/04/22/opinion/1366655452_872709.html	23/04/2013	ED223-23/04/2013
‘Égalité’	http://elpais.com/elpais/2013/04/23/opinion/1366744840_852195.html	24/04/2013	ED224-24/04/2013
Acuerdo sobre Kosovo	http://elpais.com/elpais/2013/04/23/opinion/1366741974_214378.html	24/04/2013	ED225-24/04/2013
Rescatando ciudadanos	http://elpais.com/elpais/2013/04/24/opinion/1366822159_130436.html	25/04/2013	ED226-25/04/2013
Pulso en Caracas	http://elpais.com/elpais/2013/04/24/opinion/1366828853_146839.html	25/04/2013	ED227-25/04/2013
Un plan de emergencia	http://elpais.com/elpais/2013/04/25/opinion/1366915791_255466.html	26/04/2013	ED228-26/04/2013
La deriva europea	http://elpais.com/elpais/2013/04/25/opinion/1366913033_851663.html	26/04/2013	ED229-26/04/2013
Enunciados	http://elpais.com/elpais/2013/04/26/opinion/1367002854_523531.html	27/04/2013	ED230-27/04/2013
Supremo reto colombiano	http://elpais.com/elpais/2013/04/26/opinion/1367001756_438611.html	27/04/2013	ED231-27/04/2013
Un retroceso intolerable	http://elpais.com/elpais/2013/04/28/opinion/1367105472_515265.html	28/04/2013	ED232-28/04/2013
Un respiro para Italia	http://elpais.com/elpais/2013/04/27/opinion/1367082662_074160.html	28/04/2013	ED233-28/04/2013
La tragedia de los jóvenes	http://economia.elpais.com/economia/2013/04/26/actualidad/1366990820_296720.html	28/04/2013	ED234-28/04/2013
Ofensiva antifraude	http://elpais.com/elpais/2013/04/28/opinion/1367173711_220290.html	29/04/2013	ED235-29/04/2013
Siria y la ‘línea roja’	http://elpais.com/elpais/2013/04/28/opinion/1367174681_981489.html	29/04/2013	ED236-29/04/2013
Pacto ventajoso	http://elpais.com/elpais/2013/04/29/opinion/13	30/04/2013	ED237-

	67260426_991019.html		30/04/2013
Precipitación	http://elpais.com/elpais/2013/04/29/opinion/1367263749_049152.html	30/04/2013	ED238-30/04/2013
Una mínima lealtad	http://elpais.com/elpais/2013/04/30/opinion/1367345524_164783.html	01/05/2013	ED239-01/05/2013
Presión a Bangladesh	http://elpais.com/elpais/2013/04/30/opinion/1367347818_423056.html	01/05/2013	ED240-01/05/2013
Clamor por el pacto	http://elpais.com/elpais/2013/05/01/opinion/1367434050_035523.html	02/05/2013	ED241-02/05/2013
Matonismo	http://elpais.com/elpais/2013/05/01/opinion/1367434865_444118.html	02/05/2013	ED242-02/05/2013
Cambio insuficiente	http://elpais.com/elpais/2013/05/02/opinion/1367523336_543415.html	03/05/2013	ED243-03/05/2013
Tibieza ante el dopaje	http://elpais.com/elpais/2013/05/02/opinion/1367517958_645020.html	03/05/2013	ED244-03/05/2013
Crecimiento difícil	http://elpais.com/elpais/2013/05/03/opinion/1367606316_215550.html	04/05/2013	ED245-04/05/2013
Triángulo vasco	http://elpais.com/elpais/2013/05/03/opinion/1367607208_297872.html	04/05/2013	ED246-04/05/2013
Locomotora gripada	http://elpais.com/elpais/2013/05/04/opinion/1367693698_311975.html	05/05/2013	ED247-05/05/2013
Obama en México	http://elpais.com/elpais/2013/05/04/opinion/1367696297_488492.html	05/05/2013	ED248-05/05/2013
Crisis de resultados	http://elpais.com/elpais/2013/05/05/opinion/1367778414_423072.html	06/05/2013	ED249-06/05/2013
Justicia a la carta	http://elpais.com/elpais/2013/05/05/opinion/1367779277_571757.html	06/05/2013	ED250-06/05/2013
Política constructiva	http://elpais.com/elpais/2013/05/06/opinion/1367869838_802901.html	07/05/2013	ED251-07/05/2013
Un paso adelante	http://elpais.com/elpais/2013/05/06/opinion/1367864275_595154.html	07/05/2013	ED252-07/05/2013
La cuerda se rompe	http://elpais.com/elpais/2013/05/07/opinion/1367953323_250218.html	07/05/2013	ED253-07/05/2013
Israel entra en escena	http://elpais.com/elpais/2013/05/07/opinion/1367953655_620917.html	08/05/2013	ED254-08/05/2013
Mar de hierba	http://elpais.com/elpais/2013/05/07/opinion/1367950945_252881.html	08/05/2013	ED255-08/05/2013
El pacto imposible	http://elpais.com/elpais/2013/05/08/opinion/1368042070_211667.html	09/05/2013	ED256-09/05/2013
Declaración suspendida	http://elpais.com/elpais/2013/05/08/opinion/1368042404_883082.html	09/05/2013	ED257-09/05/2013
Sin consenso	http://elpais.com/elpais/2013/05/09/opinion/1368124942_882048.html	10/05/2013	ED258-10/05/2013
Pakistán habla	http://elpais.com/elpais/2013/05/09/opinion/1368124063_922417.html	10/05/2013	ED259-10/05/2013
Cambio de perspectiva	http://elpais.com/elpais/2013/05/10/opinion/1368213244_048741.html	11/05/2013	ED260-11/05/2013
Demasiado ruido	http://elpais.com/elpais/2013/05/10/opinion/1368215827_491342.html	11/05/2013	ED261-11/05/2013
Eurohostilidad	http://elpais.com/elpais/2013/05/11/opinion/1368296810_298185.html	12/05/2013	ED262-12/05/2013
Un veredicto histórico	http://elpais.com/elpais/2013/05/11/opinion/1368298587_592323.html	12/05/2013	ED263-12/05/2013
Reforma unilateral	http://elpais.com/elpais/2013/05/12/opinion/1368387723_102645.html	13/05/2013	ED264-13/05/2013
Cláusulas abusivas	http://elpais.com/elpais/2013/05/12/opinion/1368387542_143523.html	13/05/2013	ED265-13/05/2013
Hacer política	http://elpais.com/elpais/2013/05/13/opinion/1368469805_511662.html	14/05/2013	ED266-14/05/2013

Duendes peligrosos	http://elpais.com/elpais/2013/05/13/opinion/1368468875_136371.html	14/05/2013	ED267-14/05/2013
Objetivar el déficit	http://elpais.com/elpais/2013/05/14/opinion/1368560563_301512.html	15/05/2013	ED268-15/05/2013
Un voto a la esperanza	http://elpais.com/elpais/2013/05/14/opinion/1368556733_438111.html	15/05/2013	ED269-15/05/2013
La recesión echa raíces	http://elpais.com/elpais/2013/05/15/opinion/1368645159_962031.html	16/05/2013	ED270-16/05/2013
Dos despedidas	http://elpais.com/elpais/2013/05/15/opinion/1368643322_384643.html	16/05/2013	ED271-16/05/2013
Pacto a prueba	http://elpais.com/elpais/2013/05/16/opinion/1368731450_929646.html	17/05/2013	ED272-17/05/2013
Clonación terapéutica	http://elpais.com/elpais/2013/05/16/opinion/1368731468_736899.html	17/05/2013	ED273-17/05/2013
Proceso a las cajas	http://elpais.com/elpais/2013/05/17/opinion/1368820512_958533.html	18/05/2013	ED274-18/05/2013
Un acuerdo necesario	http://elpais.com/elpais/2013/05/17/opinion/1368820371_961372.html	18/05/2013	ED275-18/05/2013
Regreso al pasado	http://elpais.com/elpais/2013/05/18/opinion/1368903214_273850.html	19/05/2013	ED276-19/05/2013
Contra la homofobia	http://elpais.com/elpais/2013/05/18/opinion/1368904330_227193.html	19/05/2013	ED277-19/05/2013
Contra los ‘búnkeres’ fiscales	http://economia.elpais.com/economia/2013/05/17/actualidad/1368810449_017236.html	19/05/2013	ED278-19/05/2013
Juventud condenada	http://elpais.com/elpais/2013/05/19/opinion/1368987329_429232.html	20/05/2013	ED279-20/05/2013
Obama en apuros	http://elpais.com/elpais/2013/05/19/opinion/1368990943_675960.html	20/05/2013	ED280-20/05/2013
Enroque	http://elpais.com/elpais/2013/05/20/opinion/1369078534_547806.html	21/05/2013	ED281-21/05/2013
La deriva siria	http://elpais.com/elpais/2013/05/20/opinion/1369079492_505913.html	21/05/2013	ED282-21/05/2013
La credibilidad del PP	http://elpais.com/elpais/2013/05/21/opinion/1369167673_826279.html	22/05/2013	ED283-22/05/2013
Reelección polémica	http://elpais.com/elpais/2013/05/21/opinion/1369162918_415437.html	22/05/2013	ED284-22/05/2013
Contra la evasión fiscal	http://elpais.com/elpais/2013/05/22/opinion/1369250677_765664.html	23/05/2013	ED285-23/05/2013
Demasiado control	http://elpais.com/elpais/2013/05/22/opinion/1369248007_959553.html	23/05/2013	ED286-23/05/2013
Paciencia monetaria	http://elpais.com/elpais/2013/05/23/opinion/1369337545_665200.html	24/05/2013	ED287-24/05/2013
Por el bien del menor	http://elpais.com/elpais/2013/05/23/opinion/1369330543_674903.html	24/05/2013	ED288-24/05/2013
Desafío al regulador	http://elpais.com/elpais/2013/05/24/opinion/1369424320_469216.html	25/05/2013	ED289-25/05/2013
Modelo cuestionado	http://elpais.com/elpais/2013/05/24/opinion/1369425904_440881.html	24/05/2013	ED290-24/05/2013
Aznar, el tóxico	http://elpais.com/elpais/2013/05/25/opinion/1369510393_525473.html	26/05/2013	ED291-26/05/2013
Irán, una elección marcada	http://elpais.com/elpais/2013/05/25/opinion/1369511747_811667.html	26/05/2013	ED292-26/05/2013
Secuestro de datos	http://elpais.com/elpais/2013/05/26/opinion/1369597002_022178.html	27/05/2013	ED293-27/05/2013
Esclavas sexuales	http://elpais.com/elpais/2013/05/26/opinion/1369597952_891054.html	27/05/2013	ED294-27/05/2013
Pensiones a debate	http://elpais.com/elpais/2013/05/27/opinion/1369678695_038930.html	28/05/2013	ED295-28/05/2013
Un respiro para Letta	http://elpais.com/elpais/2013/05/27/opinion/1369678695_038930.html	28/05/2013	ED296-

	69683813_864916.html		28/05/2013
Hacer algo y hacerlo ya	http://elpais.com/elpais/2013/05/28/opinion/1369765211_918347.html	29/05/2013	ED297-29/05/2013
Europa ante Siria	http://elpais.com/elpais/2013/05/28/opinion/1369767267_223318.html	29/05/2013	ED298-29/05/2013
Oportunidad de cambio	http://elpais.com/elpais/2013/05/29/opinion/1369855344_559425.html	30/05/2013	ED299-30/05/2013
Optimismo y cautela	http://elpais.com/elpais/2013/05/29/opinion/1369850461_407154.html	30/05/2013	ED300-30/05/2013
Consenso en acción	http://elpais.com/elpais/2013/05/30/opinion/1369933805_855513.html	31/05/2013	ED301-31/05/2013
La recesión no cede	http://elpais.com/elpais/2013/05/30/opinion/1369940891_858248.html	31/05/2013	ED302-31/05/2013
Un problema de rentas	http://elpais.com/elpais/2013/05/31/opinion/1370030481_076124.html	01/06/2013	ED303-01/06/2013
Democracia interna	http://elpais.com/elpais/2013/05/31/opinion/1370030155_296372.html	01/06/2013	ED304-01/06/2013
China tiene un plan	http://elpais.com/elpais/2013/05/31/opinion/1370029529_790948.html	01/06/2013	ED305-01/06/2013
Pacto indispensable	http://elpais.com/elpais/2013/06/01/opinion/1370102075_043922.html	02/06/2013	ED306-02/06/2013
El machismo remonta	http://elpais.com/elpais/2013/06/01/opinion/1370104032_956754.html	02/06/2013	ED307-02/06/2013
Defensa en riesgo	http://elpais.com/elpais/2013/06/02/opinion/1370194304_995436.html	03/06/2013	ED308-03/06/2013
El otro 'Mare Nostrum'	http://elpais.com/elpais/2013/06/02/opinion/1370194595_379964.html	03/06/2013	ED309-03/06/2013
Desafío a Erdogan	http://elpais.com/elpais/2013/06/03/opinion/1370286931_063931.html	04/06/2013	ED310-04/06/2013
Crédito para crecer	http://elpais.com/elpais/2013/06/03/opinion/1370289582_761125.html	04/06/2013	ED311-04/06/2013
Mejora momentánea	http://elpais.com/elpais/2013/06/04/opinion/1370372538_290170.html	05/06/2013	ED312-05/06/2013
Derechos en peligro	http://elpais.com/elpais/2013/06/04/opinion/1370373067_046058.html	05/06/2013	ED313-05/06/2013
Cronología de Otegi	http://elpais.com/elpais/2013/06/05/opinion/1370458111_736801.html	06/06/2013	ED314-06/06/2013
Juicio al soldado	http://elpais.com/elpais/2013/06/05/opinion/1370458937_307543.html	06/06/2013	ED315-06/06/2013
Condena anticipada	http://elpais.com/elpais/2013/06/06/opinion/1370547432_909454.html	07/06/2013	ED316-07/06/2013
Guerra de paneles	http://elpais.com/elpais/2013/06/06/opinion/1370544051_057677.html	07/06/2013	ED317-07/06/2013
Blindaje político	http://elpais.com/elpais/2013/06/07/opinion/1370632525_160403.html	08/06/2013	ED318-08/06/2013
Pensiones pactadas	http://elpais.com/elpais/2013/06/07/opinion/1370629811_011360.html	08/06/2013	ED319-08/06/2013
Avanzar en los ERE	http://elpais.com/elpais/2013/06/08/opinion/1370717694_144535.html	09/06/2013	ED320-09/06/2013
Espionaje y libertades	http://elpais.com/elpais/2013/06/08/opinion/1370718304_013047.html	09/06/2013	ED321-09/06/2013
Pensiones viables, pero justas	http://economia.elpais.com/economia/2013/06/07/actualidad/1370631814_345591.html	09/06/2013	ED322-09/06/2013
Lecciones de historia	http://elpais.com/elpais/2013/06/09/opinion/1370799844_355715.html	10/06/2013	ED323-10/06/2013
América avanza	http://elpais.com/elpais/2013/06/09/opinion/1370801048_157395.html	10/06/2013	ED324-10/06/2013
El mejor camino	http://elpais.com/elpais/2013/06/10/opinion/1370892146_036122.html	11/06/2013	ED325-11/06/2013

Suiza se cierra	http://elpais.com/elpais/2013/06/10/opinion/1370890614_378854.html	11/06/2013	ED326-11/06/2013
Giro autoritario	http://elpais.com/elpais/2013/06/11/opinion/1370980664_070276.html	12/06/2013	ED327-12/06/2013
Propaganda	http://elpais.com/elpais/2013/06/11/opinion/1370979342_222424.html	12/06/2013	ED328-12/06/2013
Europa inerme	http://elpais.com/elpais/2013/06/12/opinion/1371066749_135095.html	13/06/2013	ED329-13/06/2013
El ejemplo correcto	http://elpais.com/elpais/2013/06/12/opinion/1371066976_100485.html	13/06/2013	ED330-13/06/2013
La irresponsabilidad	http://elpais.com/elpais/2013/06/13/opinion/1371149414_325301.html	14/06/2013	ED331-14/06/2013
Una coalición reforzada	http://elpais.com/elpais/2013/06/13/opinion/1371150506_433518.html	14/06/2013	ED332-14/06/2013
La buena noticia	http://elpais.com/elpais/2013/06/14/opinion/1371236508_410290.html	15/06/2013	ED333-15/06/2013
La ley necesaria	http://elpais.com/elpais/2013/06/14/opinion/1371231433_998835.html	15/06/2013	ED334-15/06/2013
Vuelco en Irán	http://elpais.com/elpais/2013/06/15/opinion/1371327791_399045.html	16/06/2013	ED335-16/06/2013
Deuda inquietante	http://elpais.com/elpais/2013/06/15/opinion/1371328997_872676.html	16/06/2013	ED336-16/06/2013
Les toca a los partidos	http://elpais.com/elpais/2013/06/16/opinion/1371383278_228808.html	17/06/2013	ED337-17/06/2013
Espías espiados	http://elpais.com/elpais/2013/06/16/opinion/1371384527_821959.html	17/06/2013	ED338-17/06/2013
Explicación inmediata	http://elpais.com/elpais/2013/06/17/opinion/1371497169_784274.html	18/06/2013	ED339-18/06/2013
Erdogan elige reprimir	http://elpais.com/elpais/2013/06/17/opinion/1371497579_926351.html	18/06/2013	ED340-18/06/2013
AVE con medida	http://elpais.com/elpais/2013/06/18/opinion/1371583414_175677.html	19/06/2013	ED341-19/06/2013
Brasil protesta	http://elpais.com/elpais/2013/06/18/opinion/1371582686_970810.html	19/06/2013	ED342-19/06/2013
Las terapias del Fondo	http://elpais.com/elpais/2013/06/19/opinion/1371667581_942336.html	20/06/2013	ED343-20/06/2013
Fantasmas inexistentes	http://elpais.com/elpais/2013/06/19/opinion/1371667392_629425.html	20/06/2013	ED344-20/06/2013
Rectificación necesaria	http://elpais.com/elpais/2013/06/20/opinion/1371757658_964482.html	21/06/2013	ED345-21/06/2013
Retirada prudente	http://elpais.com/elpais/2013/06/20/opinion/1371753205_068086.html	21/06/2013	ED346-21/06/2013
Un pacto difícil	http://elpais.com/elpais/2013/06/21/opinion/1371841414_509878.html	22/06/2013	ED347-22/06/2013
El freno de Merkel	http://elpais.com/elpais/2013/06/21/opinion/1371839825_544316.html	22/06/2013	ED348-22/06/2013
Evitar retrocesos	http://elpais.com/elpais/2013/06/22/opinion/1371926399_721295.html	23/06/2013	ED349-23/06/2013
Separación de poderes	http://elpais.com/elpais/2013/06/22/opinion/1371929802_718958.html	23/06/2013	ED350-23/06/2013
Estímulo europeo para España	http://economia.elpais.com/economia/2013/06/21/actualidad/1371839833_447595.html	23/06/2013	ED351-23/06/2013
Unión atrancada	http://elpais.com/elpais/2013/06/23/opinion/1372015584_569208.html	24/06/2013	ED352-24/06/2013
Precaria 'burbuja'	http://elpais.com/elpais/2013/06/23/opinion/1372014248_622435.html	24/06/2013	ED353-24/06/2013
Violaciones impunes	http://elpais.com/elpais/2013/06/24/opinion/1372098689_141189.html	25/06/2013	ED354-25/06/2013
El futuro de Afganistán	http://elpais.com/elpais/2013/06/24/opinion/1372098689_141189.html	25/06/2013	ED355-

	72099165_731217.html		25/06/2013
Pacto de doble valor	http://elpais.com/elpais/2013/06/25/opinion/1372182765_734814.html	26/06/2013	ED356-26/06/2013
Berlusconi lastra	http://elpais.com/elpais/2013/06/25/opinion/1372187307_881247.html	26/06/2013	ED357-26/06/2013
El 'efecto Griñán'	http://elpais.com/elpais/2013/06/26/opinion/1372273534_720478.html	27/06/2013	ED358-27/06/2013
Más que errores	http://elpais.com/elpais/2013/06/26/opinion/1372273103_354383.html	27/06/2013	ED359-27/06/2013
Prisión contundente	http://elpais.com/elpais/2013/06/27/opinion/1372362967_235908.html	28/06/2013	ED360-28/06/2013
Caracoleo europeo	http://elpais.com/elpais/2013/06/27/opinion/1372361375_822939.html	28/06/2013	ED361-28/06/2013
Tibieza en la Cumbre	http://elpais.com/elpais/2013/06/28/opinion/1372443119_079743.html	29/06/2013	ED362-29/06/2013
El rodillo del PP	http://elpais.com/elpais/2013/06/28/opinion/1372447930_182286.html	29/06/2013	ED363-29/06/2013
Hipotecas políticas	http://elpais.com/elpais/2013/06/29/opinion/1372531258_838083.html	30/06/2013	ED364-30/06/2013
Un fallo histórico	http://elpais.com/elpais/2013/06/29/opinion/1372532263_650193.html	30/06/2013	ED365-30/06/2013
El socio 28	http://elpais.com/elpais/2013/06/30/opinion/1372618834_705748.html	01/07/2013	ED366-01/07/2013
Impuestos y confianza	http://elpais.com/elpais/2013/06/30/opinion/1372618053_010393.html	01/07/2013	ED367-01/07/2013
Aires de guerra fría	http://elpais.com/elpais/2013/07/01/opinion/1372706262_313108.html	02/07/2013	ED368-02/07/2013
Transición a la deriva	http://elpais.com/elpais/2013/07/01/opinion/1372702659_581590.html	02/07/2013	ED369-02/07/2013
Imputaciones selectivas	http://elpais.com/elpais/2013/07/02/opinion/1372795197_550727.html	03/07/2013	ED370-03/07/2013
Optimismo anticipado	http://elpais.com/elpais/2013/07/02/opinion/1372790577_850511.html	03/07/2013	ED371-03/07/2013
De nuevo los militares	http://elpais.com/elpais/2013/07/03/opinion/1372877209_264589.html	03/07/2013	ED372-03/07/2013
Trato intolerable	http://elpais.com/elpais/2013/07/03/opinion/1372877656_668150.html	03/07/2013	ED373-03/07/2013
Primarias a toda prisa	http://elpais.com/elpais/2013/07/04/opinion/1372964841_931528.html	05/07/2013	ED374-05/07/2013
Draghi tranquiliza	http://elpais.com/elpais/2013/07/04/opinion/1372962035_281608.html	05/07/2013	ED375-05/07/2013
Peligro en Egipto	http://elpais.com/elpais/2013/07/05/opinion/1373056022_523738.html	06/07/2013	ED376-06/07/2013
Iniciativa mejorable	http://elpais.com/elpais/2013/07/05/opinion/1373047947_591789.html	06/07/2013	ED377-06/07/2013
La vía federal	http://elpais.com/elpais/2013/07/06/opinion/1373137256_278178.html	07/07/2013	ED378-07/07/2013
Ganar la calle	http://elpais.com/elpais/2013/07/06/opinion/1373136088_241999.html	07/07/2013	ED379-07/07/2013
Conflicto en el naval	http://elpais.com/elpais/2013/07/07/opinion/1373224237_348095.html	08/07/2013	ED380-08/07/2013
Registro de adhesiones	http://elpais.com/elpais/2013/07/07/opinion/1373223585_516162.html	08/07/2013	ED381-08/07/2013
Imagen distorsionada	http://elpais.com/elpais/2013/07/08/opinion/1373311544_720911.html	09/07/2013	ED382-09/07/2013
Espiral reincidente	http://elpais.com/elpais/2013/07/08/opinion/1373312069_701323.html	09/07/2013	ED383-09/07/2013
Chantaje al Estado	http://elpais.com/elpais/2013/07/09/opinion/1373397499_493888.html	10/07/2013	ED384-10/07/2013

Reconocer el error	http://elpais.com/elpais/2013/07/09/opinion/1373396738_683675.html	10/07/2013	ED385-10/07/2013
Choque de pronósticos	http://elpais.com/elpais/2013/07/10/opinion/1373483600_227002.html	11/07/2013	ED386-11/07/2013
Al borde del abismo	http://elpais.com/elpais/2013/07/10/opinion/1373477597_527541.html	11/07/2013	ED387-11/07/2013
Bloqueo inaceptable	http://elpais.com/elpais/2013/07/11/opinion/1373569303_673851.html	12/07/2013	ED388-12/07/2013
Fraude organizado	http://elpais.com/elpais/2013/07/11/opinion/1373569066_592436.html	12/07/2013	ED389-12/07/2013
Reforma atrevida	http://elpais.com/elpais/2013/07/12/opinion/1373654718_280707.html	13/07/2013	ED390-13/07/2013
Brasil en la encrucijada	http://elpais.com/elpais/2013/07/12/opinion/1373658316_621918.html	13/07/2013	ED391-13/07/2013
Parálisis catalana	http://elpais.com/elpais/2013/07/13/opinion/1373738188_856275.html	14/07/2013	ED392-14/07/2013
Avance esperanzador	http://elpais.com/elpais/2013/07/13/opinion/1373738462_254730.html	14/07/2013	ED393-14/07/2013
Los malhechores y Rajoy	http://elpais.com/elpais/2013/07/14/opinion/1373831370_066859.html	15/07/2013	ED394-15/07/2013
Confusión en Garoña	http://elpais.com/elpais/2013/07/14/opinion/1373824107_841875.html	15/07/2013	ED395-15/07/2013
Explicación pendiente	http://elpais.com/elpais/2013/07/15/opinion/1373916292_743608.html	16/07/2013	ED396-16/07/2013
El FMI exige crédito	http://elpais.com/elpais/2013/07/15/opinion/1373912264_018838.html	16/07/2013	ED397-16/07/2013
Tomar la iniciativa	http://elpais.com/elpais/2013/07/16/opinion/1374001779_372722.html	17/07/2013	ED398-17/07/2013
La vuelta del Rey	http://elpais.com/elpais/2013/07/16/opinion/1374001919_620283.html	17/07/2013	ED399-17/07/2013
Naufragio en Bruselas	http://elpais.com/elpais/2013/07/17/opinion/1374083622_820890.html	18/07/2013	ED400-18/07/2013
Recorte de libertades	http://elpais.com/elpais/2013/07/17/opinion/1374085563_977892.html	18/07/2013	ED401-18/07/2013
No vale	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	19/07/2013	ED402-19/07/2013
La financiación de CDC	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	19/07/2013	ED403-19/07/2013
SGAE como esperpento	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	20/07/2013	ED404-20/07/2013
Condena de ida y vuelta	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	20/07/2013	ED405-20/07/2013
Contra las fugas fiscales	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	21/07/2013	ED406-21/07/2013
¿Diálogo al fin?	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	21/07/2013	ED407-21/07/2013
Primarias fallidas	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	22/07/2013	ED408-22/07/2013
Estudiar, más difícil	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	22/07/2013	ED409-22/07/2013
Abordar la crisis política	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	23/07/2013	ED410-23/07/2013
Amistad traicionada	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	23/07/2013	ED411-23/07/2013
Mejora estadística	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	24/07/2013	ED412-24/07/2013
Violencia en Egipto	http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374175569_906016.html	24/07/2013	ED413-24/07/2013
Desconcertante Griñán	http://elpais.com/elpais/2013/07/24/opinion/1374175569_906016.html	25/07/2013	ED414-

	74693060_964822.html		25/07/2013
Hezbollah y Europa	http://elpais.com/elpais/2013/07/24/opinion/1374688826_668466.html	25/07/2013	ED415-25/07/2013
Seguridad cuestionada	http://elpais.com/elpais/2013/07/25/opinion/1374779664_227209.html	26/07/2013	ED416-26/07/2013
Alivio en la EPA	http://elpais.com/elpais/2013/07/25/opinion/1374776753_621721.html	26/07/2013	ED417-26/07/2013
Mal empezamos	http://elpais.com/elpais/2013/07/26/opinion/1374867299_303165.html	27/07/2013	ED418-27/07/2013
Cien días de discordia	http://elpais.com/elpais/2013/07/26/opinion/1374868793_850070.html	27/07/2013	ED419-27/07/2013
Matanza en El Cairo	http://elpais.com/elpais/2013/07/27/opinion/1374958135_948266.html	28/07/2013	ED420-28/07/2013
Servicios en peligro	http://elpais.com/elpais/2013/07/27/opinion/1374958497_047886.html	28/07/2013	ED421-28/07/2013
Salvar las renovables	http://elpais.com/elpais/2013/07/28/opinion/1375043648_726884.html	29/07/2013	ED422-29/07/2013
Un viaje esclarecedor	http://elpais.com/elpais/2013/07/28/opinion/1375043041_348728.html	29/07/2013	ED423-29/07/2013
Explicar, no ocultar	http://elpais.com/elpais/2013/07/29/opinion/1375125213_003880.html	30/07/2013	ED424-30/07/2013
Irak se consume	http://elpais.com/elpais/2013/07/29/opinion/1375124728_472677.html	30/07/2013	ED425-30/07/2013
Una explicación clara	http://elpais.com/elpais/2013/07/30/opinion/1375218592_769519.html	31/07/2013	ED426-31/07/2013
Un mal precedente	http://elpais.com/elpais/2013/07/30/opinion/1375218001_404019.html	01/08/2013	ED427-01/08/2013
Predicar con el ejemplo	http://elpais.com/elpais/2013/07/31/opinion/1375299757_011349.html	01/08/2013	ED428-01/08/2013
Crisis no solventada	http://elpais.com/elpais/2013/08/01/opinion/1375384920_981502.html	02/08/2013	ED429-02/08/2013
Llamada de atención	http://elpais.com/elpais/2013/08/02/opinion/1375469649_994682.html	03/08/2013	ED430-03/08/2013
Incertidumbre en Italia	http://elpais.com/elpais/2013/08/02/opinion/1375470815_625014.html	03/08/2013	ED431-03/08/2013
Todo abierto	http://elpais.com/elpais/2013/08/03/opinion/1375556280_591542.html	04/08/2013	ED432-04/08/2013
Putin se anota un tanto	http://elpais.com/elpais/2013/08/03/opinion/1375555064_438996.html	04/08/2013	ED433-04/08/2013
Desbloquear Cataluña	http://elpais.com/elpais/2013/08/04/opinion/1375644568_489454.html	05/08/2013	ED434-05/08/2013
Optimismo arriesgado	http://elpais.com/elpais/2013/08/04/opinion/1375645595_830840.html	05/08/2013	ED435-05/08/2013
Aguas de Gibraltar	http://elpais.com/elpais/2013/08/05/opinion/1375731232_249189.html	06/08/2013	ED436-06/08/2013
Promesas en Teherán	http://elpais.com/elpais/2013/08/05/opinion/1375731875_200710.html	06/08/2013	ED437-06/08/2013
Indulto bajo sospecha	http://elpais.com/elpais/2013/08/06/opinion/1375817392_540298.html	06/08/2013	ED438-06/08/2013
Turquía y Ergenekon	http://elpais.com/elpais/2013/08/06/opinion/1375815992_397464.html	07/08/2013	ED439-07/08/2013
Propaganda	http://elpais.com/elpais/2013/08/07/opinion/1375901289_802523.html	08/08/2013	ED440-08/08/2013
Quejas sin respuesta	http://elpais.com/elpais/2013/08/07/opinion/1375902444_299078.html	08/08/2013	ED441-08/08/2013
Recetas arriesgadas	http://elpais.com/elpais/2013/08/08/opinion/1375988774_990306.html	09/08/2013	ED442-09/08/2013
Túnez, en el huracán	http://elpais.com/elpais/2013/08/08/opinion/1375985914_120866.html	09/08/2013	ED443-09/08/2013

Víctimas, verdad, medidas	http://elpais.com/elpais/2013/08/09/opinion/1376080032_846138.html	10/08/2013	ED444-10/08/2013
Tiempos de discordia	http://elpais.com/elpais/2013/08/09/opinion/1376078370_938700.html	10/08/2013	ED445-10/08/2013
Fiebre de agosto	http://elpais.com/elpais/2013/08/10/opinion/1376161248_121526.html	11/08/2013	ED446-11/08/2013
Periódicos y futuro	http://elpais.com/elpais/2013/08/10/opinion/1376160611_808232.html	11/08/2013	ED447-11/08/2013
Desembarco telefónico	http://elpais.com/elpais/2013/08/11/opinion/1376248397_036978.html	12/08/2013	ED448-12/08/2013
Irak sin remedio	http://elpais.com/elpais/2013/08/11/opinion/1376245709_681590.html	12/08/2013	ED449-12/08/2013
Secretarios y testigos	http://elpais.com/elpais/2013/08/12/opinion/1376335711_169742.html	13/08/2013	ED450-13/08/2013
Un toque de atención	http://elpais.com/elpais/2013/08/12/opinion/1376334991_532501.html	13/08/2013	ED451-13/08/2013
Palabra de exsecretario	http://elpais.com/elpais/2013/08/13/opinion/1376424320_730909.html	14/08/2013	ED452-14/08/2013
Un nuevo intento	http://elpais.com/elpais/2013/08/13/opinion/1376422575_178633.html	14/08/2013	ED453-14/08/2013
Guerra civil	http://elpais.com/elpais/2013/08/14/opinion/1376502868_277792.html	15/08/2013	ED454-15/08/2013
La venda y la herida	http://elpais.com/elpais/2013/08/14/opinion/1376506940_836622.html	15/08/2013	ED455-15/08/2013
Fin de la recesión	http://elpais.com/elpais/2013/08/15/opinion/1376594821_898270.html	16/08/2013	ED456-16/08/2013
Una reforma social	http://elpais.com/elpais/2013/08/15/opinion/1376594283_317522.html	16/08/2013	ED457-16/08/2013
Ojo con la deuda	http://elpais.com/elpais/2013/08/16/opinion/1376681400_270967.html	17/08/2013	ED458-17/08/2013
Sanidad herida	http://elpais.com/elpais/2013/08/16/opinion/1376682119_481684.html	17/08/2013	ED459-17/08/2013
Frenar la matanza	http://elpais.com/elpais/2013/08/17/opinion/1376763880_268059.html	18/08/2013	ED460-18/08/2013
La Liga y la pasta	http://elpais.com/elpais/2013/08/17/opinion/1376764922_504863.html	18/08/2013	ED461-18/08/2013
Alemania europea	http://elpais.com/elpais/2013/08/18/opinion/1376852518_448453.html	19/08/2013	ED462-19/08/2013
Un largo parón	http://elpais.com/elpais/2013/08/18/opinion/1376853174_601638.html	19/08/2013	ED463-19/08/2013
No todo vale	http://elpais.com/elpais/2013/08/19/opinion/1376939194_569741.html	20/08/2013	ED464-20/08/2013
Amargar las fiestas	http://elpais.com/elpais/2013/08/19/opinion/1376939726_037856.html	20/08/2013	ED465-20/08/2013
Imprudencia punible	http://elpais.com/elpais/2013/08/20/opinion/1377025777_781897.html	21/08/2013	ED466-21/08/2013
A largo plazo	http://elpais.com/elpais/2013/08/20/opinion/1377024959_522633.html	21/08/2013	ED467-21/08/2013
Infierno sin salida	http://elpais.com/elpais/2013/08/21/opinion/1377111714_412636.html	22/08/2013	ED468-22/08/2013
No solo Grecia	http://elpais.com/elpais/2013/08/21/opinion/1377109400_221308.html	22/08/2013	ED469-22/08/2013
Bendita exportación	http://elpais.com/elpais/2013/08/22/opinion/1377199619_674269.html	23/08/2013	ED470-23/08/2013
Lucha de clases	http://elpais.com/elpais/2013/08/22/opinion/1377200420_061202.html	23/08/2013	ED471-23/08/2013
Transición en espera	http://elpais.com/elpais/2013/08/23/opinion/1377287976_724759.html	24/08/2013	ED472-24/08/2013
Con Bruselas, mejor	http://elpais.com/elpais/2013/08/23/opinion/1377287976_724759.html	24/08/2013	ED473-

	77284540_648410.html		24/08/2013
El curso de la política	http://elpais.com/elpais/2013/08/24/opinion/1377373529_923466.html	25/08/2013	ED474-25/08/2013
Sueños por cumplir	http://elpais.com/elpais/2013/08/24/opinion/1377358538_765263.html	25/08/2013	ED475-25/08/2013
Crecimiento oportuno	http://economia.elpais.com/economia/2013/08/23/actualidad/1377270553_197739.html	25/08/2013	ED476-25/08/2013
El avispero sirio	http://elpais.com/elpais/2013/08/25/opinion/1377456013_382332.html	26/08/2013	ED477-26/08/2013
Alarma en Fukushima	http://elpais.com/elpais/2013/08/25/opinion/1377454653_542542.html	26/08/2013	ED478-26/08/2013
Relevo en la Junta	http://elpais.com/elpais/2013/08/26/opinion/1377543712_018117.html	27/08/2013	ED479-27/08/2013
El indicador del dolor	http://elpais.com/elpais/2013/08/26/opinion/1377544251_162695.html	27/08/2013	ED480-27/08/2013
Dueños de la palabra	http://elpais.com/elpais/2013/08/27/opinion/1377630856_480143.html	28/08/2013	ED481-28/08/2013
Contra la igualdad	http://elpais.com/elpais/2013/08/27/opinion/1377630559_280678.html	28/08/2013	ED482-28/08/2013
Antes de disparar	http://elpais.com/elpais/2013/08/28/opinion/1377713230_710527.html	29/08/2013	ED483-29/08/2013
Las ataduras de Mas	http://elpais.com/elpais/2013/08/28/opinion/1377716979_521251.html	29/08/2013	ED484-29/08/2013
Sobra complacencia	http://elpais.com/elpais/2013/08/29/opinion/1377803994_530866.html	30/08/2013	ED485-30/08/2013
Pulso en Colombia	http://elpais.com/elpais/2013/08/29/opinion/1377805203_428082.html	30/08/2013	ED486-30/08/2013
Borrado de pruebas	http://elpais.com/elpais/2013/08/30/opinion/1377891357_339623.html	31/08/2013	ED487-31/08/2013
Berlusconi gana otra vez	http://elpais.com/elpais/2013/08/30/opinion/1377892577_068539.html	31/08/2013	ED488-31/08/2013
Exhibición de debilidad	http://elpais.com/elpais/2013/08/31/opinion/1377980367_578720.html	01/09/2013	ED489-01/09/2013
Fracturas suicidas	http://elpais.com/elpais/2013/08/31/opinion/1377977283_119321.html	01/09/2013	ED490-01/09/2013
Riesgo de parálisis	http://elpais.com/elpais/2013/09/01/opinion/1378062379_260762.html	02/09/2013	ED491-02/09/2013
Abandono sanitario	http://elpais.com/elpais/2013/09/01/opinion/1378060560_674603.html	02/09/2013	ED492-02/09/2013
Esperanzas y riesgos	http://elpais.com/elpais/2013/09/02/opinion/1378146640_584078.html	03/09/2013	ED493-03/09/2013
Duelo sin sorpresas	http://elpais.com/elpais/2013/09/02/opinion/1378147625_298896.html	03/09/2013	ED494-03/09/2013
Demasiada premura	http://elpais.com/elpais/2013/09/03/opinion/1378234063_062642.html	04/09/2013	ED495-04/09/2013
Pensiones y consensos	http://elpais.com/elpais/2013/09/03/opinion/1378235143_124103.html	04/09/2013	ED496-04/09/2013
Un G20 prebélico	http://elpais.com/elpais/2013/09/04/opinion/1378321056_790101.html	05/09/2013	ED497-05/09/2013
El largo declive	http://elpais.com/elpais/2013/09/04/opinion/1378321067_345696.html	05/09/2013	ED498-05/09/2013
No en 2014	http://elpais.com/elpais/2013/09/05/opinion/1378389748_703609.html	06/09/2013	ED499-06/09/2013
Madrid lo merece	http://elpais.com/elpais/2013/09/05/opinion/1378386252_783785.html	06/09/2013	ED500-06/09/2013
Anticorrupción andaluza	http://elpais.com/elpais/2013/09/06/opinion/1378494475_424935.html	07/09/2013	ED501-07/09/2013
La credibilidad del G-20	http://elpais.com/elpais/2013/09/06/opinion/1378495065_010898.html	07/09/2013	ED502-07/09/2013

La decepción	http://elpais.com/elpais/2013/09/07/opinion/1378582712_655278.html	08/09/2013	ED503-08/09/2013
Egipto y sus generales	http://elpais.com/elpais/2013/09/07/opinion/1378575900_322536.html	08/09/2013	ED504-08/09/2013
Semana decisiva	http://elpais.com/elpais/2013/09/08/opinion/1378662615_201684.html	09/09/2013	ED505-09/09/2013
No convence	http://elpais.com/elpais/2013/09/08/opinion/1378658424_433137.html	09/09/2013	ED506-09/09/2013
Acuerdo de estabilidad	http://elpais.com/elpais/2013/09/09/opinion/1378754605_312299.html	10/09/2013	ED507-10/09/2013
Elecciones en Moscú	http://elpais.com/elpais/2013/09/09/opinion/1378756413_037223.html	10/09/2013	ED508-10/09/2013
Cadena catalana	http://elpais.com/elpais/2013/09/10/opinion/1378838509_244482.html	11/09/2013	ED509-11/09/2013
Procedimiento confuso	http://elpais.com/elpais/2013/09/10/opinion/1378839902_421486.html	11/09/2013	ED510-11/09/2013
Tras la emoción	http://elpais.com/elpais/2013/09/11/opinion/1378921183_182799.html	12/09/2013	ED511-12/09/2013
A remolque de Putin	http://elpais.com/elpais/2013/09/11/opinion/1378920828_629594.html	12/09/2013	ED512-12/09/2013
Sabia rendición	http://elpais.com/elpais/2013/09/12/opinion/1379011232_564432.html	13/09/2013	ED513-13/09/2013
México reformista	http://elpais.com/elpais/2013/09/12/opinion/1379011666_655006.html	13/09/2013	ED514-13/09/2013
Transparencia, pero poca	http://elpais.com/elpais/2013/09/13/opinion/1379098472_082566.html	14/09/2013	ED515-14/09/2013
Sanidad sin negocio	http://elpais.com/elpais/2013/09/13/opinion/1379094950_873502.html	14/09/2013	ED516-14/09/2013
Un poco de esperanza	http://elpais.com/elpais/2013/09/14/opinion/1379183587_261708.html	15/09/2013	ED517-15/09/2013
El Papa rupturista	http://elpais.com/elpais/2013/09/14/opinion/1379179369_957495.html	15/09/2013	ED518-15/09/2013
Cinco años después	http://economia.elpais.com/economia/2013/09/13/actualidad/1379090325_521321.html	15/09/2013	ED519-15/09/2013
Cataluña y España	http://elpais.com/elpais/2013/09/15/opinion/1379272479_577487.html	16/09/2013	ED520-16/09/2013
El prólogo de Baviera	http://elpais.com/elpais/2013/09/15/opinion/1379273425_707200.html	16/09/2013	ED521-16/09/2013
Corrosión	http://elpais.com/elpais/2013/09/16/opinion/1379360390_033560.html	17/09/2013	ED522-17/09/2013
Regulador discutible	http://elpais.com/elpais/2013/09/16/opinion/1379356607_097864.html	17/09/2013	ED523-17/09/2013
Cataluña europea	http://elpais.com/elpais/2013/09/17/opinion/1379444598_822696.html	18/09/2013	ED524-18/09/2013
Tribunal hipotecado	http://elpais.com/elpais/2013/09/17/opinion/1379442675_783477.html	18/09/2013	ED525-18/09/2013
Comienzo conflictivo	http://elpais.com/elpais/2013/09/18/opinion/1379528866_312426.html	19/09/2013	ED526-19/09/2013
Préstamos congelados	http://elpais.com/elpais/2013/09/18/opinion/1379528957_709303.html	19/09/2013	ED527-19/09/2013
Merkel III	http://elpais.com/elpais/2013/09/19/opinion/1379616846_464816.html	20/09/2013	ED528-20/09/2013
Corrección afortunada	http://elpais.com/elpais/2013/09/19/opinion/1379617240_971728.html	20/09/2013	ED529-20/09/2013
Piratas del siglo XXI	http://elpais.com/elpais/2013/09/20/opinion/1379704696_282760.html	21/09/2013	ED530-21/09/2013
Irán se mueve	http://elpais.com/elpais/2013/09/20/opinion/1379701622_385127.html	21/09/2013	ED531-21/09/2013
Un nuevo liderazgo	http://elpais.com/elpais/2013/09/21/opinion/1379701622_385127.html	22/09/2013	ED532-

	79787340_568323.html		22/09/2013
La plaga del fuego	http://elpais.com/elpais/2013/09/21/opinion/1379788182_450687.html	22/09/2013	ED533-22/09/2013
Merkel arrasa	http://elpais.com/elpais/2013/09/22/opinion/1379886911_640834.html	23/09/2013	ED534-23/09/2013
Una quiebra evitable	http://elpais.com/elpais/2013/09/22/opinion/1379882205_278399.html	23/09/2013	ED535-23/09/2013
Confusa reforma penal	http://elpais.com/elpais/2013/09/23/opinion/1379964383_383431.html	24/09/2013	ED536-24/09/2013
Nairobi está cerca	http://elpais.com/elpais/2013/09/23/opinion/1379963747_121499.html	23/09/2013	ED537-23/09/2013
Un asunto inquietante	http://elpais.com/elpais/2013/09/24/opinion/1380049762_116253.html	25/09/2013	ED538-25/09/2013
Dogal al islamismo	http://elpais.com/elpais/2013/09/24/opinion/1380045503_298023.html	25/09/2013	ED539-25/09/2013
Optimismo turístico	http://elpais.com/elpais/2013/09/25/opinion/1380136722_486421.html	26/09/2013	ED540-26/09/2013
Negociar con Irán	http://elpais.com/elpais/2013/09/25/opinion/1380134273_099586.html	26/09/2013	ED541-26/09/2013
Fin del monolitismo	http://elpais.com/elpais/2013/09/26/opinion/1380222435_841048.html	27/09/2013	ED542-27/09/2013
Cajeros en el hospital	http://elpais.com/elpais/2013/09/26/opinion/1380222248_927010.html	27/09/2013	ED543-27/09/2013
Continuidad	http://elpais.com/elpais/2013/09/27/opinion/1380306237_597255.html	28/09/2013	ED544-28/09/2013
Maduro, en su trampa	http://elpais.com/elpais/2013/09/27/opinion/1380308547_053580.html	28/09/2013	ED545-28/09/2013
Democracia de calidad	http://elpais.com/elpais/2013/09/28/opinion/1380394372_425596.html	29/09/2013	ED546-29/09/2013
Incómodas certezas	http://elpais.com/elpais/2013/09/28/opinion/1380393970_191411.html	29/09/2013	ED547-29/09/2013
Rechazo generalizado	http://elpais.com/elpais/2013/09/29/opinion/1380475772_833379.html	30/09/2013	ED548-30/09/2013
Un país hipotecado	http://elpais.com/elpais/2013/09/29/opinion/1380482236_575233.html	30/09/2013	ED549-30/09/2013
Márgenes estrechos	http://elpais.com/elpais/2013/09/30/opinion/1380568515_756805.html	01/10/2013	ED550-01/10/2013
Órdago en Atenas	http://elpais.com/elpais/2013/09/30/opinion/1380569442_157924.html	01/10/2013	ED551-01/10/2013
Cierre por chantaje	http://elpais.com/elpais/2013/10/01/opinion/1380654379_806536.html	02/10/2013	ED552-02/10/2013
Fabra en el banquillo	http://elpais.com/elpais/2013/10/01/opinion/1380655429_833887.html	02/10/2013	ED553-02/10/2013
Vía libre para Letta	http://elpais.com/elpais/2013/10/02/opinion/1380741029_534349.html	03/10/2013	ED554-03/10/2013
Paro menos malo	http://elpais.com/elpais/2013/10/02/opinion/1380740236_573571.html	03/10/2013	ED555-03/10/2013
Riesgo sísmico	http://elpais.com/elpais/2013/10/03/opinion/1380827090_571766.html	04/10/2013	ED556-04/10/2013
Tensiones evitables	http://elpais.com/elpais/2013/10/03/opinion/1380827207_658380.html	04/10/2013	ED557-04/10/2013
Un primer golpe	http://elpais.com/elpais/2013/10/04/opinion/1380915441_599100.html	05/10/2013	ED558-05/10/2013
Anhelada tarjeta	http://elpais.com/elpais/2013/10/04/opinion/1380913450_957154.html	05/10/2013	ED559-05/10/2013
Estrategia letal	http://elpais.com/elpais/2013/10/05/opinion/1380996606_232918.html	06/10/2013	ED560-06/10/2013
Impacto eléctrico	http://elpais.com/elpais/2013/10/05/opinion/1380997054_656220.html	06/10/2013	ED561-06/10/2013

Tomados por la troika	http://economia.elpais.com/economia/2013/10/04/actualidad/1380900226_198835.html	06/10/2013	ED562-06/10/2013
Al Qaeda se adapta	http://elpais.com/elpais/2013/10/06/opinion/1381086244_266932.html	07/10/2013	ED563-07/10/2013
Intolerable desigualdad	http://elpais.com/elpais/2013/10/06/opinion/1381087779_413518.html	07/10/2013	ED564-07/10/2013
Noticias del País Vasco	http://elpais.com/elpais/2013/10/07/opinion/1381172486_274364.html	08/10/2013	ED565-08/10/2013
Retroceso en Egipto	http://elpais.com/elpais/2013/10/07/opinion/1381171384_109547.html	08/10/2013	ED566-08/10/2013
La política en los ERE	http://elpais.com/elpais/2013/10/08/opinion/1381258338_086470.html	09/10/2013	ED567-09/10/2013
Mejores horizontes	http://elpais.com/elpais/2013/10/08/opinion/1381258351_410508.html	09/10/2013	ED568-09/10/2013
Propuestas para el debate	http://elpais.com/elpais/2013/10/09/opinion/1381343662_121513.html	10/10/2013	ED569-10/10/2013
Yellen o la continuidad	http://elpais.com/elpais/2013/10/09/opinion/1381343492_914877.html	10/10/2013	ED570-10/10/2013
Otra ocasión perdida	http://elpais.com/elpais/2013/10/10/opinion/1381431446_645047.html	11/10/2013	ED571-11/10/2013
Ofensiva antieuropea	http://elpais.com/elpais/2013/10/10/opinion/1381430637_749200.html	11/10/2013	ED572-11/10/2013
Tensión innecesaria	http://elpais.com/elpais/2013/10/11/opinion/1381518035_101623.html	12/10/2013	ED573-12/10/2013
Protesta indigna	http://elpais.com/elpais/2013/10/11/opinion/1381517424_431759.html	12/10/2013	ED574-12/10/2013
Vergüenzas repartidas	http://elpais.com/elpais/2013/10/12/opinion/1381603165_720344.html	13/10/2013	ED575-13/10/2013
Un 12-O diferente	http://elpais.com/elpais/2013/10/12/opinion/1381605775_675990.html	12/10/2013	ED576-12/10/2013
Decadencia de Barajas	http://elpais.com/elpais/2013/10/13/opinion/1381687535_013412.html	14/10/2013	ED577-14/10/2013
De mal en peor	http://elpais.com/elpais/2013/10/13/opinion/1381687042_197442.html	14/10/2013	ED578-14/10/2013
Financiación y desorden	http://elpais.com/elpais/2013/10/14/opinion/1381778407_514692.html	15/10/2013	ED579-15/10/2013
Buenos propósitos	http://elpais.com/elpais/2013/10/14/opinion/1381778185_107894.html	15/10/2013	ED580-15/10/2013
Hacia el fin del rescate	http://elpais.com/elpais/2013/10/15/opinion/1381862958_677737.html	16/10/2013	ED581-16/10/2013
Respaldo a Libia	http://elpais.com/elpais/2013/10/15/opinion/1381865255_896054.html	16/10/2013	ED582-16/10/2013
Sentencia sensata	http://elpais.com/elpais/2013/10/16/opinion/1381950440_908583.html	17/10/2013	ED583-17/10/2013
Crueldad en Francia	http://elpais.com/elpais/2013/10/16/opinion/1381948871_970582.html	17/10/2013	ED584-17/10/2013
Hasta la próxima crisis	http://elpais.com/elpais/2013/10/17/opinion/1382032993_339888.html	18/10/2013	ED585-18/10/2013
Un modelo cuestionado	http://elpais.com/elpais/2013/10/17/opinion/1382035427_941002.html	18/10/2013	ED586-18/10/2013
Reformar sin dinero	http://elpais.com/elpais/2013/10/18/opinion/1382122463_966470.html	19/10/2013	ED587-19/10/2013
Morosidad de fondo	http://elpais.com/elpais/2013/10/18/opinion/1382122050_887086.html	19/10/2013	ED588-19/10/2013
La torpeza del PP	http://elpais.com/elpais/2013/10/19/opinion/1382206623_239961.html	20/10/2013	ED589-20/10/2013
Oteando la recuperación	http://elpais.com/elpais/2013/10/19/opinion/1382206481_412800.html	20/10/2013	ED590-20/10/2013
Dos años y un día	http://elpais.com/elpais/2013/10/20/opinion/1382206481_412800.html	21/10/2013	ED591-

	82291971_659749.html		21/10/2013
Decepción en Panamá	http://elpais.com/elpais/2013/10/20/opinion/1382292840_358609.html	21/10/2013	ED592-21/10/2013
Acatar, aplicar	http://elpais.com/elpais/2013/10/21/opinion/1382379510_991555.html	22/10/2013	ED593-22/10/2013
Cosmética china	http://elpais.com/elpais/2013/10/19/opinion/1382137347_515406.html	22/10/2013	ED594-22/10/2013
Marginar al moderado	http://elpais.com/elpais/2013/10/22/opinion/1382468192_152688.html	23/10/2013	ED595-23/10/2013
Otro modelo nuclear	http://elpais.com/elpais/2013/10/22/opinion/1382465352_216404.html	23/10/2013	ED596-23/10/2013
Se acabó la recesión	http://elpais.com/elpais/2013/10/23/opinion/1382554240_744859.html	24/10/2013	ED597-24/10/2013
Callada por respuesta	http://elpais.com/elpais/2013/10/23/opinion/1382548892_115657.html	24/10/2013	ED598-24/10/2013
Gracias al turismo	http://elpais.com/elpais/2013/10/24/opinion/1382641675_209284.html	25/10/2013	ED599-25/10/2013
Inventar impuestos	http://elpais.com/elpais/2013/10/24/opinion/1382635714_761605.htm	25/10/2013	ED600-25/10/2013
Espiar a los amigos	http://elpais.com/elpais/2013/10/25/opinion/1382724804_837697.html	26/10/2013	ED601-26/10/2013
Otro naufragio	http://elpais.com/elpais/2013/10/25/opinion/1382725358_416288.html	26/10/2013	ED602-26/10/2013
Víctimas y política	http://elpais.com/elpais/2013/10/26/opinion/1382806311_711186.html	27/10/2013	ED603-27/10/2013
Ingeniería alemana	http://elpais.com/elpais/2013/10/26/opinion/1382817720_601553.html	27/10/2013	ED604-27/10/2013
Excesos y mentiras	http://elpais.com/elpais/2013/10/27/opinion/1382897974_287933.html	28/10/2013	ED605-28/10/2013
Prueba decisiva	http://elpais.com/elpais/2013/10/27/opinion/1382896222_237265.html	28/10/2013	ED606-28/10/2013
Orden y tributos	http://elpais.com/elpais/2013/10/28/opinion/1382990004_939853.html	29/10/2013	ED607-29/10/2013
Cambio de ciclo	http://elpais.com/elpais/2013/10/28/opinion/1382985611_482158.html	29/10/2013	ED608-29/10/2013
Insaciabilidad	http://elpais.com/elpais/2013/10/29/opinion/1383073756_270600.html	30/10/2013	ED609-30/10/2013
El asesino silencioso	http://elpais.com/elpais/2013/10/29/opinion/1383074605_851216.html	30/10/2013	ED610-30/10/2013
Dique frágil	http://elpais.com/elpais/2013/10/30/opinion/1383162868_905333.html	31/10/2013	ED611-31/10/2013
Esperanza defraudada	http://elpais.com/elpais/2013/10/30/opinion/1383163530_784140.html	31/10/2013	ED612-31/10/2013
Sin animales en el circo	http://elpais.com/elpais/2013/10/30/opinion/1383160665_805917.html	31/10/2013	ED613-31/10/2013
Espionaje de alto coste	http://elpais.com/elpais/2013/10/31/opinion/1383251150_606450.html	01/11/2013	ED614-01/11/2013
Fagor, en la recta final	http://elpais.com/elpais/2013/10/31/opinion/1383251083_582925.html	01/11/2013	ED615-01/11/2013
Vuelta de tuerca	http://elpais.com/elpais/2013/11/01/opinion/1383340729_704814.html	02/11/2013	ED616-02/11/2013
Paso atrás	http://elpais.com/elpais/2013/11/01/opinion/1383339013_790109.html	02/11/2013	ED617-02/11/2013
La tercera vía avanza	http://elpais.com/elpais/2013/11/02/opinion/1383420053_958337.html	03/11/2013	ED618-03/11/2013
Una alianza debilitada	http://elpais.com/elpais/2013/11/02/opinion/1383416441_897098.html	03/11/2013	ED619-03/11/2013
Vuelven los capitales	http://elpais.com/elpais/2013/11/03/opinion/1383510030_075568.html	04/11/2013	ED620-04/11/2013

Cultura a la deriva	http://elpais.com/elpais/2013/11/03/opinion/1383505495_588576.html	04/11/2013	ED621-04/11/2013
Falta crédito	http://elpais.com/elpais/2013/11/04/opinion/1383594751_840504.html	05/11/2013	ED622-05/11/2013
Juego de minorías	http://elpais.com/elpais/2013/11/04/opinion/1383596194_521364.html	05/11/2013	ED623-05/11/2013
Despropósito	http://elpais.com/elpais/2013/11/05/opinion/1383681439_601227.html	06/11/2013	ED624-06/11/2013
Solo voluntarismo	http://elpais.com/elpais/2013/11/05/opinion/1383682420_682380.html	06/11/2013	ED625-06/11/2013
Juguete roto	http://elpais.com/elpais/2013/11/06/opinion/1383760678_244148.html	07/11/2013	ED626-07/11/2013
Todos pierden	http://elpais.com/elpais/2013/11/06/opinion/1383769180_383942.html	07/11/2013	ED627-07/11/2013
Más crecimiento	http://elpais.com/elpais/2013/11/07/opinion/1383856207_170922.html	08/11/2013	ED628-08/11/2013
Impulso a la paz	http://elpais.com/elpais/2013/11/07/opinion/1383856815_765437.html	08/11/2013	ED629-08/11/2013
Cambio esperanzador	http://elpais.com/elpais/2013/11/08/opinion/1383948714_756030.html	09/11/2013	ED630-09/11/2013
Indulgencia excesiva	http://elpais.com/elpais/2013/11/08/opinion/1383944663_040027.html	09/11/2013	ED631-09/11/2013
Todo por hacer	http://elpais.com/elpais/2013/11/09/opinion/1384029331_251123.html	10/11/2013	ED632-10/11/2013
Reincidir en el error	http://elpais.com/elpais/2013/11/09/opinion/1384025574_028959.html	10/11/2013	ED633-10/11/2013
Un arma poderosa	http://elpais.com/elpais/2013/11/10/opinion/1384111858_648706.html	11/11/2013	ED634-11/11/2013
Hollande bajo presión	http://elpais.com/elpais/2013/11/10/opinion/1384115886_037492.html	11/11/2013	ED635-11/11/2013
A la altura del reto	http://elpais.com/elpais/2013/11/11/opinion/1384198958_342974.html	12/11/2013	ED636-12/11/2013
Basura en las calles	http://elpais.com/elpais/2013/11/11/opinion/1384196184_132986.html	12/11/2013	ED637-12/11/2013
Matonismo	http://elpais.com/elpais/2013/11/12/opinion/1384281920_009773.html	13/11/2013	ED638-13/11/2013
Decisión correcta	http://elpais.com/elpais/2013/11/12/opinion/1384285531_224853.html	13/11/2013	ED639-13/11/2013
Otro naufragio	http://elpais.com/elpais/2013/11/13/opinion/1384374316_560683.html	14/11/2013	ED640-14/11/2013
Nuevo reto chino	http://elpais.com/elpais/2013/11/13/opinion/1384372006_865627.html	14/11/2013	ED641-14/11/2013
Rescate cumplido	http://elpais.com/elpais/2013/11/14/opinion/1384458763_160121.html	ED642-15/11/2013	ED642-15/11/2013
Racismo y xenofobia	http://elpais.com/elpais/2013/11/14/opinion/1384458430_103487.html	15/11/2013	ED643-15/11/2013
Bruselas presiona	http://elpais.com/elpais/2013/11/15/opinion/1384542122_613155.html	16/11/2013	ED644-16/11/2013
Maduro se atrinchera	http://elpais.com/elpais/2013/11/15/opinion/1384544581_814833.html	16/11/2013	ED645-16/11/2013
Eurozona fría	http://elpais.com/elpais/2013/11/16/opinion/1384633011_795248.html	17/11/2013	ED646-17/11/2013
Más flexibilidad	http://elpais.com/elpais/2013/11/16/opinion/1384631493_739511.html	17/11/2013	ED647-17/11/2013
El PSC se descuelga	http://elpais.com/elpais/2013/11/17/opinion/1384718719_836518.html	18/11/2013	ED648-18/11/2013
Marcha atrás en I+D	http://elpais.com/elpais/2013/11/17/opinion/1384720936_450817.html	18/11/2013	ED649-18/11/2013
Pruebas decisivas	http://elpais.com/elpais/2013/11/18/opinion/13	19/11/2013	ED650-

	84804520_381223.html		19/11/2013
Victoria diferida	http://elpais.com/elpais/2013/11/18/opinion/1384803501_092490.html	19/11/2013	ED651-19/11/2013
La batalla judicial	http://elpais.com/elpais/2013/11/19/opinion/1384890104_638147.html	20/11/2013	ED652-20/11/2013
Ajustes casi agotados	http://elpais.com/elpais/2013/11/19/opinion/1384888196_265632.html	20/11/2013	ED653-20/11/2013
Menos democracia	http://elpais.com/elpais/2013/11/20/opinion/1384968574_661312.html	21/11/2013	ED654-21/11/2013
Fernández regresa	http://elpais.com/elpais/2013/11/20/opinion/1384979433_044574.html	21/11/2013	ED655-21/11/2013
Rajoy, segunda etapa	http://elpais.com/elpais/2013/11/21/opinion/1385061211_920513.html	22/11/2013	ED656-22/11/2013
La hostilidad de Pemex	http://elpais.com/elpais/2013/11/21/opinion/1385061489_245155.html	22/11/2013	ED657-22/11/2013
Retrasar lo inevitable	http://elpais.com/elpais/2013/11/22/opinion/1385149046_475166.html	23/11/2013	ED658-23/11/2013
La forja de la coalición	http://elpais.com/elpais/2013/11/22/opinion/1385152556_211066.html	23/11/2013	ED659-23/11/2013
Europa ante sí misma	http://elpais.com/elpais/2013/11/23/opinion/1385242227_301687.html	24/11/2013	ED660-24/11/2013
Un pasito	http://elpais.com/elpais/2013/11/23/opinion/1385243533_252625.html	24/11/2013	ED661-24/11/2013
Un gran paso adelante	http://elpais.com/elpais/2013/11/24/opinion/1385322509_649722.html	25/11/2013	ED662-25/11/2013
Doblemente víctimas	http://elpais.com/elpais/2013/11/24/opinion/1385319195_194346.html	24/11/2013	ED663-24/11/2013
Limitada justicia	http://elpais.com/elpais/2013/11/25/opinion/1385406187_062583.html	26/11/2013	ED664-26/11/2013
Un fiasco	http://elpais.com/elpais/2013/11/25/opinion/1385406552_170261.html	26/11/2013	ED665-26/11/2013
Solución para YPF	http://elpais.com/elpais/2013/11/26/opinion/1385495108_499511.html	27/11/2013	ED666-27/11/2013
Una apuesta global	http://elpais.com/elpais/2013/11/26/opinion/1385492187_270316.html	27/11/2013	ED667-27/11/2013

Autorizo a reprodução xerográfica do presente trabalho de conclusão, na íntegra ou em partes, para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 08 de março de 2016.

BEATRIZ GOAVEIA GARCIA PARRA